



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS
ÉTNICOS E AFRICANOS - PÓS-AFRO
MESTRADO**

ARIANE MOREIRA DE SENNA

**A SOLIDÃO DA MULHER TRANS, NEGRA E PERIFÉRICA:
uma (auto) etnografia sobre relações socioafetivas em uma sociedade
cisheteropatriarcal**

Salvador
2021

ARIANE MOREIRA DE SENNA

**A SOLIDÃO DA MULHER TRANS, NEGRA E PERIFÉRICA:
uma (auto) etnografia sobre relações socioafetivas em uma sociedade
cisheteropatriarcal**

Dissertação de Mestrado apresentada ao programa Multidisciplinar em Estudos Étnicos e Africanos da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia - UFBA, como requisito para obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Profa. Dra. Suzana Moura Maia
Coorientador: Prof. Dr. Felipe Bruno Martins Fernandes.

Salvador
2021

Sistema Universitário de Bibliotecas da UFBA - Biblioteca do CEAO

S478 Senna, Ariane Moreira de.

A Solidão da mulher trans, negra e periférica: uma (auto) etnografia sobre relações sócioafetivas em uma sociedade cisheteropatriarcal / Ariane Moreira de Senna. - Salvador, 2021. 185 f.

Orientadora : Prof^a Dr^a. Suzana Moura Maia.

Co-orientador: Prof^o Dr^o Felipe Bruno Martins Fernandes.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Centro de Estudos Afro-Orientais 2021.

1. Solidão. 2. Raças. 3. Travestis.4. Etnografia. I. Maia, Suzana Moura. II. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Centro de Estudos Afro - Orientais. III. Título.

CDD 306.768



Universidade Federal da Bahia

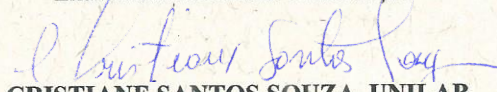
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS ÉTNICOS E
AFRICANOS (POSAFRO)**

ATA Nº 321

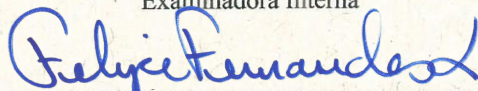
Ata da sessão pública do Colegiado do PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS ÉTNICOS E AFRICANOS (POSAFRO), realizada em 08/09/2021 para procedimento de defesa da Dissertação de Mestrado EM ESTUDOS ÉTNICOS E AFRICANOS no. 321, área de concentração Estudos Étnicos e Africanos, do(a) candidato(a) ARIANE MOREIRA DE SENNA, de matrícula 218122496, intitulada A Solidão da Mulher Trans, Negra e Periférica: uma (auto)etnografia sobre relações sócioafetivas em uma sociedade cisheteropatriarcal. Às 09:00 do citado dia, <https://forms.gle/JeBRu9JntiCGEGTu5> (inscrição e link), foi aberta a sessão pelo(a) presidente da banca examinadora Prof^ª. SUZANA MOURA MAIA que apresentou os outros membros da banca: Prof^ª. CRISTIANE SANTOS SOUZA, Prof. Dr. FELIPE BRUNO MARTINS FERNANDES e Prof^ª. Dra. ANNA PAULA UZIEL. Em seguida foram esclarecidos os procedimentos pelo(a) presidente que passou a palavra ao(à) examinado(a) para apresentação do trabalho de Mestrado. Ao final da apresentação, passou-se à arguição por parte da banca, a qual, em seguida, reuniu-se para a elaboração do parecer. No seu retorno, foi lido o parecer final a respeito do trabalho apresentado pelo(a) candidato(a), tendo a banca examinadora aprovado o trabalho apresentado, sendo esta aprovação um requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre. Em seguida, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão pelo(a) presidente da banca, tendo sido, logo a seguir, lavrada a presente ata, abaixo assinada por todos os membros da banca.


Dra. ANNA PAULA UZIEL

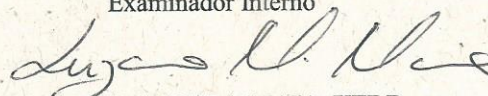
Examinadora Externa à Instituição


CRISTIANE SANTOS SOUZA, UNILAB

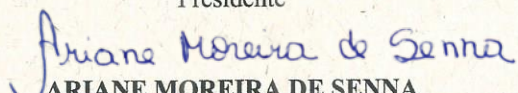
Examinadora Interna


Dr. FELIPE BRUNO MARTINS FERNANDES, UFBA

Examinador Interno


SUZANA MOURA MAIA, UFRB

Presidente


ARIANE MOREIRA DE SENNA

Mestrando(a)



Universidade Federal da Bahia

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS ÉTNICOS E
AFRICANOS (POSAFRO)

FOLHA DE CORREÇÕES

ATA Nº 321

Autor(a): ARIANE MOREIRA DE SENNA

Título: A Solidão da Mulher Trans, Negra e Periférica: uma (auto)etnografia sobre relações sócioafetivas em uma sociedade cisheteropatriarcal

Banca examinadora:

Prof(a). ANNA PAULA UZIEL	Examinadora Externa à Instituição
Prof(a). CRISTIANE SANTOS SOUZA	Examinadora Interna
Prof(a). FELIPE BRUNO MARTINS FERNANDES	Examinador Interno
Prof(a). SUZANA MOURA MAIA	Presidente

Os itens abaixo deverão ser modificados, conforme sugestão da banca

1. INTRODUÇÃO
2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA
3. METODOLOGIA
4. RESULTADOS OBTIDOS
5. CONCLUSÕES

COMENTÁRIOS GERAIS: *A banca ressaltou a excelência teórica e metodológica do trabalho, além da relevância do tema, houve publicações e a continuidade da pesquisa no doutorado.*

Declaro, para fins de homologação, que as modificações, sugeridas pela banca examinadora, acima mencionada, foram cumpridas integralmente.

Suzana Moura Maia
Prof(a). SUZANA MOURA MAIA

Orientador(a)

À

Solange Moreira da Silva, mãe querida, pelo amor incondicional, por nunca ter desistido de mim, pelas matrículas realizadas em cada escola pública pela qual passei e que fez minha escolarização.

À

todas as Mulheres Trans e Travestis, negras e periféricas por resistirem a cada dia com a afirmação de suas identidades.

AGRADECIMENTOS

À Maria do Carmo Ferreira da Silva (*in memoriam*), vó que me acolheu por um tempo da minha infância, que cuidou de mim, que me socorreu da morte quando apresentava desnutrição, e que sempre me dizia que o caminho que me levaria a alguma ascensão social seria o dos estudos. Que a senhora saiba, onde estiver, que nunca esqueci disso, viu? E que tento colocar isso em prática, todos os dias da minha vida.

À Solange Moreira da Silva, minha mãe, por cada luta que passou para me manter viva, desde sua resistência frente à uma gravidez indesejada por via paterna, a sua força para me colocar no mundo em parto natural, e enfrentar o abandono junto comigo ainda parida e com o recém nascimento. Pela venda de salgados nas praias de Salvador para me sustentar, por ter vivido comigo quando rejeitada pela família, pelos esforços obtidos para conseguir noites e dias em casa de conhecidos para que eu não ficasse na rua, por me acompanhar em cada quarto que aluguei para me manter enquanto conciliava a prostituição com os estudos. Por estar comigo até hoje e para sempre, eu te amo, mãe. Espero um dia poder retribuir tudo o que fez por mim. É também por você que luto, inclusive para me manter viva em um Cistema que deseja cotidianamente a morte de pessoas Trans e Travestis.

Ao professor Leandro Colling por ter aberto os meus caminhos para a pós-graduação, para que eu pudesse estar hoje escrevendo esta dissertação. Professor, não posso deixar de mencionar que foi graças ao seu projeto “Transformando a pós” que pude ter coragem e estima para escrever um projeto de pesquisa. Obrigada por ter me recebido e acompanhado em momentos de desenvoltura e crescimento.

Aos meus orientadores, pela dedicação e paciência que tiveram ao longo dessa jornada. Suzana Maia, obrigada por ter sido tão atenciosa e respeitosa com as minhas escritas. Suas leituras minuciosas e sugestões sobre cada parte do meu texto contribuíram, sem dúvidas, para o enriquecimento deste trabalho. Felipe Fernandes, o seu acolhimento foi o complemento essencial para a concretização dessa produção. Obrigada por acreditar que tudo isso era possível!

A todas e todos os colegas que de alguma forma cruzaram seus caminhos aos meus no período dessa produção e que me permitiram aprender de alguma forma para que eu pudesse chegar aqui. Claudenilson Dias, se o universo não tivesse nos proporcionado aquela viagem para um encontro estudantil, eu não teria tido a oportunidade de obter de você todo um incentivo

para construir uma trajetória na pós-graduação. Gratidão. Igor Leonardo, o contato contigo no momento da “perfumaria” de formatação deste trabalho foi um toque primordial que certamente serviu como degraus para essa construção. Muito Obrigada!

Ao Pósafro por me permitir e se permitir experienciar uma discussão de gênero de forma que não se restringe a ideia de Mulher universal, ao sexo feminino. Por ter me acolhido no programa e ter me proporcionado entrar na história, sendo a primeira Mulher Trans e Negra a passar por essa casa na condição de estudante de pós-graduação. Ao professor Lívio Sansone que lutou pela garantia da bolsa deste estudo por pelo menos alguns meses.

À instituição CAPES, juntamente com a UFBA que me proporcionaram a oportunidade de possuir a conclusão de uma pós-graduação mesmo em tempos de retrocesso de direitos.

À Defensoria Pública do Estado da Bahia por ter sido um braço direito durante o período desse trabalho. Dra. Eva Rodrigues e Dra. Lívia Almeida, a possibilidade da flexibilidade de horários negociados com vocês foi essencial para a concretização e finalização dessa pesquisa. Vocês me deram a oportunidade de sair da angústia e indecisão entre escolher trabalhar ou estudar. Obrigada por me ter permitido fazer os dois.

A mim mesma, por ter conseguido superar cada dificuldade passada, enfrentando os obstáculos sem medo.

A todas as Mulheres Trans e Travestis brasileiras, especificamente as negras e periféricas por continuarem a existir e, cada uma do seu modo, a encontrar estratégias de sobrevivência para se manterem vivas e na busca de seus direitos civis e individuais. Dedico esse trabalho a vocês todas para que possam se inspirar, acreditar, lutar e vencer. Para que, através dessa inspiração, consigam, assim como eu consegui, adentrar em espaços como esses e, com muita luta e resistência consigam escrever sobre si mesmas e/ou sobre a nossa população. Não é fácil, mas é possível. Que vocês possam ler cada folha desse trabalho e se reconheçam e criem formas de pensamentos e pontes para continuar, junto comigo, nessa TRANSformação social.

À todas as minhas interlocutoras que contribuíram para a realização dessa pesquisa com sua prontidão e confiança para falar de assuntos que por vezes são tão dolorosos que não falamos com ninguém. Gratidão!

E que possamos, a cada dia, encontrar mais exemplos de Mulheres Trans, negras e periféricas também adentrando as universidades, produzindo conhecimento e conquistando espaços na sociedade, afirmando o desejo de respeito e inclusão.

Que assim seja!

Solidão não é apenas sobre afetividade, também é sobre não ser procurada! É sobre não ser uma possibilidade de troca, um alvo de companhia!
Solidão é estar sempre arrodada de pessoas que te “admiram”, que te “compreendem”, mas no final do dia terminar sozinha.

É estar nos espaços e perceber que se não for entre as suas, você não tem lugar em um grupo de pessoas, em maioria – CIS -. É ver as pessoas se organizando para uma festa e esquecer de você.

Solidão também é sobre não ser vista enquanto afeto, é ser apenas corpo, e não um elo de corpo e mente. A solidão posta para nós nos objetifica, hiperssexualiza, e serve de fetiche para os outros.

E não entendam fetiche apenas como sendo algo no âmbito sexual, fetiche está para além do desejo sexual, é sobre sermos entretenimento, alvo de pena e “compreensão”, um templo para os desabafos daqueles que vivem abafados, mas nunca uma possibilidade.
Ao nos entendermos enquanto pessoas trans e travestis, aprendemos e somos obrigadas a lidar e conviver com a solidão e a solidão, duas coisas tão parecidas, mas ao mesmo tempo tão diferentes.

A solidão nos fortalece, acelera os nossos processos, nos amadurece. A solidão nos machuca, é o esquecimento, o não sentir-se amada, procurada, companhia possível, desejada, é ser objeto, sexo, corpo, fetiche.

Por isso, ao dizermos que mulheres trans e travestis são a cura, ressignifico o que tem circulado, dizendo: “Quem está disposto a ser a cura para a travesti?”

Até quando carregaremos esse peso nas costas?

Até quando seremos, apenas, a procura pela satisfação e pelo desabafo?

O que essa falta nos fragiliza a fazer?

Entre corpo solidão e corpo solidão, precisamos estar atentas ao potencial dos homens medíocres, que entendidos das nossas fragilidades emocionais, aproveitam-se criando mecanismos para nos manipular e, como diria uma amiga, travesti, Ana Flor Fernandes Rodrigues, “Nenhum homem medíocre merece ser amado por uma travesti!”.

Seguimos sendo corpos invisíveis para eles, sem rosto, só genitália! E assim como os homens, pessoas que dizem te enxergar enquanto possibilidade, e não se movimentam para te assumir, te enxergar, te conhecer, não se fazem presentes, essas, assim como os homens, não são dignas de sua presença, de sua atenção, tão pouco do seu amor.

Sophia Rivera (2019)

SENNA, Ariane Moreira de. A Solidão da Mulher Trans, Negra e Periférica. Uma (auto) etnografia sobre relações socioafetivas em uma sociedade cisheteropatriarcal. 2021. Orientadora: Profa. Dra. Suzana Maia. Co-orientador: Prof. Dr. Felipe Bruno Martins Fernandes. 185 f. Dissertação (Mestrado Multidisciplinar em Estudos Étnicos e Africanos) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2021.

RESUMO

A pesquisa pretende compreender as relações construídas na vida de Mulheres Trans e Travestis, negras e periféricas, através de uma análise de suas vivências, considerando a trajetória destas desde a infância até a vida adulta. Numa perspectiva interdisciplinar que pretende dialogar com autores das ciências sociais e das ciências psi, busca-se compreender os processos de socialização e afetividades envolvidos nos percursos de suas relações sociais, e que moldam suas identidades individuais e de grupo. O escopo teórico do trabalho se situa no campo dos estudos de gênero e sexualidades, com especial atenção para os estudos Trans e Travestis, considerando também a interseccionalidade de raça e classe, dentre outros marcadores sociais das diferenças que delineiam a posição das Mulheres Trans consideradas na pesquisa. Para tanto, adoto uma metodologia de pesquisa qualitativa, que envolve, além de entrevistas semi-estruturadas, dados que advêm de observações etnográficas e autoetnográficas, e que considera o próprio lugar da autora enquanto Mulher Trans, negra e periférica. Os dados etnográficos contemplam as entrevistas que foram realizadas com três Mulheres Trans, negras e periféricas e ocorreram em março de 2020, em diferentes bairros periféricos da cidade de Salvador demonstrando a existência de diversas dimensões da solidão que vivenciamos em uma sociedade cisheteropatriarcal e que é legitimada pelo próprio Estado, devendo este possibilitar políticas públicas eficazes que contemplem nossas existências possibilitando-nos, desta forma, condições de vida menos solitária.

Palavras-chave: Solidão. Mulher Trans. Autoetnografias Trans e Travestis. Identidades de gêneros. Sexualidades. Raça.

SENNA, Ariane Moreira de. *The Loneliness of Trans, Black and Peripheral Women: An (auto) ethnography about socio-affective relations in a cisheteropatriarchal society*. 2021. Advisor: Suzana Maia. Co-advisor: Felipe Bruno Martins Fernandes. 185 f. Dissertation (Multidisciplinary Master in Ethnic and African Studies) – Faculty of Philosophy and Human Sciences, Federal University of Bahia, Salvador, 2021.

ABSTRACT

The research intends to understand the relationships built in the lives of Trans and Transvestite Women, black and peripheral, through an analysis of their experiences, considering their trajectory from childhood to adulthood. In an interdisciplinary perspective that intends to dialogue with authors from the social sciences and psi sciences, it seeks to understand the processes of socialization and affectivities involved in the paths of their social relationships, and that shape their individual and group identities. The theoretical scope of the work is situated in the field of gender and sexuality studies, with special attention to Trans and Transvestite studies, also considering the intersectionality of race and class, among other social markers of the differences that delineate the position of Trans Women considered in the research. Therefore, I adopt a qualitative research methodology, which involves, in addition to semi-structured interviews, data that come from ethnographic and autoethnographic observations, and which considers the author's own place as a Trans Woman, black and peripheral. The ethnographic data include the interviews that were conducted with three Trans Women, black and peripheral, and took place in March 2020, in different peripheral neighborhoods of the city of Salvador, demonstrating the existence of several dimensions of loneliness that we experience in a cisheteropatriarchal society and which is legitimated by the State itself, which must enable effective public policies that reaches our existence, thus enabling us to live less lonely conditions.

Keywords: Loneliness. Trans Woman. Trans and Transvestite autographs. Gender identities. Sexualities. Race.

SENNA, Ariane Moreira de. La solitude des Femmes Trans, noires et périphériques : une (auto) ethnographie sur les relations socioaffectives dans une société cishétéropatriarcal. 2021. Directrice: Suzana Maia. Co-directeur: Felipe Bruno Martins Fernandes. 185 f. Thèse (Maîtrise Multidisciplinaire en Études Ethniques et Africaines) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2021.

RÉSUMÉ

La recherche vise à comprendre les relations construites dans la vie des Femmes Trans e Travestis, noires et périphériques, à travers une analyse de leurs expériences, en considérant leur trajectoire de l'enfance à l'âge adulte. Dans une perspective interdisciplinaire qui entend dialoguer avec des auteurs issus des sciences sociales et des sciences psi, il cherche à comprendre les processus de socialisation et d'affectivités impliqués dans les chemins de leurs relations sociales, et qui façonnent leurs identités individuelles et de groupe. La portée théorique du travail se situe dans le domaine des études sur le genre et la sexualité, avec une attention particulière aux études Trans et Travestis, en tenant également compte de l'intersectionnalité de la race et de la classe, entre autres marqueurs sociaux des différences qui délimitent la position des Femmes Trans dans la recherche. J'adopte donc une méthodologie de recherche qualitative, qui implique, en plus des entretiens semi-directifs, des données issues d'observations ethnographiques et autoethnographiques, et qui considère la position de l'auteure en tant que Femme Trans, noire et périphérique. Les données ethnographiques incluent les entretiens qui ont été menés avec trois femmes trans, noires et périphériques, et ont eu lieu en mars 2020, dans différents quartiers périphériques de la ville de Salvador, démontrant l'existence de plusieurs dimensions de la solitude que nous vivons dans une société cishétéropatriarcale et qui est légitimé par l'État lui-même, qui doit développer des politiques publiques efficaces qui envisagent notre existence, nous permettant ainsi des conditions de vie moins solitaires.

Mots-clés : Solitude. Femme trans. Autoethnographies trans et travestis. Identités de genre. Sexualités. Élever.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 AUTOETNOGRAFIA: A IMPORTÂNCIA DE ESCREVER SOBRE SI	26
2.1 PERSPECTIVAS TEÓRICAS SOBRE A AUTOETNOGRAFIA	27
2.2 O USO DE HISTÓRIAS DE VIDA EM UMA PESQUISA AUTOETNOGRÁFICA	31
2.3 SER AFETADA: A RELAÇÃO COM AS INTERLOCUTORAS EM CAMPO	33
2.4 AS INTERLOCUTORAS DA PESQUISA: ALOMA, THALITA THÁBATA E MALÉVOLA	36
2.4.1 Aloma	36
2.4.2 Thalita Thábata	39
2.4.3 Malévola	42
3 AS DIMENSÕES DA SOLIDÃO	46
3.1 SOLIDÃO E INFÂNCIA	47
3.2 SOLIDÃO E FAMÍLIA	50
3.3 TRAJETÓRIAS DE LUTAS POR RECONHECIMENTO: CAMINHOS SOLITÁRIOS	53
3.3.1 Moradia	55
3.3.2 Educação	61
3.3.3 Saúde e o processo transexualizador	65
3.3.4 Lazer	68
3.4 A QUESTÃO DA COMPETITIVIDADE FEMININA	69
3.5 AS RUAS COMO ESPAÇO DE PODER E SOLIDÃO	71
3.6 SOBRE SER A ÚNICA MULHER TRANS DO “MEIO”	74
3.7 SOLIDÃO E SAÚDE MENTAL	77
3.8 SOLIDÃO E RELIGIÃO: NA BUSCA POR CONSOLO, BUSCAMOS IR A QUALQUER LUGAR OU A LUGAR NENHUM	79
4 A IMAGEM DE SI – ESTÉTICA E TRANSFORMAÇÃO CORPORAL – PROCESSOS DE “ADEQUAÇÃO”	85
4.1 A AUTOIDENTIFICAÇÃO DA IDENTIDADE DE GÊNERO: DE TRAVESTI A TRANS	87
4.2 TRANSIÇÃO E AUTOAFIRMAÇÃO: TENTATIVAS DE BURLAR A SOLIDÃO	91
4.2.1 A busca pelo corpo perfeito	92
4.3 (RE) DESCOBRINDO A RAÇA	97
4.3.1 Mas você não é tão negra assim!	100
4.4. SOU MULHER DE VERDADE E MINHA ORIENTAÇÃO SEXUAL É NORMAL	104
4.5 ESTÉTICA E SEXUALIDADE	107
4.6 AS RELAÇÕES AFETIVO-SEXUAIS	108
5. PROFISSÃO, MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS	121
5.1 SOLIDÃO E PROSTITUIÇÃO	126
5.2 MOVIMENTOS SOCIAIS E DIVERSIDADES INTERNAS	133
5.2.1 O movimento Trans e Travesti no Brasil e a virada conservadora no país	136
5.2.2 Solidão e movimentos sociais	139
5.2.3 A solidão como um ato político: a política da dor	146
5.3 A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES TRANS E TRAVESTIS	149
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	161
7 REFERÊNCIAS	167
8 APÊNDICE A – Roteiro de Entrevista	182
APÊNDICE B – Termo de Autorização de Uso de Imagem e Depoimentos	185

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Ariane Senna, expressando o sentir-se sozinha	12
Figura 2	Morena e mulata linda	100
Figura 3	Ariane Senna e os dreads	102

1 INTRODUÇÃO

Figura 1 – Ariane Senna, expressando o sentir-se sozinha.



Fonte: acervo pessoal.

Esta dissertação de mestrado nasce da necessidade de falar sobre uma situação que marca a minha existência – a solidão que tem acompanhado toda a minha vida e que, ao longo do tempo, se espelhou nas vidas de outras Mulheres Trans e Travestis¹ com quem compartilhei desse sentimento. A solidão, dessa forma, marca a vida de Mulheres Trans e Travestis com quem me relacionei desde que iniciei a minha transição de gênero. A partir desse espelhamento de uma experiência coletiva, me propus a estudar a **Solidão da Mulher Trans Negra e Periférica** a partir de uma (auto) etnografia em que defrontei a minha trajetória com a de outras três interlocutoras, além da observação participante em situações etnográficas relevantes para a construção dessa dissertação. Sem rodeios, parto da ideia de que a solidão vivida por Mulheres Trans e Travestis negras e periféricas não se resume apenas à conjugalidade ou as relações

¹ Utilizarei os termos Mulheres Trans e Travestis, onde o termo Mulheres Trans contempla as Mulheres Transexuais e Mulheres Transgêneras, e o termo Travestis com o propósito de visibilizar e demarcar separadamente a identidade política que não se refere nem ao homem e nem à Mulher. Utilizo as letras iniciais em maiúsculo das palavras Mulheres, Travestis e Trans como uma forma de engrandecimento a essas identidades, não como superioridade mas como um resgate das identidades que foram historicamente minimizadas ou sub incluídas nos termos Mulher e/ou homem.

sexuais, mas à falta de uma rede de afetos e barreiras a que nós - Mulheres Trans e Travestis - estamos submetidas e que perpassam uma série de instituições a começar pela família, mas também pelo Estado, a escola, a religião, o trabalho etc., articulando diferentes eixos de subordinação (CRENSHAW, 2002), como o gênero, a raça, a classe e o território, dessa forma, não se resumindo também apenas à afetividade.

O objetivo geral deste trabalho foi o de compreender como se dão as relações sócio-afetivas de Mulheres Trans e Travestis negras no seu cotidiano em uma sociedade cisheteropatriarcal, sintetizando nossas existências sob a categoria de “solidão”. Além disso, busquei analisar a relação dessa solidão com a imagem de si, além de refletir sobre a nossa (re)existência em um contexto de estado de exceção no qual às pessoas Trans é imposta uma situação ambígua de isolamento social e exigência de amor próprio como condicionante de uma vida plena e feliz.

Nesta introdução, abordarei inicialmente a minha trajetória pessoal para desenhar as minhas motivações pessoais no estudo da solidão das Mulheres Trans e Travestis para, posteriormente, apresentar o campo conceitual e teórico que sustenta os meus argumentos, assentado nos estudos sobre solidão, nos estudos Trans e Travestis e brevemente nos estudos decoloniais. Por fim, apresentarei cada um dos quatro capítulos desta obra.

Me graduei em Psicologia, curso em que tive o primeiro contato com a universidade e onde descobri que a minha presença era fundamental para contribuir na reformulação e elaboração de um novo saber sobre a existência das pessoas Trans e Travestis, pois as visões no âmbito da universidade demonstravam o preconceito decorrente de sua ignorância em não saber lidar com a temática. Passar por essa etapa sem ter disciplinas que trabalhassem questões de gênero e sexualidades exigiu que eu mesma ficasse constantemente colocando tais questões em discussão. Porém, por outro lado, as críticas de colegas, por eu estar levando assuntos “que não tinham a ver com o curso de Psicologia” para a sala de aula, me conduziram a entender o quanto a Psicologia ainda é muito ortodoxa, o que me fez buscar um curso que me proporcionasse um embasamento teórico sobre os Estudos de Gênero e Sexualidade. O Bacharelado em Estudos de Gênero e Diversidade (BEGD/UFBA) me possibilitou ser ouvida não mais apenas pela lógica do senso comum ou lógicas disciplinares alheias aos estudos Trans e Travestis, e me levou ao que Stuart Hall (1997) buscava alcançar nos seus trabalhos: teorizar a política e politizar a teoria. Eu encontro, então, o arcabouço teórico que legitima as questões que levantava e levanto por todos os espaços que adentro.

No início dessa segunda graduação, fui aprovada no mestrado, nível acadêmico em que pude articular de forma interdisciplinar as questões de subjetividades, gênero, raça, classe e

território. No Programa de Pós-Graduação Multidisciplinar em Estudos Étnicos e Africanos (POSAFRO/UFBA), re-trabalhei aquele sentimento inicial transformando-o em um objeto de estudos que, para além de dar voz às interlocutoras, como se distante fosse nesse lugar de pesquisadora, inseria-me como sujeita e objeto nesse processo investigativo. Com isso enfrentei uma ideia recorrente nas Ciências Humanas de que a pesquisadora deveria ser “isenta”, “imparcial” ou “neutra” no processo de produção de dados e ressignifiquei o meu lugar enquanto pesquisadora, procedendo ao que Walter Dignolo (2005), Aníbal Quijano (2005), Edgardo Lander (2005) e Enrique Dussell (2005), precursores de uma perspectiva decolonial, chamam de “desobediência epistêmica”.

Escrever sobre si mesma é entrar na disputa epistêmica e de poder. Dessa forma, na escrita desse trabalho vivenciei grandes desafios, mas também conquistas. O primeiro desafio foi superar as barreiras do acesso de uma Mulher como eu na universidade e, além disso, que deseja pesquisar temas que visam a melhoria das condições de vida e existência de minha própria população. Por exemplo, foram constantes os questionamentos sobre o porquê de uma Mulher Trans, ocupando tais posições sociais e profissionais, se sentir sozinha; a visão de que esse sentimento de solidão não passaria de um efeito de um comportamento atribuído a nós Mulheres Trans e Travestis, resultado de um suposto “fechamento” de nós mesmas para o mundo, responsabilizando-nos por nosso próprio isolamento social. Essa “culpa cisgênera” a nós atribuída não leva em consideração o mundo transfóbico em que vivemos desde que iniciamos nossa transição de gênero – em algumas vezes desde que nascemos e de nossas primeiras socializações, como é no meu caso –, sobretudo por meio das modificações sociais, subjetivas e corporais, responsáveis pelo que Jaqueline Gomes de Jesus chama de “apartheid de gênero” (*in*. CAVALCANTI, 2020), um sistema em que as fronteiras entre o masculino e o feminino são construídas à força por uma sociedade cisheteropatriarcal extremamente violenta com as pessoas Trans.

A sociedade cisheteropatriarcal reproduz a ideia de que não temos “amor próprio”, ou seja, cria um problema e joga nas nossas costas (FAVERO, 2020b). Nesse mundo de exclusão e hiperssexualização, os próprios opressores nos aconselham a resistir de forma isolada, sem laços sociais fortes, excluídas da cidadania, o que implica numa crença que infelizmente coloniza as nossas mentes e corações de que devemos ser felizes nesse estado de exceção imposto a nós. Maria Clara Araújo, ao analisar a vida afetiva de Mulheres Trans negras diz sobre o espelhamento que encontrou nas leituras de bell hooks, onde “sente que em sua vida existe pouco amor ou nenhum amor” quando se percebe na existência de alguém que por mais que ocupe espaços em sociedade se encontra num lugar rejeitado (ARAÚJO, 2015a).

De acordo com Hilan Bensusan (2004), nossos desejos são politizáveis e conduzem as nossas libidos e estas também podem ser colonizadas. Dessa maneira, o regime político estabelecido pela sociedade cisheteropatriarcal e pelo sistema capitalista direcionam a nossa rede de afetos através de um disciplinamento que favorece a manutenção das relações de desigualdade entre raça, classe e gêneros e que nos colocam frente às escolhas entre a aceitação das regras e vivermos de forma solitária ou vivermos em inconformidade com as regras e politizarmos as nossas autoestimas. Semelhante a essa perspectiva, Ana Sofia Antunes das Neves (2007) aponta a necessidade de assumirmos o discurso amoroso como um discurso partidário e democrático, uma vez que ele aparece na sociedade ocidental como uma estrutura social para a manutenção das relações instituídas que, utilizando as ideias do amor romântico, busca consagrar os afetos entre os sexos e reproduzir as relações de poder hierárquicas entre homens e Mulheres. Conforme a autora aponta, o amor romântico estabelece riscos que incluem a falsa ideia de proteção às Mulheres, favorecendo apenas a dominação masculina. Nesse sentido, como as Mulheres Trans e Travestis estão alheias mesmo do contrato social amoroso, não nos cabe o lugar do amor, nem o amor romântico que favorece os homens, tampouco o confluyente que estabelece uma relação igualitária e recíproca entre os sexos.

Outra ideia a nós atribuída é que vivemos em um estado constante de tensionamento social, sintetizado na convicção de que estamos sempre “na defensiva”. Nós, Mulheres Trans e Travestis, especialmente as negras e periféricas, permanentemente feridas numa sociedade de exclusões e violências, muitas vezes letais, somos levadas a desacreditar da vida, inclusive da possibilidade de sermos amadas, de termos amigas e amigos, sermos respeitadas no mundo do trabalho e em todas as dimensões da vida social. Dessa forma, a sociedade cisheteropatriarcal encontra a todo momento justificativas para se distanciar da convivência conosco, com maior intensidade quando se trata de Mulheres Trans e Travestis negras e periféricas. Assim, a experiência Trans é abjeta, em que a abjeção é uma “potente categoria heurística nos estudos voltados para a compreensão do lugar reservado socialmente aos corpos sem inteligibilidade social” (BENTO, 2017, p. 49). Imaginem só! Uma pessoa que é submetida a uma série de violências e exclusões ter que defender a si mesma, já que não encontra ninguém, nem mesmo a Família ou o Estado, que possa intervir por ela na garantia de sua dignidade humana e de seus direitos básicos. Ser ou estar na defensiva é utilizar dos mecanismos de defesa disponíveis para quando e como achamos necessário, é uma questão de sobrevivência.

Será mesmo que temos que assumir a ideia de que não precisamos de ninguém para nos amar e nos aprovar socialmente ou conosco manter relações sociais de afeto? Por isso, mergulhei no universo da solidão que, como disse acima, envolve diversas dimensões na vida

de Mulheres Trans e Travestis, tais como a ausência do direito à família, escolaridade, educação, lazer, emprego, o direito de amar e ser amada, de não ser vista como uma patologia ambulante, aberração e/ou somente ser vistas como prostitutas, como se não tivéssemos outras possibilidades. Nossa solidão é a soma das exclusões que nos perpassam e que são intensificadas por marcadores sociais de diferença como a raça, classe, gênero e território.

Torna-se imperiosa a reflexão sobre as desigualdades sociais vivenciadas por nós, Mulheres Trans e Travestis, a partir de nosso próprio ponto de vista. Não que sejam inválidas as contribuições de pessoas cisgênero, entretanto, o giro decolonial exige a participação de sujeitas historicamente objetos de pesquisa na análise de suas existências. Corroborando com Ana Cláudia Pacheco (2013), ao buscar compreender o lugar atribuído às Mulheres negras nas investigações acadêmicas, é central a construção de uma “metodologia dos oprimidos”, como propõe também Glória Anzaldúa (2000), possibilitando a pluralização e criticidade dos saberes dominantes dada a amplitude de visão de mundo das populações dominadas. Dessa forma, esta dissertação milita pela maior participação das Mulheres Trans negras e periféricas na produção do saber, para que qualifiquem suas lutas e escrevivências como diz Conceição Evaristo (*in*. OLIVEIRA, 2009), para que essas Mulheres não se sintam sozinhas.

Na literatura científica sobre o tema da solidão não encontrei reflexões que tratavam esse sentimento de forma ampla, pelo contrário, sempre de forma restrita e muito ligada ora à ausência de parceiros afetivo-sexuais, ora à sua posição na organização social e política da sociedade. Pedro Paulo Sammarco Antunes (2013) aponta que de maneira objetiva e estrutural todas as pessoas se encontram em situações de solidão, mas o faz evidenciando o declínio da família como um “grupo unificado” a partir de meados dos anos 1960, ou seja, trata a solidão como um rearranjo das famílias. O sociólogo Norbert Elias (2001) analisa a intensificação, nas pessoas, do medo de “morrerem sozinhas”, particularmente após a industrialização nas sociedades modernas, mais uma vez analisando o sentimento de solidão a partir da falta conjugal. Já o sociólogo Richard Sennett (1988), tratando da solidão num viés político, apontou a existência da solidão do exílio e do sonhador, que existe naquelas pessoas que se rebelam contra as estruturas de poder. Também Michel Foucault (1976), ao tratar da hipótese repressiva, abordou transversalmente a temática da solidão ao demonstrar como técnicas e mecanismos de controle nas sociedades ocidentais conduzem os indivíduos ao isolamento.

Analisando a solidão de maneira mais ampla, a psicanálise nos mostra que a saída do mal-estar que vivenciamos em sociedade se dá fundamentalmente através da passagem pelo outro, chamada de contato de (re)identificação. Esse é o processo negado às Mulheres Trans e Travestis que são, como apontei acima, relegadas ao isolamento social. Han (2017) aponta que,

nesse processo, as pessoas têm buscado cada vez mais encontrar e seguir os seus iguais, num rechaço à diferença, o que promove uma sociedade da intimidade habitada por sujeitos íntimos narcisistas. Dessa sociedade emerge uma nova figura humana, aqueles que negam o prazer para não se sentirem expostos ao outro. Assim, ao mesmo tempo que a busca pelo outro está profundamente ligada à uma tentativa de escapar da solidão, da aflição e da fragilidade que vivemos, a abjeção das pessoas Trans e Travestis impede que os indivíduos da sociedade cisheteropatriarcal nos busquem como esse outro ou, quando buscadas, tratadas como uma relação fútil de curto período de duração, o que, para Bauman (2004), poderia ser categorizado como uma relação líquida:

Na medida em que os relacionamentos são vistos como investimentos, como garantias de segurança e solução de seus problemas, eles parecem um jogo de cara ou coroa. A solidão produz insegurança - mas o relacionamento não parece fazer outra coisa. Numa relação, você pode sentir-se tão inseguro quanto sem ela, ou até pior. Só mudam os nomes que você dá a ansiedade. (BAUMAN, 2004, p. 31).

Buscando equacionar esse problema contemporâneo para as Mulheres negras, Pacheco (2013) aponta que a solidão da Mulher negra é uma experiência emocional cujas dimensões estão atreladas à raça, gênero e classe social, impossibilitando-as de viver o amor. Para a autora,

A afetividade representa um projeto maior que englobaria união estável, constituição de família, convivência, casamento, filhos, casamento formal ou não, durabilidade na relação, qualidades que a ideia de “sexo” e de sexualidade, por mais que este último conceito fosse mais amplo, não explicariam, por si só, o leque de preferências afetivas. (PACHECO, 2013, p. 267).

Restringindo o tema da solidão à conjugalidade, a autora avança na reflexão ao articular diferentes marcadores sociais da diferença para compreender como a solidão para grupos de Mulheres marginalizadas é um referente à restrição de uma plena afetividade, uma vez que imprime no corpo da Mulher preta valores coloniais, posicionando-as como *Mulheres para trepar e não para casar*.

Dessa forma, a ideia de solidão nesta dissertação de mestrado se inspira nessa literatura acima e avança em relação a fatores tais como solidão e infância, solidão e família e, toda uma experiência de solidão e estado de exceção sobre os quais eu vinha refletindo em outros momentos de minha carreira. Acredito que essa dissertação é resultado de um amadurecimento teórico sobre o tema, pois não mais o trato como camadas que se sobrepõem, como o fiz quando

analisei serviços de saúde (SAUER; SENNA, 2016), a invisibilidade e importância de Mulheres Trans nas produções acadêmicas sobre feminismos (SENN, 2017a), trajetórias de vida (SENN, 2017b), a importância do trabalho psicológico com pessoas LGBTQs (SENN, 2017c) e a minha trajetória acadêmica (SENN, 2018). A solidão que me proponho a analisar envolve a conjugalidade e o afeto, mas é mais que isso, a solidão como uma dimensão social ampla: a solidão de ser, estar e se sentir sozinha em que mesmo não estando necessariamente só, por uma imposição da sociedade cisheteropatriarcal, nos sentimos sós. Essa solidão atravessa todas as nossas relações e situações cotidianas, seja quando não respeitam nosso nome e identidade de gênero ou quando nos vemos alijadas de quaisquer inclusões ou afetos nesse estado de exceção.

Questão clássica dos estudos Trans no Brasil, o desrespeito ao nome das pessoas Trans figurou em um dos primeiros artigos científicos sobre a temática Trans, publicado na Revista Estudos Feministas, principal periódico do campo na América Latina. No final dos anos 1990, a discussão sobre a “transexualidade” a partir da teoria feminista se concentrava numa analogia entre identidade civil e o reconhecimento da cidadania. A exclusão de quem não teve a oportunidade de registrar sua identidade social perante o Estado gerava a exclusão social. Indagando situações empíricas, dentre elas a da celebridade Roberta Close, Maria Consuelo Cunha Campos (1999) demonstrou como a identidade civil, para além de um documento formal, trazia o sujeito como fixo e normatizado. Assim, essa primeira onda de estudos Trans na teoria feminista buscou manifestar como as Mulheres Trans e Travestis estão à margem da sociedade, pois uma sujeita sem registro estatal não é vista como cidadã. Dessa forma, a (re)existência de Mulheres Trans e Travestis partia de uma inexistência em duplo sentido: não tinham o direito de serem identificadas como desejavam (mesmo as que já tivessem passado por modificações corporais para adequação de gênero), tampouco sequer tinham a oportunidade de um primeiro registro.

Nesse fluxo, no início dos anos 2000, vimos fortalecer a reflexão sobre questões Trans na teoria feminista. Entretanto, essas análises pouco escutavam sujeitas concretas, arguindo-se a partir da produção fílmica do período. Sônia Widner Maluf (2002) apontava como a modificação corporal é central para as Travestis, destacando a experiência de tornar-se o outro. Nesse sentido, a autora sintetiza a experiência da modificação corporal como a expressão da identidade Travesti, mas sobretudo, a capacidade de agência que o indivíduo tem sobre ele mesmo para reterritorializar-se da/na margem, tornando-se diferente dos outros, ganhando originalidade e desestabilizando as normas dominantes que hierarquizam as subjetividades. Ao estudar Travestis que se prostituem em uma região urbana do sul do Brasil, Rodrigo Borba e

Ana Cristina Osterman (2008) demonstraram a existência da ligação entre gênero, sexualidade e linguagem, onde as Travestis utilizavam um sistema gramatical de acordo com o que desejavam informar para as pessoas. A fluidez entre o masculino e feminino sustentada através da ambiguidade corporificada pelas modificações corporais realizadas pelas Travestis dariam a elas a capacidade de manipular os seus discursos diante das negociações desejadas. Dessa forma, a utilização dos pronomes e artigos femininos e masculinos demonstravam ser utilizados pelas Travestis a partir dos contextos e experiências em que as mesmas desejassem que fossem vistas e vistos como masculinos ou femininos, propondo desde já o lugar das Travestis como aquele da ambiguidade e, ao mesmo tempo aquele que não se encaixa nem no gênero masculino e nem no feminino. As discussões realizadas pelos autores se concentravam na busca dos sentidos das linguagens realizadas pelas Travestis.

Em meados dos anos 2000, fortaleceu-se o feminismo interseccional, através do qual foi possível consolidar os estudos Trans nas teorias feministas brasileiras. Os estudos de Interseccionalidade apontam sobre a existência de corpos que vivenciam duas ou mais opressões, de forma articulada. Nesse sentido, Lugones (2008) apresenta o termo *Mulheres de cor²* para referenciar as Mulheres não brancas que criticaram o feminismo hegemônico por não contemplar as intersecções entre raça, classe, gênero e sexualidade que marcam as mais diversas opressões vividas pelas Mulheres. Apresentando o termo *colonialidade do poder*, analisa o processo de colonização que se sustentou na categorização das coisas e pessoas a partir de uma lógica binária como homem *versus* Mulher, branco *versus* preto, burguesia *versus* proletariado... Essa movimentação tem (re)produzido o apagamento das mulheres de cor e de outras categorias que não se encaixam no binarismo colonial. Foi nesse sentido que nos anos 1980, a advogada e acadêmica Kimberlé Crenshaw (2004) propôs o conceito de Interseccionalidade para identificar como a discriminação de raça e de gênero operam, funcionando como uma barreira para a ascensão social das mulheres negras.

A Interseccionalidade, preocupada em perceber o que Patricia Hill Collins (2000) aponta como a matriz de opressão e/ou de dominação, nos mostra que ao invés de se perceber a identidade como o acúmulo de pertencas - “mulher+branca+heterossexual”, é necessário analisar a identidade como sendo conceitualizada do tipo “mulher x branca x heterossexual” (NOGUEIRA, 2017, p. 147), por exemplo. Esse olhar interseccional possibilita entendermos

² A autora o apresenta como um termo criado por mulheres não brancas (indígenas, mestiças, mulatas, e negras) nos Estados Unidos para denunciar as múltiplas opressões vivenciadas por elas, que se colocam não como vítima ou como uma identidade racial que se opõe a uma outra mas sim como a coalizão de todas aquelas não brancas e, como protagonistas do feminismo decolonial.

as experiências de Mulheres Trans e Travestis negras e periféricas em suas necessidades e especificidades, que em grande parte transgridem as expectativas sociais ao se deslocarem dos lugares demarcados socialmente como norma entre o gênero, a raça e a classe, o que requer como análise esta sensibilidade direcionada pela interseccionalidade. Assim, esse quadro conceitual, possibilitado pelo paradigma da interseccionalidade na teoria feminista, possibilitou o fortalecimento daquilo que podemos entender como Estudos Trans e Travestis ou “transfeminismo” (JESUS, 2014).

Dessa forma, esta dissertação faz aderência ao feminismo interseccional e se localiza no campo dos Estudos Trans e Decoloniais. Por isso, revisarei a vasta literatura sobre as transgeneridades, elegendo alguns eixos temáticos como a conceituação da identidade das Mulheres Trans e Travestis e a defesa da identidade de Mulher para elas, além de tecer uma associação entre as agendas políticas e acadêmicas das pessoas Trans e o paradigma decolonial.

Fundada na ideia de “erro de pessoa”³, a identidade das Mulheres Trans e Travestis é construída pela sociedade cisheteropatrinal como de uma “pessoa que vive no corpo errado”, ou seja, teríamos “uma mente (heterossexual) aprisionada em um corpo com o qual não [nos] identifica[mos]” (BENTO, 2006, p. 107). Nesse sentido, as Mulheres Trans e Travestis são comumente associadas ao universo cisgênero e à reprodução do modelo de Mulher submissa, na tentativa de se adequar as normas de gênero. Conforme propõe a socióloga e pesquisadora brasileira Berenice Bento (2017), existe um padrão da transexualidade que foi criado pelas ciências psi e médicas que apontam uma negação total ao órgão genital masculino, criando uma força normativa que oprime as pessoas Trans através de negociações das relações sociais baseadas na genitália. Entretanto, se as identidades Trans e Travestis antes eram vistas como um conjunto de comportamentos padronizados, com o fortalecimento do campo de Estudos Trans, passaram a ser analisadas como uma dimensão da esfera subjetiva, fundada na pluralidade. Como apontam as psicólogas brasileiras Maria Thereza Ávila Dantas Coelho e Liliana Lopes Pedral Sampaio (2014), não existe um consenso sobre o que são as identidades Trans e Travestis, além de que “as pessoas transexuais se sentem, desejam viver e ser reconhecidas como uma pessoa de outro gênero que não o esperado pela sociedade, com base no sexo biológico do seu nascimento” (COELHO; SAMPAIO, 2014, p. 13).

Especificamente sobre a identidade Travesti, estas seriam pessoas que não se identificam nem como homem e nem como Mulher (Olívia PAIXÃO, 2018). As enfermeiras e pesquisadoras brasileiras Anne Jacqueline Mendes Gomes e Michelle Araújo Moreira (2014)

³ Cf. NERY, 2011

dizem que as Travestis são pessoas que nasceram em determinado sexo, assumem os papéis de gênero do sexo oposto ao de seu nascimento e muitas o fazem por meio de modificações sociais, subjetivas e, não todas, corporais, através de cirurgias, hormônio-terapias e próteses de silicone. A partir dessas concepções, entendemos que as identidades Trans e Travestis não dizem respeito à ausência ou presença do pênis. Entretanto, no que tange esta pesquisa, a identidade Travesti é também vista como uma identidade política de valorização, como proposto por Indianarae Siqueira (*in. LUCON, 2011*), ou seja, uma ressignificação de um termo historicamente associado à marginalidade, sujeira, agressividade, loucura e patologia. Já o assistente social Ailton Santos (2014) aponta que a categoria Transexual, mesmo lida como patológica, passa a ideia de que não é uma escolha ou opção do sujeito, reproduzindo certa lógica de higienização social, ao passo que a categoria Travesti seria mais ligada ao contexto de prostituição conforme propõe também o psicólogo e pesquisador brasileiro Mário Felipe de Lima Carvalho (2011) ao apontar sobre a escolha do termo Transexual pelas próprias Travestis. Nesse campo político, como iremos ver, muitas Mulheres Trans e Travestis também têm disputado a semântica de nossas identidades.

Compreendendo as identidades como posições políticas, cabe ressaltar que tanto a categoria Transexual como Travesti são imbuídas de valores negativos e fortemente investidas do saber biomédico, necessitando, portanto, de uma ressignificação a partir de uma “guerrilha de linguagem” (CALDAS-COUTHARD, 2013). A nós, Mulheres Trans e Travestis, é negada pela sociedade cisheteropatriarcal a nossa feminilidade. Se, do ponto de vista *queer*, o “inimigo principal” é o binarismo de gênero (PERUCCHI, 2017), reivindicar politicamente a nossa feminilidade e a nossa posição como integrantes da classe social das Mulheres possui uma significativa força nas disputas de gênero na contemporaneidade, o que também não seria necessário se não vivêssemos no constante e insistente binarismo de gênero. Conforme apontam as escritoras Abigail J. Stewart & Alice McDermott (2004) a partir dos anos 1980, os estudos de gênero começam teoricamente a problematizar a oposição binária entre homem e Mulher, ou seja, a dicotomia de gênero, na busca de evitar a essencialização, pauta central do projeto político feminista e *queer*. E como analisa Teresa de Lauretis (1994), o “gênero representa não um indivíduo e sim uma relação, uma relação social; em outras palavras, representa um indivíduo por meio de uma classe” (DE LAURETIS, 1994, p. 211), diferente do que propõem as lutas transnacionais em defesa das identidades Trans que pontuam o gênero como uma experiência interna e individual (PRINCÍPIOS DE YOGYAKARTA, 2017), nos excluindo de uma coletividade. É da classe das Mulheres que somos excluídas pela cisnorma. Como aponta o antropólogo Don Kulick (2008), nós, Mulheres Trans e Travestis, “não esmorece[mos], não

[fugimos], não [nos escondemos]” (KULICK, 2003, p. 232). É nesse sentido que a Mulher Trans, negra e periférica Thiffany Odara quando escreveu sobre “Tran’Solidão” apontou a ambiguidade em que vivemos na medida em que escolhemos ser felizes por sermos quem somos mas, ao mesmo tempo, vivenciamos esse lugar de solidão que a sociedade determina para nós (ODARA, 2020). A resistência das Mulheres Trans e Travestis tem caminhado nesse lugar de viver nesse espaço solitário por assumir e carregar consigo a identidade corporificada. Assim, me alinho com muitas Mulheres Trans e Travestis na defesa de nossa Mulheridade, de forma engajada e política, uma vez que mesmo nos investindo nas mudanças sociais, subjetivas e corporais, ainda somos questionadas socialmente em nosso gênero e apontadas na multidão.

Além disso, a impossibilidade de circularmos despercebidas nos acarreta múltiplas violências, principalmente o risco da morte. Mortes essas que se materializam como crimes de ódio, como aponta a Mulher Trans Diana Tourjee:

Talvez o homem que atropela e passa por cima da mulher trans várias vezes não consegue matá-la suficientemente. Em um dado momento, ela já está morta, mas ele não acabou de matá-la. Por quê? É porque ele que destruir um traço de sua própria relação com aquela pessoa que vive, destruindo uma parte de si mesmo e da pessoa que vive ao mesmo tempo [...] talvez ele esteja reconstruindo seu gênero na medida em que continua a tentar despedaçar aquela mulher trans que nunca mereceu morrer. (TOURJEE, 2015).

Analisando essa condição, podemos perceber também que a ideia de assassinar uma Mulher Trans ou uma Travesti buscando incessantemente desfigurar os nossos rostos e/ou genitais, funciona como uma negação psíquica do indivíduo em aceitar a condição de um rosto feminino atrelado à um órgão genital masculino. Ou seja, a norma da cisgeneridade é sustentada em uma sociedade cisheteropatriarcal, ao nos fazer, como Mulheres Trans e Travestis, vítimas de supostos heróis que, ao nos matar, ensinam as novas gerações sobre os limites do gênero⁴. A morte de pessoas Trans como uma pedagogia do gênero sustenta a cisnorma (BONASSI, 2017; JESUS, 2012), assentada, como propõe Jaqueline Gomes de Jesus (2012), no senso comum de que não há diferença entre sexo e gênero. Essa diferença deveria ser teorizada nos termos de que:

Sexo é biológico, gênero é social. E o gênero vai além do sexo: o que importa, na definição do que é ser homem ou mulher, não são os cromossomos ou a conformação genital, mas a auto-percepção e a forma como a pessoa se expressa socialmente”. (GOMES, 2012, p. 6).

⁴ Cf. BENTO, 2017.

Corroborando essa definição, a antropóloga brasileira Adriana Piscitelli afirma sobre o sexo e o gênero que “o primeiro remete à natureza e, de maneira mais específica, à biologia, ao passo que o segundo se liga às construções culturais das características consideradas femininas e masculinas” (PISCITELLI, 2012, p. 439). Portanto, qualquer comportamento que destoe dessa cisnorma (DUMARESK, 2016; BONASSI, 2017) sofre uma repulsa que leva as pessoas vistas como diferentes a viverem nas margens da sociedade.

Em *Luzvesti*, escrito pela Travesti Dodi Leal (2018), percebemos através de uma analogia entre a luz e o gênero que enquanto a norma é iluminada e familiar, nossa existência Trans seria a sombra, o estranho. Nessa analogia que faz a junção entre Luz e Travesti, ela denuncia a transfobia no universo das artes, nos fazendo compreender ainda mais como as pessoas Trans estão subalternizadas nas profissões e, principalmente, nos processos de produção de conhecimento:

O próprio encontro mencionado sobre o universo feminino na iluminação cênica, foi pensado e realizado por mulheres cis, sem a presença de mulheres trans. Até aí nenhuma novidade: sou a única professora travesti a lecionar na área de Artes Cênicas no ensino superior brasileiro em 2018. (LEAL, 2018, p. 16).

Dessa forma, atuar por mais representatividade seria parte de nossa agenda no combate à marginalização e morte social das Mulheres Trans e Travestis. Assim, a autora me faz pensar sobre o quanto é necessária a presença de Mulheres Trans e Travestis nos processos de fazer e refazer as histórias das profissões, sobretudo, de seu papel na produção de conhecimento. Isso enfrentaria o silêncio epistêmico, historiográfico e acadêmico sobre as vivências das Mulheres Trans e Travestis. Como questiona Berenice Bento:

o silêncio das Ciências Sociais significa que não havia homens em processo de reconfiguração de suas subjetividades? Transexuais, gays, lésbicas, travestis no Brasil? Ao trazer esses “novos” sujeitos para o mundo conceitual e, supostamente, “representá-los” em nossos trabalhos, significa que os parimos? No mundo acadêmico, sim. No mundo da vida vivida, não. As travestis estavam nas ruas, reconstruindo seus corpos, produzindo sentidos originais para a relação entre corpo, sexualidade, gênero e subjetividade, mais eram invisíveis e invisibilizadas. (BENTO, 2017, p. 47).

Por isso, nesta dissertação, procuro articular ao longo dos capítulos autoras e autores Trans que têm produzido conhecimento no Brasil, como as Mulheres Trans e Travestis Amara

Moira (2007), Jaqueline Gomes de Jesus (2012, 2014;)⁵, Hailey Kaas (2015), Luma Nogueira de Andrade (2015)⁶, Maria Clara Araújo (2015a, 2015b), Viviane Vergueiro (2015), Leila Dumaresq (2016), Shelida Ayana (2016), Beatriz Pagliarini Bagagli (2017), Giowana Cambrone (2017), Linn da Quebrada (2017), Marina Reidel (2017), Dodi Leal (2018), Shopia Rivera (2019), Sofia Favero (2020a, 2020b), Thiffany Odara (2020), e Letícia Nascimento (2021) além de Laverne Cox (2009), e Diana Tourjee (2015). E os homens Trans João W. Nery (2011), Guilherme Almeida e colaboradores (2014) e Théo Brandon (2019)⁷, além de Jack Halberstam (2012) e Aditya Dutta (2019). Elas e eles apresentam reflexões e interpretações sobre as pessoas Trans que não coincidem com o conceito patológico e transfóbico que nos foi atribuído de forma colonial ao longo dos séculos, além de todas e todos contribuírem sobremaneira com as minhas reflexões sobre a solidão das Mulheres Trans e Travestis. Nesse sentido, parto da ideia de que nossas mentes e corpos foram colonizados por uma norma cisgênera em uma sociedade cisheteropatriarcal, exigindo-nos que nossa luta por nossas existências seja contra-colonial.

Os estudos decoloniais nos possibilitam uma visão crítica sobre a construção do saber, sobre o lugar e contexto de quem escreveu por nós, a fim de que possamos ter segurança sobre nós mesmas, sobretudo para fazer ciência. Nesse sentido, pensar a decolonialidade é refletir sobretudo sobre o modelo colonizador que por vezes as próprias teorias sociais do gênero e da sexualidade reproduzem. Por isso, além de um feminismo interseccional à luz dos estudos Trans, esta dissertação defende que sem descolonização não há liberdade. Não há possibilidade para que as Mulheres Trans e Travestis sejam reconhecidas socialmente, subjetivamente e corporalmente, enquanto cidadãs, sem emprendermos um projeto epistêmico-político em que se faz necessário atacar dois elementos nucleares do eurocentrismo: o evolucionismo e o dualismo, essenciais na imposição da dominação colonial da Europa no mundo (QUIJANO, 2005).

Nesse sentido, nós, Mulheres Trans e Travestis, temos que retomar o projeto de nossa Mulheridade, disputarmos socialmente o sentido de ser Mulher, combatendo o binarismo de gênero, nossa patologização e nossa exclusão. Como disse a Mulher Trans e negra Laverne Cox (2009), nosso projeto é coletivo:

⁵ Trabalhamos também com as reflexões da autora sobre “apartheid de gênero” (JESUS, 2020) e com as reflexões sobre corpo- positividade (JESUS, 2017).

⁶ Também foram relevantes as ideias da autora em entrevista intitulada *A Vida como Potência* (FERNANDES; TORRES, 2018)

⁷ Produção realizada juntamente com uma Mulher Trans, a Yuna Vitória.

Reconhecer a mim e à minha identidade complexa é uma oportunidade para nós de nos reconectarmos àquele sonho de libertação que não exclui, mas que é sobre todas as pessoas oprimidas se juntando para ter uma voz unida, unida em amor e na possibilidade de resgate. Não sou eu uma mulher? (COX, 2009).

Esta dissertação está dividida em quatro capítulos. No primeiro, apresento a metodologia do trabalho, o perfil das minhas interlocutoras e o contexto de nosso encontro (auto) etnográfico e inter-subjetivo. Já no segundo, abordo as dimensões da solidão da Mulher Trans negra e periférica: infância, família e a trajetória de lutas cotidianas das interlocutoras, considerando questões como a moradia, educação, saúde e o processo transexualizador, lazer, além da questão da competitividade feminina, das ruas como espaços de poder e solidão, além de uma análise sobre ser a única Mulher Trans nos espaços cisheteronormativos em que circulei e os desdobramentos disso na saúde mental e na religião.

No terceiro capítulo, abordo a relação da solidão com a imagem de si das Mulheres Trans e Travestis, examinando questões da estética e transformações corporais, assim como da luta por reconhecimento enquanto Mulher e negra e os processos de adequação que esse reconhecimento implica. No quarto capítulo, discorro sobre a luta pela profissionalização das Mulheres Trans e Travestis negras e periféricas, a importância e os tensionamentos dessas sujeitas nos movimentos sociais e a importância de adentrarmos nas estruturas das esferas públicas para que possamos retomar nossas vidas enquanto cidadãos e contribuirmos no combate à solidão estrutural. Nas considerações finais, apresento os resultados gerais desta dissertação, principalmente a partir da retomada da vida e busca por novos horizontes, refazendo-nos cotidianamente para possibilitar a nossa (re)existência.

Com essa investigação, busco apresentar vozes antes inaudíveis. Não acredito que os achados de solidão nessa obra são verdades acabadas. Meu esforço foi pensar a solidão sobretudo nas produções escritas pelas próprias Mulheres Trans e Travestis e trazê-la à tona a fim de que possamos problematizar e refletir sobre como nós, Mulheres Trans e Travestis, vivenciamos esse sentimento de estarmos e nos sentirmos sozinhas. Desejo a todas e todos uma excelente leitura.

2 AUTOETNOGRAFIA: A IMPORTÂNCIA DE ESCREVER SOBRE SI

Neste capítulo, apresentarei a metodologia da pesquisa que me auxiliou a compreender o sentimento da solidão entre Mulheres Trans e Travestis negras e periféricas. O percurso da pesquisa se assentou na (auto) etnografia e na análise de histórias de vida, uma vez que parti de minha própria trajetória ao encontro das trajetórias de outras três Mulheres Trans e Travestis de perfil similar: Aloma, Thálita Thábata e Malévola. No que tange a autoetnografia, trago à discussão e me baseio em autoras e autores como Daniela Beccaccia Versiani (2002a, 2002b), Marisa G. Ruiz Trejo, Silvia Marcela Bérnard Calva (2018, 2019), Carolyn Ellis, Tony E. Adams e Arthur P. Bochner (2019), e Laurel Richardson e Elizabeth Adams St. Pierre (2019). Já no que tange a análise de histórias de vida, dialogo com George Gaskell (2008), Pedro Paulo Sammarco Antunes (2013), e Wiliam Siqueira Peres (2015). Baseando-me nesse corpo de trabalho, pude produzir um encontro inter-subjetivo entre a minha trajetória e aquela das minhas interlocutoras.

A importância de escrever sobre nossas trajetórias se justifica não apenas para combater uma linguagem cientificista sobre o normal e o anormal mas, sobretudo, ao que Bento (2017) aponta para combater o próprio senso comum hegemônico, que tem se baseado na observação das relações entre os gêneros na tentativa de buscar comprovar uma suposta cientificidade, utilizando a escrita distanciada como um esforço de legitimar o que acredita ser certo ou errado. Nas palavras da autora:

A ciência é, nesse sentido, um processo de bricolagem e negociação. Para fazer existir um fato, é preciso ampliar a redes de aliados que o sustenta. [...] Nesse sentido, não há diferença entre as ciências exatas, biomédicas e humanas. Somos impelidos a fazer política. Não existe verdade sem convencimento. (BENTO, 2017, p. 306).

Nesse sentido de ampliar e (re)significar as nossas existências enquanto Mulheres Trans e Travestis é que dedico um olhar atencioso sobre nossas trajetórias de vida. Para isso, entrevistei minhas interlocutoras através de roteiros semi-estruturados com duração de aproximadamente uma hora e meia. Todas as entrevistas foram transcritas na íntegra e acompanhadas de diários de campo. As entrevistas foram realizadas em março de 2020, antes das medidas de isolamento social instituídas pela pandemia do novo coronavírus, em diferentes bairros periféricos da cidade de Salvador/BA. O critério geral para a escolha das minhas interlocutoras foi a autodeclaração como Mulher Trans ou Travesti, negras e residirem ou terem sido criadas em bairros periféricos da capital baiana. Além disso, levei em conta outros

marcadores como a profissão, a escolaridade, os diferentes graus de associativismo e a faixa etária, a fim de compreender, na articulação entre minha própria trajetória e o encontro intersubjetivo com elas, dados relevantes para analisar a solidão da Mulher Trans negra e periférica.

Das três Mulheres entrevistadas, uma concluiu o ensino superior, uma o ensino médio e uma o ensino fundamental. Duas apontaram ter algum grau de associativismo, seja através da participação em movimentos sociais organizados ou apenas em debates nas redes sociais. Todas são adultas, com idades de vinte e sete a trinta e oito anos, uma trabalha como operadora de telemarketing, uma como artista em casas noturnas e outra como manicure e vendedora de rifas. Dessas, duas complementam suas rendas com a prostituição, através do atendimento aos clientes à domicílio, sendo que uma delas, além desse atendimento, também oferece seus serviços em um cinema pornô. Nenhuma das três se encontra em conjugalidade e todas se autodeclararam heterossexuais pois se relacionam exclusivamente com homens cisheterossexuais, apesar de se posicionarem abertas a conhecer novas possibilidades de atração e afeto com homens Trans e Mulheres cis ou Trans. Nenhuma delas foi expulsa diretamente de casa, mas todas afirmaram ter se distanciado do ambiente familiar em algum momento de suas vidas para o crescimento pessoal e profissional – o que entendo como uma expulsão indireta do ambiente familiar. Todas acreditam que a experiência Trans envolve amplas modificações corporais e, em maior ou menor grau, se submeteram a elas, seja através da utilização de hormônios femininos, cirurgias plásticas e/ou injeções de silicone industrial.

Este capítulo está dividido em quatro subtópicos. No primeiro e segundo trago, respectivamente, o campo conceitual das abordagens metodológicas da autoetnografia e das histórias de vida. No terceiro, a partir do conceito de afetação de Sidney W. Mintz (1984) e Favret-Saada (2005), abordo o que tenho chamado de “espelhamento”, ou seja, a capacidade empática de perceber nas outras enfrentamentos semelhantes ao que vivi em minha própria trajetória pessoal. Por fim, no quarto subtópico, apresento minhas três interlocutoras: Aloma, Thalita Thábata e Malévola.

2.1 PERSPECTIVAS TEÓRICAS SOBRE A AUTOETNOGRAFIA

A autoetnografia é uma metodologia que tem como elemento marcante a ruptura das condições de neutralidade e imparcialidade entre pesquisadora e objeto de pesquisa, o que tem despertado cada vez mais o interesse por populações subalternizadas como Mulheres, negras e

negros, quilombolas e indígenas, e LBGTQIA+, lidas historicamente apenas como objeto de pesquisa. O ponto de partida da autoetnografia é que sujeitas dessas populações assumam o lugar de pesquisadoras e intérpretes de suas próprias existências e, com isso, ocupem a posição de produtoras de conhecimento (MAIA; BATISTA, 2021).

Silvia Marcela Bénard Calva (2019), organizadora de *Autoetnografia: uma metodologia qualitativa*, uma coletânea dividida em seis seções que reúne artigos que foram publicados por autores pioneiros e que se tornaram marco no desenvolvimento da autoetnografia, apontam sobre o fazer etnográfico, sua constituição, possibilidades e limitações. Dentre esses autores, Carolyn Ellis, Tony E. Adams e Arthur P. Bochner (2019), definem a autoetnografia como um método de investigação que descreve e analisa as experiências individuais do sujeito (auto) para entender a experiência coletiva/cultural (etno) utilizando, dessa forma, os direcionamentos da autobiografia que envolvem o fazer etnografia, o que eles apontam como o processo etnográfico e do escrever etnografia, que constitui o seu produto.

Os autores apontam que a autoetnografia surge a partir de um contexto, na década de 1980, em que os chamados pós-modernos vivenciaram uma crise de confiança em relação aos métodos de investigação das ciências sociais, passando a questionar os achados das pesquisas em tempos de colonialismo que investigavam e escreviam sobre povos e culturas colonizadas e exploradas econômica e politicamente, ignorando suas relações com eles e publicando as escritas como verdades científicas. Nesse sentido, podemos ver que a autoetnografia já nasce com o propósito de visibilizar as identidades políticas, as questões de representatividade e consequentemente, promover a quebra do silêncio dos sujeitos e/ou cultura investigada, inclusive as do próprio pesquisador, o que pode ser aproveitado com toda a experiência trabalhada de forma relacional com os indivíduos com que trabalharam.

Em qualquer pesquisa, constituindo-se ou não como autoetnografia propriamente dita, o pesquisador tem influência no seu processo de investigação, uma vez que é ele quem decide sobre quem, quando e onde investigar, se organizando para isso, a partir de suas próprias disponibilidades, afinidades e condições Carolyn Ellis, Tony E. Adams e Arthur P. Bochner (2019). Quando assumo fazer autoetnografia é por entender que, diferente de outros métodos

Majoritariamente aqueles que apostam e insistem nas formas canônicas de fazer e escrever a investigação se respaldam em uma perspectiva branca, masculina, heterossexual, de classe média alta, cristã e corporalmente capaz. Ao seguir essas convenções, o investigador não só descuida de outras maneiras de saber, mas também sugere que outras maneiras são insatisfatórias e inválidas. A autoetnografia, por outro lado, expande e abre a visão de mundo e se afasta das definições rígidas que consideram uma investigação

significativa como útil (ELLIS; ADAMS; BOCHNER, 2019, p. 20, tradução nossa).

De acordo com Carolyn Ellis, Tony E. Adams e Arthur P. Bochner (2019), fazer autoetnografia para além de fazer a utilização de um método, é possibilitar conhecer a si mesmo, conhecer nós mesmas, fazer com que as interlocutoras também possam ter um conhecimento sobre si, assim como também os leitores do trabalho, uma vez que passamos a questionar as formas de escrever sobre determinados sujeitos ou cultura, que passamos a exercitar a consciência sobre nós e sobre os outros, e que passamos a dar vozes a pessoas que talvez não a tivessem, se não fosse através de uma escrita como essa. Para os leitores, é oferecida, assim, a possibilidade de ler “testemunhos” e de se conscientizarem sobre um problema e/ou uma experiência, tornada acessível para todos: ao pesquisador-sujeito-leitor oferece-se a chance de vivenciarem determinadas experiências e se sentirem capazes para contribuir na mudança das circunstâncias que determinam a Solidão da Mulher Trans Negra e Periférica.

Sabemos que o fazer etnografia ou qualquer outro trabalho, implica questões éticas. No fazer autoetnográfico estamos ainda mais atentas à questão da ética relacional que diz respeito à proteção não apenas de mim mesma enquanto pesquisadora, mas também das minhas interlocutoras. Por isso, optei neste trabalho pela utilização de nomes fictícios não apenas das interlocutoras, mas também das sujeitas que elas citam, me comprometendo sobretudo com a essência e o significado ao invés dos detalhes, valorizando as narrativas das sujeitas a partir dos seus relatos, aspectos em que a autoetnografia respaldam a sua validade e confiabilidade do método (ELLIS; ADAMS; BOCHNER, 2019).

Não obstante, Carolyn Ellis, Tony E. Adams e Arthur P. Bochner (2019) apontam para as críticas que os autoetnógrafos recebem ao serem acusados de fazerem trabalhos pouco rigorosos para serem considerados ciência e insuficientemente estéticos para serem considerados como arte. Também afirmam que a autoetnografia busca corrigir essa contraposição entre ciência e arte uma vez que ela pode ser constituída com elementos de ambos, como ser rigorosamente teórica e analítica e, ao mesmo tempo também emocional e esteticamente atraente, junção essa que a autoetnografia se propõe a realizar.

Laurel Richardson e Elizabeth Adams St. Pierre (2019), escritoras também desta coletânea, apontam que o fazer autoetnográfico se inicia em um contexto de pós-modernismo e este entende que todas as verdades levantadas dizem respeito a interesses particulares locais e políticos de quem pesquisa; nesse sentido, uma posição pós-moderna entende que todo o conhecimento é parcial, local e histórico, não havendo nenhum método que se sobressaia a

outro. O fazer autoetnografia é a compreensão desse jogo de ciência que compreende e visibiliza todos os envolvidos no trabalho de investigação.

Nessa perspectiva, Daniela Beccaccia Versiani (2002b) diz que a autoetnografia propõe substituir noções de comunicação e representatividade, sem retirar o potencial científico do texto, fortalecido ainda mais quando abarca as singularidades dos sujeitos e trabalha assim como uma política de escrita que entende que os dados não são imutáveis e, sim, singulares, uma vez que a trajetória de vida de um sujeito está em constante interação com as de outros sujeitos.

Nesse sentido, ao tentar resgatar nos discursos de matizes autobiográficos a construção de subjetividades marginais (distintas do sujeito hegemônico branco, masculino e europeu, que se sobrepôs ao próprio conceito de Sujeito), teóricos e críticos literários evitariam as antigas estratégias de leitura que, afinal, construíram a noção de Sujeito unívoco e estável que ora pretendem desconstruir. (VERSIANI, 2002a, p. 58).

Penso que a questão do não silenciamento de pessoas historicamente subalternizadas perpassa pela resistência acadêmica que visa combater um padrão de “cientificidade” que insiste na lógica do distanciamento entre pesquisador e objeto de pesquisa. Portanto, sendo uma Mulher Trans, negra e periférica e estando neste processo de autoria de autoetnografias Trans e Travestis, espero contribuir sobretudo para a legitimidade na escrita que aponta também minhas próprias vivências enquanto pesquisadora e objeto da minha própria pesquisa. Portanto, não mais o outro terá possibilidades de me dizer o que é ser Trans, o que é ser negra e o que é ser periférica; eu assumo esses papéis.

Por isso, importa que Mulheres Trans e Travestis cada vez mais escrevam sobre si mesmas, inovando a ciência com o entendimento de que nosso conhecimento também tem valor. É nesse sentido que, ao praticar a (auto) etnografia como método central, aliada a outros, aceito o desafio de fazer ecoar nossas vozes e apostando nesse método de escrita que tem a capacidade de estudar com as experiências pessoais do pesquisador sem deixar suprimir as suas subjetividades (SENNÁ, 2018). Nesse sentido, quando escrevo sobre minhas experiências pessoais nesse trabalho, não me restrinjo a apenas contar a minha história, mas, através dela, apontar as similaridades com a experiência coletiva e cultural das minhas interlocutoras, me propondo a mostrar a história ao invés de contar, comparar e examinar os aspectos relevantes das experiências não apenas pessoais, mas sobretudo interpessoais, a partir das minhas anotações nos diários de campo e que respaldam as minhas entrevistas e minhas observações de forma que eu as utilizo em descrições de narrativas entre as minhas e as das interlocutoras.

Portanto, caro leitor (a), aqui vocês não encontrarão escritas de um trabalho em que a pesquisadora aponta ser externa à cultura pesquisada e com isso esbanja autoridade para estudar os outros. Por vias contrárias a isso, esta dissertação reúne nossas histórias de vida que, por meio de suas análises, pretende demonstrar as realidades, necessidades e especificidades de Mulheres Trans e Travestis negras e periféricas.

2.2 O USO DE HISTÓRIAS DE VIDA EM UMA PESQUISA AUTOETNOGRÁFICA

Além da (auto) etnografia e dos registros em diários de campo de nossos encontros intersubjetivos, tomei como método as histórias de vida, analisadas a partir da transcrição de entrevistas semi-estruturadas densas que realizei com as interlocutoras. Esses encontros intersubjetivos, que defrontaram a minha trajetória com a de minhas interlocutoras, foram interpretados através da metodologia das histórias de vida, uma vez que,

Através [delas] entramos em contato com a multiplicidade, diversidade e complexidades dos campos subjetivos, presentes nas experiências de cada pessoa, que nada tem a ver com as experiências de outrem, e que, por isso mesmo, não pode servir de modelo para comparação com outras pessoas ou outras formas de existir no mundo. Elas marcam singularidades. (PERES, 2015, p. 87).

Nesse sentido, Pedro Paulo Sammarco Antunes (2013) diz que “através da história de vida pode-se captar o que acontece na intersecção do individual com o social, assim como permite que elementos do presente se fundam a evocações passadas”. (ANTUNES, 2013, p. 117). Na tentativa de perceber os mais variados aspectos da solidão que cerca a vida de Mulheres Trans e Travestis, utilizarei, em parte deste trabalho, observações etnográficas que, como apontam os antropólogos Richard Parker, Gilbert Herdt e Manuel Carballo (1995), permitem que tenhamos um profundo contato com a vida, significado e interações da vida de quem nos propomos a observar em campo.

George Gaskell (2008) afirma que precisamos ter uma percepção de mundo como algo que não é dado de forma natural, mas sim construído pelas pessoas que o vivenciam, sendo, por isso, necessário que compreendamos as narrativas dos sujeitos em relação aos diversos contextos em que podem ser observados. Partindo desses pressupostos, esta pesquisa se propõe a apresentar de forma cuidadosa, minhas próprias narrativas, entrelaçadas às narrativas de

minhas interlocutoras, como instrumento de análise de vivências Transexuais, negras e periféricas. Entendo narrativa, tal como definida por Christine Delory-Momberger (2008):

[...] a narrativa é não apenas o meio, mas o lugar: a história da vida *acontece* na narrativa. O que *dá forma* ao vivido e à experiência dos homens [e das mulheres] são as narrativas que eles [elas] fazem de si. Portanto, a narração não é apenas o instrumento da formação, a linguagem na qual se expressaria: a narração é o lugar na qual o indivíduo *toma forma*, no qual ele/a elabora e experimenta a história de sua vida. (DELORY-MOMBERGER, 2008, p. 56).

Assim, busco através dos diálogos com minhas interlocutoras, perceber suas narrativas, valores e crenças, mas, sobretudo, os contextos sociais em que elas estão inseridas e que criam, modificam e mantêm a forma delas se comportarem. Nessa linha de argumentação, Treyce Ellen Silva Goulart e Márcio Caetano (2017) observam que, antes mesmo de um indivíduo narrar-se, ele movimenta suas redes de subjetividades, tanto por meio de elementos psíquicos quanto por meio de suas memórias, parentesco e o meio em que se insere, proporcionando através de suas narrativas uma representação de si mesmo e de seu contexto social.

Durante o percurso etnográfico, utilizei também como método, a observação participante (GASKELL, 2008). Com ela, estive mais aberta, buscando alcançar uma maior amplitude e profundidade de informações que me possibilitaram obter diversas impressões e observações que serviram como um conjunto de dados para uma análise posterior, com vistas a entender convergências e discrepâncias nos discursos das minhas interlocutoras. Saliento que, nesse processo, não me coloquei simplesmente como uma pessoa que analisa as narrativas dessas Mulheres, mas enquanto sujeito participante, permitindo fluir nossos discursos e vivências.

Sobre a realização das entrevistas, George Gaskell (2008) também afirma que a entrevista não se restringe à aplicação de questionários e perguntas, ela é uma troca de conversas, uma construção social que é realizada a partir da interação entre dois ou mais indivíduos. Portanto, mesmo antes de começar uma entrevista, é aconselhável que o entrevistador realize o que ele chama de *rapport*, um momento em que o entrevistador utiliza palavras que deixarão o entrevistado mais à vontade, encorajado a falar verbalmente ou não. Grosso modo, o *rapport* se refere a uma conversa mais “informal” e visa preparar o entrevistado para responder algo. “Deste modo, a entrevista é uma tarefa comum, uma partilha e uma negociação de realidades.” (GASKELL, 2008, p. 74).

Tendo isto em mente, consideramos a profundidade da entrevista. Ela é uma conversação um a um, uma interação díade. Mas ela difere de conversações comuns sob diversos aspectos. Ela demora mais que uma hora e se dá entre

duas pessoas que não se conheciam antes. Existe aqui um papel relacional incomum. Espera-se que uma pessoa, o entrevistador, faça as perguntas; e espera-se do outro, o entrevistado, que responda a elas. O tópico é uma escolha do entrevistador; o entrevistado pode ou não ter pensado seriamente no assunto anteriormente. (GASKELL, 2008, p. 74).

A capacidade empática fortalecida por vivências semelhantes às das minhas interlocutoras possibilitou um sentimento de espelhamento nos nossos encontros, sendo que, mesmo acontecendo a partir de uma estrutura de entrevista, eles nos permitiram abordar assuntos que se apresentam de forma tão sensível em nossas vidas, tais como o afastamento do ambiente familiar, as dificuldades de nos mantermos no ambiente escolar, de adentrarmos no mercado de trabalho formal e de encontrarmos parceiros sexuais fixos, o que refletiu em mim a possibilidade de ser afetada através dessa relação com elas e com o campo.

2.3 SER AFETADA: A RELAÇÃO COM AS INTERLOCUTORAS EM CAMPO

Uma questão sempre colocada para mim dentro do campo acadêmico tem sido a possibilidade de ser afetada pelas experiências que atravessam minha vida e as das interlocutoras. Isso me instigou a ler trabalhos de autores que já passaram por experiências similares, tais como os elaborados por Sidney Wilfred Mintz (1984) e Jeanne Favret-Saada (2005), que utilizaram como dimensões centrais de seus trabalhos o modo do ser afetado e o repensar a antropologia, questionando a necessidade de distanciamento sujeito-objeto. Os trabalhos desses autores apontam a química entre pesquisador e interlocutor como algo fundamental para que o trabalho de campo ocorra, oportunizando o autoconhecimento e confiança entre ambas as partes envolvidas.

Favret-Saada (2005), a partir do seu trabalho sobre o funcionamento da feitiçaria em Bocage, permitiu-se ser enfeitada, se colocando também enquanto sujeito de sua pesquisa, e a partir dessa experiência passou a reconsiderar a noção de afeto entendendo-o como um elemento de grande potencial para a pesquisa. Ela propõe repensar a relação pesquisador x sujeito e critica o pensamento paradoxal de muitos pesquisadores que negam o afeto, e que, com isso, negam a sua experiência humana. Ela defende a hipótese de que a eficácia de um bom trabalho se dá sobretudo através do afeto, esse contato com o outro. A autora aponta que aceitar ser enfeitada foi a única saída que ela avistou para acessar o que ela chama de um dispositivo que permitisse a elaboração de um conhecimento posterior, que não se trata nem da empatia

(pois esta supõe a distância e a representação de estar lá no lugar do outro), e nem da observação participante (que ela entende como algo realizado por muitos como algo que coloca o pesquisador no lugar da passividade), mas sim de um outro processo que ela chama de oxímoro:

Em retórica, isso se chama oxímoro: observar participando, ou participar observando, é quase tão evidente como tomar um sorvete fervente. No campo, meus colegas pareciam combinar dois gêneros de comportamento: um, ativo, de trabalho regular com informantes pagos, os quais eles interrogavam e observavam; o outro, passivo, de observação de eventos ligados à feitiçaria (disputas, consultas a adivinhos...). Ora, o primeiro comportamento não pode de forma alguma ser designado pelo termo “participação” (o informante, ao contrário, é quem parece “participar” do trabalho do etnógrafo); e, quanto ao segundo, “participar” equivale à tentativa de estar lá, sendo essa participação o mínimo necessário para que uma observação seja possível. (FAVRET-SAADA, 2005, p. 156).

A autora chama a atenção para que o que chamamos de observação participante não deve se restringir apenas à observação. No percurso metodológico desta pesquisa, a observação utilizada como metodologia desse trabalho é aquela que me permitirá ser ativa, opinar, vivenciar as experiências da pesquisa com minhas interlocutoras, levando em consideração, principalmente, o fato de eu não ser apenas uma pesquisadora, mas alguém que pertence ao grupo social estudado, um grupo específico da população que, historicamente, foi apagado da história e da possibilidade de fazer história.

De acordo com Favret-Saada (2005), estar no lugar de alguém que observa é estar também no lugar de quem percebe falas e comportamentos do outro, mas não sabe pensar e explicar como se dá a situação a ser estudada, como tal situação se inicia, para quem, e por quê. A autora aponta para o mecanismo de defesa utilizado por etnógrafos, que é a ilusão de ser a-cultural e não se deixar contaminar pelo objeto, ilusão essa que fez com que ela própria oscilasse entre o medo de participar das atividades de campo com suas interlocutoras, entrando assim em uma aventura pessoal, ou observar, manter a distância, mas realizar um trabalho vazio e superficial. Dessa forma, Favret-Saada ressalta que o problema não é se deixar ser afetada ou não pelo campo e suas interlocutoras, mas sim deixar o nosso conhecimento prévio (talvez o conhecimento acadêmico e teórico) como algo que deva acontecer como um complemento da experiência pessoal em campo:

Como se vê, quando um etnógrafo aceita ser afetado, isso não implica identificar-se com o ponto de vista nativo, nem aproveitar-se da experiência de campo para exercitar seu narcisismo. Aceitar ser afetado supõe, todavia, que se assuma o risco de ver seu projeto de conhecimento se desfazer. Pois se o projeto de conhecimento for onipresente, não acontece nada. Mas se

acontece alguma coisa e se o projeto de conhecimento não se perde em meio a uma aventura, então uma etnografia é possível. (FAVRET-SAADA, 2005, p. 160).

No mesmo sentido, Mintz (1984) apresenta três motivos gerais que fazem com que o antropólogo escolha determinado indivíduo para ser seu informante: por achar ele competente para falar de sua cultura, pela pessoa ter tido contato a agentes externos e/ou colaborado em outros trabalhos antropológicos como informantes, e/ou por haver uma química entre antropólogo e informante. Foi considerando esses motivos que o autor discutiu o caso de Taso (seu interlocutor) a fim de mostrar como ele se tornou sujeito do próprio livro. Demonstra que a escolha por Taso se deu justamente pelos motivos supracitados, pontuando a todo momento a relação de amizade que teve com seu informante durante anos e o quanto isso pode servir como crítica para muitos que a consideram como uma história de vida não convincente devido a amizade. Para Mintz (1984), não teria sentido uma relação com seu interlocutor se não fosse com afeto.

Felizmente, para além dessas experiências escritas por autores estadunidenses e europeus e do campo da antropologia, já encontramos, no Brasil, autores – e não só da antropologia – que já descrevem suas experiências a partir da lógica do afeto entre pesquisador e sujeito, no caso da psicologia, das/os psicólogas/os e pacientes/clientes que apostam na prática do afeto como garantia de excelência de um bom trabalho. Flávio Lopes Guilhon e Anna Paula Uziel (2016) apontam para as práticas de afetar e serem afetados em suas experiências de acompanhamentos psicossociais realizados com Mulheres Trans e Travestis no Estado do Rio de Janeiro. De acordo com os autores, a utilização do afeto serviu-lhes como um dos principais aspectos utilizados para legitimar as vivências Trans, proporcionando a produção de novas subjetivações e possibilidades de existência para Mulheres Trans e Travestis. Assim, ambos revelam a experiência de afetar e serem afetados como produção de um efeito de algo sobre o outro, apostando na postura de acolhimento afetivo como um aspecto fundamental de uma clínica-política que auxilia as Mulheres Trans e Travestis a enfrentarem o inevitável sofrimento psíquico ocasionado pela sociedade cisheteropatriarcal.

Sendo assim, apesar de nenhuma das minhas interlocutoras fazerem parte da minha trajetória de vida e não sermos amigas, a identidade Trans, negra e periférica nos uniu de tal forma, permitindo intimidade, uma linguagem comum, uma maneira de se comunicar, abertura, um acesso aos dados que seriam escolhidos, maior entendimento das violências, dos silêncios e das dores, das conquistas e das transformações, da solidão e das possibilidades de sua aceitação e superação, conforme veremos no decorrer deste trabalho.

A seguir, apresento brevemente o perfil dessas Mulheres e o contexto de nosso encontro. Espero, com isso, oferecer um conhecimento e reconhecimento dessas Mulheres que contribuíram para esse trabalho.

2.4 AS INTERLOCUTORAS DA PESQUISA: ALOMA, THALITA THÁBATA E MALÉVOLA

2.4.1 Aloma

Aloma é uma Mulher Trans e negra, de 38 anos, e tem o ensino médio completo. É artista de casa noturna, diarista, profissional do sexo, oriunda de Aracajú e moradora do bairro Dois de Julho em Salvador/Ba. Em suas palavras:

Aloma é uma Trans que chegou aqui simplesinha em Salvador, e se criou aos poucos, sou eu de verdade, assim. Hoje eu sou bastante conhecida no devido de ser Trans e do devido de eu fazer show nas casas da noite. (Aloma, 10 de março de 2020).

Conheci Aloma há quatro ou cinco anos, quando fui assistir a um desfile de beleza Trans em uma casa cultural no bairro de Plataforma, no Subúrbio Ferroviário de Salvador. Em meio a tantas outras candidatas, chamava não só a minha atenção, mas a de toda a plateia, uma Trans preta, gorda e caricata. Ela fazia todas as pessoas rirem e se alegrarem com seu sorriso largo que apontava uma sobra entre os dois dentes da frente deixando aquele aspecto “janelinha” aberta. Aloma ganhou o título de Miss Simpatia da noite e lembro que a apresentadora do programa anunciava que ela era uma candidata que veio diretamente de São Paulo. Saí daquele espaço, assim como todas as pessoas, encantada de conhecer aquela Mulher Trans tão sorridente e carismática. Naquela época, eu ainda morava no bairro de Pernambués com um parceiro fixo. Então, depois do evento, fomos para casa e eu não sabia se veria novamente aquela Mulher já que representava, naquele desfile, alguém que não fosse nem baiana e nem soteropolitana. Ao chegar em casa, abri o *Facebook*, a procurei por meio de amigas em comum, a encontrei e mandei o convite de solicitação de amizade. Fui aceita e esse foi o nosso primeiro contato direto.

Depois de um ano, separei do parceiro e, por ele não aceitar o fim da relação, colocando minha vida em risco, fui orientada pela juíza de proteção à mulher a sair do bairro para evitar contato, já que ele se recusara a sair inclusive da casa em que morávamos juntos de aluguel e a devolver e repartir os pertences. Deixei tudo para trás e fui morar nos Barris, um bairro também no centro de Salvador, próximo ao Dois de Julho. Foi aqui que pude reencontrar Aloma, andando pelas ruas, por vezes sozinha e por outras acompanhada de um garoto que à noite se transformava em garota e trabalhava com programa nas esquinas do centro de Salvador, a quem ela chamava de filha e ela a reconhecia como mãe. Avistava-a sempre sorridente me cumprimentando com olhar de respeito e admiração. Até hoje, nossa relação nunca passou disso. Quando a vi pela primeira vez nas ruas do centro, dois ou três anos depois, quase não a reconheci. Estava muito magra. Em alguns momentos nos vimos em casas de show noturnas onde ela se apresentava, no Grupo Gay da Bahia onde se apresentava dublando Preta Gil no Chá Trans – evento que reúne Mulheres Trans e Travestis uma vez por mês na Sede do Grupo Gay da Bahia (GGB). Quando me mudei para o Dois de Julho, passei a vê-la com mais intensidade pelas ruas, em uma frequência de uma vez por mês. Certa vez, passeando com seu cachorrinho, ela me mandou aquele seu *tchauzinho de Miss*. No dia dez de fevereiro de dois mil e vinte, liguei para Aloma para combinar o nosso encontro.

- É Ariane. É... Lembra que eu te liguei, né? Na semana passada pra falar sobre a questão da pesquisa e tal... Vem cá... 'Cê 'tá morando aqui no Dois de Julho que tu disse, eu não sei aonde é ainda. É... A gente poderia conversar amanhã sobre... fazer essa entrevista amanhã? 'Cê poderia me receber aí amanhã? Poderia ser a noite? Seria algum problema pra você? – Perguntei a ela por áudio. – Tipo assim... Sete ou oito horas da noite, por aí, poderia ser?
- Perguntei por outro áudio. – Eu tô te falando Aloma, amanhã, né? Terça de noite porque é o horário que eu tenho para essa semana, entendeu? Essa semana durante o dia eu não consegui de dia, mas se você não puder, tiver problema também em fazer algum dia desses de noite é... Eu posso fazer semana que vem, entrar em contato com você semana que vem para fazer durante uma tarde, se você preferir. É porque essa semana eu não tenho como mesmo. Se puder amanhã, a gente já faz amanhã mesmo. É uma horinha, uma hora e meia, a entrevista. – Acrescentei para ela em um terceiro áudio.
- Pode ser a noite sim. – Respondeu ela.
- Arrasou, Mulher. Obrigada. – Respondi na mesma hora.
- Sete ou oito horas porque às nove horas vou pro marujo. – Disse ela se referindo à sua ida a uma boate/casa de show noturna que fica na Rua Carlos Gomes no centro de Salvador onde ela faz suas apresentações artísticas.
- É bom que eu adianto logo isso. – Disse para ela.
- Ok, te espero. — Ela me respondeu.
- Mas não sei onde você mora. — Disse para ela.
- No areal de baixo. Ao lado do açougue. — Disse ela. — De frente ao Pirâmide. Se referindo à localização de sua casa, que fica em frente ao hotel

Pirâmide que fica no largo Dois de Julho. — Ariane, boa noite, deixa eu te contar aqui, eu fico de frente ao Pirâmide aqui desse lado de lá do açougue é... Logo no início, aqui mesmo, do ladinho mesmo do açougue, passou do em frente ao açougue. Não tem aqui onde vende o frango? Frango assado? Aí eu moro aqui, do mesmo lado, do frango assado, entendeu? Qualquer coisa eu lhe espero, mulher. Quando der sete horas eu fico aqui na porta aí você vai me ver logo. 'Tá bom? A gente fica entrando em contato amanhã. Umas seis e meia eu ligo para você para dizer que estou lhe esperando, viu? Beijos. — Acrescentou ela via áudio.

— Hotel Pirâmide? Certo. Obrigada mesmo. Boa noite. — Respondi a ela que me enviou em seguida uma figura de uma boneca de Maria Chiquinha e vestido rosa soprando beijo em um coração vermelho.

— Outro. Até amanhã. — Respondi a ela encerrando o nosso contato. (Diários de Campo, 09 de março de 2020).

Aloma mora em uma casa de aluguel. A entrada da sua residência perpassa pelas entradas de outras em diferentes andares do mesmo prédio em que mora. Enquanto ela abria o portão do prédio para entrarmos em sua casa, sua cadelinha com quem ela estava passeando quando a encontrei na esquina, correu para a casa em que ela mora parando na porta. Eu ri. Perguntei a Aloma se era uma cadela ou um cachorro já que eu já a chamava de ela e dizia o quanto a cadelinha era inteligente. Ao entrarmos na casa, retirei minhas sandálias, deixei na porta – sendo questionada por Aloma por ter feito isso – e me sentei no sofá da sala. Aloma ligou um ventilador que ficara em nossa direção e se sentou do meu lado. Expliquei a entrevista. Informei o tema, disse que não era obrigada a falar de algo com o que não se sentisse confortável, falei sobre a duração e expliquei que poderia levar em média uma hora e meia, apresentei o termo de consentimento que ela deveria assinar e informei que utilizaríamos um nome fictício, mesmo ela querendo que permanecesse o seu nome real, a fim de preservar as imagens das pessoas e garantir uma melhor tranquilidade às interlocutoras, uma vez que adentraríamos em narrativas e questões que nem sempre seriam agradáveis ou confortáveis para elas. Informei a forma de gravação por áudio e por meio do celular e iniciei a entrevista que durou uma hora e vinte e oito minutos.

Após a entrevista que fizemos em sua casa, Aloma me levou até a esquina que fica na rua de sua casa – no mesmo lugar em que eu a encontrei inicialmente –, juntamente com sua cadelinha e lá nos despedimos com um abraço, agradecendo novamente a ela pela contribuição à pesquisa. Aloma é o nome que ela mesmo sugeriu para ser chamada quando, no final da entrevista, perguntei se ela tinha algum nome de preferência que gostaria que eu utilizasse na pesquisa. Segundo ela, Aloma é um nome de uma Mulher guerreira e que ela utilizou durante o tempo que vivenciou a prostituição na Itália. Quando perguntei se alguém poderia identificá-

la por esse nome, aqui no Brasil, ela respondeu que apenas duas Mulheres Trans/Travestis, que também vivenciaram a prostituição na Europa e que sabem desse seu nome.

2.4.2 Thalita Thábata

Thalita Thábata é uma Mulher Trans e negra, de 28 anos de idade, oriunda de Ilhéus, formada em Educação Física, atendente de telemarketing e moradora do bairro de Pirajá.

Então... Thalita Thábata é um nome, é um apelido na verdade, um nome social, né? que eu utilizei em alguns espaços, mas meu nome de registro é Vitória da Silva Nascimento [...] atualmente, Thalita Thábata, eu, trabalho na área de telemarketing, uma área que, apesar de ter várias controvérsias referentes à atuação, gosto muito de estar naquele espaço porque não me sinto muito isolada como no meu trabalho atual – operadora de telemarketing – e consigo me manter financeiramente, enfim e gosto de 'tá naquele espaço porque eu me sinto muito bem confortável com os meus colegas, me sinto muito bem acolhida. (Thalita Thábata, 13 de março de 2020).

Conheci Thalita Thábata há cerca de dez anos, em espaços e atividades construídas pelos movimentos sociais. Viramos amigas de *Facebook* e, por vezes, nos encontramos em eventos organizados por ativistas LGBTs. Por vezes, Thalita Thábata me envia alguma mensagem via *Whatsapp* ou *Facebook* perguntando sobre algo relacionado aos direitos da população Trans e nossa relação tem sido isso. A última vez que a vi pessoalmente foi em um evento que organizei na Defensoria Pública do Estado da Bahia sobre o dia nacional da visibilidade Trans e Travesti. No evento, eu não passava muito bem, cheguei um pouco atrasada e me sentei em um banco bem na frente da mesa de convidados. Em determinado momento, Thalita Thábata chegou até mim, me olhou com brilho nos olhos e com muita admiração e disse que eu estava muito linda. Convidei-a para se sentar ao meu lado e tirei uma *selfie* nossa daquele momento. Poucos momentos depois, ela se despediu de mim, informando que não poderia mais permanecer no local pois deveria chegar no horário de trabalho logo pelo turno da tarde. Me pediu que eu recebesse a Kayra, sua amiga Trans que necessitava de ajuda por um processo com sua família. Disse para ficar despreocupada quanto a isso e que iria recebê-la sim. Essa havia sido a última vez que a vi pessoalmente.

No dia nove de março de 2020, exatamente às 10:14, mandei uma mensagem para Thalita Thábata perguntando sobre sua disponibilidade em participar da entrevista. Eu já havia ligado para ela quinze dias antes apresentando e convidando ela para participar. Com o aceite de

Thalita Thábata, faltava apenas combinarmos o detalhe do encontro, o que foi feito nessa ocasião, combinando a entrevista para dia treze de março (na sexta-feira). No dia seguinte, sexta-feira 13 de março, na sala de trabalho, recebi uma mensagem de Thalita Thábata às 10:07 da manhã, falando que houvera novas mudanças nos seus horários.

— Olá dian. – Escreveu ela. Provavelmente por engano ou erro de digitação.
 – Ariane, eu vou para a casa agora porque eu vim trabalhar, só que eu tô com meu banco de horas muito alto, entendeu? E a gestora mandou me liberar, aí me liberou hoje, tá? Amanhã e segunda, ohhhh... sexta, sábado e domingo, ok? Éeee, se você tiver online aí, 'cê poderia vir agora ou a tarde, depois do almoço, cê pode ir lá em casa, eu marco como é que 'cê chega. - Complementou ela por mensagem de áudio de *Whatsapp*.

— Oi, amiga, então, eu vou. Eu 'tô no trabalho aqui na Defensoria. Eu posso sair daqui e ir para aí sim, como é que eu faço? Me diga aí? Me explique tudo. Eu saio daqui, vou almoçar e passo aí. E vou. Só que eu não sei onde ir viu? Não sei por onde ir, me explique aí. Pego o metrô e faço o que? — Perguntei a ela por mensagem de áudio. — Ótimo. É bom que vocêeee, que a gente adianta, entendeu? Adianta logo isso. Me diga aí. Eu saio daqui do jardim baiano meio dia. Aí eu vou passar em casa, deixar uma bolsa rapidinho que eu tô com peso, que é aqui perto mesmo, no Dois de Julho que eu moro, e pegar o metrô e ir pra aí. Comer, pegar o metrô e ir pra aí. Me diga! — Acrescentei para ela, via mensagem de áudio.

— Pronto, então meio dia você sai daí, 'tá? Vai pegar o metrô, vai descer na, na estação Pirajá, vai pra plataforma 1, 'tá? É logo na, quando você acaba de descer a escada. Na plataforma 1 tem, tem... Pirajá rua velha e Pirajá rua nova conjunto, 'cê pode pegar qualquer um dos dois, certo? Quando você pegar o ônibus, você vai pedir ao motorista que ele te deixe no condomínio Alto de Pirajá, depois do posto de Ipiranga, posto de gasolina. Eu 'vô 'tá te mandando a foto, da entrada da minha casa, da onde você deve saltar e vou 'tá te esperando lá. Tá bom? – Disse ela via mensagem de áudio.

— Pronto. Arrasou. Estou saindo aqui agora da Defensoria. Vou te avisando aqui. Até daqui a pouco.

— Quando encerramos essa nossa conversa, já eram 12:08. Saí rapidamente do trabalho e, enquanto ia para, vi o celular vibrar de mensagens. Quando olhei as mensagens do *Whatsapp*, ouvi um áudio de Thalita Thábata que me convidava para almoçar com ela.

— Ariane, se você puder me responder, me responda aí. Deixe pra almoçar aqui em casa comigo. Aí você vem, quando 'cê sair daí 'cê vem, 'cê almoça aqui em casa. Aí eu quero que você escolha, você quer almoçar um... pode escolher viu? Você quer almoçar macarrão ao molho branco, você prefere feijão tipo feijoada? Arroz e carne do sol? (Diários de Campo, 12 de março de 2020).

Respondi a ela sobre a minha preferência da comida, peguei o ônibus e fui para a casa dela. Quando desci do ônibus no local combinado, antes mesmo de virar a primeira esquina da rua, encontrei Thalita Thábata que me recebeu com um sorriso no rosto e juntas, fomos caminhando para sua casa. Conversando durante o trajeto, ela me disse que mandou as fotos e instruções prontas para mim, da mesma forma que manda para os clientes que ela atende em

sua casa, quando faz programa nos turnos em que não está no trabalho formal. Quando entrei na casa de Aloma, a mesa do almoço já estava pronta. Eu já havia almoçado mas não hesitei naquele convite que poderia me proporcionar um maior entrosamento e observação no campo. Almoçamos e em seguida partimos para a entrevista enquanto a irmã dela, que também almoçou com a gente, entrou em um dos quartos da casa e ali ficou. Foi na sala e na mesma mesa do almoço que realizamos nossa entrevista.

Depois da entrevista que realizamos em sua casa, Thalita Thábata me chamou para nos sentarmos no sofá. Sua irmã estava no quarto. Ali, no sofá, Thalita Thábata começou a falar com um homem via videoconferência e apontou o celular para mim; eu dei tchau para o homem que mordida lábios e colocava a língua para fora. Dei risadas e comecei a mexer no meu celular. Thalita Thábata dissera que era um gringo com quem conversava. Enquanto isso, ela postava uma foto nossa num grupo de LGBTs do Estado da Bahia e escrevia na legenda “Visita Ilustre de Ariane Senna primeira Mulher Trans Psicóloga de Salvador. Pessoa muito especial pra mim.” (Diários de Campo, 13 de março de 2020). Almoçamos juntas e depois ela me chamou para a cozinha, onde lavou os pratos. Enquanto fazia isso, me perguntava se eu sabia que uma Trans que era sua amiga havia destransicionado e “virado homem”, além de outros acontecimentos no meio Trans, além de me fazer convite para festas e retorno à sua casa.

Continuamos conversando por alguns instantes sobre festas e a relação dela com os vizinhos do bairro. Instantes depois, eu disse a ela que gostaria de ir embora. Ela concordou e disse que me acompanharia até o ponto de ônibus. Chegando ao ponto de ônibus (quase uma esquina que liga com a BR 324) eram até de incomodar, os olhares, piadinhas e buzinas que tanto os motoristas quanto homens pedestres direcionavam a nós duas. Thalita Thábata me dissera que ali era um ponto de prostituição onde ela e outras Mulheres Trans da região trabalham às noites, e me falou sobre como ela já ganhou muito dinheiro ali, chegando a faturar quinhentos reais em uma noite.

Momentos depois, se aproximou meu ônibus no mesmo momento em que parou um carro que tinha como motorista um homem negro dirigindo que perguntou para onde iríamos. Eu dei um tchau para Thalita Thábata, fingi que não ouvi o homem e entrei no ônibus. Ainda ao entrar, ouvi Thalita Thábata dizer ao homem do carro que não iria a lugar algum, que eu é quem estava saindo e que ela apenas me acompanhava até o ponto de ônibus. Entrei no ônibus e a vi conversando com ele e rapidamente fez-se certa distância entre ela e o carro. Não sei mais o que aconteceu daí. Também não perguntei, mas sei que ela está bem porque, assim que cheguei em casa, ela respondeu a uma mensagem que enviei para ela agradecendo mais uma vez por ter aceitado participar da pesquisa.

2.4.3 Malévola

Malévola é uma Mulher Trans, negra, de 27 anos, que possui o ensino médio completo e está realizando seu curso técnico de Enfermagem. É cabeleireira, manicure e vendedora de rifas. Oriunda e moradora do bairro de Fazenda Grande do Retiro. Em suas palavras:

Malévola é uma garota que tem vinte e sete anos, cheia de sonhos é... pensa em viver como uma pessoa normal perante a sociedade, ter a minha casa, meus amigos, a minha vida pessoal como uma pessoa comum, como qualquer outra. (Malévola, 20 de março de 2020).

Conheci Malévola em fevereiro de dois mil e dezessete, através do meu trabalho na coordenação de direitos humanos da defensoria pública do Estado da Bahia, no primeiro mutirão de retificação de nome e gênero para pessoas Trans que realizamos na Estação da Lapa, no centro de Salvador. Aquele era um momento em que eu fazia uma triagem com as pessoas Trans que buscavam atendimento, e tirava dúvidas, e que sempre acabava com risos e compartilhamentos de informações sobre o universo Trans. Malévola foi uma dessas pessoas, e a partir dali ela começou a me seguir no *Instagram*, mandando por vezes alguma figurinha de beijos, abraços e aplausos em minhas postagens. Depois disso, eu a vi com amigas na Avenida Sete de Setembro (Centro de Salvador), no carnaval. Estávamos eu e mainha no entorno da Praça da Piedade quando a vimos vestida com uma fantasia que parecia de colegial. Uma saia curta e rodada de babados, uma blusinha com botão na frente, uma boina e meias brancas bem longas que vinham acima dos seus joelhos. Toda a roupa era azul e branca. Falei com ela, me apresentei e apresentei mainha. Ela e suas amigas permaneceram ali por perto durante um tempo e depois saíram, sendo que eu não mais a vi naquele carnaval. A última vez que vi Malévola foi na Parada LGBT do bairro da Fazenda Grande do Retiro, onde fui homenageada enquanto personalidade Trans ativista. Ao descer do trio, prestes a ir embora, encontrei a Malévola junto com uma amiga Trans que vestia a mesma fantasia que ela: uma saia rodada rosa que parecia com a de bailarina e um top branco com um calçado nos pés – talvez uma sapatilha ou salto alto baixo. Cumprimentei as duas e atravessei a rua com mainha, que estava novamente comigo, para chamarmos um uber. Essa foi a última vez que vi Malévola pessoalmente antes da entrevista. Esse evento foi em setembro de dois mil e dezenove. Depois disso, ficamos na relação de redes sociais. Seis meses depois, mandei uma mensagem de *Whatsapp* para

Malévola, para acertar detalhes do nosso encontro, onde fui informada sobre quais os melhores dias e horários para ela me receber em sua casa. Combinamos para o dia vinte de março, de acordo com a disponibilidade de Malévola. Mandeí mensagens de *Whatsapp* para ela, duas vezes por semana, relembrando do nosso encontro, até que chegou o nosso dia.

— Oi amora, Como é que você 'tá? Tudo bem? Deixa eu te falar, cheguei aqui em casa, vou tomar um banho, vou comer e vou para aí, 'tá? Que horas eu posso ir? Me diz aí, até que horas posso chegar? — Perguntei a ela, por mensagem de áudio.

— Tá bom pode vim estarei em casa. — Respondeu ela, por mensagem de texto.

— Certo, ó, Malévola, me diga o endereço da casa, com número da casa certinho, porque se demorar muito o ônibus, estiver muito difícil eu vou pedir um uber pra aí. Aí você me dá pra eu botar o endereço certinho aqui, pode ser? — Perguntei a ela, por mensagem de áudio.

— Se você pegar o uber vc coloca fazenda grande do retiro Banco do Bradesco só tem esse banco aqui é na via principal e te pego na frente do banco. — Disse ela por mensagem de texto de *Whatsapp*. — Se você vier de ônibus, você vai pegar ônibus aonde? Na Lapa é?

— Isso, na Lapa. Se você vier de ônibus e pegar ônibus na Lapa, você vai soltar no ponto em frente ao Bradesco. Não vai ser do mesmo lado mas você soltando no ponto, você já vai ver o Banco do Bradesco, entendeu? Que é na via principal também, não tem errada. — Completou ela, com duas mensagens de áudio. Você vai pedir pra soltar no ponto do banco do Bradesco não tem errada qualquer dúvida me avise. — Disse ela, por mensagem de texto, novamente sobre a referência do local onde eu deveria ir encontrá-la.

— OK. Vou te dando notícias. Até mais. — Respondi a ela, por mensagem de texto.

—Ta ok.

Com meia hora de relógio ainda no ponto de ônibus, aguardando o ônibus que ainda não passava, mandei uma mensagem de texto de *Whatsapp* para Malévola, dando satisfações sobre a demora do ônibus.

— Estou no ponto de ônibus da lapa, aguardando ônibus, já tem meia hora. Disse a ela.

— Ele demora um pouco depois que colocaram metrô eles reduziram a frota de ônibus. — Respondeu Malévola por mensagem de texto.

— Vou aguardar mais um pouco pra ver. — Respondi a ela, enquanto lia um livro a fim de me distrair com a espera do ônibus.

— Tá bom Ary — Respondeu ela por mensagem de *Whatsapp*.

Após mais meia hora, o ônibus chegou e eu entrei.

— Entrei no ônibus agora. Já já tô aí. — Disse para ela através de mensagem de texto.

— Tá bom. — Respondeu ela. (Diários de Campo, 20 de março de 2020).

Às 15:50, mandei mensagem para ela, informando que acabara de chegar no ponto do Banco do Bradesco. Desci do ônibus em frente ao banco do Bradesco, conforme sugerido por Malévola. Assim que desci, mandei mensagens de texto por *WhatsApp* para ela informando que já estava no local combinado. Em instantes, avistei Malévola saindo de uma rua em frente ao

banco em que eu estava. Ela abriu a porta e pediu que eu entrasse, me guiando para o seu quarto onde iniciamos a entrevista.

Diferentemente de todas as interlocutoras que sugeriram um nome fictício para si mesmas, Malévola informou ter dificuldades para pensar um nome e solicitou minha ajuda. Após ouvir toda sua história de vida, sugeri para ela o nome Malévola⁸, informando o significado que aquele nome teria para a sua história. Ela sorriu e imediatamente acatou a minha opinião. Conversamos por mais alguns instantes até que pedi a ela para que me levasse até o ponto de ônibus. Nas esquinas de cada beco pelo qual passávamos para encontrar a saída para o ponto de ônibus, os olhares dos rapazes que estavam em grupos de cinco ou seis pessoas, demonstrava a realidade que vivencio em todo o lugar em que ando. Nesse momento um deles chamou Malévola. Ela parou e eu parei com ela.

— Ei, e essa sua amiga aí? — Disse um outro homem para Malévola.

— É minha amiga. — Respondeu ela, sorrindo e alisando o rabo de cavalo do seu cabelo.

Eu sorri para o homem e logo ele abriu suas duas mãos e me apresentou vários pacotes de cocaína embalados em papéis.

— Ela não usa cocaína não. — Disse Malévola para ele, que agradeceu pela minha visita ao local e pediu para que Malévola me levasse lá mais vezes. (Diários de Campo, 20 de março de 2020).

Seguimos sorrindo para o ponto de ônibus e, em todo o caminho até lá, percebi o quanto Malévola era conhecida no bairro. Tanto homens quanto Mulheres passavam e a cumprimentavam. Malévola ficou no ponto de ônibus comigo por aproximadamente vinte minutos – período de espera do ônibus. Chegando em casa, tomei um banho e ao pegar o celular, vi mensagens de texto no *Whatsapp* enviadas por Malévola, perguntando se eu havia chegado bem em casa e falando sobre o quanto nosso encontro foi agradável e necessário para ela.

Retribuí a mensagem com um desenho de rosto sorrindo rodeado de corações vermelhos, indicando que estava me sentindo daquela forma, rodeada de amor. E assim, finalizamos esse encontro.

⁸ É um filme da Disney que conta a história de uma fada (Malévola) que se apaixonou pelo jovem Stefan. Este, com desejo de ser rei, adormece Malévola, corta as asas dela e ainda jura o seu amor a uma outra Mulher. Traição e ambição foram os sentimentos sentidos por Malévola na ficção e na vida da minha interlocutora que afirma nunca mais ter sido a mesma, depois de adormecer e confiar nos parceiros que roubaram seus pertences e sua inocência.

Fazer (auto) etnografia tendo a possibilidade de escrever sobre mim e conseqüentemente sobre o mesmo grupo social ao qual pertenço me proporcionou obter ferramentas para combater um padrão de “cientificidade” daqueles que acreditam na posição imparcial do pesquisador em relação ao sujeito de pesquisa, assumindo, assim, meu lugar simultâneo de pesquisadora e sujeita da minha própria pesquisa. Além disso, utilizar como método as histórias de vida contribuiu para que eu pudesse contemplar nossas trajetórias comuns atentando para os achados de solidão em nossas vidas. Da mesma forma, entender o ser afetada, a química entre pesquisador e interlocutor foi fundamental para que o trabalho de campo ocorresse, oportunizando, inclusive, o autoconhecimento e confiança entre ambas.

O diálogo com essas Mulheres sinalizou dimensões da solidão que perpassam a infância, família e toda nossa trajetória em busca dos direitos mais básicos como o direito à moradia, saúde, educação e inclusive o direito de lazer. A solidão da Mulher Trans negra e periférica é atravessada também por diversas questões como a competitividade feminina, pelo jogo das relações sociais de poder, pelo mundo obscuro de ser e se ver, muitas vezes, como a única Mulher Trans no meio em que vivemos, o que, como veremos, tem conseqüências indeléveis em nossa saúde mental. Nos capítulos seguintes, intercalo a minha história de vida com aquela das minhas interlocutoras, citando alternadamente nossas vozes e experiências, na tentativa de oferecer ao/à leitor/a uma narrativa direta daquilo que vivenciamos.

3 AS DIMENSÕES DA SOLIDÃO

Pensar a solidão da Mulher Trans negra e periférica é perceber os processos de exclusão pelos quais passamos desde muito cedo em nossas vidas, geralmente, desde o momento em que transicionamos de gênero através de modificações sociais, subjetivas e corporais e passamos a contrariar as cisheteropatriarcal. Nesse sentido, a solidão se apresenta em nossas vidas através de diversas dimensões que perpassam da Família ao Estado. Portanto, a solidão é central na vida das Mulheres Trans e Travestis, passando a ser mais intensa quando a sujeita é negra e periférica, conforme veremos através de suas experiências de vida aqui descritas. Portanto, para falar dessa solidão é preciso apontar as diversas faces e dimensões da vida de uma Mulher Trans ou Travesti:

[...] ao se assumir como travesti, teve uma grande transformação nas relações de amizade: muitos amigos foram se afastando de seu convívio, evitando-a e deixando de convidá-la para eventos que eram frequentes da sua turma. (PERES, 2015, p. 165).

Começo este capítulo com a análise do psicólogo e pesquisador brasileiro Wiliam Siqueira Peres (2015, p. 165) sobre a fala de uma de suas interlocutoras travesti, Pérola, em que aponta para o que chamo das dimensões que perpassam a solidão da Mulher Trans, negra e periférica. Dentre elas, a solidão da infância, com os nossos familiares, a relação da solidão com parceiros sexuais e afetivos, a solidão e aceitação ou não dos nossos corpos. A solidão na vida de uma Mulher Trans ou Travesti tem início, muitas vezes, com a vigilância perversa da família, ainda na infância ou adolescência. Através da negação dos trejeitos femininos e da utilização de adereços femininos, muitas de nós desencadeamos e vivenciamos o sentimento de baixa autoestima e, em alguns casos, a expulsão do ambiente familiar, restando, para a maioria, apenas a prostituição como forma de sobrevivência.

Nesse capítulo, analiso as diferentes dimensões da solidão, partindo de uma reflexão sobre a solidão na infância e na família, para posteriormente analisar os caminhos solitários dessas Mulheres Trans e Travestis e suas lutas por reconhecimento, particularmente por moradia, educação e lazer. Além disso, reflito sobre a competitividade feminina, sobre as ruas como espaços de poder e solidão e, também, sobre como é ser a única Mulher Trans nos espaços em que circulei. Por fim, abordarei a temática da saúde mental das Mulheres Trans e Travestis e o (não) lugar da religião como uma busca por consolo ou o descrédito por falta do sentimento de rede, de pertencimento.

3.1 SOLIDÃO E INFÂNCIA

Desde que me entendo como gente, passei a escutar de mainha que vim ao mundo por uma gravidez indesejada. Ela conta que teve outra gravidez antes de mim e que meu pai conseguiu “matar o feto com Cytotec”, um medicamento para induzir o aborto que foi realizado logo nas primeiras semanas da gestação. Nessa segunda gravidez, ela conta que meu pai também utilizou a mesma medicação, mas eu resisti. Com o passar do tempo, sua barriga só veio a crescer. Insatisfeito com o não-sucesso do resultado esperado, minha mãe conta que meu pai a amarrou dentro de casa e agrediu sua barriga com cinto, murros e até pontapés. Resisti e nasci.

Quando do meu nascimento, minha mãe conta que meu pai a abandonou, sendo abandonada também, nesse primeiro momento, por meus avós maternos. Os paternos, nem se fala, nunca tiveram uma boa relação com minha mãe. Tenho algumas lembranças de infância que demonstram esse distanciamento entre mainha e eles. Minha mãe conta que nunca fora desejada enquanto nora, principalmente pela minha avó paterna. O abandono nesse momento do meu recém nascimento também pelos meus avós maternos ocorreu, conforme mainha me contou, pelo fato de meus avós já terem aceitado o meu irmão mais velho por parte de mãe, que também foi rejeitado pelo pai.

Meus avós “pegaram a criança para criar”, mas alertaram a minha mãe de que em caso de uma nova gravidez, eles não iriam assumir os cuidados de outra criança. Minha mãe conta que passou então a trabalhar como vendedora de salgados nas praças e praias de Salvador para pagar alguma babá para tomar conta de mim, e assim foi feito. Mesmo conseguindo garantir leite para a minha alimentação, com o passar dos anos, eu só emagrecia, até chegar aos cinco anos de idade com desnutrição e ter que ser socorrida às pressas para o hospital. Defecando sangue, minha mãe foi informada no hospital de que na minha barriga havia muita farinha de guerra (nome que ela usa quando me conta sobre a minha alimentação com base em farinha de mandioca, o que comemos atualmente apenas como acompanhamento nas refeições).

Com essa situação, meus avós ficaram com pena e resolveram me aceitar no lar no qual já criavam meu irmão mais velho. E aqui se inicia uma nova história de sofrimento: a de conviver com uma família que a todo momento me dizia o quanto estava morando ali de favor, sobretudo o meu irmão que, quando recebia algum presente dos meus tios e tias, buscava uma

justificativa para demonstrar que eu não merecia também ser presenteada, ou quando comia uma boa parte do frango que minha vó cozinhava, por exemplo.

Tenho poucas fotos de infância, aliás, só uma, de quando fui acolhida na casa dos meus avós e que retratam uma comemoração de um aniversário por volta dos seis anos de idade. Acho que esse é um fato que por si só já diz muita coisa. As formas de eu me divertir só causavam mais repúdio ainda na minha família. Dentre elas, minha mãe conta: colocava toalhas na cabeça para fingir ter cabelos longos, utilizava o *soutien* dela, batons, maquiagens, brincava de comidinha, de bonecas, quando me juntava com as vizinhas e de dançar e dublar as músicas de Sandy e Junior, Britney Spears, Rouge e outras do estilo que todas as adolescentes Mulheres gostavam muito na época. Foi daí que começaram os castigos e a negação maior para com minha existência naquele espaço, que se traduziam em uma rebeldia.

Uma vez me pegaram em momentos íntimos com outros meninos e, a partir disso, passaram a realizar uma vigilância perversa comigo, além de me proibirem de brincar com meninos, porque eu poderia, assim, colocá-los no “mau caminho”. Por outro lado, tampouco as meninas que eram vizinhas nem sempre gostavam de brincar comigo, e, assim eu me divertia sozinha, inclusive com bonecas *barbie* quebradas que estavam dentro do balde de lixo que havia perto da casa dos meus avós. Lembro que esquentava no fogão duas colheres e passava nos cabelos delas para alisar, depois as mergulhava no tonel que havia no quintal da casa dos meus avós e imaginava que elas eram sereias. Sempre que me pegavam com as *barbies*, me repudiavam mais, inclusive como uma criança suja, que pegava “porcaria no lixo”. Minha mãe sempre vivenciou esse processo comigo, no entanto, não reforçava positivamente nem repreendia meus comportamentos. A solidão na infância se resume a esse (não) lugar de não poder brincar e socializar nem com os meninos e nem com as meninas.

O tempo foi passando e, por volta dos doze anos de idade, eu saía para a rua, perto de casa, para andar de patins. Sempre tive o sonho de ter um. Brincava com os emprestados das meninas que tinham e deixavam eu dar uma volta rapidamente e devolvê-los em seguida, até que um dia consegui um par de segunda mão. Nessa época, conheci Travestis que moravam próximo e comecei a me identificar com elas, a sair com elas quando iam às farmácias comprar injeções de anticoncepcionais (hormônios femininos) e a ir com elas em barzinhos. Fui me estimulando cada vez mais a ser uma Mulher, pois via nelas que isso era possível. Comecei a comprar hormônios e fazer as aplicações nas nádegas. Para sair com elas, eu me vestia de forma mais feminina e maquiada pela rua e me desmontava para chegar em casa. Essa foi a minha infância rebelde, conforme meus familiares sempre diziam. Foram momentos difíceis para essa

busca de aceitação e autoaceitação, conforme também relatam as minhas interlocutoras sobre seus próprios processos:

Êeee... Tipo assim... Eu lembro da... Da minha época de escola. **Sempre tinha aquele bullyingzinho, né?** Que hoje dizem bullying, antigamente era mangação, todo mundo dizia, mas hoje em dia a mangação, a churria, hoje virou o nome bullying mas antigamente olha o viadinho, que toda uma vida entre meus quatro irmãos eu era a pessoa mais mole que tinha, dos meus irmãos, eu era a mais mole. [...] Aí cê sabe que, coisa de criança sempre rummm vai brincar de futebol, eu não gosto. Às vezes eu ia pra só olhar, mas nunca me interessei por isso não. [...] **minha mãe morreu logo cedo**, eu tinha cinco anos, não tinha noção ainda de quem ainda eu ia ser e **meu pai, aos quatorze, eu creio, eu ia fazer quinze anos ainda, que ele morreu**. Tem uma vez só que meu pai perguntou, que um vizinho dele comentou “seu filho é muito mole, esse daí. Não vejo ele brincando de futebol, só vejo ele sentado nas calçadas com as meninas conversando, ele é um pouco molezinho”, aí meu pai chegou e perguntou e eu, simplesmente ainda não sabia identificar ainda o que eu ia ser no futuro, ficava sempre calada, e pronto, **minha resposta sempre foi o silêncio**. [...] Quando minha mãe faleceu, eu fui criada por minhas três irmãs. (Aloma, 10 de março de 2020, grifos nossos)

Minha mãe conta que **eu sempre era uma pessoa retraída**, era de ficar muito em casa, não era de sair, era bem tranquila. [...] Ia levar pro psicólogo, mas tentei, o psicólogo nessa época dizia que era coisa de minha cabeça que não sei o que. (Thalita Thábata, 13 de março de 2020, grifos nossos)

Muitos conflitos, viu? Não foi nada fácil, porque foi um momento em que eu tava descobrindo quem eu realmente era. Então, já teve um conflito de identidade de mim pra mim mesma, porque quando eu passei a entender o que era certo e o que era errado eu não queria acreditar que eu não era igual a todo mundo, porque eu achava que pelo fato da pessoa ser homossexual, a gente antigamente, no meu ver, a gente era diferente de outros seres humanos. Então, eu tive muitos conflitos na adolescência, foi aí que começou as turbulências já da adolescência. Eu relutei pra poder me aceitar, **eu pensei já em tirar a minha vida** quando eu tive a certeza que eu gostava de meninos e eu sabia que não era uma coisa fácil. Na minha família, eu nunca tive exemplo de ninguém, é... de ser homossexual, então eu **tava sendo a primeira pessoa a enfrentar aquilo, sem nenhum apoio** e naquela época, vamos dizer, há dez anos atrás, o preconceito era muito grande ainda, não tinha comparação do que é hoje, mas naquela época era uma coisa bárbara você falar que você era homossexual. (Malévola, 20 de março de 2020, grifos nossos).

O sofrimento e a solidão na infância refletem a semelhança de uma característica única como enfrentamento nessa nova etapa de nossas vidas: a (re) existência do ter que inventar e se reinventar para driblar as primeiras violações na infância e permanecer em um (não) lugar em que pudéssemos vivenciar nossas infâncias, mesmo que longe da socialização de outras crianças e do direito ao lazer.

Criada desde muito cedo com a ausência dos pais, Aloma relembra uma passagem sua com seu pai, que também logo morreria, sobre o quanto o silêncio foi uma de suas principais

estratégias para driblar as mais diversas violações que poderia viver desde cedo “[...] ficava sempre calada e, pronto, minha resposta sempre foi o silêncio” (Diários de Campo, 10 de março de 2020). Nesse caso, o silêncio ou a evitação (SCHULMAN, 2010), também estrutura a solidão, pois ao nos anularmos no seio familiar, em nossa identidade de gênero, não somos plenamente reconhecidas em nossa humanidade. Nesse mesmo sentido, Thalita Thábata aponta que sempre foi uma criança mais retraída e de ficar em casa. Da mesma forma, Malévola diz que, quando se percebeu homossexual (maneira como se sentia na infância), os conflitos foram grandes, ao ponto da mesma pensar em tirar sua própria vida. Elementos como esses relatados pelas minhas interlocutoras se espelham aos que vivenciei na infância, caracterizando os primeiros momentos solitários de nossas vidas, que seguem em nossas trajetórias nas relações familiares que estabelecemos.

3.2 SOLIDÃO E FAMÍLIA

Muitas mulheres trans são expulsas de casa, ainda na adolescência, por não serem aceitas pelas famílias, e ganham como debutantes não uma festa, como sonha toda menina, mas uma calçada como ponto para se prostituir. Diferente de outros grupos populacionais que são estigmatizados, as pessoas trans não encontram acolhimento e esse amor incondicional idealizado que dizem existir nas famílias. Claro que há exceções de famílias que amam de tal maneira que buscam compreender e respeitar. Mas as normas de performance de gênero são tão potentes que transformam as pessoas que, em tese, deveriam se amar em algozes. (CAMBRONE, 2017).

Conforme aponta a Mulher Trans e advogada Giowana Cambrone, para as pessoas Trans, a regra torna-se a expulsão de casa, embora existam exceções. Passei por essa regra e minhas interlocutoras, embora não tenham sido expulsas de casa diretamente, também experienciaram, de um modo ou de outro, a saída do ambiente familiar, ainda que temporariamente, conforme veremos a seguir.

Minhas atitudes iniciais de me vestir de Mulher na rua e me desmontar, antes mesmo de chegar em casa, foram descobertas pelos meus tios, avô e irmão e, a partir daí, as violências em casa só pioraram. Portanto, é nesse ambiente familiar que se dão os processos mais dolorosos para todas e todos da família, inclusive para nós mesmas, quando, muitas vezes, buscamos segurar um pouco mais a transição para não “ferir” nossos familiares, quando acabamos ferindo a nós mesmas.

Aí uma vez, eu botei uma saia, depois eu botei uma calcinha, botei uma calcinha, botei uma saia, botei uma roupa. [...] Às vezes, no início, não era tão fácil assim como, hoje em dia eu vou botar uma roupa de mulher, hoje em dia pode. Antigamente, pra **botar uma roupa de mulher pra família ver?**... Muitas eu acho que passou pelo que eu passei, muita levava bolsinha e ia trocar na casa de amiguinhas. Ahhh deixa eu trocar de roupa aí? Às vezes ia lavar roupa suja de Mulher, lavava na casa da vizinha. (Aloma, 10 de março de 2020, grifos nossos).

Eu lembro que na minha adolescência eu sempre gostava, quando minha mãe e minha irmã saía, eu sempre gostava de pegar as roupas delas pra vestir. Era salto que eu botava e ficava me namorando, assim, na frente do espelho, **me maquiava, tudo isso escondido, sabe?** Era um momento assim, meu, que eu me sentia realizada, então eu acho que foi nesse momento que eu realmente, é, percebi que eu tinha aquela necessidade de fazer aquela mudança dentro de mim. (Malévola, 20 de março de 2020, grifos nossos).

Uma vez, meu tio me prendeu na casa dele e cortou meu cabelo à força. Sempre cortavam meus cabelos quando cresciam e eu pintava. Meu irmão mais velho se sentia com isso mais corajoso a me dar ordens, bater e estabelecer disciplinas, como fez até o último momento da minha estadia lá com eles. Vivia me agredindo fisicamente e meus avós pediam para eu ir para a rua esperar ele se acalmar. Com isso, eu passava, muitas vezes, o dia inteiro e a noite na rua sem comer, tomar banho, fazer minhas atividades da escola e outras necessidades. Quando não aguentava mais e retornava para a casa, passava por ele, apanhava (geralmente com solas de sapato, murros e pontapés), ia para o quarto chorar e lá permanecia sem sair até para comer, era sempre assim. Pude perceber também semelhanças de situações de violência como essas com Thalita Thábata:

Eles **ficavam cortando meu cabelo**, achando porque os meninos, só tinha três homens, quatro homens, eu de travesti e minhas duas irmãs que eram casada e essa morava com meu pai, então só era as meninas no meio deles quatro, então é, aí chegava os meninos que era doido para ficar comigo e falava “umhum você tem irmão viado né? E que não sei o que e que pababá né?” Aí eu acho que eles ficavam com raiva, aí pegavam meu cabelo de noite e cortava “**vá virar homem**”. (Thalita Thábata, 13 de março de 2020, grifos nossos).

Com o tempo, minha alimentação na casa ficou condicionada à realização de afazeres domésticos. Lembro que um deles era lavar o banheiro todo final de semana, passar pano na casa e fazer a lista de compras, além de comprar cachaça para meu avô. Eu só tinha direito de comer ou merendar algo se fizesse as atividades domésticas corretamente. No dia em que fui expulsa de casa, foi um consenso de todos os tios da família, do meu irmão mais velho e dos meus avós. Saí de casa só com a roupa do corpo e fiquei dormindo, por algum tempo, na casa

de vizinhos, acompanhada de mainha que praticamente saiu de casa também, para estar do meu lado. Com o tempo, novamente por pena, deixaram eu retornar para a casa, mas dessa vez, foi muito pior. Tinha que andar na regra que eles estabeleciam, e que eu nem sempre obedecia. Resistia em deixar que cortassem meus cabelos, me negava a me desmontar para chegar em casa quando saía para a rua e isso só legitimava ainda mais meu irmão a me agredir e ser respeitado pelos meus tios e avós. Lembro que meus tios não faziam nada com as agressões de meu irmão, como quebrar meu nariz, marcar meu corpo de cinto etc., porque era como se ele estivesse fazendo um papel de herói para consertar algo errado em mim, a rebeldia. Rebeldia essa que entendo hoje como a rebeldia do transgredir o gênero. Acredito na família como uma base na vida de qualquer sujeito, mas é ela, na maioria das vezes, que nos coloca em uma solidão que, através de certas atitudes e comportamentos, pode deixar grandes consequências, como o sentimento de solidão que nos acompanhará pelo resto de nossas vidas.

Teve um período que ela (a mãe) falou que preferia um filho... Ela já falou em algum momento mas se arrepende até hoje, que **preferia um filho marginal do que filho gay, então isso me marcou muito**, me chocou em um período da vida que eu fiquei muito triste, mas depois ela viu que eu era uma pessoa que gostava muito de estudar. Então, você pega uma família onde você tem é... Oito filhos, sendo que só tem uma pessoa Trans na família e sete héteros, e desses que mais te criticou, só você terminou a faculdade, só você tem diploma, só você trabalha de carteira assinada, só você tem um sucesso, só você consegue levar sua mãe num altar pra te dar um diploma. Então, a partir daí, ela viu que, independente do que eu era, não alterava meu caráter e minha personalidade, então, acho também que isso foi um ponto xis na questão, de sempre querer estudar e querer chegar em algum lugar. (Thalita Thábata, 13 de março de 2020, grifos nossos).

Já tinha aqui treze anos de idade e as agressões físicas advindas do meu irmão foram aumentando cada vez mais até que, certo dia, ele me expulsou definitivamente de casa, na presença de minha mãe e um dos meus tios, acompanhada de uma agressão física no rosto. E esse foi meu último dia no ambiente familiar.

[...] morava eu e meus dois irmãos. Minha cama era aqui, dos meus irmãos que era duas beliches, do outro lado, e aqui as coisas eram caras, no quarto da gente. Aí nisso eu fui, tá bom. Aí quando foi outro dia da noite eu cheguei meus irmãos tava dormindo tudinho. Cheguei em casa, tomei banho normal, comi e fui dormir, quando me acordei era uma hora da tarde. Eu só era sonolenta assim, só vi as coisas passar também, também vi tudo lá e comecei a dormir de novo. **Quando eu acordei não tinha nada, ela (a irmã) tinha levado TU-DO, tudo, tudo tudo, tudo.** [...] eu tive que sair porque, é, eu digo assim, eu digo ói não dá certo mais porque é... Foi uma vez que teve, eu disse ó mulher eu tenho que usar um creme. Eu disse ó, não, se você quer um creme **você tem que trabalhar.** Eu digo oxiii o dinheiro de pai, era a aposentadoria

do meu pai. Eu digo, não, cê quer dinheiro, eu digo hoje foi o primeiro e último dia que eu peço dinheiro a alguém. [...] Que... É coisa de família, cê sabe. Família logo no início, não é as flores toda que a gente vê na população. Logo no início, tem sempre aquele preconceito, mas depois cê vai superando, tendo força, se levantando e... conquistando seu espaço, até sua família aceitar você. Hoje em dia eu vivo de boa com a minha família, com as minhas irmãs, com meus irmãos... É isso. (Aloma, 10 de março de 2020).

A minha transição, eu comecei quando realmente eu revelei para a minha família, pro meu pai que eu era homossexual, eu tinha numa faixa de quinze pra dezesseis anos. **Foi aquele conflito com meu pai**, como eu já esperava, e **minha mãe não pôde ficar do meu lado** assim entre aspas, ela não pode opinar porque naquela época tinha aquele machismo, né? **Que o homem mandava dentro de casa**, então aí ela ficou dividida e terminou que eu fui expulsa de casa.[...] Foi aí que eu passei a morar com a mãe dele, com a minha vó. Eu fui embora de Salvador, ela morava em Dias D'Ávila. (Malévola, 20 de março de 2020, grifos nossos).

Através das nossas relações familiares, percebe-se que a transição de gênero e o início das modificações sociais, subjetivas e corporais são responsáveis por diversos conflitos que nos posicionam à margem de nossa família, nos tirando o direito à dignidade. Como para mim e para as minhas interlocutoras, no processo de transição e modificações que se deram ainda na infância e adolescência, a família e a imposição do silenciamento e evitação representaram nossas primeiras experiências com o sentimento de solidão. A partir daí, as Mulheres Trans e Travestis, mais particularmente as negras e periféricas, iniciam uma jornada solitária em busca da reconstrução de suas vidas.

3.3 TRAJETÓRIAS DE LUTAS POR RECONHECIMENTO: CAMINHOS SOLITÁRIOS

Deixando a casa dos meus avós, passei a morar em casas de conhecidos de minha mãe, de favor, enquanto ela levava minhas três refeições do dia (café da manhã e noite e almoço). Chegou um tempo em que ninguém deixava eu ficar mais em suas casas e, assim, minha mãe alugou um quarto para eu morar, onde havia apenas um colchão. Enquanto isso, ela continuava a pegar escondido na casa dos meus avós, minha refeição. Minha vó sabia disso, tinha um bom coração e liberava minhas refeições, mas algumas vezes, ela foi barrada pelo meu irmão, quando eles descobriram o destino da alimentação. Meus tios e tias se afastaram, literalmente, desse problema, dando já como resolvido. A situação foi ficando cada vez mais difícil para me manter. Foi quando eu conheci uma Travesti que veio de Jacobina para fazer prostituição em

Salvador, e assim se iniciou esta nova etapa de minha vida, que ocorreu dos 13 aos 17 anos de idade, conforme detalharei melhor no capítulo seguinte, ao falar de profissão e prostituição.

Nesse mesmo sentido, minhas interlocutoras apontam essa trajetória de exclusão:

Minhas irmãs não aceitaram. Uma mesmo questionava sobre tipo... Ahh porque você não vai ser gay que gay pelo menos vai estudar, vai trabalhar e vai ficar, vai correr menos risco? Eu digo, é igual. (Aloma, 10 de março de 2020, grifos nossos).

Aloma, até os dias atuais, vive sozinha em uma casa de aluguel no centro de Salvador, indo apenas visitar seus familiares esporadicamente. Da mesma forma, Thalita Thábata, que saiu de Ilhéus para Salvador em busca de se construir e realizar-se como Mulher:

Eu tinha uma prima que morava aqui, só que eu ficava na casa de um meu amigo que mora no Dois de Julho pra conhecer como era, só que eu não tinha dimensão de como Salvador era plural, grande, enfim, eu só conhecia Centro, Centro-Rodoviária, Rodoviária-Centro e... É... a FIB [Faculdades Integradas da Bahia] que é a Estácio de Sá, que é no Stiep. Então, a partir daí **um dos motivos que me fez vim morar em Salvador, era a não aceitação da minha transexualidade no trabalho** também, e por eu começar a fazer terapia hormonal, de tá já no aspecto feminino, de tá já seios saindo, já tá se desenvolvendo, aí você tem que esconder por causa do trabalho [...] o povo tinha ainda a mente muito fechada, então, naquele tempo ainda nem tinha Trans, era só travesti, né? Então... Tipo, quem era Trans, ninguém nem sabia, tinha Trans como referência Roberta Close, na minha época, então, Trans seria um termo novo, agora, tipo que é mais aceito para as pessoas, mas antes era travesti e aí, pra chegar até aqui, eu conversei com minha mãe que estava disposta a morar em Salvador e aí ela me apoiou. Eu disse a ela que se eu não conseguisse nada em Salvador, eu ia passar um ano aqui, se eu não conseguisse nada na minha área é... Eu ia para o Rio de Janeiro para a casa de uma outra amiga, mas aí consegui, tô aqui até hoje. (Thalita Thábata, 13 de março de 2020, grifos nossos).

Nesse mesmo sentido de luta por espaços e sobrevivência em meio ao âmbito familiar, Malévola diz que, quando expulsa de casa pelos pais e depois de ter morado por um tempo com a sua avó paterna, por um certo período, conseguiu retornar para o lar devido a separação de seus pais, uma vez que o pai era o principal tensionamento para o acolhimento dela em casa:

O meu reencontro com ele foi assim, foi uma coisa dolorosa, ele relutou, não vou lhe mentir, ele teve muito retração a todo momento, assim, **ele não concordava com a minha opinião, com a minha atitude. Toda conversa que a gente tinha, ele optava em me aceitar como homossexual**, mas não como uma Trans. Ele, a todo momento, ele nunca me incentivou assim “ahh isso se você quer, minha filha, eu vou tá com você”. Ele não foi esse tipo de pai, ele... Eu acho que com o passar do tempo, com as coisas abrangendo, eu

acho que ele viu realmente, porque eu acho que o povo tem assim, em mente, Trans como uma coisa abominável, eles acham que uma Trans ela não pode ser identificada como uma mulher, ela não pode trabalhar, ela não pode ter uma vida social como de outra pessoa. (Malévola, 20 de março de 2020, grifos nossos).

Dessa forma, vemos que a saída do núcleo familiar – ainda que momentaneamente –, foi fundamental para que pudéssemos repensar nossas vidas sem a anulação de nossas identidades de gênero enquanto Mulheres Trans. Uma vez afastadas desse núcleo, algumas preocupações tomam centralidade, dentre elas a moradia, a educação, a saúde – em que se inclui o processo transsexualizador e o lazer.

3.3.1 Moradia

Os trabalhos de Hélio Silva (1993), Marcos Renato Benedetti (2005), Alexandre Fleming Vale (2005), Don Kulick (2008) e de Larissa Pelúcio (2009) vão nos mostrar que Mulheres Trans e Travestis, muitas delas antes mesmo de atingir os 19 anos de idade, chegam a morar em mais de três cidades diferentes, o que aponta para uma grande mobilidade que nossa população vivencia. E por que tanta mobilidade? Algumas, apenas para ganhar dinheiro com a prostituição, mas uma outra parcela, por não obter uma moradia fixa mesmo. Muitas, ao serem expulsas e/ou deixarem o lar familiar por terem as suas identidades de gênero negadas, passam a viver em quartos, dormitórios, casas de cafetinas e pensões de aluguel, muitas vezes, sem nenhuma estrutura adequada de/para moradia. Pensar nessa mobilidade me lembra a realidade de muitas Mulheres Trans e Travestis que moram em Salvador, especificamente no centro da cidade, que tive a oportunidade de conhecer quando trabalhei com prostituição, quando algumas delas viviam em condições precárias, inclusive em habitações até com risco de desabamento.

Estou aqui falando da solidão da falta de moradia e de condições humanizadas para habitação, e trago a reflexão de que isso tem uma ligação direta com a exclusão social mantida pelo poder público e reproduzida pelos “cidadãos”. Afinal, na maioria das vezes, não temos direito à escolha de morar em um lugar melhor, com estrutura arquitetônica, de saneamento básico adequado, alimentação, luz e tantas outras maneiras de manutenção da vida como o direito à existência, direito ao nosso nome, à nossa identidade, o direito a ter direitos. Uma das interlocutoras de Pedro Paulo Sammarco Antunes (2013), em seu livro *Travestis envelhecem?*, diz que, antigamente, moradores de determinados prédios e bairros faziam abaixo-assinado para retirar as Travestis das residências por não aceitarem conviver com uma Travesti como vizinha.

É sobre isso a solidão. Esse tipo de movimento não acabou, talvez tenha mudado, de forma a não caminhar tão explicitamente com a utilização de abaixo-assinado físico, mas o abaixo-assinado, verbal ou velado, certamente permanece.

Saí do bairro de Pernambués, onde estava morando de aluguel com um companheiro afetivo, após o término do relacionamento, para morar no bairro Dois de Julho. Foi e continua sendo uma dor de cabeça morar aqui, por ter que ficar o tempo todo provando para as pessoas que não sou prostituta, “baixo-astral”, que trabalho, que estudo e que tenho uma vida “normal” como a de qualquer outra pessoa. A primeira moradia que tive ao chegar no Centro foi no bairro dos Barris, próximo ao Dois de Julho, e foi ali que tive a sorte de encontrar, dentro do BuzUFBA⁹, um jovem que, conversando sobre a necessidade de encontrar um lugar para morar, porque estava na casa dos outros de favor, disse que tinha uma casa e que poderia me alugar um quarto. Assim ocorreu e morei nesse lugar por quase um ano.

Aqui, a minha sorte foi ele ter me visto dentro de um espaço universitário, o que provocou nele, como ele mesmo me disse, toda uma confiança para “abrir as portas de sua casa para uma Travesti”. A casa de favor onde eu morava antes ficava no Dois de Julho, na casa de uma Mulher que se intitula feminista e que cedeu para mim um dos seus quartos. Permaneci nessa casa até que houve a necessidade de acolher uma outra Mulher (Cisgênera) que, como eu, também teria sido vítima de violência doméstica. Como ela era feminista e estava na defesa das “Mulheres”, logo me solicitou que eu procurasse um outro lugar para morar, já que eu estaria ali a pedido de uma amiga nossa em comum e que seria apenas “por enquanto”. Ao sair daquele local, só me vinha à cabeça os questionamentos que Letícia Nascimento (2021) aponta hoje em seu livro intitulado *Transfeminismo*, “que feminismo é esse? Até quando? A quem os feminismos e as feministas acolhem?”. E foi nesse período que eu conheci um rapaz que me ofereceu o quarto de sua casa para alugar no bairro dos Barris, onde fiquei por quase um ano.

Morar nos Barris não durou muito, pelo sufocamento da falta de privacidade e por conta das regras fixas e estabelecidas na casa, que mexiam com as minhas rotinas de estudo e estágio na época. Assim, fui procurar casas de aluguel no bairro Dois de Julho, uma vez que sempre via Mulheres Trans e Travestis andando pelo bairro e me passava sempre uma imagem de um lugar “sem discriminação” para com a gente. Na busca de casas, encontrava placas de aluguel, mas, ao falar com os proprietários, estes me informavam não estarem mais alugando o local. Nesse período, encontrei uma casa que o dono alugava para muitas pessoas, inclusive Mulheres

⁹ Transporte coletivo da Universidade Federal da Bahia, gratuito para os(as) estudantes da Universidade, assegurado pelas ações afirmativas.

Trans e Travestis que viviam da prostituição, algumas delas atendendo os clientes nos quartos em que moravam. Foi ali que fui aceita, aluguei um quarto, mesmo em condições precárias de moradia (mofo, portas velhas e frágeis e com pouca segurança). Além de ter sido um lugar em que fui aceita, era um valor que conseguia pagar, R\$ 500,00, incluindo água, luz e internet. Mas, conforme aponte, as condições não me fizeram aguentar mais de um ano no local (roupas começaram a sumir no varal que havia na laje como uma área coletiva, assédios sexuais de novos vizinhos que, tarde da noite, passaram a bater na minha porta, além da exposição aos clientes de outras Mulheres Trans e Travestis no local que, muitas vezes, me convidavam para fazer programa com eles. Saí para procurar um outro canto para morar e, assim, encontrei o lugar onde estou agora e onde, com muita dor de cabeça, tenho me mantido há mais de dois anos.

As experiências de frustrações que vivenciei anteriormente para com as buscas de casas de aluguel, ao ser negada/reprovada pelos proprietários quando me viam, fizeram com que eu me armasse e, dessa vez, levasse algum/a cidadã (logo cisheterossexual) comigo para que as pessoas percebessem que eu não era uma marginal, e assim eu fiz. Quando soube que havia, no mesmo bairro, um quarto de aluguel em um prédio e que a diferença era de R\$ 100,00 apenas, resolvi ir lá perguntar se ainda estava alugando e demonstrar meu interesse. Levando uma colega branca, cisgênera, de classe média e psicóloga, fui recebida pelo porteiro do prédio que informou que havia mais de dois quartos disponíveis e me pediu que eu fosse no dia seguinte, durante o dia, para pedir ao porteiro que estaria escalado para trabalhar no dia, para que me desse os contatos telefônicos dos proprietários dos quartos de aluguel.

Como minha colega iria trabalhar no dia seguinte, eu tive que ir sozinha e, para a minha surpresa, além do porteiro não me receber (deixar eu entrar na recepção), disse que não teria nenhum quarto para alugar. Retornei no dia seguinte e falei novamente com o porteiro que havia me recebido com minha colega, informei a negação do seu colega porteiro e ele me disponibilizou os contatos telefônicos dos proprietários do prédio. Em casa, liguei para os proprietários e marquei encontro para visitar o local. Todos me trataram bem por telefone, mas, pelo masculino. Alguns, quando me viram pessoalmente, aumentaram o valor dos quartos, outros disseram que tinham mudado de ideia sobre alugar e um manteve a possibilidade de alugar, desde que eu provasse ter uma vida normal. É com esse que estou até os dias atuais, mas a batalha para a permanência no local continua até hoje, desta vez com os vizinhos e porteiros do prédio.

Para morar onde estou atualmente (junho de 2021), além de fazer o contrato de aluguel que me foi exigido (condição que pode ocorrer também com pessoas cisgêneras), tive que

provar para o proprietário que era estudante universitária, apresentando para ele inclusive a carteira estudantil da UFBA, bem como o comprovante de matrícula no programa de pós-graduação, a carta de estágio que fazia na Defensoria Pública do Estado da Bahia e o contato de minha mãe para provar para ele que eu era “gente normal”. Após superada essa etapa, garanti minha inclusão no espaço, mas me resta agora garantir a permanência, uma vez que os vizinhos estão sempre a me destrar e me olhar sempre com medo, repulsa e muita curiosidade. Da mesma forma, Aloma, ao chegar de Aracaju para morar em Salvador, a fim de conseguir alugar um espaço para morar, conta sobre o quanto teve e ainda tem que provar aos proprietários das casas que alugou, que era e é “gente de bem”:

[...] teve esse negócio que **ele olhou assim pra mim aí juntou uma coisa com outra, perguntou se eu fazia prostituição** na minha casa, eu digo não, na minha casa eu só quero chegar, deitar e dormir, não teve, nunca tive problema com isso, que tipo assim, minha casa é meu lazer, eu quero lazer. Agora, só que eu expliquei a ele, eu trabalho à noite, só chego de manhã, às vezes de madrugada, entendeu? Por isso só, e graças a Deus, aqui foi a mesma coisa, o rapaz perguntou, você atende em casa? Eu digo ‘Não atendo em casa não’. Eu apenas em minha casa quero descansar, às vezes eu recebo os meus amigos, as minhas amigas, a gente fica tomando uma cervejinha, a gente fica interagindo entre nós, entendeu? Mas sobre isso, graças a Deus, sempre foi tranquilo. (Aloma, 10 de março de 2020, grifos nossos).

Percebo, então, que, mesmo apesar dos esforços que eu e Aloma temos realizado para sair da marginalidade, eu, enquanto Psicóloga e trabalhadora formal, ela diarista e performer, a imagem da marginalidade não sai de nós. Nesse sentido, a pesquisadora Luma Nogueira de Andrade diz que:

Apesar das travestis terem conquistado a possibilidade de sobreviver no centro, e não apenas à margem da sociedade, elas ainda sofrem com os estereótipos do passado, pois ainda são vistas como sinônimo de marginal e atentado ao pudor, uma espécie de afronta à moral e aos bons costumes. (ANDRADE, 2013, p. 14).

A minha primeira infelicidade foi, ao receber mainha nessa casa para passar os dias do carnaval comigo e sairmos juntas para o circuito que fica próximo do bairro Dois de Julho, ser surpreendida pelo segurança que, ao me abordar, juntamente com mainha, me disse que eu não poderia utilizar aquela roupa dentro do prédio. A roupa que ele falou foi um Body¹⁰ e uma saia de tule¹¹, roupa vendida e utilizada por muitas e muitos foliões para brincar no carnaval. No

¹⁰ Uma peça semelhante a um maiô.

¹¹ Um tecido com transparência.

momento, expliquei para ele que não estava usando a roupa para ficar dentro do prédio, que apenas passei para sair com mainha, que ali era um momento específico de festa e que a utilização de tal roupa era apropriada. Ele insistiu que eu não podia utilizar aquela roupa no prédio, mas eu saí com mainha assim mesmo, triste e sem ânimo; saímos por resistência. No dia seguinte, fomos surpreendidas pela síndica do condomínio que, juntamente com outra moradora que se apresentou como da comissão do prédio, me chamou atenção sobre a situação, reforçando a proibição da roupa, sugerindo até que eu utilizasse uma toalha ou uma capa para passar pelo prédio, me informando que eu seria a pauta da reunião seguinte do prédio, em que os moradores discutiriam a entrada de “um Travesti no local”. Respirei fundo, disse que poderiam fazer a reunião e comuniquei a situação ao proprietário do meu aluguel, que me tranquilizou informando não ter “nada contra mim”.

Me senti desafiada mais uma vez e resolvi novamente optar pela resistência de me manter no local, embora tenha deixado de utilizar as minhas fantasias seguintes para o carnaval. Em função do trauma, um ano depois, não quis mais ir para o carnaval. Recebi novamente mainha em casa mas, dessa vez, deixei ela ir sozinha para a rua, e que bom que ela me entendeu. Com o tempo, fui vivenciando cada vez mais uma vigilância dos moradores que, ao me verem passar, registram cada detalhe dos meus passos e comportamentos. Certa vez, conversando com o zelador do prédio, ele disse me perceber muito triste e solitária, sem falar com ninguém no prédio, e que imaginara ser o preconceito que eu poderia sofrer no local, mas justificou que as barreiras que eu vivencio aqui onde moro poderiam ser um “trauma de LGBTs”. Disse ainda que os moradores carregam preconceitos por serem pessoas mais velhas e o prédio ser antigo, ser um lugar que preserva os valores da família e do “respeito” ao próximo. Engoli a informação, agradei pela sua sinceridade e, a partir disso, me mantive ainda mais reservada no prédio, mantendo diálogo por *Whatsapp* apenas com a síndica do local, sobretudo para fazer queixas dos problemas enfrentados como: a não entregas de materiais que chegam para mim através dos correios, os barulhos realizados pelos vizinhos “pais de família”, que atrapalham minha rotina de estudos com som alto ou conversa pelos corredores e/ou para tratar de alguma necessidade que diga respeito a minha permanência no prédio.

Imaginem, então, o cansaço de termos que ficar o tempo inteiro provando sermos “do bem” para sermos aceitas. Isso é tão normal com nós Mulheres Trans e Travestis que, muitas vezes, me parece que passamos a acreditar que está tudo bem, que merecemos conquistar a confiança dos moradores de família, conforme nos mostram Aloma e Thalita Thábata sobre a luta pelo direito a alugar uma casa para morar.

Todo mundo pergunta sobre a prostituição em casa, mas... Como depois, como diz o ditado, né? Eles dão uma chance, aí, quando vê que você é gente boa, que tá, que não tá ocorrendo nada do que daquilo que o povo conta... Que cê sabe que querendo ou não ahhh é Trans **é, se vive como marginal, como vagabundo isso e aquilo outro** e, depois que me passam a me conhecer, aí as pessoas dizem nossa, você é totalmente diferente. (Aloma, 10 de março de 2020, grifos nossos).

[...] inicialmente **eu ia alugar num rapaz aqui do lado, só que já foram falar para ele que pelo fato de eu ser travesti, que eu não ia pagar, que eu ia enrolar, que eu ia fazer a casa de baderneira, de bagunça**, disse e daquilo e eu já tô aqui nessa casa há quatro anos e... Sempre que eu já pensei de me mudar mais pra perto de meu trabalho na época, a mulher só faltou chorar pra mim, pra eu não se mudar, porque ela sabe do meu comprometimento já de pagar as coisas certas, que eu não sou baixo-astral, que eu não ando fazendo baderna, bagunça, então ela ama que eu moro aqui, até porque eu arrumo a casa dela, eu varro, entendeu? Eu sei cuidar. [...] Eu achei da parte dele justamente isso, o preconceito de não me conhecer. Porque eu sou uma pessoa, Ariane, muito correta com as minhas coisas, então eu faço tipo assim, se eu não posso te atrapalhar, te ajudar, te atrapalhar eu também não vou. Então, desde quando eu sabia que eu ia alugar minha casa, então eu sabia que eu tinha um compromisso mensalmente, que aquilo não ia parar nunca. Mas hoje eu tenho o aluguel como uma conta de água, que eu nem sinto que eu pago aluguel. **Então eu achei, tipo assim, ele não me conhecer e me julgar pela minha aparência física** ou por o que alguém foi falar. É tanto que quando eu tava aqui, quando eu completei dois anos aqui, ele veio me oferecer e eu disse a ele que não, que onde eu estava tava muito bem e que hoje ele me vê na rua, às vezes até pede desculpas do pré-julgamento que ele fez. Eu falei: mas eu não perco nada não, porque a moça da minha casa, ela, às vezes, a gente nem fala muito, que eu falo às vezes com ela é uma vez, duas vezes, no mês para falar de alguma coisa de casa mesmo, que eu também não gosto de incomodar mesmo falando nada de minha vida pessoal, que não interessa, é só pra pagar o aluguel mesmo. Então, eu não perdi nada aí... De vez em quando ele faz assim comigo, mas... (Thalita Thábata, 13 de março de 2020, grifos nossos).

Viver nessa e em outras condições do mesmo tipo reflete o que Berenice Bento (2014) chama de viver em uma cidadania precária, uma vez que se trata de sujeitos que não são reconhecidos como pertencentes a determinados espaços geográficos e não são reconhecidos como pessoas que fazem parte do construto Estado-Nação. Nesse mesmo sentido, Larissa Pelúcio (2009) disse que o que nós, Mulheres Trans e Travestis, temos vivenciado é uma SIDAdanização, correlacionando a nomenclatura da síndrome da imunodeficiência a um tipo de experiência de cidadania, como uma forma de alerta e denúncia do tipo de visibilidade que temos enquanto cidadãs.

Diante de um conhecimento teórico e prático sobre a mobilidade, a falta de oportunidades e a exclusão que nós, Mulheres Trans e Travestis, vivenciamos sobre a falta de moradia, resolvi resistir e permanecer onde estou atualmente, mesmo vivendo sob vigilância e, nesse ar

discriminatório que muitas vezes me intoxica. Preferi permanecer e fazer com que as pessoas possam começar a se (re)educar com a convivência com Mulheres Trans e Travestis. Fiquei pensando... se eu sair daqui, além de dar ousadia para esse espaço cisheteropatriarcal, não contribuirei em nada para mudar essa realidade de exclusão. Devo fazer como as outras? Morar em lugares de péssimas condições só porque não somos aceitas em “ambientes de família”, e aceitas em outras que, muitas vezes, são semelhantes a cavernas de dragão? NÃO! Sei que isso envolve mal-estar, sobretudo grandes chances de comprometimento de nossa saúde mental, mas resisto, não só por mim, mas por todas as Mulheres Trans e Travestis. Não pretendo sair de onde estou, não por causa de vizinhos e seguranças que não falam comigo e que me olham com repúdio. Nunca foi sem luta! Seguirei meus próximos passos.

3.3.2 Educação

O que as crianças e adolescentes sofrem nas escolas é uma verdadeira tortura psicológica. Não é coincidência que as pessoas trans no Brasil sejam em grande parte analfabetas. Há alguma coisa nessa estrutura chamada ‘escola’ que não suporta, que expulsa aqueles corpos. (BENTO, 2017, p. 165).

Início esta seção com essas palavras de Berenice Bento, que resumem, em parte, a ideia central da relação entre a solidão e educação das Mulheres Trans negras e periféricas. Nessa mesma perspectiva, em sua pesquisa sobre a Solidão da Mulher Negra, Ana Cláudia Pacheco identificou, no diálogo com suas interlocutoras, o quanto o acesso à educação contribuiu para o curso das trajetórias de algumas delas, que conseguiram trabalhar no mercado formal e irem além do emprego de diaristas e empregadas domésticas. Nesse sentido, também os sociólogos Pierre Bourdieu (1989) e Daniel Bertaux (2001) dizem que a trajetória educacional é um importante instrumento de ascensão social para os indivíduos. E foi a educação que serviu e serve para mim como base de deslocamento da única possibilidade que eu tinha, que era viver de prostituição, atividade que exerci dos treze anos de idade (quando fui expulsa de casa pela família) até os dezessete anos e para seguir minha trajetória, hoje empregada no mercado de trabalho formal.

Sempre conciliei a prostituição com os estudos pensando no que minha vó (*in memoriam*) me lembrava: “se quiser crescer na vida, nunca deixe os estudos!” E assim fiz. Enquanto ia para as esquinas da Orla de Salvador, descansava pelas manhãs, estudava pelas tardes e durante as noites e madrugadas ia buscar garantir o pagamento do meu quartinho de aluguel e minha alimentação diária. Depois que cursei Psicologia, iniciei minha carreira profissional com

estágios e até hoje não necessitei mais me submeter a viver de prostituição, mas, por outra via, me vejo sempre nesta obrigatoriedade de manter o vínculo com a educação para não correr o risco de voltar à vida de antes.

A experiência da prostituição é praticamente uma via de regra em nossas vidas. As Mulheres Trans e Travestis que conheço e que não passaram por ela são aquelas que transicionaram na vida adulta, com apoio dos familiares e com a vida estruturada academicamente e/ou profissionalmente. É comum, sobretudo, que nós, Mulheres Trans, negras e periféricas experimentem a prostituição por pelo menos um momento de nossas vidas, uma vez que, quando falamos de prostituição nesse sentido, falamos de questões de raça e classe social. Aloma, por exemplo, vive até os dias atuais na prostituição e ter deixado de estudar, conforme ela mesma diz, precariza as possibilidades de ascensão social em sua vida:

Tipo assim, eu estudei até o terceiro ano. Quando eu pensei em fazer faculdade já não dava conta mais... Aí... 'Cê sabe que querendo **ou não se a gente não trabalha a gente não vive, né?** E eu perdi meus pais logo cedo, só tive o apoio das minhas irmãs e logo no início, era um pouco difícil, mas hoje... Mas um pouco dependente... É... Tenho como me virar, entendeu? (Aloma, 10 de março de 2020, grifos nossos).

Nesse sentido, Luma Nogueira de Andrade (2015), primeira Travesti doutora no Brasil, afirma que: “a escola, para a maioria das travestis, permanece como um sonho, enquanto a esquina (a margem) é ainda a realidade, local de espera dos ‘fregueses’ para se prostituírem” (ANDRADE, 2015, p. 14). Assim, por mais que seja um desejo, a escola poderá para muitas de nós, fugir das reais possibilidades. Escolher entre comer e estudar pode aparecer como uma decisão fácil de escolher quando pensamos em nos manter vivas, nos alimentando.

Quando aponto a obrigação de buscar educação e escolarização é por não romantizar a luta que tenho feito para me manter nos espaços educacionais. Conforme Andrade (2015) também chama a atenção, o espaço escolar tem sido um lugar de assujeitamento e resistência às diferenças da ordem normativa, tendo as Mulheres Trans e Travestis que vivenciar constrangimentos como a negação da sua identidade de gênero, o que as leva à expulsão da escola. Ou saem, por via explícita e direta ou indiretamente, quando elas não aguentam mais as perseguições advindas de colegas de classe, professores e diretores das escolas.

Para além disso, a escola, ao invés de ter como foco o ensino e aprendizagem baseados no respeito ao próximo, tem sido, como aponta a Mulher Trans Marina Reidel (2017), um grande campo de batalha por evidenciar desigualdades econômicas, sociais e culturais, fato que por si só tem colocado o ambiente escolar como um espaço de disputa no qual só ficam os(as)

“mais fortes”. Mais recentemente, temos também que enfrentar projetos políticos conservadores, tais como os ataques ao que é denominado “ideologia de gênero” na escola e o projeto Escola sem Partido (CASTRO; FERRARI, 2017), a disputa de incluir ou não gênero e diversidade nos currículos escolares (SOUZA, 2017) e tantas outras guerras que têm como vítimas, na maioria das vezes, os(as) próprios(as) professores(as) e alunos(as) quando expressam comportamentos que não são normativos, e acabam por adoecer ou serem ainda mais marginalizados. Comigo não foi diferente, foi toda uma trajetória de reivindicação para existir, para ter acesso ao banheiro de acordo com a minha identidade de gênero, além das vivências solitárias quando não me enquadravam nem em atividades recreativas realizadas pelos meninos e nem pelas meninas. Nesse sentido, Guilherme e Silva (2016) argumentam que a escola anula as possibilidades de existência, fazendo com que escondamos o que realmente somos, resultando, com isso, em sentimentos de dor e revolta – e eu diria também o sentimento de solidão. Ainda sobre isso, Mattos (2017) aponta que:

A ideia de que a escola serve para que estudantes saiam mais ‘civilizados/das’ (palavra muito usada pelas professoras da escola em que atuamos) resume bem isso. O funk não é ‘civilizado’. As gírias da favela não são ‘civilizadas’. O top, a bermuda, o chinelo não são ‘civilizados’. O batuque, a macumba, o culto evangélico não são ‘civilizados’. Em resumo, o morro não é ‘civilizado’. (MATTOS, 2017, p. 202).

Dessa mesma forma, a Mulher Trans e Travesti se mostra essa aluna não civilizada, aquela que deve se submeter a sanções que perpassam requerimentos de diretores dos espaços, gerando para todos(as) solidão no ambiente educacional. Pude observar essa situação também nos relatos de Thalita Thábata:

É... Aí, em meados de dezessete anos, dezesseis anos pra dezessete, veio a questão também da **homofobia na escola**, né? Nessa época, da transfobia, eu **tive muito problemas, principalmente com o banheiro** porque eu ficava com muita vergonha, por conta da xoxação do bullying na escola, não sei se isso se enquadra em **bullying**, mas era similar porque as pessoas rir de você, passa na sua cara, você às vezes tem problemas na escola porque tem professor fundamentalista, que sempre incentivou o cristianismo, essas coisas de homem e Mulher, de heteronormatividade dentro da escola, então, isso me adoeceu um pouquinho. É tanto que eu tive que desistir na sexta-série, que eu não conseguia ir pra frente não, porque a pressão era muito grande e eu tava com muita disforia entre o masculino e o feminino, nesse espírito de transição que eu ficava com vergonha, ficava mais adoecendo, entendeu? [...] **Eu tive duas infecções urinárias, tive problema estomacal** porque eu não frequentava mesmo o banheiro. Ficava com vergonha de, por exemplo, outra gay, gay mesmo, que ia toda menina pra escola, sofrer com isso, de estupro, de dizer que tava pegando meninos, de meninos inventar, de dizer que tava

pegando neles, que tava chupando não sei quem. O menino não fez nada, só porque era gay, pra o povo querer bater, querer tirar onda, de diretor dar medida, achando que era verdade sem averiguar direito, então quando eu via aquilo ali, eu ficava muito no medo e muito na minha, eu me isolava mais. (Thalita Thábata, 13 de março de 2020, grifos nossos).

Portanto, penso que o termo evasão escolar e a justificativa de que abandonamos a escola por opção é uma forma de não se co-responsabilizar a própria escola por processos de assujeitamento e resistência que submetem as alunas e alunos a vivenciarem. Luma Nogueira de Andrade nos apresenta os conceitos de assujeitamento e resistência para caracterizar esses processos dolorosos pelos quais passamos para nos manter nas escolas ao tempo que entende que “A escola e os estudos funcionaram como um trampolim para que eu alcançasse espaços nunca imaginados para uma travesti” (ANDRADE, 2015, p. 89). É por isso que ainda, muitas vezes, insistimos em frequentar as escolas. Vale destacar que a pesquisa de Luma Andrade foi realizada há onze anos, mas reflete um cenário tão atual como o que vivemos, como pude constatar no projeto Direitos Humanos nas Escolas (TEIXEIRA; FRANCO, 2019), do qual tenho participado junto à Defensoria Pública do Estado da Bahia.

Para minha surpresa, sempre fui bem recebida pelos(as) alunos(as) em todas as escolas; as negações ocorrendo principalmente por parte de professores/as e até mesmo de diretores que afirmavam não sentir interesse pelo assunto, que não seria necessário para as ementas dos(as) alunos(as), que já trabalhavam e dominavam o tema. Muitas vezes, os administradores das escolas chegaram ao ponto de não nos receberem para dar as boas-vindas, mesmo o projeto já tendo sido aprovado pela Secretaria de Educação do Estado da Bahia, que já tinha notificado as escolas previamente. O que isso nos mostra? Que, por mais que tenhamos jovens abertos ao diálogo sobre diversidade e gênero, muitas vezes eles e elas são “podados” novamente pelos(as) adultos(as). Digo novamente porque certamente esses(as) jovens já passaram pelo mesmo procedimento com os(as) adultos(as) do ambiente doméstico e familiar. E por que vamos para as escolas? Porque fomos notificados sobre a existência de evasão de alunos(as) Transexuais, de mutilações de alunos(as) LGBTs, além de outros transtornos psíquicos, por viverem em uma solidão e em ambiente hostil.

Sendo assim, parto do princípio de que evasão escolar é um termo para mascarar muitas violências que ocorrem dentro dos contextos educacionais e serve como um instrumento para culpabilizar o(a) aluno(a) por sua saída desses ambientes. No entanto, viver dentro de um espaço que é semelhante a campos de batalhas é um dos caminhos mais estreitos pelo qual já passei em minha vida. Tenho a convicção de que se resisti e resisto até hoje para crescer nesses ambientes é porque já assumi o meu lugar dentro da disputa epistemológica, ou seja, esse lugar

de produção de conhecimento que ocorre dentro das relações de poder entre todos os corpos que transitam dentro dos espaços educacionais. Já dizia Tomaz Tadeu da Silva (1999) que:

Da perspectiva pós-estruturalista, podemos dizer que o currículo é também uma questão de poder e que as teorias do currículo, na medida em que buscam dizer o que o currículo deve ser, não podem deixar de estar envolvidas em questões de poder. Selecionar é uma operação de poder. Privilegiar um tipo de conhecimento é uma operação de poder. Destacar entre as múltiplas possibilidades, uma identidade ou subjetividade como sendo a ideal é uma operação de poder. As teorias do currículo não estão, nesse sentido, situadas num campo “puramente” epistemológico, de competição entre “puras” teorias. As teorias do currículo estão ativamente envolvidas na atividade de garantir o consenso, de obter hegemonia. (SILVA, 1999, p. 16).

Dessa forma, ao analisar essa dimensão entre solidão e educação e, mais especificamente, na relação entre solidão e escola, podemos perceber o quanto as escolas são mais nocivas para a população Trans e, mais especificamente, para as Mulheres Trans e Travestis do que a própria rua que, conforme apontarei em diversos pontos desta pesquisa, mesmo diante de todos os perigos que possamos vivenciar nela, ainda chega a ser um espaço que apresenta possibilidades de afetividade e socialização, duas coisas tão importantes e tão difíceis de serem vivenciadas ainda dentro dos espaços escolares e sobretudo também dentro do processo de educação que sempre nos recai através do e por um modelo cisheteropatriarcal.

Assim, posso afirmar que precisamos incluir as discussões de gênero nos currículos, mas sobretudo ter recursos para pautar a diversidade sexual e de gênero para todas as pessoas. Refiro-me a recursos como algo que não se restringe apenas ao financeiro e estrutural, mas também recursos humanos, com pessoas capacitadas para resistir conosco, pelo bem de todas as pessoas, cientes de que a sociedade estrutura a LGBTfobia e a escola normaliza, e desfazer esse percurso é um dever de todas as pessoas.

3.3.3 Saúde e o processo transexualizador

Pensar saúde para nós Mulheres Trans e Travestis é vivenciar o sentido de solidão, da falta de inclusão e acolhimento, uma vez que o que temos hoje como “direito à saúde” perpassa pelo que Berenice Bento (2018) define como “protocolo transexualizador” que se refere a um conjunto de alterações corporais que possibilitam a passagem de um gênero para o outro. Acontece que nossas demandas não se referem apenas à hormonização e cirurgias de redesignação sexual. Temos também dor de dente, de cabeça e/ou quaisquer outros sintomas

que são vivenciados por qualquer outra pessoa não Trans quando se encontra doente. Quando perguntei a Aloma se a mesma já tinha feito psicoterapia (processo de análise com uma pessoa profissional em Psicologia), ela logo me respondeu que sim e que foi apenas devido a exigências do processo de retificação de nome e gênero.

Fiz ali no CEDAP (Centro Estadual Especializado em Diagnóstico, Assistência e Pesquisa) [...] **quando teve coisa de mudança de nome** aqui, aí, eu fui lá atrás de uma psicóloga, aí teve todo aquele processo, aí eu fui, eu corri atrás [...] (Aloma, 10 de março de 2020, grifos nossos).

Através dessa fala da Aloma, percebe-se uma das funções que esse processo tem para as pessoas Trans, a de normalizar, padronizar e validar determinando quem realmente são as Mulheres Trans e Travestis. Além disso, mesmo com esse processo transexualizador não é dado como uma conquista aos direitos da população Trans no que diz respeito à autonomia de suas vidas. As psicólogas e pesquisadoras brasileiras Márcia Arán, Daniela Murta e Tatiana Lionço (2009) argumentam que o processo cirúrgico para transformação das genitálias Trans tem por objetivo buscar uma inteligibilidade de gênero e manter a congruência entre sexo, gênero e práticas sexuais; talvez seja esse um dos motivos que fizeram com que a saúde tolerasse acolher essa demanda – uma demanda de higienização e normatização do gênero –, e não a implementação de uma política efetiva de redução de danos por exemplo, para acolher um problema vivenciado por muitas Travestis e Mulheres Trans no Brasil e no mundo inteiro, como o problema do uso do silicone industrial para modificações corporais. Também nesse sentido, Berenice Bento (2017) aponta que não temos nenhuma lei que normatize o processo transexualizador em nosso país, mas sim um entendimento médico e jurídico de que pessoas Trans deveriam passar pelas cirurgias de redesignação sexual para só depois entrarem com processo de retificação de nome e gênero. Com a luta dos movimentos sociais LGBTI+, passamos a conseguir um melhor entendimento que visibilize e oportunize as nossas existências. Em março de 2018, o Supremo Tribunal Federal decidiu que Mulheres Trans e Travestis não necessitam da realização da cirurgia de redesignação sexual (COELHO, 2018) para que tenham seus nomes e gêneros validados. No entanto, não foi implementada nenhuma política de capacitação e monitoramento junto aos cartórios de registro de pessoas naturais para a realização do procedimento e, assim, tem sido constantes as dificuldades de Mulheres Trans e Travestis para conseguir tal direito quando enfrentam dificuldades junto aos cartórios de registro de pessoas naturais que, alegando desconhecimento do procedimento, muitas vezes dificultam ou negam as retificações de pessoas Trans.

Não foram poucas as vezes que ouvi de Mulheres Trans e Travestis falas sobre os desconfortos que passam nas consultas com endocrinologista para terem acesso a hormonioterapia, e que só aceitam passar por determinados tipos de coisas, como exame de toque em suas genitálias, para garantir as receitas de hormônios que sairão de forma gratuita, como tem sido, inclusive, em minha própria experiência. Além disso, preciso pontuar os marcadores de raça e classe que fazem toda uma diferença sobre a possibilidade ou não de acessar os serviços de saúde, mesmo os ambulatórios específicos para pessoas Trans. Márcia Cristina Brasil Santos e colaboradores (2014) apresentam o perfil de pessoas Trans que acessaram o ambulatório Trans por meio do Hospital Universitário Pedro Ernesto, do Rio de Janeiro, e aponta que a maioria dessas pessoas são brancas, maiores de idade, com ensino médio ou superior, que moram próximo ao hospital e que trabalham no mercado formal. Essa pesquisa ilustra bem o que acontece num contexto mais amplo: numa sociedade racista, classista e generificada, apenas as pessoas brancas, com alto nível de instrução e escolaridade conseguem adquirir mais direitos e adentrar em espaços jamais alcançados por aqueles e aquelas que nem ao menos conseguem se locomover em suas próprias cidades, por não terem condições de arcar com os custos de transportes para tal. O que acontece, então, com as Mulheres Trans e Travestis menores de idade que não conseguiram continuar estudando, que moram em interiores, zona rural ou bairros periféricos e que não dispõem de fácil acesso de transporte para chegar até o hospital? E aquelas Mulheres Trans e Travestis que são profissionais do sexo, que passam toda uma noite e madrugada acordadas, o dia dormindo, o que choca com os horários comerciais dos serviços de saúde? É uma experiência de um hospital, mas certamente um exemplo para que possamos refletir sobre como essa política está dada de forma geral. Além disso, vale a reflexão sobre as necessidades e especificidades das Mulheres Trans e Travestis que perpassam pela utilização da clandestinidade como o uso do silicone industrial por exemplo, e poderão não ser recebidas em ambulatórios Trans, uma vez que estes são regulados por portarias, normas e higienizações que ainda estão longe de vivenciarem as múltiplas formas de modificações corporais que Mulheres Trans e Travestis vivenciam.

Portanto, se quisermos mesmo pensar em saúde para Mulheres Trans e Travestis, precisamos contemplar o que Berenice Bento (2014) chama de inclusão de tratamento sanitário, com criação de unidades de referência para atendimento de cada região do país. Estou falando das unidades básicas que, muitas vezes, estão dentro das nossas próprias comunidades, mas com profissionais totalmente descapacitados para nos atender sem discriminação.

O pesquisador brasileiro Marcos José de Oliveira Duarte (2014) afirma que a ignorância de muitos agentes da saúde, a falta de conhecimento em lidar com “um corpo diferente” –

expressão que mais ouvi quando desesperadamente procurei vários profissionais de saúde para fazer a retirada do silicone industrial do meu corpo –, por si só vai causar omissão, repulsa e indiferença para com as pessoas Trans nos serviços de saúde. Ao se tratar de agentes de saúde que moram e trabalham dentro da comunidade e que convivem e residem com Mulheres Trans e Travestis, por vezes, eles acabam sendo ainda mais um entrave. Isso se deve ao fato de que quando Mulheres Trans e Travestis acessam os locais de saúde, se deparam com uma série de barreiras, a exemplo de encontros com aqueles profissionais que já nos conhecem pelo fato de morarem dentro das nossas próprias comunidades, e nos terem conhecido por nome e gênero com o qual não nos identificávamos e, assim, por não reconhecerem nossas identidades, somos mais uma vez expulsas desses espaços. Considerando todas essas dificuldades de acesso à saúde, sobretudo os marcadores de classe e raça, a solidão da Mulher Trans, negra e periférica se apresenta também na dimensão da saúde.

3.3.4 Lazer

Em seu livro intitulado *A Solidão da Mulher Negra*, Ana Cláudia Pacheco (2013) apontou a importância do lazer como possibilidade de construção de afetos para algumas de suas interlocutoras, afirmando que “o lazer se configurava como uma das redes importantes de construir relacionamentos, encontros amorosos, amizades, sobretudo, aos domingos; dia de folga das trabalhadoras domésticas” (PACHECO, 2013, p. 191). Pensar lazer para as Mulheres Trans e Travestis, pensar em espaços de socialização, é pensar que isso seria privilégio demais para uma população que ainda luta para existir, para ter direito ao nome e a acessos básicos como moradia e saúde. Porém, concordo com a autora que é através do lazer que poderemos construir a nossa vida social com redes de afetos. Se não somos vistas enquanto cidadãs sem possibilidades de circularmos nos espaços, como poderíamos ser visibilizadas e amadas?

Para Thalita Thábata, por exemplo, os espaços de lazer estão estritamente ligados a possibilidades de ser vista e desejada, motivo que faz com que prefira espaços frequentados por pessoas cis-heterossexuais mais do que frequentados por gays.

Em um **paredão**, por exemplo, **tem mais oportunidade** pra mim pra conhecer, de tá trocando olhares, de tá trocando número, de o cara chamar pra tomar uma cerveja com você, diz que você é bonita, você se sente desejada, entendeu? Então esses espaços também **possibilitam isso mais do que em espaços gays**. (Thalita Thábata, 13 de março de 2020, grifos nossos).

Assim como Thalita Thábata, minhas demais interlocutoras também se apresentam implicitamente enquanto Mulheres heterossexuais, conforme veremos adiante quando pergunto sobre a orientação sexual delas. A ideia do ser heterossexual está extremamente ligada a ideia da orientação sexual “normal” para elas, e ao acesso a lazer. Nesse sentido, para Aloma, os espaços LGBT, como bares e casas noturnas, sobretudo nos quais ela trabalha durante à noite, apresentando suas performances, são os seus espaços preferidos de lazer:

Iiiiiiii, vou pro um **bar**, vou sempre pra **Barra** me divertir. Às vezes, quando eu tô de folga, às vezes, assim, eu vou pro **cinema** me divertir também. (Aloma, 10 de março de 2020, grifos nossos).

A fala de Aloma ligando o mesmo espaço de trabalho ao lazer me faz lembrar do quanto a própria esquina, quando trabalhava com a prostituição, servia como uma “distração”, que eu e muitas outras Mulheres Trans e Travestis entendíamos e ressignificávamos como espaços de lazer. Era lá que dávamos risadas, que tínhamos possibilidades de conhecer pessoas que diziam que éramos maravilhosas, e onde encontrávamos homens para nos “amar”, ainda que momentaneamente e, em muitas das vezes, com base em bebidas alcoólicas. Fora isso, nossos espaços de lazer são restritamente ligados a casas noturnas e praças (e nem todas elas, estou me referindo apenas às que acolhem Mulheres Trans e Travestis). No mais, buscamos momentos de lazer em espaços que geralmente aglomerem pessoas, como shows, paredões nos bairros e aplicativos de relacionamentos, tudo e todos utilizados como estratégias para driblar a solidão, para se relacionar, para ter contatos afetivos mesmo que sejam temporários e que sejam espaços de e para pessoas cisgêneras. A ausência de escolha dos nossos espaços e possibilidades de lazer reflete mais uma dimensão da solidão da Mulher Trans, negra e periférica quando vivemos e nos percebemos em condições de reinvenções do lazer como forma de sobrevivência.

3.4 A QUESTÃO DA COMPETITIVIDADE FEMININA

As mulheres são educadas a serem competitivas umas com as outras, gerando hostilidade e insegurança entre nós. Por isso, é preciso enxergarmos e compreendermos umas às outras. Entender que não somos perfeitas e que diversas vezes seremos contraditórias, mas pensando que juntas podemos conseguir avançar na luta por um mundo melhor para todas. (GUIMARÃES, 2015).

Confesso ainda me impressionar com o fato de, por vezes, caminhando pelas ruas, aparecerem Mulheres que, ao me ver, expressam nojo (ao cuspir no chão), repúdio (jogar os cabelos e empinar o nariz), ou raiva. Isso me faz questionar o porquê de tais expressões: por que elas me olham de tal forma se nem me conhecem? Nem sabem se sou uma pessoa boa ou ruim, será que elas me enxergam mesmo como uma Mulher e, com isso, sou um potencial de ameaça para elas? Ou como um homem que se veste de Mulher e, com isso, se sentem intimidadas por eu ser uma pessoa que atravessa o gênero e se apresenta socialmente como uma delas? Ou como o imaginário de uma Super-Mulher, negra, com formas femininas, de um metro e oitenta e cinco de altura que reflete a representação psíquica, imaginária e simbólica do órgão genital masculino, o que Sigmund Freud na psicanálise vai chamar de falo (BONFIM, 2014), esse símbolo de poder que, no meu caso, é essa imagem da Super-Mulher?

Na busca de possíveis interpretações, além da encontrada na psicanálise, a escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie (2015), aponta a competição entre Mulheres como algo que é fruto de um machismo estrutural que só tem servido e serve para beneficiar os homens. Segundo a autora, isso começa quando “Criamos nossas filhas para enxergar as outras mulheres como rivais – não em questão de emprego ou realizações, o que, na minha opinião, poderia até ser bom –, mas como rivais da atenção masculina.” (ADICHIE, 2015, p. 34). Seja como for, isso só intensifica um sistema de exclusão e isolamento de e entre nós Mulheres, sejam cis ou Trans.

Certa vez, em um barzinho com uma amiga Trans, havia um casal cis-heterossexual sentado em uma mesa ao lado da gente e, enquanto a Mulher olhava para a cerveja ou abraçava o seu companheiro, ele fazia sinais para eu ir encontrá-lo no toalete. Esse, então, foi o assunto da minha conversa com minha amiga Trans. Falava para ela sobre a hipocrisia, sobre o quanto eles (os homens) nos repudiam, mas ao mesmo tempo nos desejam e que, por isso, tenho uma postura de negação que tem até contribuído para não estar me envolvendo ativamente com homens. Enquanto conversava com ela, ela dizia para eu ir ao encontro dele e cobrar por isso. Insisti que não. Foi quando ela disse que pega todos os homens casados que a procuram, por uma questão de “vingança histórica”. Perguntei a ela sobre esse vingar. Vingar de quem? Das Mulheres? O que elas fazem com você? – Perguntei para ela. – Você não acha que a culpa é do homem que faz com suas Mulheres o que faz com todas? Ela me respondeu que não. Que, em sua concepção, “as Mulheres merecem que ela pegue os seus maridos para “aprenderem”, por nos maltratar, negar e zombar tanto em sociedade, principalmente na frente e companhia deles, para mostrar que são superiores a nós”. Daí eu tive a certeza dessa competição que vai e vem de ambos os lados, em um círculo sem fim e que só nos maltrata. Eu a ouvi atentamente, mas

coloquei meu posicionamento de que precisamos parar de nos culpar, nos fazer solitárias e colocar nossas companheiras em estados de solidão devido às tentativas de disputas por atenção masculina. Esse processo não faço, não concordo e tenho feito grandes esforços todos os dias para conscientizar politicamente as Mulheres sobre isso, por mais que tenha sido, muitas vezes, doloroso, por mais que ainda tenhamos que passar nas ruas e ser constantemente negadas por outras Mulheres. Se ao menos fôssemos isentas dessa violência entre nós mesmas, talvez a questão da competitividade feminina não fosse mais uma dimensão da solidão da Mulher Trans, negra e periférica sobre a qual precisamos refletir.

3.5 AS RUAS COMO ESPAÇO DE PODER E SOLIDÃO

O que está em jogo nesse raciocínio é a problematização a respeito das relações de saber e de poder que se articulam através das normas, das leis, contratos e instituições sociais, no sentido de controlar os corpos e regular as populações. Fica evidente a participação de determinados jogos de interesses por parte de grupos dominantes, que querem dar continuidade a um sistema de opressão e violência que tenta a todo custo forjar estratégias de manutenção da dominação patriarcalista e heterossexista. (PERES, 2015, p. 38).

Partindo da lógica da competitividade feminina, entramos em uma outra questão: as relações de poder que provocam em mim a solidão do não pertencimento à sociedade. O que pretendo apontar como a relação da solidão com as relações de poder? Trata-se do entendimento sobre quem merece ou não merece viver e transitar pelas ruas da cidade, exercer o seu direito de ir e vir. Don Kulick (2008), em sua pesquisa com Mulheres Trans e Travestis, disse sobre esse sentimento de constante perigo que nós Mulheres Trans e Travestis vivenciamos:

Elas precisam estar preparadas para enfrentar comentários desairosos (que partem tanto de homens quanto de mulheres) e tentativas de agressão física (por parte daqueles). [...] Elas sabem que a qualquer momento, podem tornar-se alvo de agressão verbal e/ou violência física por parte daqueles que se sentem ofendidos pela simples presença de travesti nesse espaço. (KULICK, 2008, p. 47).

Portanto, se, por um lado, tenho que estar preparada para enfrentar agressões advindas de outras Mulheres (Cis ou Trans) por consequência de uma lógica de competitividade feminina, por outro lado, essa relação de negação e repúdio acontece também com Homens (Cis ou Trans) por uma lógica do machismo e heterossexualidade compulsória.

Quando passo pelas ruas (principalmente durante o dia, em que a visibilidade é ainda maior), é comum que os homens atravessem as ruas para não passar do meu lado, ou, quando passam, realizam um distanciamento desnecessário com o corpo para demonstrar que não querem encostar em mim ou algo do tipo. Imagino que o desconforto sentido por eles se refere também ao fato de terem que lidar de forma igualitária com uma Mulher de um metro e oitenta e cinco de altura, com os ombros largos, nariz empinado e corpo erguido. Afinal, estamos falando de relações de poder e, como poderia ser aceitável um homem ser menos homem (no sentido de tamanho) que uma Super-Mulher?

Esse imaginário brasileiro de Mulheres Trans e Travestis como “Super” funciona então como um dos principais causadores de repúdio que sofremos em sociedade. A antropóloga Miriam Pillar Grossi (1988) aponta para a visão de que Travestis, apesar de usarem da imagem feminina, para ela, ainda assim são homens que ostentam a feminilidade, intimidando sobretudo as Mulheres com esse “excesso de feminilidade”. Nesse sentido, a construção de masculinidade que criou o lugar do homem como ativo, dominador e caçador, torna-se automaticamente frustrada diante de uma imagem de Mulher que demonstra ser tão poderosa, e poderosa nos dois sentidos, não apenas na postura corporal e firmeza no andar, mas em romper, de alguma forma, com o lugar e a figura hegemônica do ser Mulher, da Mulher enquanto frágil, pequena, indefesa, com aparências de inocência, de ser recatada e do lar.

Retomando as reflexões apresentadas por William Siqueira Peres (2015), com as quais iniciei esta seção, em diálogo com uma de suas interlocutoras Travesti, a Ônix, ele aponta o quanto Mulheres Trans e Travestis temem circular nas ruas durante o dia devido a agressões (que não se restringem só a física, mas o olhar de repúdio e curiosidade também) e zombarias que são frequentes e naturalizadas sem que nada ocorra como ação inibidora para cessar tais comportamentos e atitudes das pessoas. Segundo o autor, uma das posturas que Ônix teve para lidar com as discriminações e exclusões diárias foi passar a ter seu nariz empinado e até mesmo arrogante, como uma forma de lidar e enfrentar as pressões sociais. Essa é a famosa postura da “defensiva” que é comentada por tantas pessoas cisgêneras para com a gente. Tenho me armado com tais posturas (nariz empinado e arrogância) e sei também que são mecanismos de defesa. O problema disso é que favorece tornar-se um círculo sem fim, um processo de solidão que só nos distancia ainda mais das possibilidades de viver em coletividade, uma vez que a própria ideia da defensiva é sempre utilizada pela sociedade cisheteropatriarcal como uma justificativa para a nossa solidão. Nesse sentido, os sociólogos Richard Parker e Peter Aggleton apontam que:

O estigma desempenha um papel central nas relações de poder e de controle em todos os sistemas sociais. Faz com que alguns grupos sejam desvalorizados e que outros se sintam de alguma forma superiores. Em última análise, portanto, estamos falando de desigualdade social. (AGGLETON; PARKER, 2011, p. 11).

Nesse sentido, a solidão sentida e vivenciada nas ruas é o lugar e a condição estabelecida intencionalmente e planejada por uma sociedade cisheteropatriarcal. Berenice Bento diz que reiterar no outro o lugar de inferioridade é buscar produzir e reproduzir a ideia de espécies nobres/superiores na sociedade brasileira. Além disso, a lógica de estar sempre discriminando o outro para afirmar em si uma heteronormatividade coloca o próprio sujeito em um espaço confortável por, conforme Bento (2017) aponta, ser apoiado por todas as instituições e representantes do Estado. Mas, como dirá o próprio Foucault (1986): “Onde há poder, há resistência, e o poder age sob resistência”. Ele diferencia o poder da dominação pois, onde existe poder há resistência e onde há dominação não há resistência. Nós, Mulheres Trans e Travestis, vivenciamos há séculos essas disputas de poder, mas não estamos e nos permitiremos estar dominadas, resistimos a todo momento, mesmo sendo assombrosamente perseguidas com violências e mortes.

Analisando ainda essa lógica do inferiorizar um grupo como uma busca incessante pelo poder, Foucault (1988), ao discutir sobre os dispositivos da sexualidade, apresenta uma análise política sobre o sistema de relações entre poder e sexo. Para o autor, o poder não só se sobrepõe ao sexo em uma relação negativa de excluir, rejeitar e ocultar, mas institui também regras sobre o que é possível e impossível, permitido e proibido, vivenciado constantemente através de um ciclo de interdição.

Renuncia a ti mesmo sob pena de seres suprimido; não apareças se não quiseres desaparecer. Tua existência só será mantida à custa de tua anulação. O poder oprime o sexo exclusivamente através de uma interdição que joga com a alternativa entre duas existências. (FOUCAULT, 1988, p. 81).

A visão do autor torna mais compreensível a lógica do pensamento que aponto aqui como relações de poder em espaços públicos. Se nós Mulheres Trans e Travestis não quisermos sofrer sanções, devemos nos esconder o máximo possível, assim, as nossas existências passam a ser permitidas através da nossa própria autoanulação ou autoisolamento. Quando eu ousar sair durante o dia, transitar em meio aos transportes públicos de Salvador e por todos os espaços em que transita o “cidadão de bem”, automaticamente passo a despertar olhares de desaprovação, de curiosidades e zombarias. Através de tais expressões, atitudes e comportamentos, tentam

fazer com que eu desapareça; tal lógica perversa permitiria a minha existência, única e exclusivamente através da minha anulação. Para que eu desapareça é necessário, então, que eu apareça, que eu exista e, por isso, é “permitido”, de alguma forma, a minha existência em sociedade.

3.6 SOBRE SER A ÚNICA MULHER TRANS DO “MEIO”

Estou sempre rodeada, em todos os espaços, por pessoas cisgêneras e, quando preciso fugir disso, e encontrar as minhas e os meus, preciso ir para algumas casas noturnas, eventos, como as paradas LGBTs, eventos acadêmicos, seminários ou outros do tipo que trabalham com a temática (porque, via de regra, não nos vemos também nesses espaços). Com isso, vou caminhando com este sentimento de solidão em que, mesmo estando em meio à multidão, me sinto sozinha. Estou falando de uma sensação de não pertencimento, da angústia de ter de conviver e tentar me enquadrar em vivências cis que não me representam e de ter que ficar durante todo o tempo tentando explicar que as coisas são diferentes do lado de cá, ou seja, sobre quem somos.

Percebo que nas cabeças de muitas pessoas cisgêneras, existe o imaginário da figura de duas Travestis: a engraçada e a agressiva. Me encaixo na imagem desta última e com isso vejo o quanto me evitam de estar nos espaços de lazer pois levaria medo, incerteza e “baixaria” aos que estão presentes. A primeira, a engraçada, tem um nível de aceitabilidade no meio cis, pois transparece ser aquela pessoa amada por todas e todos que a cercam, mas são momentos também que passam rápido e se resumem apenas aos momentos em que as pessoas buscam diversão, graça ou mostrar que não têm preconceito para com Mulheres Trans e Travestis. Conversando com Aloma, percebi que ela já naturalizou esses lugares e veste a imagem da “comportada” e da “engraçada”, sobretudo nas casas de shows em que faz seus trabalhos noturnos:

Quando a pessoa é barraqueira, as pessoas dizem assim: “Iiii, ali eu quero é distância”. Eu já vi muitas vezes as pessoas parar e dizer bem assim “A Aloma, você é tão comportada, tem aquela ali que é tão comportada, mas tem outras como aquela ali que é tão baixo-astral”. Eu disse “É, né, fio? Mas cada quem tem a sua convivência. Não é porque ela é baixo-astral porque eu sou obrigada a ser baixo-astral”, entendeu? (Aloma, 10 de março de 2020, grifos nossos).

Percebe-se o quanto a sociedade cisheteropatriarcal vende o tempo todo para as Mulheres Trans e Travestis um jeito, uma maneira que seja possível de sermos aceitas. Nesse mesmo sentido, encontrei, nos relatos de Thalita Thábata, essa luta de ser a única Mulher Trans do meio e ter que provar que é “gente de bem”:

[...] lá no trabalho tem uma menina que é realmente evangélica, que ela é de direita e ela é cis. Ela falou “nossa **eu nunca pensei que eu ia trabalhar com uma travesti**, que ia desconstruir tudo o que eu tinha, tipo, que eu era marginal que eu só ficava na beira da prostituição, que era baixo-astral. Hoje, às vezes eu conto pra meu marido, quando a gente tá indo pra igreja, de você, **que você pra mim é uma Mulher, que você pode entrar e sair da minha casa** no horário que você quiser, que não tem problema nenhum, **de não sair com você, tipo, de não passar vergonha**”. É mesma coisa séria pra cá, pegando de lá pra cá. No caso a gente chega e as pessoas tem muita construção na cabeça e a gente vem, nesse aspecto, desconstruir o que é Mulher, travesti. Às vezes, eu tenho até esse diálogo com algumas pessoas aqui de chamar um travesti e tudo mas, respeita porque também imponho respeito. (Thalita Thábata, 13 de março de 2020, grifos nossos).

A existência de um ensinamento de como as Mulheres Trans e Travestis podem e devem se comportar para receber a autorização social é constante. Lendo *O Casulo Dandara*, livro que conta a história da Travesti cearense que foi brutalmente assassinada em fevereiro de 2017 a pauladas, chutes e outros golpes até a morte e que causou grande comoção social, a angústia maior que senti em toda a história não foi nem resumidamente a morte física. Afinal de contas, tenho acompanhado tantas outras com roupagens semelhantes, sem tempo para luto, porque quando penso em fazer o luto de uma já é a morte de outra, de forma que confesso que isso não foi o mais impactante para mim ao ler a história de Dandara; é como se esses assassinatos já estivessem naturalizados em minha cabeça. O que mais me impactou foi a morte social uma vez que, por toda a sua vida, conforme escreve Holanda (2019), Dandara era querida por onde passava porque todas e todos adoravam as suas “palhaçadas” ainda que, por muitas vezes, não respeitassem a sua identidade de gênero e o nome social. Gente, não existe dizer que uma Travesti é amada por todas e todos, mesmo que não a enxerguem enquanto Mulher. Se tem uma coisa que é mais importante do que tudo na vida para uma Mulher Trans ou Travesti é o respeito ao que se é e como se identifica socialmente. Não considerar o nome social das Mulheres Trans e Travestis é não considerar os seus símbolos, as suas existências (CERQUEIRA; DENECA; PADOVANI, 2020).

Percebo que felizmente existem Mulheres Trans e Travestis que já têm observado tais questionamentos e denunciado quando se pode denunciar. É o caso da Mulher Trans e negra Kelvin Valentim, quando disse, em entrevista ao Papo de Preta: “Eu sempre serei lembrado por

minha alegria, pelo meu sorriso, pela minha luz, pelos meus inúmeros dons que eu sempre tive ou adquiri SOZINHA, mas eu sou bem destruída por dentro.” (MULHER, 2017).

Tendo ciência disso, e para não parecermos antissociais, precisamos fazer vista grossa ou ter os ouvidos fracos, relevando uma série de questões que são, na verdade, transfobias naturalizadas. Com isso, acabamos nos afastando das situações e das pessoas por nos sentirmos cansadas. Eis aqui mais uma dimensão do que venho chamar de solidão neste trabalho.

Com isso, vamos ou buscamos nos acostumar nesse lugar, com existência de tretas atrás de tretas para poder trabalhar, sobreviver e circular nos espaços. Os momentos que passamos nos sentindo em paz são aqueles em que encontramos nossas amigas Mulheres Trans e Travestis que demonstram nos compreender e estar realmente interessadas em ouvir o que temos a dizer. A solidão então nos sufoca, nos transforma em pessoas céticas, mas também autossuficientes em quase tudo. Ao mesmo tempo, não posso ser mal agradecida para com as pessoas cis que me amam, me admiram e, por vezes, estão comigo, me acolhem e me ajudam, mas, por vezes, são as mesmas pessoas que me agredem sem se dar conta, quando me chamam pelo pronome masculino, por exemplo. Para intensificar ainda mais os nossos tensionamentos, somos cobradas a “relevar”, a “perdoar” e a “ensinar” as pessoas, muitas das quais já convivem com a gente por muito tempo mas ainda “se atrapalham” na hora de se referir a nós. Nesse sentido, a Mulher Trans e Doutora em Psicologia Social, Jaqueline Gomes de Jesus ressalta:

Não precisamos ficar nos explicando o tempo todo: podemos dar algumas orientações sobre nós, porém as pessoas trans não são obrigadas a serem sua Wikipédia. Deixe de preguiça e vá pesquisar um pouco sobre nós, não faltam materiais educativos bem construídos e fundamentados disponíveis pela internet, boa parte gratuitamente. Pare de passar vergonha ao repetir anacronismos sobre nós, ou proferir discursos explicitamente transfóbicos, como se fossem mera opinião. (JESUS, 2017).

Um outro aspecto que reflete esse cansaço que a sociedade cisheteropatriarcal nos faz passar nas relações sociais é o que informa Zezé, uma das interlocutoras da pesquisadora Ana Cláudia Pacheco. Ao ter que transitar em uma sociedade brancocêntrica como a nossa, precisa ficar se justificando o tempo inteiro para que as pessoas entendam sua presença em determinado espaço, sendo ela apresentada por seu nome e profissão constantemente. É dessa forma que sinto ocorrer comigo, com o entendimento e acordo dessa sociedade cisheteropatriarcal de que Mulheres Trans e Travestis, negras e periféricas não pudessem circular por espaços e eventos que não sejam a própria periferia, as esquinas das ruas e os guetos LGBTs. Queria ser apresentada nos espaços apenas enquanto Ariane Senna, uma amiga, uma colega ou algo do

tipo, mas sempre informam: esta é Ariane, Psicóloga e ativista social ou, então, Ariane, a primeira mulher Trans Psicóloga de Salvador.

Lembro de quando estudei Psicologia, até mesmo os(as) colegas que diziam não serem transfóbicos, acabavam por concordar com falas do tipo “ser contra adoção de crianças por casais homossexuais”, de que “ninguém é obrigado a aceitar ninguém” e coisas do tipo, muitas vezes em nome de Deus e do bem da família. Como foi sufocante passar cinco anos estudando Psicologia e lidando com essa solidão em sala de aula, por ser a única Mulher Trans do meio. Mas, como sempre, venho resistindo a tudo isso, dando o melhor de mim e, através de meus esforços, tento devolver à sociedade uma imagem positiva da Mulher Trans. Nesse caso, meu esforço foi ser a aluna com melhores notas, motivo que me levou a receber, no momento da formatura, o certificado de melhor aluna do curso da turma 2011.2. Orgulho e resistência para mim é isso – ver todas aquelas pessoas, inclusive as que não me aceitavam e nem me respeitavam, tendo que me aplaudir por esse mérito. Falando de solidão, se deixássemos passar questões como essas, iríamos nos tornar cúmplices desses silenciamentos e dessas tentativas de apagamento de nossas existências, ou seja, a batalha não é apenas contra a morte física, mas também contra a morte social e a solidão da Mulher Trans negra e periférica não é apenas sobre afetividade.

3.7 SOLIDÃO E SAÚDE MENTAL

Viver em constante perigo, em constante sentimento de alerta, é quase que uma condição *sine qua non* para nos levar ao adoecimento mental decorrente da transfobia. Assim, não seria impensável desenvolvermos algum tipo de fobia social devido ao distanciamento social que nos é imposto, à negação e ao repúdio vivenciados em uma sociedade cisheteropatriarcal capaz de desenvolver em nós a depressão devido ao sentimento contínuo de estar sozinha na vida e no mundo, à ansiedade devido às preocupações intensas sobre o futuro de como estaremos, se passaremos dos 35 anos de idade ou não, se teremos uma família ou um parceiro sexual afetivo, se conseguiremos um emprego formal ou não no mercado de trabalho, até quando conseguiremos ganhar dinheiro com a prostituição ou se ganharemos diariamente a fim de obter o sustento de despesas diárias. Esses e tantos outros sintomas vão, no decorrer da vida, sendo somatizados, nos trazendo consequências nefastas, apenas por sermos quem somos. Conforme aponta a psicóloga e pesquisadora brasileira Juliana Perucchi (2017):

As experiências não cisgênero não possuem nenhum outro fundamento psicopatológico que não seja esta condição de viver em sociedade cis normativas. Neste sentido, não é difícil pensar que este “sofrimento clinicamente significativo” seja um alto preço a ser pago por uma pessoa que vive à margem das normas binárias de gênero (PERUCCHI, 2017, p. 154).

Nesse sentido, o psicólogo e pesquisador brasileiro Wiliam Siqueira Peres (2015) também chama a atenção para um processo que passa a ocorrer conosco, Mulheres Trans e Travestis, que é a depreciação de nós mesmas, na medida em que vamos internalizando as imagens, valores e significados que a sociedade tem realizado sobre nós. Tem sido comum levar para minhas sessões de análise, assim como escutado de outras Mulheres Trans e Travestis, angústias que advém do desrespeito ao uso do nome social e do reconhecimento da nossa identidade de gênero. Mas a resposta que particularmente tenho tido na tentativa de me ajudar e de preservar a minha saúde mental é que eu não ligue para o que as pessoas fazem ou falam de mim, como se fosse simples assim, em um passe de mágica.

Percebi também nas palavras de Malévola esses sentimentos de mal-estar:

[...] **eu me acho estranha mas, ao mesmo tempo, eu me acho tão eu**, tipo assim, eu sou uma pessoa que eu não gosto muito de abraço [...] é uma coisa minha assim, que eu não gosto de muito apego, muito grude comigo, sabe? Eu já me sinto mais retraída quando eu vejo algo muito grudado a mim. (Malévola, 20 de março de 2020, grifos nossos).

Percebe-se nessa fala, o condicionamento social naturalizado ao ponto de que o afeto, o abraço, a interação social não seja familiar para nós. Esta é uma tarefa quase que impossível e que leva a um adoecimento psíquico só em tentar fazer este esforço de não ligar para os(as) outros(as), já que somos seres sociáveis e todos(as) nós, independente do gênero ou da orientação sexual, amadurecemos através da relação com o(a) outro(a). Berenice Bento (2017) argumenta que o gênero não existe sem reconhecimento. Sem isso, o nosso desejo e percepção ficarão sempre no lugar do ilegítimo. Por isso, acredito que pensar saúde mental para Mulheres Trans e Travestis é entender a importância de um apoio que, conforme aponta a pesquisadora brasileira e doutora em direito Tereza Rodrigues Vieira Vieira (2014), venha a fortalecer, no sentido mesmo de ressignificar, esse mal estar que é, na maioria das vezes, resultado da rejeição sofrida em sociedade, conforme pude perceber nos relatos de Thalita Thábata sobre sua adolescência, quando teve que fazer terapia devido a transexualidade ser vista como uma doença por seus familiares:

[...] o psicólogo nessa época **dizia que era coisa da minha cabeça**, que não sei o que. Não sei se tem tanta ferramenta, se eles têm tanta legitimidade para dizer se realmente você é ou não uma Mulher Trans, porque se passa por você, dentro de você né? (Thalita Thábata, 13 de março de 2020, grifos nossos).

Em experiência concreta desse enfrentamento, Anna Paula Uziel e Flávio Lopes Guilhon (2017), ao coordenarem estágios do curso de Psicologia no Centro de Referência LGBT do Rio de Janeiro, apontam que é necessária a criatividade dos profissionais no realinhamento da intervenção diante de uma população tão violentada. Segundo os autores, a violência que acomete as Mulheres Trans e Travestis, como demonstrei ao longo deste trabalho, começa na família e se estende aos serviços do Estado e em suas sociabilidades na comunidade. Isso exige das práticas psi uma maior eficácia e compreensão das especificidades de Mulheres Trans e Travestis no atendimento clínico-político, para que essas Mulheres possam desenvolver ao máximo suas potencialidades, para que não vivam constantemente um estado de dor e sofrimento.

Dessa forma, o que está em reflexão nessa ligação entre a solidão e a saúde mental é a sociedade cisheteropatriarcal que não apenas nega os nossos direitos civis, como não reconhece a nossa identidade de gênero e atua fortemente na negação de nossa existência, resultando em adoecimento mental. Devido a isso, as Mulheres Trans e Travestis constroem diferentes estratégias para minimizarem o sofrimento e suas dores psíquicas, como é o caso das religiões, que se apresentam na vida das Mulheres Trans e Travestis como uma possibilidade de (re)existência mas também como algo fragilizado diante do entendimento das negações dos direitos para as Mulheres Trans e Travestis em uma sociedade cisheteropatriarcal.

3.8 SOLIDÃO E RELIGIÃO: NA BUSCA POR CONSOLO, BUSCAMOS IR A QUALQUER LUGAR OU A LUGAR NENHUM

Independente da orientação sexual ou identidade de gênero da pessoa, Freud (1996) apontou em seu texto intitulado *O mal estar da civilização* que, assim como as drogas e o trabalho, a religião tem sido uma gratificação substitutiva que o ser humano tem buscado para lidar com o mal-estar que sente ao viver em sociedade. Aponta ainda que, através das regras, preconceitos e todo um sistema que não atende e não contempla as pulsões de cada um (a), as pessoas vivem com sentimentos como culpa e repressão que se transformam em sofrimentos internos, resultando, muitas vezes, em transtornos psíquicos.

Com as Mulheres Trans e Travestis, então, não é diferente e, para lidar com o enfrentamento diário de angústias e sofrimentos e de ter que, diariamente, combater um Sistema (VERGUEIRO, 2015) para existir, muitas buscam a religião como forma de “se cuidar”, de não adoecer e de buscar proteção para si. Assim foi para as interlocutoras de Ana Cláudia Pacheco (2013) que buscavam uma forma de conforto, uma saída para superar o sofrimento, para ter uma explicação da solidão afetiva, para entender um término de um relacionamento, dentre outros aspectos de exclusão social.

Em *Religião, Imagens e Experiência de Aflição: alguns elementos para reflexão*, capítulo do livro intitulado *Experiência de doença e narrativa*, as cientistas sociais Míriam Cristina Rabelo juntamente com a socióloga Litza Andrade Cunha e a psicóloga Paula Brum Schaeppi (1999), apontam o quanto a religião tem sido importante nas camadas mais populares, sobre o sentido que os grupos populares dão a religião como forma de saída, de solução para um problema, sobretudo relacionados a condições financeiras ou da própria comunidade (no caso analisado aqui, na periferia), como algo que possa fazer mudar o foco e ter uma melhor concepção de mundo. Para mim, enquanto Mulher Trans, a busca de mudança e concepção de um novo mundo vem do desejo de acreditar que um dia eu possa viver em uma sociedade mais tolerante, em um terreno mais fértil, onde eu possa viver sem medo, onde possa amar e ser amada, onde possa ser reconhecida e finalmente ser feliz.

A religião tem servido também para mim como uma maneira, um alicerce para lidar com os termos de relacionamentos afetivo-sexuais e com esse mal-estar de viver, estar sozinha. Ocorre que a religião também está dentro desse Sistema e, dessa forma, as Mulheres Trans e Travestis passam a adentrar em um novo campo de batalhas, onde terão que lutar para permanecer ou, se afastarão desse novo campo, quando não aceitas, por temerem o preconceito, a vergonha e uma nova forma de não aceitação; conseqüentemente nos encontramos mais uma vez em solidão.

Tenho frequentado, por uma questão de identificação, um Centro Espírita localizado aqui na cidade de Salvador. Acontece que estar nesse local tem me colocado constantemente em um lugar de desconforto, pois, se de um lado sinto uma recompensa gratificante, que é espiritual, de outro, ter que ficar pedindo respeito constantemente às pessoas para me tratarem no feminino tem me deixado, muitas vezes, com o sentimento de desilusão, de desamparo, afinal, se sair dali para onde vou? Ou não vou a lugar nenhum?

Como ocorre também em outros espaços públicos, foram várias as violações sofridas dentro do Centro Espírita que frequento e por diversas pessoas (trabalhadores, visitantes, palestrantes e tudo mais). Para enfrentar essas violações, na maioria das vezes, eu recorria à

própria espiritualidade; aproveitava o momento em que conversava com as próprias entidades incorporadas nos médiuns e denunciava as situações vivenciadas no local. Denunciava aos espíritos não em busca de consolo mas, sobretudo, para continuar no espaço, pois eu sabia que de alguma forma os próprios médiuns e espíritos iriam chamar a atenção ao menos dos gestores e trabalhadores do local sobre os ocorridos. A minha esperança aqui estava em, se as pessoas não me respeitavam pelo menos iriam respeitar as instruções dos espíritos. Resolvi ter eles como mediadores dos conflitos advindos das violações que se passavam no local. Dentre essas violações estão: trabalhadores que me chamam no masculino, que olham com estranhamento, visitantes/frequentadores que apontam, comentam (e em voz alta, como ocorreu certa vez na cantina, através de uma mulher por volta dos 50 anos de idade, exclamar em voz alta: É TRAVESTI! e, todos olharem me deixando constrangida), e palestrantes que, mesmo entre aquelas que demonstram um certo “carinho” por mim, demonstram desconhecimento das questões de gênero e sexualidade, quando não me tratavam da forma correta. Nessas ocasiões, o constrangimento é igual, ou talvez pior por eu me sentir de mãos atadas. Pois bem, vou falar então do caso específico que ocorreu em uma das aulas que assisti no Centro, sobre a doutrina espírita – é educativo para todos e para mim é terapêutico.

O Centro Espírita promove aulas sobre a doutrina, realizando cursos em diversos módulos. Me inscrevi no módulo básico, onde as aulas ocorriam no salão do local, em um horário pelo turno da noite, um dia por semana. Durante a primeira aula, fiz uma pergunta para uma das palestrantes do curso, sobre o perispírito (SILVA, 2015), tema da aula, e, assim como outros cursistas, levantei dúvidas pessoais que têm uma relação da doutrina com minha própria individualidade/existência.

Minha pergunta para ela:

— Conforme a senhora explicou que o perispírito molda e modela/prepara a própria estrutura/forma do corpo biológico da pessoa antes mesmo do nascimento e que continua sendo uma imagem semelhança deste até a sua reencarnação, como seria então esse processo do perispírito de Mulheres Trans e Travestis que, assim como eu, modificou o seu corpo com o auxílio de hormônios e cirurgias para adequar-se à sua identidade de gênero, logo, o corpo não acompanharia mais a forma do perispírito? Porque vamos morrer um dia, e a morte já se dará com esse corpo modelado, que talvez não corresponda mais ao que foi preparado e formado pelo perispírito anteriormente. Como isso ocorre?

Ela respondeu:

— Meu querido, veja bem! Nesses casos como o seu, que é gay, posso te chamar de gay? — Perguntou ela utilizando um microfone enquanto estava posicionada para os cursistas, que estavam sentados dentro do salão, juntamente comigo. — **O espírito reencarnou várias vezes como Mulher e, vindo nessa encarnação em um corpo de homem.** Faz a necessidade do

corpo mudar para adequar-se ao corpo biológico. Então, meu querido, não se recrimine não, vá viver sua vida e ser feliz, a doutrina espírita não olha isso com julgamento. — Concluiu. (Diários de Campo, 13 de maio de 2019, grifos nossos).

Ora, diante do exposto aqui, acredito que vocês já perceberam como me identifico (inclusive já tenho todos os documentos oficialmente de que sou Mulher). Me chamar de querido, então, talvez não seja a forma mais acolhedora que uma pessoa possa querer fazer (ainda que seja com um certo “carinho”). Depois, é preciso entender que não sou gay (homem que sente atração por outro homem) e, mesmo se fosse, é um absurdo e desrespeito chamar e, ainda, ter a audácia/descuido/desrespeito de perguntar ao outro se pode chamar de gay (coisa que não devemos nem fazer com os próprios gays). Imagina só se, ao invés de eu perguntar o nome daquelas pessoas, eu perguntar: Posso chamar vocês de hétero? De heterossexuais? É algo surreal e, naquele momento, nem respondi nada, não expressei nada, fiquei em silêncio (silêncio esse questionado pelas meninas com quem vim de carona de carro, no retorno para a casa, me indagando sobre o porquê que eu não corrigi-la no mesmo momento). É que, realmente, eu fiquei em choque no momento, foi uma sensação de choque, um constrangimento, não só meu, mas dos próprios colegas que estavam do meu lado e demonstraram espanto, me olhando com uma cara de quem me pedia também alguma reação.

As palavras, também, que diziam para eu “não me recriminar”, além de serem tolas, foram ilógicas, não tendo nada a ver com a pergunta e subjugando a minha experiência como alguém que vive em sofrimento/desconforto ou como se estivesse falando/pedindo ajuda sobre uma pessoa mal resolvida. Para ela, especificamente, eu respondo que, a cada dia que passa tenho certeza que o problema da transexualidade está nos outros, não em mim. Muito pelo contrário, eu me sinto uma pessoa bem resolvida por ser quem sou, e isso é libertador, não há sofrimento nisso e, se houver, é uma consequência dos enfrentamentos do viver em uma sociedade que diz o tempo todo que você é errada por ser quem é, que mata, que nega os direitos a trabalho, saúde, educação e renda, que deslegitima enquanto ser humano. Agora, é claro que é do meu interesse conhecer também a visão da doutrina a respeito da transexualidade, o que venho fazendo há um tempo, com outras religiões e diversas áreas das ciências humanas, porque acredito que o autoconhecimento é o ponto chave para a evolução de qualquer ser humano. Talvez o meu respeito com a casa e com as pessoas que ali transitam, ao ver ali como um lugar sagrado, me fez recuar em minhas reações.

O que percebi, também através dos relatos das minhas interlocutoras, é que a utilização da fé e não de uma religião específica, é um elemento para enfrentarem as dificuldades da vida.

A religião, esse espaço ou maneira específica de se religar a um Deus, não ganha centralidade e especificidade em suas vidas, uma vez que, não ocorrendo uma plena aceitação ou se não nos enxergarmos como pertencentes a determinado espaço, muitas vezes passamos a exercitar essa fé dentro das nossas próprias casas e do nosso jeito.

Não tenho religião nenhuma. Não sou... Bem mal vou na igreja, **se me convidarem** para ir em uma igreja católica eu vou, de tudo, se for no candomblé eu também vou, porque pra mim a religião é qualquer uma, cada quem faça a suas próprias, suas religiões, mas eu não. (Aloma, 10 de março de 2020, grifos nossos).

Religião afirmada não, mas já frequentei muito [...] Fui na assembleia, mas não me identifiquei com a religião, já fui também na Batista também, alguns períodos alguns, também não me identifiquei e gostava muito de frequentar a igreja católica, fazia parte até de alguns grupos lá dentro. Também já fui na de, quando tinha candomblé, também já fui muito, gostava muito quando tinha samba, cerveja, festas de algumas entidades que bebiam bebidas e eu gostava muito inclusive é... Tinha muitos amigos meus em comuns que **eu me sentia muito mais agregada dentro do candomblé** do que em qualquer outra religiões. Hoje em dia, aqui em Salvador eu nunca fui, sempre que eu moro aqui, **nenhuma religião** de matriz africana, nenhuma religião na verdade. Às vezes, eu ouço o culto aqui porque tem uma igreja aqui, bate aqui, mas eu **também não vou não.** (Thalita Thábata, 13 de março de 2020, grifos nossos).

Eu sou cristã, eu acredito muito em Deus. [...] Eu acredito muito em Deus, **sou muito temente às escrituras da bíblia**, porém não sou desses cristãos é... que vivem em torno daquilo da bíblia, eu acredito em Deus, **sei quem ele me ama e me entende da forma que eu sou.** (Malévola, 20 de março de 2020, grifos nossos).

Através das falas de Aloma, Thalita Thábata e Malévola percebe-se que, mesmo que as religiões não ocupem um espaço importante na vida de Mulheres Trans e Travestis negras e periféricas, elas são acessadas pois a crença em um Deus aparece em suas trajetórias. Entretanto, as barreiras transfóbicas das próprias religiões produzem outras camadas de solidão, através da imposição do distanciamento e julgamento de nossas vidas.

Neste capítulo, pudemos ver que a solidão da Mulher Trans negra e periférica perpassa todas as etapas de nossas vidas, da infância e adolescência em família à nossa (re)construção envolvendo a busca por moradia, educação, saúde, nosso processo de transição de gênero e consolidação de nossas modificações sociais, subjetivas e corporais. Além disso, refleti também sobre a perda de espaços de sociabilidade e lazer para muitas Mulheres Trans e Travestis e que devemos sempre ressignificar e reconstruir tais caminhos visto que não há alternativas. Além disso, nessa reconstrução, apontei como a competitividade feminina, motivada por valores cisheteropatriarcais, nos exclui da classe das Mulheres, nos gerando ainda mais sofrimento e

solidão, sofrimento esse que buscamos aplacar na busca religiosa. No próximo capítulo, adensarei o lugar da imagem de si e a centralidade que nosso corpo possui na construção de nossas subjetividades, particularmente como Mulheres.

4 A IMAGEM DE SI – ESTÉTICA E TRANSFORMAÇÃO CORPORAL – PROCESSOS DE “ADEQUAÇÃO”

E quando se trata de corpos de Mulheres Trans e Travestis negras? As tensões que nos impossibilitam de nos enxergarmos como belas tornam-se ainda mais intensificadas, uma vez que, como argumenta Ângela Figueiredo (2008), o ser belo passa também por uma concepção de consequências sócio-históricas racistas.

Ângela Figueiredo demonstra como Mulheres e homens negros têm sido discriminadas e discriminados ao longo da história, através de propagandas e de ditados populares que reforçam a visão de que negro é feio e tem cabelo ruim, o que tem levado muitas Mulheres negras a gastarem bastante para alisar seus cabelos para parecer “mais bonita” aos seus olhos e aos olhos dos outros. Uma vez que o cabelo é uma das características mais importantes na estética feminina, o que mais incomoda é aquilo que a branquitude denomina como o *Feio da Raça*, título do livro de Hildegardes Vianna (1978) citado por Figueiredo, que descreve como as Mulheres negras sempre utilizaram métodos para transformar seus cabelos.

Escrever sobre esse processo de baixa autoestima não descreve um processo individual, psicológico e emocional. Em *Casamentos Interracialis: O Homem Negro e a Rejeição da Mulher Negra*, capítulo do livro *Alternativas Escassas: saúde, sexualidade e reprodução na América Latina*, organizado por Tina Amado e Albertina de Oliveira Costa, a jornalista e ativista social Diva Moreira e o historiador Adalberto Batista Sobrinho (1994) argumentam que a baixa autoestima que Mulheres negras têm sentido é uma consequência estrutural do próprio processo social de rejeição a sua raça e a aspectos de seu corpo que não são lidos como bonitos. Da mesma forma, aponto que ser Mulher Trans e Travesti em uma sociedade binária, heterossexual, racista, sexista e machista é também ser vista como feia, mas também como exótica, pecaminosa e doente, algo que aprendemos desde nossas infâncias, um paralelo semelhante às visões socio-históricas realizadas para com as Mulheres cis e negras.

Chimamanda Ngozi Adichie (2015) chama a atenção da existência de toda uma estrutura que faz com que as Mulheres venham a rejeitar seus próprios corpos:

Ensina-mos as meninas a sentir vergonha. “Fecha as pernas, olha o decote”. Nós as fazemos sentir vergonha da condição feminina; elas já nascem culpadas. Elas crescem e se transformam em mulheres que não podem externar seus desejos. (ADICHIE, 2015, p. 36)

Imaginem se esses corpos forem de Mulheres Trans e Travestis, negras e pobres? Pensando nessa relação de negação e aceitação dos nossos próprios corpos, Jaqueline Gomes

de Jesus (2017), escreveu um texto para a editorial Global Sustentável, intitulado como *Corpo-Positividade e Livre Sexualidade para Pessoas Trans*, onde fala sobre a valorização do corpo, a necessidade de ver o corpo e a sexualidade das pessoas Trans como algo positivo. Dessa forma, a autora propõe que possamos pensar nossos corpos como belos e únicos, não necessitando, assim, “corrigi-los” em uma estética que se torne “agradável”, tal como idealizada pelos corpos cisgêneros. No entanto, o sexismo generalizado dos sujeitos cisgêneros, o cissexismo (VERGUEIRO, 2015), é introduzido e reproduzido nas nossas mentes de forma coletiva, o que faz com que nós mesmas desvalorizemos nossos corpos. Assim, a autora aponta que valorizar os nossos corpos em uma sociedade que nos desumaniza diariamente, que nos reduz apenas a uma identidade de gênero transexual e heterossexual, negando sua multiplicidade, implica que nos comuniquemos adequadamente com nossos próprios corpos, prejudicando conseqüentemente as possibilidades e permanência em nossos possíveis relacionamentos afetivos sexuais. Dessa forma, se nem nós mesmas experimentarmos fugir do padrão afetivo heteronormativo, também não utilizaremos o prazer e a liberdade sexual que perpassa a aceitação de cada detalhe dos nossos corpos.

Diante das reflexões da autora, passamos a refletir sobre a necessidade de um exercício diário que nós Mulheres Trans e Travestis devemos fazer para obtermos uma comunicação de paz entre nossos corpos e mentes. O estágio superior da adequação corporal perpassa pela aceitação desse corpo Trans e Travesti que não condiz com as ligações gênero-genitália estabelecidas pela sociedade cisheteropatriarcal. A falta de consciência de que nossos corpos são completos e legítimos, mesmo destoando da norma padronizada para os corpos, poderá nos levar a uma outra dimensão da solidão, àquela do esconder-se para não ser vista. Misturada com o sentimento de possuir um corpo vergonhoso, essa dimensão da solidão perpassa sobretudo pela capacidade de autoaceitação.

Quantas vezes eu mesma já tive relações sexuais com um parceiro de luz apagada ou com uma certa veste para esconder dele meu órgão genital? E, em todas essas vezes, eu jamais cheguei ao orgasmo por isso, por evitar me tocar. Neste momento, chamo a atenção para uma solidão que age por meio da corporalidade, conforme aponta Ana Cláudia Pacheco (2013) sobre o reflexo que uma de suas interlocutoras aponta sobre si mesma, sobre o mal estar com seu próprio corpo. É a esse mal estar que nós Mulheres Trans e Travestis somos submetidas pelos mais diversos campos de saber e poder que buscam a todo tempo desnaturalizar os nossos corpos, sobretudo o saber biomédico.

4.1 A AUTOIDENTIFICAÇÃO DA IDENTIDADE DE GÊNERO: DE TRAVESTI A TRANS

Berenice Bento (2006) aponta que existem alguns discursos de Mulheres Trans e Travestis que se afirmam ser uma pessoa no corpo errado, de ter “uma mente (heterossexual) aprisionada em um corpo com o qual não se identifica” (BENTO, 2006, p. 107) e de uma reprodução do modelo de Mulher submissa, na tentativa de se adequar às normas de gênero. A autora pontua que tal discurso reflete uma imagem suicidógena que foi criada pelas pessoas cis para com as pessoas Trans, afim de colocá-las no lugar de vitimização. Portanto, vale salientar que essa não é uma identificação de e por todas as Mulheres Trans e Travestis mas, sim, por uma parcela que acredita ter garantida uma maior inserção social se continuar a cumprir as normas de linearidade de sexo, sexualidade e gênero. Diante desse contexto, a literatura mais clássica sobre as diferenças entre Mulheres Trans e Travestis utilizam a subjetividade como medidor e diferenciador entre ambas as identidades.

Felizmente, cada vez mais Mulheres Trans e Travestis têm falado sobre si mesmas e, assim, contribuído para a mudança da concepção biomédica sobre o que vem a ser a transexualidade. A transexualidade que era vista como um conjunto de comportamentos padronizados, passa a ser de uma esfera subjetiva, ocorrendo o que as psicólogas e pesquisadoras brasileiras Maria Thereza Ávila Dantas Coelho e Liliana Lopes Pedral Sampaio (2014) apontam quando afirmam que não existe um consenso sobre o que é transexualidade, sendo para algumas uma disfunção de gênero sobre o corpo e alma mas, outras vão dizer que não necessitam de tantas modificações corporais para serem Mulheres. De uma forma geral, o que podemos dizer, de acordo com as próprias autoras é que “As pessoas transexuais se sentem, desejam viver e ser reconhecidas como uma pessoa de outro gênero que não o esperado pela sociedade, com base no sexo biológico do seu nascimento” (COELHO; SAMPAIO, 2014).

De acordo com Berenice Bento (2006), essa construção de um discurso biomédico faz com que uma força normativa oprima as próprias Mulheres Trans e Travestis quando não pensam a transexualidade da mesma maneira, passando a viver ameaçadas/os sobre o direito de ter a identidade da transexualidade. Nesse sentido, a autora demonstra o quanto o pênis e a vagina tem sido formas de negociações das relações sociais, a exemplo de quando passamos a ouvir de uma Mulher Trans que fez a cirurgia com medo de perder seu parceiro sexual para uma Mulher de vagina e, eu diria, até mesmo para uma outra Mulher Trans ou Travesti que

tenha pênis, o que nos foi bem ilustrado através de uma das cenas de Pose¹², uma série de TV, onde a personagem Elektra Abundance-Evangelista, interpretada pela Mulher Trans e Negra Dominique Jackson perde toda a sua vida de luxo, sustentada por um homem branco e rico que a adorava, por ela ser uma Mulher com pênis sendo abandonada pelo mesmo e retornando à pobreza por escolher ser ela mesma e realizar a tão sonhada cirurgia de redesignação sexual. A partir dessas concepções, entendemos que as identidades Trans e Travestis não dizem respeito à ausência ou presença do pênis. Nesse sentido, o assistente social e pesquisador brasileiro Ailton Santos (2014) nos diz que a categoria Transexual, embora apresente uma carga negativa – no sentido de ser patológica – passa uma ideia de que não é uma escolha ou opção do sujeito e que as próprias pessoas Trans utilizam o termo por uma lógica de higienização social, do limpo e do belo, enquanto o termo Travesti, conforme aponta Mário Felipe de Lima Carvalho (2011) tem sido mais ligado ao contexto de prostituição, de marginalidade, logo, do sujo.

O aspecto político da reivindicação identitária está em afirmar que pessoas historicamente marginalizadas estão conquistando e adentrando espaços jamais ocupados anteriormente, espaços que não estão ligados restritivamente às questões de prostituição e AIDS. A diferença da identidade Travesti e de Mulher Trans é discursiva, é uma questão política. Eu mesma, em espaços de poder, a depender do público, tenho preferido utilizar a identidade Travesti, na tentativa de deslocar o imaginário de marginalidade em que vive e viveu historicamente essa população.

Olívia Paixão (2018) aponta a percepção adquirida na vivência com as Travestis sobre o quanto a pista (local de prostituição) é também um local de aprendizado e construção da identidade de gênero, onde muitas Mulheres Trans e Travestis vão se afirmando enquanto tais, a partir dessas vivências. Foi através da minha vivência nesse contexto da prostituição que eu aprendi o que é ser Mulher Trans e/ou Travesti. Certamente, esse é um dos motivos que sempre me direciona à realização de modificações corporais na busca da ideia de feminilidade, o que tem chocado cada vez mais com a existência e contraposições com pessoas Trans e não binários de movimentos pós-identitários.

Apesar de já entendermos que as identidades Trans e Travestis não dizem respeito a ausência ou presença do pênis, desenvolvemos preferências por determinadas identidades ou categorias, que dizem respeito a como nos identificamos e desejamos ser vistas pelo outro.

¹² Pose é uma série de televisão dramática americana sobre o cenário LGBTQIA+ afro-americano e latino-americano da cidade de Nova Iorque. Fonte: Wikipédia, a enciclopédia livre.

Todas as minhas interlocutoras se autoidentificaram como Mulheres Trans, mas é através do relato de Aloma que podemos perceber a intencionalidade das diferenças que ainda carregam os termos, ligando a transexual à Mulher, mais feminina e dentro da sociedade, e a Travesti a vista como suja e/ou à margem da sociedade. Perguntei a Aloma se ela é uma Travesti e tive a seguinte resposta:

Eu não. **Hoje eu me considero como uma Mulher Trans mesmo. Hoje eu sei entrar e sair de qualquer lugar**, sei aprender a me respeitar e ser respeitada. Que, um ser humano, independente que ele seja Trans ou não, é saber entrar em um lugar e saber respeitar o espaço das pessoas porque, não adianta, é... Hoje eu sou uma Trans que qualquer pessoa leva para uma família me ver. Independente que seja amigo, mulheres, colegas, homens, qualquer um deles me diz: nossa, Aloma, você é totalmente diferente de umas imagens de umas Trans que eu conheci no passado. Eu digo, é. Hoje em dia, eu não quero ser nem melhor nem pior, mas o problema é que tipo... **Uma Trans que foi toda uma vida costumada a ser criada com a família**, que ela sabe que tem famílias, que tem sobrinhas, sabe que tem que se respeitar naquele momento. **Ela sabe se... comunicar em qualquer lugar, entendeu?** Por isso que todo mundo diz: nossa, você é totalmente diferente de umas Trans que eu conheço. Eu digo: Não! Sou igual, agora, o problema é que eu nunca tive esse problema de não viver com família. Toda uma vida **eu vivi com família**. Com um tempo agora a gente cresce como qualquer pessoa, tem que se separar um pouco da família, mas nem por isso minha família 'tá longe, 'tá, mas ao mesmo tempo está presente, entendeu? (Aloma, 10 de março de 2020, grifos nossos).

O “Eu não” como resposta imediata sugere a negação do termo Travesti. No decorrer da resposta, é perceptível que Aloma entende Travesti como alguém que não está dentro da margem como, para ela, estariam as Transexuais. As transexuais seriam então algo mais próximo da ideia de respeito – “Hoje eu me considero como uma Mulher Trans mesmo. Hoje eu sei entrar e sair de qualquer lugar, sei aprender a me respeitar e ser respeitada” –, de melhor trânsito na sociedade – “Independente que seja amigo, mulheres, colegas, homens, qualquer um deles me diz: Nossa, Aloma, você é totalmente diferente de umas imagens de umas Trans que eu conheci no passado” –, de interação social – “...hoje eu sou uma Trans que qualquer pessoa leva para uma família me ver” –, de convivência familiar – “Toda uma vida eu vivi com família” – e que difere do ser travesti que, para ela, fica implicitamente entendido como um ser “baixo-astral”. Mas, para além disso, fica explícita a ideia de uma pessoa que cresceu, evoluiu com o passar dos anos, na medida que conseguiu conviver em um ciclo de pessoas no trabalho, nos espaços de lazer e que se entende como uma pessoa vivenciada no âmbito familiar, logo uma Mulher Trans, uma vez que a Travesti se refere àquelas sujeitas que vivem na marginalidade, que são expulsas desde cedo de casa e vivem maior parte de sua vida nas ruas e/ou sem um

endereço fixo, que corresponde aos intercâmbios feitos para fomentar os trabalhos na prostituição.

É possível entender também a ideia de uma evolução identitária; se hoje Aloma se considera Mulher Trans, como ela afirma, isso quer dizer que nem sempre foi assim, talvez ela esteja querendo dizer sobre a evolução de ter sido inicialmente um gay, depois uma Travesti e posteriormente uma Mulher Trans, o que Larissa Pelúcio (2005) entende como um esquema de transformação que perpassa pela fase de ser gayzinho (já assume sua orientação sexual como gay), de se montar (vestir-se com roupas femininas), até ir para a fase da transformação (vestir-se como mulher com mais frequência e começar a ingerir hormônios femininos e, finalmente, afirmar-se enquanto tal, utilizar hormônios com certa frequência, utilizar roupas femininas e “planejar injetar silicone nos quadris e nádegas.” (PELÚCIO, 2005, p. 225). Nesse sentido, é possível observar no relato tanto de Thalita Thábata quanto de Malévola essa conquista ritualista de adquirir nelas o estágio da Mulheridade: “eu me identifico como Mulher [...] minha identidade de gênero é feminina” (Thalita Thábata, 13 de março de 2020). “Eu me considero sexo feminino” (Malévola, 10 de março de 2020).

Ocorre que, se analisarmos a fundo as origens dos termos Travestis e Mulheres Trans, passamos a perceber que nenhum dos dois foram criados pelas próprias Travestis e Mulheres Trans. Ambos passam pela invenção da medicina. É Magnus Hirschfeld (1991), médico e sexólogo alemão, que vai atribuir a esses termos uma psicologização, como pertencente à estrutura psíquica dos sujeitos e aí nasce o conceito de Travesti que conhecemos, relacionado ao campo da sexualidade. Já o termo transexualidade, o pesquisador brasileiro Jorge Leite Júnior (2014) aponta que foi o médico e sexólogo David Oliver Cauldweel que cunhou pela primeira vez, em 1949, o termo *psychopatia transexualis*, quando buscou descrever em seu artigo o caso de uma Mulher cisgênera que queria se masculinizar. Contudo, Joanne Meyerowitz (2004), historiadora americana, afirma que a transexualidade ganha notoriedade em 1952, quando o jornal *The New York Daily News* apresenta a história de um ex-militar americano que se torna uma Mulher através de cirurgias plásticas, primeiro caso registrado de cirurgia de mudança de sexo do mundo, na Dinamarca (CECCARELLI, 2004). Jorge Júnior (2014) afirma que um ano depois, em 1953, Harry Benjamin, um endocrinologista alemão, cria, literalmente, os termos transexual e transexualismo, o que dá início a todo um processo de patologização de seus corpos. Após a criação desses termos e expansão dos mesmos por todo o mundo, sobretudo na América Latina e mais especificamente, no Brasil, cada vez mais ativistas sociais têm reivindicado o uso do termo travesti, por reviver com ele nossas ancestrais

que por muito tempo, tiveram suas trajetórias de vida, única e exclusivamente, na marginalização.

O jornalista Neto Lucon (2011), em entrevista com a travesti Indiana Siqueira, nos mostra o quanto esta prefere a identidade Travesti pelo termo político, por ser algo que vem historicamente ligado à marginalidade – e posso dizer a partir das leituras sobre as origens dos termos –, ligado ao sujo, à agressividade, à loucura, à doença. Jaqueline Gomes (2012), através de uma literatura mais recente sobre os estudos Trans, aponta que algumas pessoas pensam que ser uma Mulher transexual é ser uma pessoa que passou por procedimentos cirúrgicos. Esse seria o ponto que determinaria a sua transexualidade, mas sinaliza que o que determina a condição de Mulher Trans é como essas pessoas se identificam. Já a travesti, conforme Gomes (2012) demonstra, é uma pessoa que, apesar de se apresentar socialmente com uma expressão de gênero feminina, muitas inclusive assumindo a feminilidade como identidade, não se reconhece nem como homem e nem Mulher, mas, sim, como alguém que vive um não-gênero ou uma ambiguidade dos dois. No entanto, o que vale é o modo como a pessoa se identifica, seja ela Transexual ou Travesti.

4.2 TRANSIÇÃO E AUTOAFIRMAÇÃO: TENTATIVAS DE BURLAR A SOLIDÃO

“Entre o risco e não ter um corpo travesti, corre-se o risco”
(BENTO, 2017, p. 293).

A busca pela beleza, com a meta de adquirirmos a “boa aparência” feminina, é o resultado da cobrança social sobre o corpo de Mulheres Trans e Travestis, uma possibilidade de levantar a estima de quem sofre o aniquilamento de suas subjetividades, a negação da sua identidade de gênero, de suas feminilidades. Kulick (2008) e Pelúcio (2009) afirmam que é graças à transformação dos nossos corpos que muitas de nós, Mulheres Trans e Travestis, conseguimos reconhecimento, seja na família, seja por uma valorização da sociedade, amizades e até mesmo ascensão social. Nesse sentido, Bento (2017) afirma que:

Não se reconstroem corpos para si mesmo. O desejo de reconhecimento, de felicidade faz-nos seres para os (as) outros (as). Estamos sempre em relação e em disputa. Nenhuma identidade sexual e de gênero é absolutamente autônoma, autêntica, original, facilmente assumida, isolada. [...] A identidade é um construto instável e mutável, uma relação social contraditória e não finalizada. (BENTO, 2017, p. 329).

Nesse sentido, o processo de (re) construção de corpos de Mulheres Trans e Travestis diz respeito a uma acirrada disputa que perpassa pelas batalhas entre Mulheres Trans e Travestis x uma sociedade cisheteropatriarcal e Mulheres Trans e Travestis x Mulheres Trans e Travestis, sendo esta última batalha, uma questão de reconhecimento hierárquico de quem já é uma Travesti feita e quem não é.

Quando tinha treze anos de idade, aprendi com as Mulheres Trans e Travestis mais velhas, que ser Travesti significa passar pelos rituais de modificações corporais e vivenciar a dor da beleza, sentida por meio das injeções do silicone industrial. Mas como sabemos, hoje, já encontramos Mulheres Trans e Travestis, sobretudo as que foram formadas dentro da academia, se reivindicando Mulher mesmo sem ter passado por nenhum tipo de modificação corporal e ser notório os caracteres lidos socialmente como masculinos em seus corpos, conforme detalhei, em outros momentos deste trabalho, esse entendimento das recentes vivências e literaturas sobre os estudos Trans e Travestis.

4.2.1 A busca pelo corpo perfeito

A antropóloga Fátima Lima (2014) aponta que foi no início do século XX que começou a vigorar toda uma discussão sobre a utilização dos hormônios com relação à sexualidade humana, momento em que se passou a utilizar os hormônios como possibilidade de manipular as chamadas “anomalias hormonais”. A autora aponta que, a partir dos anos de 1920, os hormônios passaram a ser pensados de forma mais ampla, devido à capacidade de sintetização deles, o que gerou um novo campo de atuação médica, o da endocrinologia, que possibilitou se pensar a utilização deles nas relações e construções de gênero. Lima (2014) aponta que, a partir desse momento, os hormônios passaram a ser uma condição essencial para a concepção e construção dos corpos Transexuais. Assim, a busca pelo corpo que se adeque ao gênero que se deseja passa a ser a condição de ser Mulheres Trans e Travestis.

Nesse sentido, Larissa Pelúcio (2006) aponta nos resultados de sua experiência em campo com Travestis que se prostíbem em São Paulo que ser Travesti não é só se vestir de Mulher, mas realizar intervenções corporais, sejam por meio dos hormônios ou silicones, em busca de dar uma forma feminina ao corpo. Nessa perspectiva, Paulo Sammarco Antunes vai pontuar que: “É justamente por meio do corpo que a pessoa manifesta sua subjetividade, portanto corpo e subjetividade estão unidos” (ANTUNES, 2013, p. 64). É através dessa necessidade de

explicitar a nossa subjetividade que, muitas vezes, não encontramos nos hormônios femininos a possibilidade de modificações corporais que desejávamos e recorremos então às próteses de silicone e injeções de silicone industrial que, por fim, quando dão certo, nos possibilitam vivenciarmos e nos realizarmos com as tão sonhadas curvas que representam o símbolo da feminilidade em nós.

Sabemos que “Foi na década de 1970, na França, quando surgiram as primeiras notícias de aplicação de silicone em travestis brasileiras, algumas das quais trouxeram o produto e a técnica para o Brasil, sendo em Curitiba onde teriam se instalado as primeiras bombadeiras” (MOTT, 1999, p. 5). Dessa forma, passamos a encontrar possibilidades jamais vistas anteriormente, apenas com a utilização de hormônios femininos para nossas modificações corporais. Paixão (2018) aponta que tanto a transformação corporal quanto o ingresso na prostituição são praticamente rituais na vida de muitas Travestis que, expulsas de casa pela não aceitação dos familiares devido à sua identidade de gênero, passam a investir na modificação corporal na tentativa de adquirir melhores condições de vida.

Foi com treze anos de idade que eu tomei minha própria Perlutan¹³, tendo a primeira aplicação garantida em farmácia na companhia de Travestis mais velhas. Com o tempo, passei a aplicar em mim mesma e, percebendo poucas modificações corporais decorrentes desse procedimento, aos vinte e sete anos de idade me submeti a aplicações de silicone industrial nos quadris e nádegas, utilizando, de uma só vez, três litros da substância do produto, o que, felizmente, me trouxe poucas consequências negativas.

Para minhas interlocutoras, a transição também ocorreu ainda antes dos dezoito anos de idade:

Eu ia fazer ainda dezessete anos. Era cedo, aí comecei... A lutar como todas lutam, né? [...] **Primeiro, eu tomava hormônio normal.** Eu tomava hormônio. E você sabe que, querendo ou não, o hormônio dá barriga. Deixa a gente torneada, diminui os pelos, mas dá uma barriguinha saliente, e olhe saliente nisso. Nisso, eu tive que parar um pouco de tomar hormônio, fiquei um pouco é, sem tomar hormônio, fiquei mais magra um pouquinho. É tipo **um inchaço do hormônio** né? [...] Aí no tempo de secar, foi o tempo de eu dizer, de chegar bem assim “ahhh eu vou botar **silicone (industrial)**, todo mundo tá botando” e nessa, tipo, quando a gente vê alguém botando chega a dar vontade de a gente botar. Aí eu digo é, eu vou botar. E aí, a primeira vez não deu certo, eu digo iiiiiii, não é pra eu botar. Aí com seis meses, a menina de Aracaju lá que ela botava, ela viajava, quando ela voltou, eu disse eu quero botar, ela quer botar? Eu disse, quero botar **dois (litros)** só pra tapar a covinha, ela não. Você bota dois, mas depois bota mais dois. Eu digo não, só quero dois

¹³ Um anticoncepcional injetável de uso mensal conforme mas que nós enquanto Mulheres Trans e Travestis utilizamos a cada oito ou quinze dias a fim de obter um aumento dos seios de forma mais rápida.

pra preencher as covinhas, pra ver como é. Eu botei, pronto, foi a única bombação que fiz. [...] Vim pra Salvador, conquistei o dinheiro do meu peito, botei. (Aloma, 10 de março de 2020, grifos nossos).

Fui tomando escondido. [...] O primeiro hormônio eu tomei já quando já tava iniciando a faculdade, porque **não conhecia de hormônio**, aí comecei a tomar e aí que veio a modificação corporal de fato, a feminilização de fato e a necessidade de um emprego não me aceitar naquelas condições, aí eu tive que sair. Mas minhas hormonização mesmo foi de seis, sete anos pra cá, quando eu vim pra Salvador mesmo. [...] Porque aqui era melhor, porque não tinha tanta interferência de família, é... De pessoas mais chegadas por conta do conservadorismo, entendeu? Tipo assim... É... O pessoal que era evangélico de lá, do trabalho, pais de alunos, que me chamavam pelo nome masculino que, por exemplo, eu não gostava. (Thalita Thábata, 13 de março de 2020, grifos nossos).

Marina Reidel (2017) afirma que todas as Travestis, durante a década de 1980 e 1990, injetaram silicone industrial no corpo. Essa era a condição de ser Travesti, principalmente aquelas que viviam da prostituição. Apesar da autora pontuar a utilização do silicone industrial por décadas atrás, ainda é muito comum a utilização dessa prática de feminilização corporal até os dias atuais, conforme eu mesma realizei, bem como minhas interlocutoras que recorreram e desejam essa prática pós anos 2000. Nesse sentido, a socióloga Adriana Prates (2014) vai dizer que a realização de modificações corporais é uma das formas de expressar nossas subjetividades, é uma manifestação da mesma que se reflete no corpo, demarcando o que somos e que isso é o que vem a ser as Mulheres Trans e Travestis.

A advogada Olívia Paixão (2018) nos mostra através de sua experiência em campo com Travestis que se prostíbem na cidade de Belo Horizonte que a prostituição, mais do que um espaço, uma condição, é quase que um ritual na vida das Mulheres Trans e Travestis para, sobretudo, ter condições de começarem a investir no seu corpo e adquirir o sustento da sua identidade. Foi na prostituição que aprendi sobre o que é ser e como seria possível me tornar uma Travesti, e a utilização de injeções de silicone industrial foi um dos primeiros mandamentos pelas bombadeiras e cafetinas que ali circulavam. A prostituição é, sobretudo, este local, esta condição que nos possibilita sustentarmos todo esse ritual de transição, que não é barato, sobretudo por ser clandestino e ter que ser bancado por conta própria. No caso de Aloma, a mesma relatou que sentiu a necessidade de se trabalhar e conseqüentemente foi se prostituir, quando necessitou utilizar “creme de cabelo” e outros materiais e adereços para sustentar a sua identidade e não encontrou apoio para isso com suas irmãs. É na prostituição também que criamos redes, conhecemos o que Olívia Paixão (2018) aponta como o universo Trans e a escola da vida que nos dá experiência de possíveis relacionamentos, das ideias de

beleza, através das transformações corporais que perpassam desde a utilização de hormônios femininos até as plásticas de feminilização mais sofisticadas e eu diria também, em passar pelo batismo travesti quando essa experiência de vivência de rua nos ensina por bem ou por mal sobre as dificuldades, necessidades e especificidades que nos consagra para enfrentar demais obstáculos de nossas vidas.

Voltando para o ponto de partida que se refere às discussões sobre modificações corporais, enquanto Mulheres Trans e Travestis, estamos conscientes dos discursos criminalizantes sobre a prática de utilização do silicone industrial para modificação corporal. No entanto, mesmo sem querer contrariar as normas médicas, essa é uma prática que tem sido feita por pessoas, independentemente de serem Mulheres Trans e Travestis na busca de autoafirmação que se enquadra em um padrão social do que vem a ser um corpo de Mulher. Byung-Chul Han irá dizer que:

A tendência ao corpo belo, contudo, não é condenada. Ao contrário, é uma parte essencial, um começo necessário para o caminho de ascensão até o belo em si. [...] Ao se olhar o belo, o eros desperta uma força criadora na alma. Por isso se chama “criação no belo” (tokos em kalo). (HAN, 2019, p. 108-109).

Diante disso, é notável que a busca do corpo belo através da utilização do silicone industrial traz também um lugar de posição hierárquica superior no meio Trans, especificamente de Mulheres Trans e Travestis. Berenice Bento (2006) diz que quando fazemos modificações corporais mais avançadas, acreditamos garantir um lugar de poder e sociabilidade em relação àquelas “mais naturais”. Tenho percebido esse lugar quando ouço em algumas ocasiões, de outras Travestis, que eu já sou “siliconada” e que, por isso, as coisas poderiam ser bem mais fáceis para mim. Da mesma forma que quando ainda não tinha silicone industrial no corpo, era chamada por muitas, inclusive no ambiente de prostituição, de “veadinho”, de “frango” e de “gay montada”. Essa foi a minha escola da vida no universo entre Mulheres Trans e Travestis. Ainda sobre essa lógica de hierarquização estética, como o filósofo sul-coreano Byung-Chul Han (2019) diz, “O belo é uma aparição do luxo” (HAN, 2019, p. 85) e, assim, pessoas, independentemente de serem Mulheres Trans e Travestis, aprendem, sobretudo através da mídia, sobre a importância do belo.

Hoje, já encontramos pessoas Trans e Travestis, sobretudo as que foram formadas dentro da academia, se reivindicando Mulher, mesmo sem ter passado por nenhum tipo de modificação corporal e apesar de serem notórios os caracteres lidos socialmente como masculinos em seus corpos. O acesso ao conhecimento das teorias estadunidenses e pós-identitárias parecem se

expandir também no Brasil e em várias partes do mundo, trazendo, cada dia mais, novas concepções do que é e pode ser Mulher. Nesse sentido, Maria Thereza Ávila Dantas Coelho e Liliana Lopes Pedral Sampaio (2014) dizem que os processos de mudanças ocorrem a partir dos valores da contemporaneidade. Essas mudanças vão possibilitando, então, novas formas de ser e vai ocorrendo o que Larissa Pelúcio (2005) aponta como o modelo “traveção” da década de 1970 e 1980, que perdeu o lugar para as Mulheres Trans e Travestis mais jovens que preferem uma imagem mais próxima de uma Mulher cis, assumindo uma aparência mais de “ninfetinha”. Nesse sentido, Coelho e Sampaio (2014) afirmam que normalizar-se nessa ideia de corpo ideal é esconder-se do olhar do outro, adequar-se ao padrão para não ser notada. Por esse e outros motivos é que a luta hoje se resume em autonomia para os nossos corpos, possibilitando modificações corporais para as que querem e desejam sem deslegitimar nenhuma dessas posições.

Independente da forma imaginária que se encontre as diversas possibilidades de existência de Mulheres Trans e Travestis na atualidade, Leandro Colling e Tiago Sant’ana (2014) apontam que, historicamente, a imagem da Transexualidade tem sido associada a uma glamourização e à fama, ao invés da demonstração da Mulher Trans e Travestis politizadas, exaltando e reforçando, dessa forma, negativamente, a ideia de que beleza e dinheiro é que são condições para que as pessoas se tornem Mulheres Trans e Travestis humanas, o que vai colaborar e, sobretudo, incentivar a busca eterna que fazemos para obtermos modificações corporais, muitas delas de grandes riscos, como é o caso da utilização de silicone industrial para modificações corporais, de cirurgias de feminização facial e redesignação sexual, além das constantes tentativas de reparação de erros/danos causados por essas mesmas modificações.

Pensando sobre isso, me lembro de todas as vezes em que tenho que sair e passar maquiagem nas pernas, especificamente quando utilizo shorts e saias mais curtas, na tentativa de esconder os vasinhos e varizes que me foram causadas pelo uso abusivo de anticoncepcionais e, assim, apresentar “belas” pernas no dia-a-dia e do trauma vivenciado recentemente com a segunda bombação que realizei há sete meses e não posso mais utilizar biquínis e ir à praia como antes, uma vez que meu bumbum ficou com grandes queimaduras. Como explicita Byung-Chul Han:

Enquanto for o desejo ensinado pela sociedade, principalmente através das mídias, o belo será sempre o ideal para todas nós já que transparece ter uma relação do belo com o que é bom. O belo é subordinado ou delegado aqui ao belo. O bom realiza-se no brilho do belo. A política ideal é a política do belo”. (HAN, 2019, p. 88).

Se perceber enquanto uma Mulher Trans e Negra é vivenciar todos os obstáculos que se iniciam ainda dentro do âmbito familiar e que perpassam por todas as fases de nossas vidas enquanto cidadãs, com grande impacto sobretudo nas concretizações dos nossos sonhos e possibilidades do ser mais Mulher, mais feminina e na maioria das vezes, mais ou menos, com pigmentação de pele clara e/ou escura. A negação da negritude, bem como o reconhecimento dela em nós, funciona na maioria das vezes, tão quanto a negação e o reconhecimento da feminilidade em uma condição que já está dada e que cabe a nós autorreconhecimento para assim, lutarmos para obtermos o reconhecimento enquanto tal.

4.3 (RE) DESCOBRINDO A RAÇA

Assumir-se enquanto Mulher Trans e Negra, pode refletir, na maioria das vezes, a mesma sensação das passagens de evolução identitárias que perpassam do “veadinho” à “Mulher Trans”. No caso do (re) descobrir a raça, uma movimentação de negação e contrariedade pode ser central em nossas vivências, diante de toda uma história de subalternidade e humilhação que Mulheres e homens negros vivenciaram historicamente. Nesse sentido, com a ideia de fugir desse imaginário real e social a que essa população foi submetida por vários séculos, não é de estranhar que existam momentos em que negamos a nossa negritude, até chegarmos a um momento de amadurecimento e afirmação de nossas raças.

A antropóloga Laura Moutinho (2003), ao analisar relacionamentos afetivo-sexuais interraciais no Brasil, apresenta o conceito de fantasma da prostituição, uma forma que encontrou para nomear a experiência de Mulheres negras que, por viverem e serem lidas pela ótica do racismo estrutural, são sempre confundidas com prostitutas quando ocupam os espaços da rua. Essa ótica é eterna herança ocorrida para com nós, Mulheres Trans e Travestis, sobretudo negras, o que poderá causar, em algum momento, na nossa população, a negação tanto da identidade de gênero enquanto Travesti – daí esquivando-se para o desejo de identificação enquanto Mulher Trans –, e a negação da raça, que poderá fazer com que nos esquivemos e utilizemos por grande parte de nossas vidas, as categorias morena, mulata e parda, por exemplo, até (re)encontrarmos com nós mesmas.

Hoje eu me identifico como uma negra. Hoje eu tenho orgulho de dizer: eu sou uma trans negra, porque... Poxa, eu vejo tanta coisa assim, aí todo mundo ahhhh, eu digo não. Hoje em dia, eu me identifico como uma trans negra,

que passei por altos e baixos e hoje, cada dia mais, eu vejo que eu venço na vida, 'tá entendendo? Hoje eu busco ter espaço com as pessoas, converso, interajo, assim, com todo mundo assim. (Aloma, 10 de março de 2020, grifos nossos).

Aloma se coloca como uma Trans negra em um local de afirmação de orgulho, que liga a negritude à inserção social, ao pertencimento no mercado de trabalho e à aceitação em sociedade, o que demonstra um pensamento, ainda que inconsciente, de que negro não teria a oportunidade de acessos como os que ela menciona que teve. Ao mesmo tempo, a expressão “Hoje eu me identifico como uma negra” denota que houve um deslocamento identitário, no que diz respeito a sua raça/cor, refletindo um processo de transição que certamente passou da negação para a aceitação, conforme ela deixa mais explícito no seguinte relato.

Eu me identificava, no caso, diziam bem assim... Ahh, eu sou uma Trans negra, eu dizia, eu não, **eu me acho bronzeada** mas hoje em dia não, hoje em dia, eu me reconheço pela pessoa que eu sou, tipo, independente de tudo, a pessoa que eu sou mesmo, hoje eu identifico não, hoje eu sou uma Trans negra. **Antigamente não, vou não, porque às vezes “Trans negra”, todo mundo tirava por, tipo, ahhh é mafiosa, ladrona, rouba, tudinho.** Hoje em dia, eu posso dizer que eu sou uma Trans negra, tudo o que eu tenho, conquistei, devido do meu trabalho, das minhas faxinas, de todos os meus trabalhos que até hoje eu vivo e trabalho, 'tá entendendo? E querendo ou não, eu vivo aqui em Salvador, pago meu aluguel e ainda quando dá, ajudo minha família, tenho minha cachorra, crio minha cachorra e a gente vive muito bem aqui. (Aloma, 10 de março de 2020, grifos nossos).

Essa fala demonstra a percepção de Aloma sobre a ligação da negritude com atos e coisas ruins como ser “mafiosa” e “ladrona”. Nesse sentido, percebe-se também a necessidade que ela teve, durante um tempo, de se identificar como uma Mulher Trans “bronzeada” ao invés de negra. Ajudar a família sempre funcionou como uma oportunidade de nos (re) ligarmos a nossas famílias. Sempre soubemos que essa é uma maneira de “sermos aceitas” por elas, enquanto Mulheres Trans e Travestis. Talvez esse seja o motivo pelo qual até hoje não sou aceita pela minha. O sociólogo decolonial, Aníbal Quijano (2005) argumenta que, quando fomos colonizados, fomos re-situadas/os para assumirmos características baseadas pela e para a Europa, logo, para enxergarmos a raça branca como hegemônica. O processo de identificação apresentado por Aloma de “bronzeada” para negra, reflete o situar-se, encorajar-se a se assumir enquanto tal. Encorajar-se a enfrentar os estereótipos da negra e Trans que “é mafiosa, ladrona, rouba”, descolando esse imaginário como conhecimento e para um (re)conhecimento social de que ser negra é também ter dignidade, direitos e deveres como o de trabalhar para se manter sem precisar “roubar” nada de ninguém. “Hoje em dia, eu posso dizer que eu sou uma Trans

negra, tudo o que eu tenho, conquistei, devido do meu trabalho, das minhas faxinas, de todos os meus trabalhos que até hoje eu vivo e trabalho, 'tá entendendo?"

Afirmar-se como Mulher Trans e negra, torna-se mesmo desafiador quando buscamos deslocar-nos de toda uma condição histórica e subumana que as Mulheres Negras têm vivenciado cruelmente desde o período da escravização. As Mulheres negras têm sido invisibilizadas, tendo suas especificidades negadas quando, como aponta a filósofa e escritora Angela Davis (2016), toda a população negra, de uma forma geral – homens, Mulheres e crianças – era vista como provedora de mão de obra para a classe proprietária, mas eram as Mulheres negras que “pagavam” por um duplo ou triplo castigo em não serem vistas como o sexo frágil e dona de casa, o que as colocava em um (não) lugar específico dentro do próprio sistema escravocrata. Nesse sentido, Angela Davis (2016) aponta que, apesar de todas as pessoas escravizadas terem sido submetidas a trabalhos pesados, havia taxas médias de produtividade que eram exigidas para cada tipo de escravizada/o – enquanto as crianças eram consideradas um quarto da força de trabalho, as Mulheres negras eram consideradas por uma força completa do trabalho e, aquelas exceções que eram consideradas com uma força incompleta, eram designadas para funções de reprodutoras e amas de leite e todas, vistas apenas como figuras sexuais e animais, longe do que é lido como belo, percepção essa que se perpetua no imaginário social até os dias atuais.

Por esse motivo, a antropóloga brasileira Ângela Figueiredo (2008) diz que a militância tem como discurso principal contestar a destruição da imagem construída como “um cabelo feio” e da ideia de que o alisar tornaria mais prático para o cotidiano. Citando o sociólogo brasileiro Oracy Nogueira (1985), ele coloca que o preconceito racial no Brasil não é de origem e sim de marca, o que faz com que a cor da pele ou a textura do cabelo defina o lugar a que a pessoa pertence – se mulata, mestiça, morena, sarará ou negra –, sendo o cabelo o aspecto fundamental que diferencia essas classificações e as colocam como pertencente a uma denominação. Assim, Ângela Figueiredo (2008) aponta que o movimento negro toma o cabelo natural como símbolo de resistência e de afirmação da identidade.

Ainda nesse sentido, do re(encontro) da imagem de si enquanto negra, e na afirmação de seus próprios corpos, Thalita Thábata e Aloma vão dizer: “Preta, negra. Nada de parda, acho que negra me define” (Thalita Thábata, 13 de março de 2020). “Eu me identifico Negra. Sempre!” (Malévola, 20 de março de 2020).

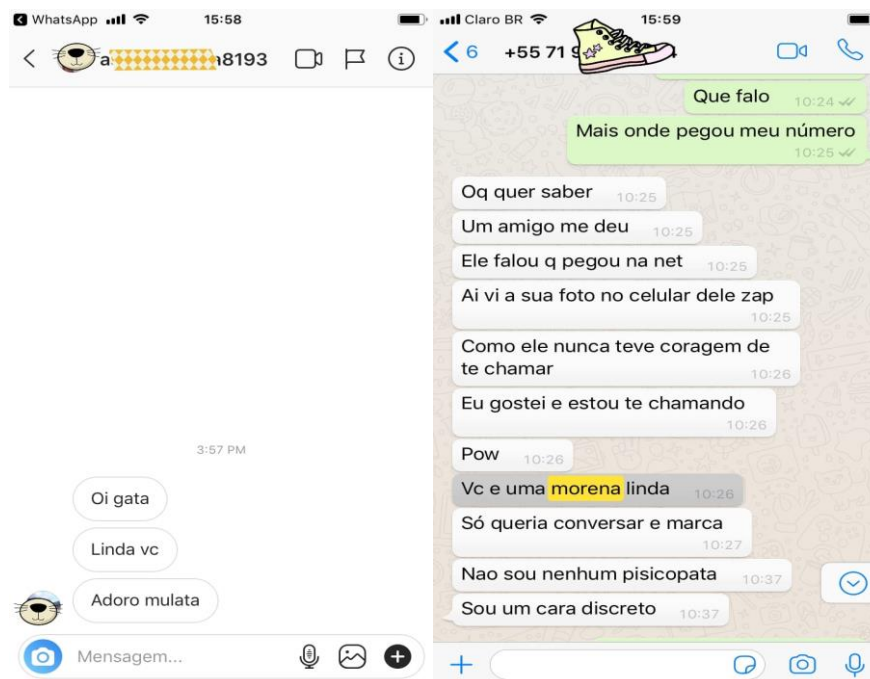
4.3.1 Mas você não é tão negra assim!¹⁴

De família materna branca e de família paterna preta nasci, cresci e me tornei uma Mulher negra de pele clara. Para alguns mulata, para outros morena e para o registro oficial (certidão de nascimento) parda. O fato é que toda essa movimentação e jogos de empurra e empurra através de uma variedade de apelidos, nomenclaturas e tentativas de “ajustes” na minha raça me levaram a viver como um objeto de brinqueado. Por um lado, o movimento negro me exclui como um corpo não pertencente de representatividade negra mas, quando lhe convém, me utiliza enquanto estatística na inclusão de notificações sobre populações que sofrem e estão mais expostas a diversos tipos de violências, da mesma forma que utiliza todas as demais pessoas pardas nas estatísticas de mortes da população negra. Por outro lado, pessoas brancas não têm dúvidas de que não faço parte da sua raça e que não compactuo com os papéis estabelecidos pela branquitude. Mas quando lhes convém me aceitar, passam a me fazer certos “elogios” do tipo “é muito bonita para ser negra”, “é uma negra dos traços finos”, “é uma bela mulata”, “uma morena sensacional”, “não é tão negra, é uma diva como a Beyoncé”.

Ah? Estamos falando mesmo de um elogio ou de um repúdio para com pessoas negras já que tal afirmação denota que essas pessoas são feias? Como se não bastasse a solidão do gênero, do “desreconhecimento” enquanto Mulher, tenho que viver perpassando por esses estigmas da raça. Dessa forma, o título desta subseção poderia ser chamado também da solidão da raça, mas preferi reutilizar um título que acredito ser mais provocativo para todas as pessoas, sejam elas brancas ou negras.

Figura 2 – Morena e mulata linda.

¹⁴ Parte dessa discussão foi realizada em meu artigo intitulado *A trajetória acadêmica de uma psicóloga, mulher trans e negra dentro da universidade* (SENNÁ, 2018), e na coletânea de contos intitulada *Escritas Femininas em Primeira Pessoa* organizada por Maitê Freitas (2020).



Fonte: Acervo pessoal, publicação fechada nas redes sociais *WhatsApp* e *Instagram*.

Utilizei, durante alguns meses, meus cabelos em Dreads e não foram poucos os comentários do tipo: “você é linda demais, mas fica mais linda sem esse cabelo” como me disse um contato que fazia com um homem através das redes sociais ou “você é muito miss, mas com esse cabelo está de fato uma miss Salvador” como me disse uma Travesti, toda vez que me via passar pelas ruas do bairro, quando eu estava com Dreads. Em outras ocasiões, porém, passei até a ser revistada de forma selecionada em entradas de shows e eventos. Esse é um exemplo da manifestação racista que ocorreu e ocorre comigo. A utilização de um cabelo lido socialmente como cabelo de negro, logo, cabelo sujo e perigoso, tem me colocado em toda uma situação de maior exposição. Outro exemplo é ao passar andando no corredor da Vitória (bairro nobre de Salvador), moradoras na porta dos prédios, segurarem a bolsa com firmeza, colocando-a debaixo do braço, quando eu me aproximava (situação contínua). Por vezes, me questionava se a situação era devido a minha raça e logo me vinha à cabeça que não, uma vez que “não sou tão negra assim”, ou a minha identidade de gênero já que é possível notar a minha travestilidade de longe ao perceberem uma Mulher alta e de ombros largos. Ao mesmo tempo, não encontrava e nem encontrei saída que a justifique e coloque em xeque que é por uma opressão e preconceito específico, já que tanto a transfobia quanto o racismo são estruturais em nossa sociedade.

Figura 3 – Ariane Senna e os dreads.



Fonte: Acervo pessoal.

Representações como essas apontam o contexto de configuração racial brasileira em que os tons da pele têm um papel importante na posição do indivíduo na estrutura social, sendo assim “[...] o mestiço tem um tom de pele mais clara do que o negro, sendo aceito com mais facilidade na sociedade, mesmo assim, vivem o dilema da construção de sua própria identidade: aceitar a cultura negra ou a branca”. (ALVES *et al.*, 2017, p. 2). Dessa forma, a mesma discussão identitária, por parte de algumas feministas, se dá aqui também no movimento negro onde a minha posição de Mulher Trans negra de pele clara continua a me levar a esse não lugar.

A questão que levanto não é para contradizer a existência das diferenças e privilégios que eu carrego por ter a pele mais clara, mas sim para chamar a atenção para a discussão sobre o conceito de colorismo, ainda que tenhamos a concepção e percepção de que, conforme diz o sociólogo Edward Eric Telles em seu livro intitulado *Racismo à brasileira*:

a discriminação contra os pardos é menor do que contra os pretos, mas a renda dos pardos se aproxima da dos pretos e não da dos brancos. Sendo assim, a principal segmentação racial se dá entre os brancos e não brancos, mesmo que, geralmente, os pretos sofram mais discriminação que os pardos.” (TELLES, 2003, p. 231).

Portanto, esse é mais um problema que vivencio no Brasil em que o preconceito racial é de marca “quando toma por pretexto para as suas manifestações os traços físicos do indivíduo,

a fisionomia, os gestos, o sotaque” (NOGUEIRA, 2017, p. 292), ao contrário dos Estados Unidos, por exemplo, em que o preconceito é de origem, ou seja, “quando basta a suposição de que o indivíduo descende de certo grupo étnico para que sofra as consequências do preconceito” (NOGUEIRA, 2017, p. 292).

Portanto, a situação dada ao Brasil como preconceito racial de marca incita nos diversos movimentos e ativistas sociais negras e negros a ideia de única forma e possibilidade do tornar-se negro que deve firmar-se através da escolha de uma indumentária e/ou uma religião específica como o candomblé, por exemplo. Pacheco (2013) aponta em seu trabalho que o candomblé tem sido um dos referenciais teóricos mais importante de identidade étnico-racial para militantes do movimento negro e a maior parte de suas interlocutoras, mas não concordo quando ela afirma, a partir do entendimento de uma de suas interlocutoras que: “Ser Negra” significa assumir por completo todos os referenciais de africanidade; é quase um ritual obrigatório o culto a religião-afro” (PACHECO, 2013, p. 127). Se, algumas pessoas, por algum motivo, não assumem, então, esses referenciais deixam de ser negras? Certa vez, fui fazer uma palestra em uma escola sobre direitos humanos – uma escola da rede estadual do Estado da Bahia, para estudantes de ensino médio – e, ao final da palestra, como de costume, as alunas e alunos vinham me procurar para tirar alguma dúvida ou compartilhar histórias de vida e sentimentos que não tinham coragem de perguntar nos momentos de debates, fazer algum comentário ou até mesmo tirar uma foto. Em um certo dia, veio uma aluna e me falou o quanto estava sofrendo (inclusive com violência física) do seu companheiro, que assim como ela, também é negro e de bairro periférico, só que, segundo ela, o pastor dizia que deveria perdoá-lo e que a mulher sábia edifica o seu lar (ensinamento bíblico). Imediatamente pensei: O que falo para essa garota? O que posso fazer? Responder questões do tipo não é fácil, não mesmo! Denunciar ou pedir que o denuncie seria improvável uma vez que, entendendo a estrutura familiar que a mesma vivia (de total dependência financeira e emocional do marido) eu não teria um chão, um terreno seguro no qual colocá-la depois que a punisse.

Resolvi então, conversar com ela sobre direitos da Mulher, apresentar a ela uma rede de enfrentamento e combate a violência contra a Mulher que existe em Salvador e, apresentei algumas ativistas negras que são super conhecidas na cidade. Para minha surpresa, tive a seguinte resposta da garota:

— Não me representa. – Respondeu ela antes mesmo de deixar eu completar a apresentação das ativistas negras de Salvador.

- Quem? Porque eu te apresentei duas referências, uma é Mulher Trans e a outra cisgênera. — Respondi a ela para tentar identificar pelo que ela dizia não se sentir representada.
- Nenhuma das duas. — Respondeu ela com a expressão cabisbaixa.
- Por quê? — Perguntei a ela.
- Porque não me vejo no candomblé, de pano na cabeça, vestida de branca e com aqueles colares. (Diários de Campo, 29 de novembro de 2019)

Buscando um lugar para enfiar a minha cabeça e uma palavra para trazer no momento e fechar essa conversa, logo eu pensei: O que estamos fazendo com a população negra? O que estamos fazendo ao vincular e unificar o movimento negro com o de candomblé? Quem estamos representando? Quais são as únicas formas de representação que temos nos movimentos sociais? Precisamos pensar, nas Mulheres negras, esposas de pastores, que têm sido violentadas diariamente em silêncio e só tem visto como representação enquanto Mulheres negras, parlamentares cristãs que inclusive tem votado contra os direitos das Mulheres e LGBTs. Para além disso, precisamos pensar na solidão que vivem as Mulheres trans e negras que já não são reconhecidas por um lado pela questão do gênero, e por outro, também pela questão da raça e aqui me coloco enquanto tal, enquanto a pessoa parda que é serventia apenas para a soma de estatísticas para mapear violências e mortes de Mulheres Trans e negras. Conforme aponta o relatório da Associação Nacional de Travestis e Transexuais, as Mulheres Trans e Travestis pretas e pardas assassinadas no Brasil correspondem a 80% dos assassinatos gerais da nossa população (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021), o que representa a necessidade emergente de sensibilidade analítica que precisamos ter sobre as nossas ações, direcionamentos e políticas afirmativas e de afeto quando estamos falando de Mulheres Trans e Travestis negras.

4.4. SOU MULHER DE VERDADE E MINHA ORIENTAÇÃO SEXUAL É NORMAL

De fato, podemos argumentar, como Berenice Bento (2014) defende, que as pessoas Trans experienciam vários deslocamentos. O primeiro deslocamento é o do gênero e o corpo-sexuado, pois afirma-se que o gênero está em disputa com esse corpo, seguindo a percepção de que nasceram em um corpo equivocado. Um outro deslocamento se refere ao gênero, sexualidade e corpo-sexuado, que apresenta a suposição de que essa pessoa que vive no “corpo equivocado” é heterossexual, tornando inconcebível que essa pessoa Trans possa vir a se atrair por outra pessoa do mesmo gênero com o qual ela se identifica, uma vez que já houve o descolamento do gênero e corpo. Outro deslocamento referido por Bento diz respeito ao

deslocamento dos olhares onde, na medida em que as pessoas Trans se reivindicam enquanto pertencentes a determinado gênero, elas vão transformando seus corpos e, com isso, colocam em dúvida os gêneros como aprendemos, que seriam ligados aos corpos, ou melhor, a uma determinada genitália.

Dessa forma, o corpo já não seria mais um terreno estável a possuir um juízo de valor sobre o que é ser homem ou Mulher e assim coloca-se em dúvida o desejo do outro em sua capacidade de classificar tal corpo como sendo de homem ou de Mulher. O que seria real, que aprendemos de determinada forma como natural e normal, começa a se confundir com o irreal, impossível de existir. Diante disso, a autora sugere uma reflexão: ao invés de pautarmos dúvidas sobre o corpo do outro como sendo de Mulher ou homem, por que não perguntarmos para nós mesmos(as) o que seria um corpo de homem ou de Mulher? Como foi importante ler Berenice Bento antes de ir a campo, pois pude identificar, na prática, os tensionamentos por ela apontados sobre a relação entre gênero e sexualidade que buscam incessantemente a linearidade através de uma busca intensa de provar a normalidade. Foi o que vi no relato de todas as minhas interlocutoras.

Minha orientação é normal ainda. Pra mim, eu gosto de homem e 'tá acabado. Sempre gostei de homem, num é só da solidão, e nem, aliás, e nem pretendo mudar. Não é dizer que sou melhor nem pior do que ninguém. Cada quem tem seus problemas de relacionamentos, aceito de boa. Pra mim não tem problema não, o meu por enquanto, da minha mente eu sou isso, ainda gosto de homem. (Aloma, 10 de março de 2020, grifos nossos).

Minha orientação sexual é... Eu sou heterossexual, né isso? Então... No momento ainda não consegui viver outras sexualidades, né? (Thalita Thábata, 13 de março de 2020).

Eu sou uma pessoa, eu me considero uma pessoa heterossexual. Eu gosto de homens. (Malévola, 20 de março de 2020).

Podemos notar aqui que a ideia de heterossexualidade está ligada à ideia de normalidade e representa, muitas vezes, a única condição possível de uma Mulher Trans ou Travesti ser ou estar. É o que aparece quando, por exemplo, Thalita Thábata pede a minha confirmação sobre a sua orientação sexual “eu sou heterossexual, né isso?”, uma vez que já nos conhecemos e, supostamente, também os nossos desejos sexuais e afetivos. Do mesmo modo, a ideia de que Mulher Trans ou Travesti poderia se relacionar afetivamente com uma outra Mulher, seja ela Trans ou cis, está ligada a ideia de novidade que vem surgindo entre as Mulheres Trans e Travestis da geração antiga e/ou da nossa geração que estão fora da academia, sobretudo as negras e periféricas. Para essas, é como se a condição da homossexualidade e/ou bissexualidade

estivesse ligada diretamente a uma condição problema, a “problemas de relacionamentos” nas palavras de Aloma. Compreendo essa visão de Aloma quando considero o seu contexto que, assim como continua sendo também o meu, trata-se de um entendimento das Mulheres Trans e Travestis mais antigas e/ou pertencentes ao contexto da prostituição, ou não acadêmico. Encontrei, por exemplo, a possibilidade de uma Mulher Trans ou Travesti se relacionar com outra Mulher, dentro da academia, especificamente a partir de um caso específico de uma Trans branca, de classe média e que teve sua transição dentro dos muros acadêmicos, especificamente no percurso de seu mestrado.

Uma visão em comum entre Aloma, Malévola e Thalita Thábata, no que diz respeito à orientação sexual é que, apesar de todas se autoafirmarem heterossexuais, para elas, a orientação sexual não interfere no sentir mais ou menos solidão. O ponto decisivo para isso, nas palavras delas, é o caráter e a responsabilidade afetiva.

Tudo é **a mesma coisa** [...] nem facilidade e nem dificuldade. (Aloma, 10 de março de 2020, grifos nossos).

Acho que é **relativo**, porque também, assim, eu não dou abertura pra outros gêneros, entendeu? Tipo pegar por exemplo uma Mulher lésbica, uma Mulher bi, um homem bi, um gay por exemplo, que são pessoas que sexualmente não me atraem, também nunca tive experiência e nunca tive curiosidade. Talvez se eu tivesse essas outras experiências, essas vivências, eu poderia ter essa relação, ter essa noção, se é... Essas outras sexualidades, essas outras orientações sexuais sim ou não pudesse acontecer. Em relação a outras Mulheres Trans que, digamos, seria pansexual que não se escolhe gênero, se escolhe a pessoa, elas falam que o público que, assim, que poderiam ter mais relacionamento seriam as pessoas trans, entre pessoas trans, porque normalmente passa a mesma questão, né? De família, de amigos, acho que se aceita melhor. E também já tive uma amiga Trans que era casada com um gay, ela é uma Mulher Trans também, mas eu não gosto, também nunca tive experiência, né? (Thalita Thábata, 13 de março de 2020, grifos nossos).

[...] é uma coisa assim **muito complicada relacionamento hoje em dia**. Eu vejo muito, eu observo muito que **até os casais normais de hétero normais**, hoje em dia ninguém quer mais relacionamento, hoje em dia todo mundo quer viver no sexo da prostituição, de ficar com uma pessoa aqui, outra ali, já não respeitam mais os relacionamentos que tem, porque eu sou uma Trans e eu conheço vários caras que tem namorada, mas que não estão nem aí e dizem “aiii, eu tenho namorada, mas eu tô afim de ficar com você” e eu, enquanto Trans, fico vendo que nem uma Mulher cis está sendo capaz de segurar eles, porque eu vou me basear assim em que eu possa ter um relacionamento. (Malévola, 20 de março de 2020, grifos nossos).

Thalita Thábata apresenta a crença, da mesma forma que eu acreditei durante um tempo, que talvez a “solução” para desenvolvermos nossa conjugalidade com reciprocidade seria com/entre pessoas Trans, “porque normalmente passa a mesma questão, né? de família, de

amigos, acho que se aceita melhor”. Ainda nesse sentido de não acreditarmos mais na possibilidade de sermos amadas, Malévola vai dizer que até com os casais “normais” já não existe mais a sonhada responsabilidade afetiva e o cuidado para com o outro – “eu conheço vários caras que tem namorada mas que não estão nem aí”. Assim, é perceptível, através do relato tanto de Aloma, quanto de Thalita Thábata e de Malévola, o entendimento do ser Mulher Trans e Travesti como alguém que traz, em sua condição “normal”, o desejo de se relacionar com homens, mas que, ao mesmo tempo, não apontam para uma rigidez na orientação sexual, exceto Aloma, bem como a ideia de que independente da orientação sexual que cada uma delas tiver, não implicaria ou facilitaria possibilidades de viver em solidão.

4.5 ESTÉTICA E SEXUALIDADE

Concordo com Jaqueline Gomes de Jesus (2017) quando afirma que há duas ações da sociedade heteronormativa para com nós Mulheres Trans e Travestis: ou nos ridicularizam enquanto seres, ou nos associam à pornografia, objetificando constantemente os nossos corpos. Ambas se tornam vieses intensificadores da solidão pois, ao mesmo tempo em que somos desejadas por homens para uma única experiência sexual e/ou realização de fetiche, esses mesmos homens nos tratam como corpos que não são dignos de serem amados. Isso produz uma baixa autoestima sobre nós, quando passamos a acreditar que é assim mesmo que devem ser nossas vidas, e que não há outra possibilidade de nos relacionarmos. Nesse sentido, encontro nas falas de todas as minhas interlocutoras afirmações de que se veem como bonitas, mas não valorizadas como acreditam que deveriam ser. Todas elas apresentam a mesma afirmação de que beleza não é só uma questão de estética, mas também do interior, do caráter do humano, e expressam fortemente o desejo de serem vistas para além da estética, da carne, do corpo.

Eu me vejo bonita, sempre, sempre [...] Tem pessoas que é bonita mas é mau caráter. Tipo, eu gosto, eu mesma me acho que sou uma pessoa que tenho bom caráter. Eu acho que é isso, que muita gente faz questão de ter a minha amizade, de ser a pessoa que eu sou, que eu sou uma pessoa que eu tenho um caráter, entendeu? **E tem pessoas que é tão bonita e tão mau caráter.** [...] (Aloma, 10 de março de 2020, grifos nossos).

Muito, muito linda, lógico [...] Beleza pra mim significa é... **Não só esteticamente como fisicamente, estar bem consigo mesma.** (Thalita Thábata, 13 de março de 2020, grifos nossos).

Eu me vejo como bonita, mas eu passei a observar que **bonita ou feia eles querem transar**, eles querem usar e pra eles, eles não botam isso na bandeja de beleza. (Malévola, 20 de março de 2020, grifos nossos).

Percebo também o quanto nossos corpos continuam atrelados estritamente ao fetiche, a imagem da Travesti tal como quando surgiu o termo e ainda continua no imaginário social das pessoas. O cientista social Júnior Leite Júnior (2014) diz que o termo travesti, surgiu em 1910, pelo médico e psicólogo alemão Magnus Hirschfeld, quando utilizava tanto o termo Travesti quanto travestismo para associar a utilização do uso de roupas do sexo oposto, atribuído já, desde o início, a um sentido sexual. Para a Mulher Trans, Maria Clara Araújo, vivemos uma hiperssexualização por apontarmos a sexualidade proibida, o que gera consequentemente o fetiche:

O entendimento do sexo conosco ser proibido, por sermos criaturas “degeneradas”, cria, para alguns, um fetiche. A hiperssexualização de nosso corpo, como possibilidade de um ato sexual e/ou envolvimento que cria, naquele indivíduo, a sensação de estar matando “uma curiosidade”, de conhecer um novo entendido como “exótico”. (ARAÚJO, 2015a).

Apesar das minhas interlocutoras afirmarem se enxergarem como belas, percebe-se, sobretudo na fala de Malévola, o quanto a autoestima também perpassa pela aprovação ou reprovação do outro, uma vez que não basta sermos bonitas, é preciso sermos valorizadas para além do fetiche. A imagem positiva de si necessita também dos critérios do bom caráter e do estar bem com a gente mesma, o que poderá ser também consequência do que vem do outro. Considerando esses aspectos, considerando que vivemos numa sociedade transfóbica que nos hiperssexualiza o tempo todo e que nos coloca no lugar do engraçado, do ameaçador, do incompetente e do doente, é possível mesmo construirmos uma imagem de nós mesmas que valorize nossas qualidades? É possível nos relacionarmos afetivo-sexualmente com alguém? Em que condições se baseiam essas relações e quais os pactos que teremos que acreditar e fazer para que possamos criar e manter alguma delas?

4.6 AS RELAÇÕES AFETIVO-SEXUAIS

Relacionar-se afetivamente com alguém se torna, então, algo quase que impossível, não só pelo nosso sentimento de baixa autoestima, como também da parte do outro, que teme passar

por uma série de discriminações e violências em sociedade, e por isso se distanciam de nós. A Mulher Trans Maria Clara Araújo escreveu em 2015a, através do blog transfeminismo, que quando teve um namorado e a família do mesmo soube da relação, quase o expulsou de casa por ele ter “levado um traveco” para dentro de casa. Nesse sentido, a autora questiona sobre o porquê de homens cis ou Trans não namorarem Mulheres Trans e Travestis e aponta que o medo de serem vistos como menos homens diante de outros homens é um dos maiores motivos:

[...] tendo consciência de toda uma cultura transfóbica sendo pavimentada todos os dias no contexto brasileiro, vir a publicamente assumir um relacionamento com uma de nós, irá condicionar aquele parceiro, a enxergar uma transfobia contida em nossa sociabilidade, que antes ele não se dava conta. E que, inclusive, vem a respingar nele quando ridicularizado por “estar com um traveco” (sic). Para a pessoa que ontem portava privilégios de ser quem apontava o dedo, hoje passar para quem pode receber os dedos apontados, é um jogo de relação de poder que, para a maioria dos homens, não está disponível de se abrir mão. (ARAÚJO, 2015a).

Através das palavras de Maria Clara Araújo, reflito dolorosamente sobre as relações afetivas sexuais que tive. Lembro das noites em crise acordada pelos términos dessas relações, da indiferença do parceiro nesses términos e do quanto eu sempre fui – na maioria das vezes – , a pessoa que corria atrás para reatar a relação. Acontece que o retorno também nunca foi a solução, pois à medida que retornava, retornava em mim, também, o sentimento do quanto não somos dignas de afeto, do quanto imploramos para que isso aconteça, do quanto somos sozinhas. Na verdade, o medo de estar sozinha me levava sempre a essas solicitações de retorno; estou falando de um sentimento e sensação que fazia com que eu me agarrasse às poucas oportunidades que aparecem para nós e que são sentidas como se fossem únicas, uma vez que as pessoas são insubstituíveis. Ainda que ocorresse por mais de uma vez com parceiros diferentes, cada término para mim era uma perda muito grande, chegava a ser insuportável conseguir levar a minha vida numa boa e parar de correr atrás do parceiro. A experiência de Mulheres Trans e Travestis negras, assim como a minha, reflete as experiências de outras Mulheres negras e cisgêneras, como aponta a teórica feminista e ativista social bell hooks: “Muitas mulheres negras sentem que em suas vidas existe pouco amor ou nenhum amor” (HOOKS, 2010).

Diante de tudo isso, chega um momento em que nós mesmas passamos a desacreditar das possibilidades de vivermos em um relacionamento afetivo sexual e com isso vamos adentrando cada vez mais em um processo de solidão.

Muitas das vezes, é, a gente se submete porque a gente também tem o desejo nosso de nos satisfazer, que a partir de que um homem vem aqui escondido, que quem não quer gozar, né? Todo mundo. Estou sendo de uma forma mais, assim, direta. Então, a partir do momento em que mesmo escondido ele vem aqui, a gente vai transar, a gente vai namorar, a gente vai fazer e acontecer e aquilo ali vai... Vai dentro de mim, **pelo menos naquele momento ali que eu estou com ele, vai me trazer a sensação de que eu estou sendo amada**, de que eu estou sendo desejada, enfim, que eu 'tô fazendo uma coisa boa pra dentro de mim, talvez a liberar os hormônios serotonina os hormônios do prazer que vai possibilitar por exemplo é... Essa autoaceitação dentro de mim, né? Porque a gente sabe que o sexo, ele também está dentro do processo de saúde, então, a partir do momento que a gente faz sexo, que a gente libera serotonina, dopamina, adrenalina, que são hormônios do prazer que também são liberados no ato sexual, então isso também traz dentro da gente uma sensação de prazer, de alívio, de realizada, digamos assim, então muitas se assujeita a estar com eles porque também vai satisfazer a gente, na maioria das vezes, seja passivo ou ativo, ponto [...] se todas as travestis falassem não quero, não quero, não quero, ele ia ter que dar um jeito de 'tá com ela abertamente, que ela não se aceita. Mas se você não se aceita, eu me aceito. [...] Sempre alguém vai se assujeitar a aquilo, seria uma migalha. Que ele poderia sair comigo, a gente beber e curtir, dar risada, ir no **shopping, ir no show, falar de outras coisas, ir em algum aniversário de algum amigo em comum e depois ir transar, mas não, só quer isso, já estão viciados**. Então, muitas vezes, a gente se assujeita por conta disso, porque a gente tem a nossa necessidade fisiológica também de fazer, entendeu? Acredito que o assujeitar tem um desses momentos. No meu caso, eu me assujeito porque é dinheiro, porque é aquela coisa, eu tenho duas vertentes e de outra Travesti bem... velha que falo sempre com ela, para homem só tem dois tipos: ou o que te assume ou o que te paga, na ausência disso é só fuleragem. Se ele te assumir como Mulher bem, se ele não quiser te assumir, ficar com vergonha, ele vai te pagar ou então se saia, eu não quero conta. Então, eu acho que eu utilizo isso sempre, a minha base. Agora se ele vier mesmo que não tenha relacionamento comigo, sair, gastar, beber, curtir, fazer e acontecer, ótimo, não tem problema. Mas é **uma frustração o que a gente vive, de você não ter alguém para te fazer uma companhia de verdade, de namorar**. (Thalita Thábata, 13 de março de 2020, grifos nossos).

Falar de afetividade no sentido da conjugalidade na era atual, como diz Bauman (2004), já é por si só muito vazio, uma vez que segundo ele, passamos a investir nos nossos relacionamentos da mesma forma que fazemos com bens materiais: se em alguma ocasião nos apresentar defeitos, buscaremos imediatamente realizar a troca.

As pessoas procuram parceiros e **buscam “envolver-se em relacionamentos” a fim de escapar à aflição da fragilidade**, só para descobrir que ela se torna ainda mais aflitiva e dolorosa do que antes. O que se propunha/ansiava/esperava ser um abrigo (talvez o abrigo) contra a fragilidade revela-se sempre como a sua estufa [...]. (BAUMAN, 2004, p. 41, grifos nossos).

Para além desse processo e desta solidão que decorre do que o autor aponta como as relações líquidas, a professora Ana Cláudia Pacheco (2013) nos mostra, quando fala da realidade das Mulheres cisgêneras e negras, que a solidão destas reflete também a exclusão acometida pelo imaginário histórico do que não é visto como belo e digno de afeto.

Falar de afetividade, de escolhas, de solidão, é colocar em xeque (desmontar) os sistemas de preferências que prescindem a ideia de brasilidade, posto que as mulheres negras aparecem como corpos sexuados e racializados, não afetivos, na construção da Nação. (PACHECO, 2013, p. 28).

No caso das minhas interlocutoras, o (não) lugar do ser “Mulher de verdade” se apresenta como um dos principais problemas estruturais – a transfobia – que funciona como impedimento para a concretização de uma vida estável com seus parceiros, conforme vimos acima no relato de Thalita Thábata sobre o “acostumar-se” que ela aponta em sair com os parceiros para apenas “gozar e pronto”.

A Mulher Trans e advogada Giowana Cambrone publicou um artigo intitulado *Mulher trans, bonita, inteligente, independente, à procura de um verdadeiro amor* para trazer a reflexão do lugar que nós ocupamos para com a falta e descrédito de viver um “amor verdadeiro”. A autora nos incita a imaginar um anúncio do tipo em jornais, a fim de entendermos como são construídos os nossos sonhos e desejo de encontrar um “parceiro perfeito”, e a solidão decorrente da frustração desse imaginário social. É importante ressaltar que as Mulheres, em geral, são ensinadas e socializadas desde crianças a encontrarem seu príncipe encantado e serem felizes para sempre e, esse adestramento não exclui Mulheres Trans e Travestis, ainda que vivenciem, por algum momento, uma socialização masculina, ao reconhecerem-se enquanto Mulheres, aderem também ao que é esperado pela sociedade sobre o que é ser e estar Mulher. Se esse ser Mulher não estiver dentro da norma: branca, cissexual e heterossexual, a intensificação de questões como essas passa a ser ainda maior.

Não raro muitas mulheres negras, pessoas fora das medidas idealizadas, com algum tipo de incapacidade física, ou fora dos padrões de beleza compulsoriamente impostos, relatam a ausência de amor em suas vidas. Também é assim para muitas mulheres trans, e quando digo mulheres trans, me refiro a mulheres travestis e transexuais. (CAMBRONE, 2017).

A autora propõe um desafio aos leitores de procurarem um casal formado por um homem e uma Mulher Trans em espaços e/ou em datas comemorativas como o dia dos namorados a

fim de perceber a invisibilidade e exclusão imposta a nós Mulheres Trans e Travestis quando o assunto é o amor.

Não é impossível que aconteça, mas a maioria das mulheres trans não receberão flores, nem presentes, nem declarações de amor... não serão levadas para jantar, e muito menos serão pegas após o trabalho para algum momento romântico além do sexo. (CAMBRONE, 2017).

A nossa realidade, apontada pela autora, me faz entender o porquê de tantas submissões a que me prestei, implorando amor aos parceiros sexuais que tive, mesmo me desrespeitando, traindo, por não querer deixar de viver nessas relações. Desgarrar deste “sonho” quase que impossível em nossas vidas é uma tarefa um tanto difícil. É como agarrar espinhos que ainda que nos firam, ainda que destruam ainda mais nossas subjetividades, desejamos conter para não perder o impossível, ou pelo menos aquilo que acreditamos ser capazes de viver novamente. É como Thiffany Odara aponta em suas escritas de solidão sobre essa busca contínua por um parceiro mesmo após ter vivenciado relações abusivas e de maus tratos.

Entretanto, eu não desisti de encontrar isso e continuei a me perguntar se haveria alguém que pudesse amenizar minha dor, findar o sentimento que me causava tamanha exclusão. Afinal, o que eu queria mesmo era alguém que fosse capaz de me dar a mão. (ODARA, 2020, p. 106).

Além disso, somos constantemente ensinadas, inclusive por outras Mulheres mais velhas, o ditado popular “ruim com ele, pior sem ele”. Considerando a nossa realidade Trans e Travesti, ter alguém do nosso lado funciona como uma resposta abismática e automática de que estamos bem; mais do que isso, reflete também um desejo de mostrar para a sociedade que somos dignas de amor (ODARA, 2020) e aqui nos atropelamos sempre e esquecemos de mostrar para nós mesmas a existência dessa dignidade. Ao ouvir de uma mãe, por exemplo, sobre a necessidade de ter um namorado/marido, torna-se mesmo impossível acreditar em qualquer outra solução/saída. É por isso que não poderia falar sobre Solidão da Mulher Trans, negra e periférica sem trazer à discussão esta dimensão da solidão que se refere aos relacionamentos afetivosexuais. Eu sei que estou sendo até audaciosa em escrever sobre isso, uma vez que a discussão sobre as vivências e (re) existências de Mulheres Trans e Travestis ainda se resume ao que viemos discutindo desde o princípio da luta, a exemplo dos direitos mais básicos como o direito de viver. Nesse sentido, Giowana Cambrone aponta que:

Escreve-se e se discute sobre direitos, saúde, políticas públicas para pessoas trans... mas o amor nem é algo cogitado ou quando é se fala de forma muito tímida. Amar e ser amada não é uma tarefa fácil para travestis e transexuais, tanto nas suas intimidades quanto mais no seio social. Tanto não é fácil que, raramente nós, mulheres trans, falamos sobre nossas experiências afetivas e amorosas. (CAMBRONE, 2017).

Giowana Cambrone (2017) afirma que a ditadura criada por normas em nossa sociedade impede que possamos amar e ser amadas e um reflexo disso é que nós próprias temos e sentimos dificuldades de falar em amor. Tal dificuldade, então, nada tem a ver com o que pensamos sobre sermos “promíscuas” ou não desejarmos nos relacionar seriamente com alguém. Essa é uma lógica de uma sociedade cisgênera e heterossexual utilizada para a permanência desse sistema de exclusão e o conforto em justificar que não é um problema deles mas, sim, nosso. Pouco a pouco, em um processo intrínseco, vamos desacreditando de amar, sobretudo, devido a um crescente sentimento de desilusão que vamos alimentando.

Nossas dificuldades com o ato de amar estão intimamente ligadas com a normatização das performances de gênero e da heteronormatividade. Não é novidade que historicamente utilizam o sexo como potente forma de diferenciação entre os sujeitos, normatizando nossos corpos, identidades, desejos e afetos impondo aquilo que é lhe atribuído a condição biológica. Essa construção histórica e social determina como os sujeitos devem ser, como devem se comportar e quem podem amar. E qualquer vivência divergente dessas imposições dá motivo para a exclusão e marginalização dos sujeitos que ousam fazê-lo. (CAMBRONE, 2017, grifos nossos).

Portanto, posso dizer que uma especificidade da solidão que se direciona apenas a mulheres Trans é o fato de ser Trans. Se o modelo de amor estabelecido em uma sociedade cisheteropatriarcal tem utilizado Mulheres cisgêneras em diferentes posições de desvantagens na busca do sentimento lindo que é o amor, não levantaríamos a falsa modéstia para afirmarmos que nós Mulheres Trans e Travestis seríamos contempladas nele e por ele. Giowana Cambrone (2017) aponta receber elogios excessivos como uma mulher bonita, inteligente entre outros e, o quanto isso a leva a se sentir mal, por já compreender que os mesmos que elogiam não seriam capazes de cumprimentá-la da mesma forma em público. A autora pontua que, conversando com amigas, ouviu suas angústias e afirmou que por mais que haja todas as qualidades possíveis em uma Mulher Trans, sempre ela será vista como um sujeito faltante.

De um lado, os elogios são direcionados com a justificativa de não se relacionarem com ela porque ainda que seja uma Mulher Trans operada, não chega a ser uma “Mulher de verdade”, não poderá dar filhos ao homem e, por outro lado, se não for operada também não é uma

“mulher de verdade” porque não tem vagina. São questões como essas que nos apontam que o desejo de ser operada pode ser um grande perigo quando não reflete algo intrínseco a nós Mulheres Trans e Travestis por satisfação pessoal, mas sim por uma idealização de sermos aceitas pela sociedade, por nos passarmos por uma “Mulher de verdade” ou por se sentir mais bonita.

Nesse sentido, a negação e a descrença sobre a possibilidade de amar e ser amada, conforme tenho apontado até aqui, não estão relacionadas meramente a um sentido melancólico e ao âmbito pessoal, mas sim a todos esses aspectos vivenciados e escritos por autoras Trans, inclusive as minhas interlocutoras. Como Malévola aponta, negar relacionamentos afetivos e sexuais é, sobretudo, negar também as dores que seus três relacionamentos lhe trouxeram, como perdas materiais e financeiras, perda da autonomia sobre seu próprio direito de ir e vir e “confusões” com outras pessoas envolvidas, uma vez que este parceiro já era casado com uma outra Mulher, cisgênera:

Eu me sinto desejada da forma **de ser usada**, não vou mentir. Eu vejo que os homens me olham muito naquele processo de “aiii ela é bonita vou comer e acabou”, dali não vai passar, entendeu? [...] É você ser realmente usada, de poder satisfazer aquele lado dele ali de prazer e pronto. (Malévola, 20 de março de 2020, grifos nossos).

Como ilustrativo das dificuldades de mantermos relacionamentos afetivos sexuais por sermos Mulheres Trans, negras e periféricas, o caso de Malévola, apresenta a dor e a decepção vivenciadas em seus romances que só fizeram com que se sentisse ainda mais desestimulada e desacreditada sobre a possibilidade de ser amada por alguém. Aqui, apresento com a voz da própria Malévola, as experiências por ela também vivenciadas:

A gente começou a sair, esse menino começou a ir me buscar no meu trabalho, ele ia me buscar no trabalho, ele morava no Cabula, só que aí ela ia me buscar, ele vinha aqui na minha casa, às vezes, eu saía do trabalho mais cedo, a gente ficava namorando na praça, pra mim era uma coisa nova porque **eu nunca tinha namorado um homem e aquilo pra mim foi muito... E ele não tinha vergonha**, quando ele vinha para minha casa, ele ficava comigo no ponto, esperava eu pegar o ônibus, de mãos dadas, agarrada, me beijava. Então, pra mim, tudo aquilo ali era novo, **então eu me entreguei de corpo e alma**, só que foi uma grande decepção, um aprendizado, uma lição que eu fui ver com esse relacionamento, foi uma coisa assim bem curta, foi um caso assim de um mês, que eu lembre, eu tinha... A gente já tava juntos, já tinha uns quinze dias, já tinha trazido ele, já tinha apresentado a minha mãe. [...] **Eu sei que eu dormi**, apaguei, apaguei na tarde, **quando eu acordei**, já era umas cinco e meia pras seis horas, **eu não encontrei ele**. Aí, inicialmente, como eu já sabia que ele ia em casa pegar umas peças de roupa que a gente ia viajar, fiquei

tranquila, mas aí eu acordei, procurei meu celular, não achei, mas ainda, ainda a ficha não tinha caído, procurei meu celular não achei, aí fui no quarto de minha mãe, o celular de minha irmã que estava em cima da cama, não estava, aí foi que a ficha veio caindo, quando eu vim pro meu quarto e vi que meu cartão do banco não estava e aí foi que meu mundo caiu naquela hora, naquele exato momento, era uma dor no peito sabe? [...] **Ele levou o meu celular, o da minha irmã, um celular reserva que tinha aqui que era da minha mãe, que ela tinha comprado um celular, meu cartão do banco. Ele sacou o meu dinheiro das férias que estava no banco.** Eu terminei viajando com minha mãe pra ilha, eu cheguei a entrar em depressão, minha filha, por conta disso, e... Parecia loucura, por mais que ele tivesse feito aquilo e que eu tava sofrendo mas **eu tava sofrendo mais ainda pela falta que ele tava me fazendo**, acredite! Era uma loucura, então eu fiquei depressiva, passei uns dois meses entrando já em depressão, não queria sair pra rua, eu me achava feia, eu me achava horrorosa, eu não acreditava mais em mim. (Malévola, 20 de março de 2020, grifos nossos).

Aqui está uma semelhança com a Malévola da Disney, que se apaixonando por um rapaz, deixou-se embriagar, adormecer e quando acordou, percebeu que teve suas asas roubadas por quem tanto amou, quando sofria a dor do roubo de suas asas, ao mesmo tempo em que sofria com a falta do seu amado. Mesmo com o ocorrido, Malévola (minha interlocutora) continuou a acreditar no amor e na possibilidade de ser amada, passando a vivenciar novamente os mesmos traumas, como se fosse um *déjà vu*.

Depois desse relacionamento, eu tive outros... Fui conhecendo outras pessoas até que eu conheci o meu ex-marido, que eu fui, eu morei, ele morou na casa da minha mãe, onde eu moro hoje, comigo dois anos e seis meses e que **não foi muito diferente o desfecho desta história**. E... A minha mãe, ela não sabe como terminou. (Malévola disse isso baixinho para não correr o risco de que se sua mãe estivesse na cozinha, pudesse ouvir o que me revelara). [...] ele morava em Lauro de Freitas, sendo que eu... Nesse meio tempo, a gente se conhecendo, eu já tinha contado a minha história pra ele, o que eu já tinha sofrido, da onde eu já tinha vindo, do relacionamento que eu já tinha enfrentado..., Ele trabalhava, ele folgava dia de quarta e na quinta ele voltava pro trabalho, então, eu fui buscar ele na quarta-feira à tarde, ele veio, no começo, eu fui, eu lembro que **eu cheguei na rodoviária, eu não consegui encarar ele nos olhos, que eu já tava apaixonada**, eu não consegui encarar ele nos olhos. A gente veio, eu só dei boa tarde, não dei uma palavra com ele, a gente veio no ônibus, eu fingia que não conhecia ele, **tava assim nervosa, apreensiva, porque era o meu segundo relacionamento** [...] E aí, eu sei que a gente dormimos juntos, a gente passou a madrugada conversando, batendo papo, foi uma conversa muito gostosa, a gente era uma coisa assim que... Os papos combinavam sabe? Chega fluía. E aí, eu contei toda a minha história que eu já tinha passado no outro relacionamento, ele ficou com raiva, ele pensou até em fazer conta fake para ir até essa pessoa e não sei o quê e eu sempre falando pra ele que eu não tinha mágoa, que ficou no passado, tava tudo bem. [...] Até que **daí vieram as traições da parte dele**, eu fui descobrindo que ele me traía através das redes sociais e aí, começou aquelas pequenas brigas que todo relacionamento tinha, até então, eu achava que era normal. Mas aí, eu sei que a coisa foi ficando séria, aí **ele começou a me**

ocultar das redes sociais, ele começou a me ocultar de sair com ele para os lugares, ele viajava com os amigos e eu ficava em casa, eu não podia ter... **Eu não podia postar foto com ele nas minhas redes sociais**, porque ninguém mais podia saber que ele morava comigo. A família dele sabia que ele morava com uma pessoa, mas **para a família dele, ele morava com uma mulher**, não sabia que era uma trans. Então... Foi aí que o relacionamento foi desandando. [...] E eu sei que **eu fiz loucuras por esse cara**. Eu... Eu me desdobrava em cem pra poder agradecer. Até que ele foi entrando na minha mente, ele... As brigas que a gente tinha se tornavam agressivas, **ele me batia dentro da minha própria casa**, eu apanhava dentro desse quarto calada para minha mãe não ouvir, porque eu tinha vergonha. A gente brigava, ele me botava, aqui não tinha duas camas, era essa cama daqui, **ele me botava pra dormir no chão, sem lençol, sem nada** e quando a gente tava bem, ele passava a noite em claro no celular, conversando com outras pessoas, flertando. Ele não ligava mais pra mim, não me dava mais atenção. Ele ia pra casa da mãe dele, passava quinze, vinte dias, depois chegava aqui e aquilo foi me consumindo e ele foi se tornando uma pessoa agressiva, chegou ao ponto de, é... Eu descobrir coisas dele e não poder falar pelo fato de eu ficar com medo de ele me agredir. Então, aquilo foi tornando um relacionamento agressivo, abusivo, eu já tinha medo dele. Eu não sei... A convivência que eu tinha com ele, eu não sabia mais se era amor ou se era medo, realmente que eu tinha até de largar, porque **ele falava que se eu largasse, eu não conseguiria encontrar um homem pra me assumir**. Que eu era, pelo fato de eu ser uma transexual, que eu era um viado, que “você acha que qual o homem que vai querer namorar com um veado? Você é louca é? Você tem que me aceitar, que eu sou o único que ainda estou com você” [...] E eu lembro que... Eu fiquei contra a minha mãe, discuti com a minha mãe dentro de casa, fiquei sem falar com minha mãe um mês e eu lembro que nesse meio período, a gente conversando, eu e ele conversando na internet, **ele falou que tava morrendo de saudades**, eu também e aí **ele me pediu pra vim me ver**. Como minha mãe trabalha o dia todo na rua, minha mãe sai a manhã e chega à noite, aí eu falei com ele, eu marquei com ele “não, a gente vai se ver, eu fico sozinha em casa, minha mãe também ’tá trabalhando, eu fico sozinha aqui o dia todo em casa, você vem, passa o dia comigo e antes de minha mãe chegar, você vai embora” ele concordou, a gente marcou e ele veio. [...] **Fui comprar o lanche, quando eu voltei, eu abri a porta do meu quarto, e não tinha mais ninguém dentro do meu quarto. Parecia que o chão se abriu e eu tava caindo dentro de um buraco** e eu já comecei a... Aquele nó na garganta assim, eu tentando manter a postura, porque minha mãe tava na sala e eu olhei, eu entrei no quarto e fechei a porta, aí, eu achando que era brincadeira, olhei pra debaixo da cama, achando que ele tava escondido, e aí eu caí na real quando eu olhei pra minha janela, **tinha uma marca da mão dele na janela, ele foi embora, ele levou um celular que tinha comprado tinha um mês e eu tinha um minhaeiro que ele arrombou e também levou uma quantia em moedas** que eu já havia juntando e eu fiquei desesperada mais uma vez. **Me sentia a pior pessoa do mundo mais uma vez, porque eu acreditei**, (voz de choro) eu confiei em outra pessoa e eu passei pela mesma coisa pela qual eu já deveria ’tá prevenida, vacinada, mas no, na minha cabeça eu acho que as pessoas merecem uma segunda chance [...] **Eu tenho vergonha até hoje de contar isso pra minha mãe**. (Malévola, 20 de março de 2020, grifos nossos).

Conforme podemos ver acima, em uma segunda tentativa de se abrir para o amor e a possibilidade de ser amada, Malévola se permite novamente vivenciar todos os tipos de violências possíveis e, até mesmo, anular a sua própria existência frente a condições impostas por seu ex-parceiro afetivo e sexual, inclusive aceitando recebê-lo em sua casa, mesmo depois de diversas demonstrações violentas por parte dele, escondido da própria mãe que acreditava que o relacionamento já havia chegado ao fim e o fim foi mesmo o recomeço e a repetição de uma mesma história de desilusão amorosa. Apesar dos acontecimentos, Malévola continua a acreditar na possibilidade de amar e ser amada e se permite entrar novamente em um outro relacionamento afetivo e sexual, dessa vez mensurando mais as possibilidades entre a razão e a emoção de estar num novo relacionamento. Essa foi a terceira relação de Malévola e a desistência por relacionamentos afetivos sexuais:

[...] **eu me envolvi com um homem casado**, ele era casado, tinha família, tinha dois filhos **e esse homem ele era louco, apaixonado por mim**, ele... Eu comecei a sair com ele, a gente se encontrava em hotel quando dava, pelo fato dele ser casado, eu sempre esperava ele falar comigo, **a gente começou a sair e aí, ele me pediu em namoro, eu aceitei**, um namoro assim que eu era amante da relação, eu aceitei [...] **...a mulher dele descobriu que ele tava tendo um caso com uma trans**, ela me ligou, a gente discutiu por telefone, ela expôs à família dele o meu caso com ele, mandou fotos que pegou no celular dele, conversas e eu sei que foi um tormento mas pra ele, né? Pelo fato de eu ter sido a primeira trans que ele tava se envolvendo, e ele realmente ficou apaixonado como até hoje eu sei que é, mas não dá mais certo. É... Foi um conflito muito grande. Eu, inicialmente, **eu não queria que ele separasse da mulher dele, mas ele largou ela pra ficar comigo e a gente foi ficando, só que ele ficou com um amor doentio, ele tinha ciúmes de tudo**, ele tinha ciúmes das minhas amigas, ele tinha ciúme se ele me apresentasse um amigo, ele tinha ciúme [...] **as atitudes dele assim, sabe? Me forçou a... a abandonar ele** e, hoje em dia, ele é separado da Mulher. Ele comprou uma casa para a Mulher como ele tinha me dito que ia comprar uma casa pra mulher pelo fato de ela ter dois filhos com ele, porque a casa que eles moravam fica em cima da casa do pai dele, então ele comprou uma pra ela e continuou na mesma casa. Ele tentou voltar comigo depois que terminou com ela, eu cheguei a me encontrar com ele algumas vezes, mas eu senti que da minha parte já não existia mais sentimento quanto da dele então eu não quis ficar com ele. [...] **Hoje eu me encontro sozinha, hoje eu não acredito mais em relacionamentos, hoje eu... Se eu conhecer uma pessoa, eu posso gostar dela, bater uma química, mas eu não deposito esperanças de relacionamento**, de ficar, de algo mais sério, pra mim, tudo hoje é muito mais casual, é... A pessoa quer se satisfazer, ótimo, eu também quero, melhor ainda. Hoje em dia, eu já não acredito mais em vida a dois, devido a essas grandes desilusões e ao meu período também de experiência que tenho vivenciado com os homens e eu sei que hoje, ao meu ver, pra mim vida a dois entre uma trans e um homem, hoje é muito difícil. (Malévola, 20 de março de 2020, grifos nossos).

Sabemos da existência de Mulheres Trans e Travestis que encontraram e vivem com parceiros(as) afetivos sexuais, mas vale a reflexão honesta sobre a população que tem vivenciado essa possibilidade. Parece estar internalizado na sociedade o modelo de Mulheres Trans e Travestis que vivenciam melhores status e visibilidade e, conseqüentemente, a garantia dos seus direitos e transitar em sociedade livremente. São as ativistas sociais e de movimentos organizados com certa visibilidade, acadêmicas e com profissões bem estabelecidas no mercado de trabalho formal, ou aquelas que são tão femininas e passáveis, com uma socialização heteronormativa e com vida estabilizada. A luta pelos direitos mais básicos para as Mulheres Trans e Travestis precisa ainda ser intensificada para aquelas que são negras, periféricas e que vivenciam todo um contexto de vulnerabilidade social, em sua maioria, com vivências únicas pela prostituição como principal forma de sustento em suas vidas.

Retomando as histórias dos relacionamentos afetivos sexuais dessas Mulheres que merecem muita visibilidade e reflexões sobre suas realidades de vida, Aloma fala da relação afetiva e sexual que teve com um parceiro que a tirou da prostituição, relação essa que durou sete anos e que terminou quando foi descoberto pelos familiares do seu ex-companheiro que ela era uma Mulher Trans. Houve, então, início de conturbações que a fizeram desistir da vivência a dois por mais tempo.

[...] **quando eu decidi de ir a virar Trans, por menos de seis meses...** Menos de seis meses, eu acho que eu tenho uns cinco meses de virar trans de fazer a prostituição, **eu casei, eu arrumei um homem como todas as Trans sonham...** Trans não, a gente começa a botar isso na cabeça de gay “ahhh vou arrumar um homem, vou casar, vou ficar vivendo com ele, tá tudo bem”, eu vivi essa fase todinha da minha vida. Vivi e passei sete anos com ele, sete anos, ele me ensinou, ele dizia que aquela vida não é fácil. Graças a Deus, eu passei um ano sem fazer prostituição, eu morava com ele, só passei a ser, a me prostituir depois que eu digo “ahhh eu não gosto de ficar dependente de ninguém”. Toda uma vida eu gostei de correr atrás, conseguir o meu, querendo ou não, lutar pra conseguir o meu [...] Dez horas da manhã, ele já ’tava em casa, já tinha tomado banho, ele já tinha tomado um café. **A mãe dele toca, lá embaixo e eu fui abrir o portão normalmente, quando ela me viu, olhou, que mulherão,** também não me disse nada. Ela entrou, falou com ele, ele já tinha tomado banho e já tinha tomado café e já tinha tomado todos os remédios que eu já tinha comprado e já tinha deixado tudo. **E nisso, é a sempre dizia “cadê a menina que você anda?”, ele disse “não, mãe, aí”. Ela disse “quem é essa menina aí?”, ele disse “não, é a sobrinha de uma vizinha que ’tá me ajudando aqui, que a menina foi trabalhar”, nisso para ele me cobrir e a mãe dele pegando no meu pé,** pegando no pé e pegando no meu pé e disse “ahhh todo dia ela aqui é?” ele disse “mãe, deixa a menina, oxi, deixe a menina, que não sei o que”. **Quando foi um outro dia, do nada, ela chegou e uma pessoa disse “oxi... você sabe que aquela menina é uma Trans, uma travesti né?”, ela pow, chegou, botou, procurou uma confusão, uma cachorrada eu digo ói menino, viva a sua vida, você com sua mãe”,** ele

disse “não, não é assim, não, Aloma, durante seis anos eu não vivo, eu não dependo da minha mãe, de ninguém aqui”. Aí, a mãe perguntou a Ana (irmã do ex-parceiro afetivo de Malévola e que sabia da relação dos dois), procurou saber de Ana se sabia que sou uma Mulher, porque eu era uma Trans, eu não era uma mulher, ela disse “eu já sabia sim, meu irmão nunca me escondeu isso não”. E uma, eles vinham aqui em casa, toda uma vida **ela se comportou como uma Mulher**, como uma Mulher. Os sobrinhos deles já me conheciam tudinho, aí, ela dizia “menos eu, né? eu não sabia”. (Aloma, 10 de março de 2020, grifos nossos).

As barreiras impostas por uma sociedade cisheteropatriarcal são muitas e atingem a todas as pessoas, em diferentes idades e posições familiares. Talvez, se não fossem o choque e o mal-estar vivenciados por Aloma ao sentir a reação de sua ex-sogra, ela pudesse ainda estar vivenciando esse relacionamento ou tê-lo vivido por muito mais tempo do que o ocorrido. Falar dessa dimensão da solidão da Mulher Trans, negra e periférica é apontar também para toda uma pressão social que tem colocado homens que nos procuram, em algum momento, para se relacionar conosco enquanto gays, através de comentários que buscam diminuir suas imagens, de zombarias e de descasos que fazem com que muitos não suportem viver com uma Mulher Trans/Travesti, sobretudo se ela for negra e pobre. Nesse sentido, mesmo quando conseguimos estabelecer contatos que possibilitem possíveis relações, não costuma demorar muito para ocorrer o término. Sobre tais questões, a Mulher Trans Maria Clara Araújo (2015b) em seu texto intitulado *Solidão da Mulher Trans Negra*, afirma que o campo da afetividade e sexualidade das Mulheres Trans e Travestis ainda se encontra negligenciado até mesmo dentro das discussões feministas e que, na tentativa de visibilizar nossas questões no que diz respeito ao afeto, recorreremos aos feminismos negros, na tentativa de encontrar diálogos que pautem nossas existências, interseccionalizando o gênero, a raça e a classe. Por isso, você leitora ou leitor encontrou nesta seção maiores escritas sobre essa dimensão da solidão – não escritas minhas, mas das próprias interlocutoras que vivenciam. Foi intencional dar a elas a vez e voz de falar e deixar visíveis os caminhos e desdobramentos quando acreditamos e fazemos de tudo para concretizar as possibilidades de amarmos e sermos amadas por um parceiro afetivo sexual.

Com base no argumento desenvolvido pelas feministas negras, entende-se que Mulheres Trans e Travestis negras se tornam muito mais vulneráveis pois, na maioria das vezes, não encontram apoio, representação e, com isso, vivem em um processo contínuo de insegurança com as pessoas em sociedade, em suas relações sócio-afetivas. Pude ver isso também na minha conversa com Malévola, no pós entrevista, enquanto comíamos pizza:

- Ainda tem essas coisas com homem que a gente fica passando, né? Mulher, cadê aquele namorado seu que eu vi a senhora com ele na parada gay? – Perguntou Malévola.

- Quem? O Trans ou cis? – Perguntei a ela como forma de me lembrar pois, meus últimos dois relacionamentos afetivos sexuais foram com um Trans mas, anteriormente, um homem cis.

- Não era Trans não. – Respondeu ela.

- Então deve ter sido Ricardo mesmo. Não estou mais com ele, não deu certo. Sofri até o momento em que tive condições de alugar uma casa e sair. Ele me traía muito e já estava rolando agressões físicas também. Ahhh Mulher, se for pra ficar sofrendo em uma relação, prefiro não me relacionar mais. – Respondi a ela.

- É, Mulher. A senhora está igual eu. Eu também não quero mais me relacionar com homem nenhum não. Eles só querem nos usar. Nos olha como objeto sexual e pronto. – Disse Malévola, enquanto terminávamos de comer. (Diários de Campo, 20 de março de 2020).

Assim, impossibilitadas de amar em decorrência da normatização dos sexos e dos desejos imposta por uma sociedade cisheteropatriarcal que insiste em nos manter em isolamento social, consideramos o amor uma agenda política importante para as Mulheres Trans e Travestis, sobretudo as que não são ativistas sociais, que não são acadêmicas, que atuam no mercado de trabalho formal e vivem em espaços familiares.

5. PROFISSÃO, MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS

[...] é inegável que diferentes dimensões da vida são afetadas pela condição transexual. Uma delas é a inserção na divisão sociotécnica do trabalho, a atividade laborativa e a possibilidade de geração de renda. (ALMEIDA; PILAR; GEBRATH, 2014, p. 191).

Dos treze aos dezessete anos de idade, descia para a orla de Salvador e fui seduzida e impelida a continuar me prostituindo, mesmo passando por mais violências com clientes e outras Travestis, pois ali conseguia garantir minha quentinha “alimentação” do dia seguinte, meus hormônios femininos e os meus cabelos longos, na época, implantados com mega-hair. Atualmente, ainda me encontro fora da casa dos meus familiares, onde permaneceu meu irmão mais velho que convidou sua companheira para morar também na casa da família, e minha tia que tem deficiência intelectual/cognitiva. Minha mãe também se encontra fora de casa, morando com um namorado, agora dentro de uma sapataria. Minha mãe continua a me visitar na kitnet de aluguel em que moro e continua sendo a minha melhor e maior companhia. Estamos sempre juntas quando podemos. E sempre foi essa a sensação que sempre tive com ela, de alguém tão presente, mas ao mesmo tempo tão ausente. Vivo tentando lidar com isso da melhor forma possível. Com a única coisa que posso ter.

Mas, algo mudou. Minha rotina de fazer prostituição durante as noites e madrugadas e estudar durante as tardes me possibilitou concluir o ensino médio. Não vivo mais de prostituição. Durante os quatro anos em que exerci a prostituição, sempre tentava trabalhar também com outra atividade e custou muito conseguir. O assumir-se Mulher Trans nos impõe essa condição de prostituição. Percebi isso também através dos relatos das minhas interlocutoras.

Já era Trans que, quando eu terminei de fazer meus estudos, uma amiga minha Trans disse: Mulher... Fica um pouco difícil pra você, porque **you tem um jeito de Mulher pra procurar um emprego de homem**, aí eu digo: é, Mulher, mas... Um dia eu vou decidir o que é que eu sou, aí... **Um dia, eu decidi ser Trans e, assim, eu fui levando a minha vida**. (Aloma, 10 de março de 2020, grifos nossos).

O imaginário social de que o lugar de Mulheres Trans e Travestis já é tão naturalizado ao ponto de pessoas que se apresentam como nossas amigas nos dizerem isso, conforme é possível analisar através desse relato de Aloma. Por ouvirmos com frequência comentários desse tipo, internalizamos a ideia e quando transicionamos, passamos automaticamente a procurá-la como forma de sobrevivência.

Fiz curso de cabeleireira, trabalhei alguns meses em um salão de beleza no bairro Pau Miúdo. Não encontrando ali possibilidades de suprir minhas necessidades de sobrevivência, iniciei a busca pelo mercado de trabalho formal de carteira assinada, o que consegui ao me vestir de homem. Porém, jamais fui feliz dessa forma, o que me fazia sempre em algum momento, depois da carteira de trabalho já assinada, ir me apresentando como sou, uma Mulher. E assim sempre era demitida das empresas. As desculpas sobre cortes de funcionários foram as que mais comumente ocasionaram meus momentos de desemprego. Encontrei também nos relatos das minhas interlocutoras constantes estratégias e tentativas para conseguir um espaço no mercado de trabalho formal e não ter que ir imediatamente para a prostituição:

[...] aí comecei eu a ficar adolescente, comecei a ir atrás de emprego, não conseguia. Com o tempo, **depois dos dezesseis anos, foi que eu consegui trabalhar**, lá na Aracaju mas era tipo vendedor. Aqui é Bahia da sorte, lá em Aracajú era propaganda, **foi dali que eu comecei a pegar noção de como a vida ia ser mais difícil um pouquinho**. [...] eu era muito molezinha, aí, eu usava as calças mais apertadinhas, as blusinhas sempre mais babylook, mais apertadinha, e quando eu ia pro emprego, sempre botava a pastinha aqui, sempre entregava o currículo, entregava coisa de emprego e **eu via o povo olhava assim e dizia hummmm...** E sempre tem aquele “ahhh passa aqui outro dia pra ver”, mas nunca dava o emprego, que era muito difícil e... Emprego até hoje é um pouco difícil, mas hoje em dia não tanto como antigamente. [...] **Mesmo eu estudando, eu estudava direitinho**, ’tava estudando, sempre. **Tentei ser office-boy** e nunca aaa nunca tive coisa, o que? Quando eu comecei aaaa depois da popanda, foi que eu **fui trabalhar uns seis meses lá no restaurante**, o quê? Foi éeee, eu fui fazer faxina no restaurante, limpar o restaurante, limpar tudo. É uma vida como diz o ditado, muita gente acha que é uma vida fácil, mas não é uma vida fácil. Nada é fácil na vida da gente, entendeu? Porque tudo tem sempre uma burocracia, aí trabalhei seis meses, que eu fui tirar uma licença de uma pessoa, terminou, eu digo ’tá bom! Aí eu fui fazer um curso, desse curso eu sabia que **eu queria fazer um curso de garçoneiro, aí eu já ’tava começando a virar Trans, ’tava começando a deixar o cabelo a crescer, começava a tomar hormônio. Aí, já começou a mudar totalmente a minha vida aí, já começou totalmente as pessoas começar a me olhar com outros olhos**. Já não viam mais aquele menininho que um dia ’tava ali. [...] Porque, tipo, no caso, **eu ainda insisti, insisti em trabalhar normal, né?** Ela (Uma travesti do bairro) disse não, você vai ser como eu, ser como eu de chegar assim em loja, colocar currículo, vai dizer que te chamam e nunca vai te chamar. **O jeito é cair na prostituição mesmo, já que a gente quer vencer na vida**, vai ser isso. (Aloma, 10 de março de 2020, grifos nossos).

Apesar de nos depararmos com diversas autoafirmações sobre existências Trans e Travestis de pessoas que nunca ao menos ingeriram uma pílula de hormônios femininos e/ou que não passaram por nenhum tipo de transição, para mim, assim como podemos ver no relato das minhas interlocutoras, existiu sempre um momento em nossas vidas em que decidimos

“virarmos Trans” e é através dessa real decisão que passamos as maiores dificuldades para adentrar no mercado de trabalho formal e/ou persistimos, como aponta Malévola no seu relato acima, da mesma forma que demonstrei a ocorrência dessa mesma situação em minha vida. De forma similar, Malévola também me conta sobre a sua luta para adentrar no mercado de trabalho formal logo quando foi expulsa de casa pelos pais e foi morar com a avó:

Então, dentro desse meio período, eu arranjei um trabalho. **Foi o meu primeiro emprego**, eu comecei a trabalhar em uma indústria no polo petroquímico de Camaçari e pelo fato eu começar trabalhar eu tinha acesso ao vestiário masculino. **Naquela época, eu tava me hormonizando bastante**, eu tinha receio de me trocar na frente dos outros homens, de tomar banho, então foi uma coisa que eu fui fazendo forçadamente, **aí, eu já fui parando minha terapia hormonal, aí, eu já fiquei naquela dúvida se realmente era isso que eu queria**, ser uma Trans ou se eu podia **ser só gay, porque é uma coisa mais fácil** de se conviver na sociedade, **porque eu tinha medo de virar Trans naquela época e eles me demitirem, entendeu?** Era uma dúvida cruel, eu sofria muito. **Aí, terminou que eu fui demitida do trabalho, depois que terminou o meu período de estágio, eles não me contrataram, tenho pra mim também que foi justamente por conta desse, do meu jeito, da minha homossexualidade, porque eu reparava na empresa, eles faziam murmurinho no refeitório porque meus peitos eram bem grandes** e eles me apontam, eu passava e eles me apontavam, riam de mim, aquela resenha, sabe? De homem? Então, eles me aguentaram até o meu tempo de estágio na empresa e depois **me demitiram dizendo que não havia vaga na minha área**, que o quadro de funcionários já estavam completos e eles me demitiram. Daí, nesse meio tempo, minha vó já 'tava morando em Salvador e eu estava morando com uma amiga minha, então daí como eu já 'tava desempregada, eu não queria ficar morando na casa de uma pessoa sem ter arranjado um outro emprego. Daí que eu voltei pra Salvador, foi que as coisas já estavam mais calmas com meus pais, com a minha mãe, com o meu pai, aí, eu voltei a morar em Salvador. **Consegui um trabalho de call center, fiquei um ano e cinco meses e aí, eu já comecei a me hormonizar novamente** e aí, eu já tinha colocado na minha cabeça de que eu ia realmente me transformar, **ser uma Trans de verdade**, porque eu vi que no call center apoiavam, eles davam muita força a esses tipo de... A muitas pessoas assim, sabe? Trans, não havia discriminação, aí, eu fiquei um ano e dois meses trabalhando. **Aí, quando eu saí de férias, foi aí que eu tomei a decisão, quando eu voltei na empresa, eu já voltei como uma pessoa Trans**. Eu já tinha colocado mega, eu já tinha comprado roupas femininas e aí, de início foi uma surpresa pra todo mundo, mas eu fui bem acolhida, fui abraçada e daí pra cá só foi progredindo. [...] **muitas dessas tentativas de emprego, tentativas de entrevistas que eu desisti de procurar emprego e hoje eu trabalho pra mim mesma**. Graças a Deus eu consigo me manter, hoje eu estou é... me inserindo na área de enfermagem, porque é uma área que eu me identifico e eu estou pronta pra lutar a me inserir no mercado de trabalho, na área de enfermagem. [...] **Hoje em dia, eu me mantenho fazendo unha e cabelo e aos tempos livres, eu faço rifa que é um quebra-galho**. Eu pago meu curso de enfermagem com a inteira do dinheiro do cabelo e da rifa, juntando, eu pago meu curso, eu compro roupas, eu compro maquiagem, eu compro alimentos pra dentro da minha casa, eu ajudo a pagar uma conta, dá pra mim sobreviver. (Malévola, 20 de março de 2020, grifos nossos).

A experiência de Thalita Thábata também ecoa as mesmas dificuldades para adentrar no mercado de trabalho formal marcado pela transfobia, mencionando, assim como nas narrativas das outras interlocutoras (inclusive na minha), a negação dos direitos e falta de oportunidades quando é apresentada em sua identidade feminina nos locais de busca para emprego:

Trabalhei com projeto social, dava aula [...] por indicação de uma professora minha que, na época, eu também era estudante de um curso de... É um curso que, na verdade, era em um bairro em parceria com o SESI que é o Serviço Social da Indústria [...] Entrei lá muito nova, acho que com doze anos [...] **Muitas barreiras, principalmente nas entrevistas que eu ainda não tinha retificado (o nome e gênero)** e quando eu falava no meu currículo que eu era Trans, às vezes, pegava o meu currículo e jogava fora, às vezes, eu sabia que, por exemplo, foi pra uma vaga eu, duas mulheres cis e um gay cis não sabiam nada, **eu passei em todas as etapas, mas na hora da atuação, não chamaram.** Então, eu acho disso aí sim de que eu, de que a minha condição de quem eu sou e acho também que muitas já passaram por isso, inclusive eu 'tava com uma amiga travesti e ela disse que, recentemente inclusive, ela não retificou nem nome e nem gênero e que tinha nove vagas para aqui para Salvador e preferiram colocar uma pessoa de Lauro de Freitas, de Simões Filho, mas não colocou ela que mora perto do trabalho, quando ela disse que era Trans, que no currículo não identificava, então julgou ela pela capacidade de... Eu acho que comigo também de... **Eu acho que eles pensam que ser Trans, que talvez teria algum problema na empresa, que a empresa ia falir** [...] Então, eu senti muito isso. (Thalita Thábata, 13 de março de 2020, grifos nossos).

Percebe-se que o processo de assumir-se enquanto Mulher, como alguém que pertence ao binarismo de gênero formado na sociedade, tem sido uma grande estratégia para a garantia de direitos básicos como o direito ao nome, a entrar em determinado banheiro, conseguir cobertura pelo Sistema Único de Saúde que atenda às nossas especificidades, dentre outros, em que só conseguimos por afirmar quem somos e explicitar nossas especificidades. “Historicamente, a luta pela ampliação dos direitos humanos e cidadania tem passado pelo Estado” (BENTO, 2017). Isso quer dizer que, a não tutela do Estado com a não permissão do direito ao nome para nós Mulheres Trans e Travestis, nos coloca automaticamente neste lugar do sujeito não legalizado, como um não cidadão, o que conseqüentemente, impossibilita o trânsito nas instituições generificadas do mesmo. É nesse sentido que Thalita Thábata aponta que suas dificuldades para adentrar no mercado de trabalho formal eram mais intensas quando ainda não tinha o nome civil retificado.

Atualmente, Thalita Thábata trabalha como operadora de telemarketing e concilia essa ocupação com a prostituição, atendendo seus clientes dentro da sua própria casa. Perguntada

sobre como ela concilia as duas atividades, já que o seu trabalho de operadora de telemarketing tem a carga horária diária de seis horas por dia, ela respondeu:

Varia, nos fins de semana, eu faço uns quatro ou cinco programas, sempre, mas sempre estou fazendo. Às vezes não dá pra atender assim por causa do trabalho, porque tem dias que eu trabalho e eu não vou deixar meu trabalho para me prostituir com certos tipos de homens, deixar meu trabalho, porque o meu é fixo então se não fizer, tenho meu trabalho fixo como refúgio pra sobreviver, **porque a gente precisa sobreviver também pra além da prostituição.** (Thalita Thábata, 13 de março de 2020, grifos nossos).

Através dessa fala de Thalita Thábata, pude analisar um pouco mais sobre este lugar da prostituição em nossas vidas. Conforme ela mesma também já apontou em outras falas que mencionei anteriormente, a prostituição não funciona em nossas vidas apenas com a promessa financeira, mas também como este lugar que nos oferece o contato com o outro, talvez o único lugar em que nos deparamos com um parceiro que, ainda de forma rápida e momentânea, nos profere palavras, gestos e comportamentos de “amor”. Mas a luta pela ascensão social, certamente é o que coloca muitas de nós, Mulheres Trans e Travestis, a vivenciar essa experiência.

Quando iniciei minha faculdade de Psicologia através de financiamento estudantil, iniciei minha vida profissional em estágios que me permitiram ser quem eu sou e assim consegui encontrar meu lugar no mercado de trabalho formal. Em 2014, comecei a estagiar no Grupo Alerta de Pernambués-GAP, uma associação do bairro, que prestava serviços de assistência aos moradores da comunidade. Atuei ali por alguns meses, pois logo fui direcionada para atuar na Instituição Beneficente Conceição Macêdo, uma instituição que cuida de crianças e famílias que vivem e convivem com o vírus do HIV/AIDS. Nessa instituição, eu atuei por um tempo como secretária administrativa e como coordenadora de um projeto que tinha um grupo de Mulheres Trans e Travestis que se chamava Coração de Mãe. Nesse período, tendo experiência com pessoas que vivem e convivem com o vírus do HIV/AIDS, me aproximei mais da temática, quando soube de um curso que seria ofertado pelo departamento de IST/AIDS do Ministério da Saúde para jovens de todo o Brasil para capacitação em controle social no Sistema Único de Saúde – SUS. Me inscrevi, fui selecionada, participei desse curso presencialmente por alguns dias em Brasília-DF e a partir disso, ganhei visibilidade no âmbito nacional, enquanto ativista social pela luta dos Direitos Humanos, passando a ser reconhecida em todo o Brasil enquanto uma jovem liderança. Em 2015, estagiei no Centro de Estudos e Terapia do Abuso de Álcool e

outras Drogas, da Universidade Federal da Bahia-CETAD/UFBA, atuando com os usuários da região da Pelo Porco (região da Sete Portas).

Em 2017, entrei como estagiária na Defensoria Pública do Estado da Bahia e, em 2019, fui contratada para dar continuidade aos trabalhos que vinha desenvolvendo na coordenação de Direitos Humanos, me afastando em agosto de 2020, para me candidatar a vereadora de Salvador, onde não tive a vitória eleitoral, obtendo apenas 1.023 votos, mas certamente a vitória política em ter realizado toda uma campanha com baixos recursos humanos e financeiros, em um período de pandemia e em um governo que desfavorece a existência de Mulheres Trans e Travestis. Após essa experiência, retorno à Defensoria Pública do Estado da Bahia, dessa vez, assumindo um novo posto de trabalho, na especializada Cível e de Fazenda Pública – trabalho em que me seguro para bancar minhas despesas, para poder não voltar jamais para a prostituição.

5.1 SOLIDÃO E PROSTITUIÇÃO

A pista (local de prostituição), tem sido para muitas Mulheres Trans e Travestis, afirma a advogada e pesquisadora brasileira Olívia Paixão (2018), um local de aprendizado e construção da identidade de gênero, onde muitas de nós vão se afirmando enquanto tais, a partir de vivências comuns. Foi através da minha vivência nesse contexto da prostituição que eu aprendi o que é ser uma Mulher Trans, uma Travesti. Mas são também essas vivências de construção que nos levam à desconstrução, à morte. Nesse sentido, a Mulher Trans, jornalista e escritora Diana Tourjee (2015) nos direciona a refletir de modo mais atencioso sobre as vidas de Mulheres Trans e Travestis negras, pobres que se inserem na prostituição, pois essas são as maiores vítimas de assassinatos.

É constante o fato de ser abordada ou intimada por algum contato via rede social, por algum homem que, antes mesmo de perguntar meu nome, me pergunta sobre quanto é o valor do programa e onde eu atendo. Essas são experiências que já me fazem não mais ter energias para ficar rebatendo, mas preciso falar aqui sobre o que se pensa de privilégios como uma armadura que faz com que o mal não mais me atinja. Sou psicóloga, ativista social, conhecida em todo o Brasil dentro da comunidade LGBTI+, mas esses méritos não tem me blindado de vivenciar esse tipo de coisa. Como lidar com isso? Acho que entendendo que se trata de uma transfobia que é estrutural e que tal lógica vem de uma historicidade de marginalidade em que

a prostituição tem sido o único espaço para que Mulheres Trans e Travestis pudessem e possam construir seu capital e bens. É preciso aceitar essa ideia que já está posta há décadas, muito antes da minha existência. Sendo assim, vou tentando lidar com esse problema que é meu, mas que, ao mesmo tempo, nunca foi meu.

Foi dos 13 aos 17 anos de idade que vivenciei a prostituição, logo depois de ter sido expulsa de casa por alguns membros da minha família materna. Tentei a prostituição dos mais diversos modos: nas esquinas da orla de Salvador, nos anúncios de jornais e anúncios em sites através da internet. Como dizem várias mulheres que se autoafirmam putas “para ser puta tem que gostar”. Penso que não fui uma puta bem-sucedida por isso. Penso a prostituição como as feministas radicais e como a historiadora brasileira, Aline Godois de Castro Tavares (2014), que a enxerga como uma facilitação da dominação masculina sobre o corpo feminino. Na minha concepção de sempre, era eu que perdia com aquilo e fortalecia a hipocrisia. Pensava sempre no sentido de que são aqueles mesmos homens que eram empresários, que jamais me contratariam para trabalhar em sua empresa para não perder o “petisco” que encontraria, certamente, todas as madrugadas na orla de Salvador. Penso a prostituição como uma “[...] apropriação mercantil do corpo das mulheres, nada tem a ver com a sexualidade livre [...]” (OLIVEIRA; OTTO, 2013).

Sei que muitas prostitutas poderão não concordar comigo, porque pensam – como a cientista social Adriana Gracia Piscitelli (2013) aponta sobre a visão que tem as mulheres da Marcha das Vadias – a prostituição como uma reivindicação da autonomia do corpo e na importância que isso tem na luta pela igualdade de gênero. O fato é que, de acordo com Adriana Piscitelli (2013), existem essas duas maneiras de interpretarmos a prostituição e penso que cada Mulher irá se identificar com uma maneira, na medida que faz mais sentido para si mesma. Concordo com a advogada Camilla de Magalhães Gomes (2013) quando diz que “não há solução nem discurso único e as explicações universalizantes não permitem que o debate avance” (GOMES, 2013). Dessa forma, penso que não me cabe aqui dizer se a prostituição é certa ou errada ou se as Mulheres que nelas estão são objetos a serem vendidos ou apenas prestadoras de serviços, mas, sim, trazer a reflexão sobre possibilidades que perpassam nossos imaginários, sobretudo de nós Mulheres Trans e Travestis.

A minha experiência com a prostituição só me mostrou o que Larissa Pelúcio (2005) aponta sobre ser para muitas Mulheres Trans e Travestis um lugar de passagem apenas por necessidade, como uma forma de ascender socialmente e uma geração de renda. Assim foi tanto para mim quanto para Malévola, conforme podemos ver através deste nosso diálogo:

— É babado amiga, eu sei. Eu fui expulsa de casa com treze anos de idade e fui para a prostituição. Fui traída pela pessoa que se dizia ser minha amiga. Na época, quando minha família me colocou para fora de casa, eu não fui logo para a prostituição. Lembro que minha mãe pedia para os vizinhos que me deixassem nas casas deles por uma(s) noite/dia(s) e, enquanto isso, ela (minha mãe) levava, todos os dias, minhas três refeições do dia: café da manhã, almoço e café da noite, embrulhado em sacolas que, muitas vezes, pegava escondido para os meus familiares não perceber. Só que sempre passava os dias combinado e eu permanecia naquela condição e os próprios vizinhos iam se chateando por minha mãe não cumprir o combinado de apenas uma(s) noite(s). Eu ficava indo para a casa de um e de outro, até que teve uma vez que Gabriela, uma travesti de Petrolina, chegou em Pernambués e me procurou. Veja só, eu com treze anos de idade já era uma referência Trans/Travesti no bairro. Ela então procurou por Ariane e me encontrou. Veio de Petrolina com umas tias e me disse sobre a prostituição. Disse que eu poderia sair daquela situação humilhante de ficar nas casas dos outros, de ter o meu aluguel e pagar em dia e de me sustentar sem dar tantas preocupações a minha mãe. Fui seduzida pela ideia e topei. Enquanto isso, minha mãe já se esforçara e pagou o primeiro quartinho de aluguel que ficava próximo a Baixa do Manú em Pernambués e eu, certamente, pagaria os próximos que viriam a vencer. Então, na noite combinada, me encontrei com Gabriela em um local perto de um ponto de ônibus, em Pernambués. Pegamos o ônibus Pituba e paramos na orla próximo a Avenida Manoel Dias. Chegando lá, eu magrinha, com aquele cabelo de miojo que era bem baratinho na época, sabe? — Disse para ela.

— Simm... Lembro do miojo (*risos*) — Respondeu Malévola sorrindo enquanto comia um pedaço de pizza.

— Mulher... Eu não entendo até hoje, como eu magrinha, novinha daquele jeito, fiz programa. Assim que desci na rua, um carro parou próximo de mim, o motorista abaixou o vidro da janela e disse para mim: “Eu quero você”, meu Deus, Mulher. Eu fiquei sem reação, pois tínhamos acabado de descer do ônibus e nem havíamos combinado como seria. Gabriela nem me disse como era fazer programa, disse ali mesmo na cara do cliente: “Vai, Mulher”, e eu perguntei a ela “Vou pra onde?”, ela me disse: “Você entra no carro, vai pro motel com ele, ele te dá o dinheiro e você volta, ele te deixa aqui de novo, no mesmo local”. Me lembro que, enquanto ela dizia isso, o motorista do carro sorria e ela dizia para ele que era o meu primeiro programa. Graças a Deus o homem não se aproveitou da minha ingenuidade e não me fez perversidade alguma. Até saí com ele depois por mais vezes e ficamos um bom tempo conectados pelo *Orkut* e *MSN* (redes sociais ativas na época), depois perdi o contato e não nos falamos mais. — Disse para ela.

— Mulher, que babado. — Ela me disse, com um olhar empático.

— Sim. E eu, até hoje, não acredito como saí e Gabriela havia ficado sem fazer programa algum, porque eu nem tinha seios nem nada ainda. Ela era loira, com seios grandes, uma Trans que está dentro do que podemos chamar de padrão de beleza, mas isso foi que fez gerar a traição. Enquanto saía por uma semana e juntava o meu dinheiro para colocar o meu mega-hair, eu dizia a ela e, ainda na primeira semana, em uma noite, quando entrei em um carro para fazer programa, quando retornei fui abordada por três Travestis que desceram do carro e foi logo me gritando: “Nem corra”. Eu, realmente, nem corri. Fiquei sem reação. Estava eu, Gabriela e uma outra travesti um pouco mais distante de nós. “Umbora, quero cinquenta das duas”, disse uma das Travestis que desceram do táxi em grupo de três pessoas. Eu havia feito um dinheiro na noite, mas comecei a desesperar e chorar. Gabriela disse logo que tinha vinte reais e já foi dando a ela, uma das Travestis, essa que descera do

táxi gritando para a gente não correr. Eu, chorando, recebi vinte reais de uma outra travesti que estava também fazendo programa no local e que me deu o dinheiro e pediu que eu parasse de chorar. Eu retornei até as três que desceram do táxi e que estavam com Gabriela e entreguei os vinte reais. Mulher, quando eu dei os vinte reais, essa que gritou para eu não correr disse: “Agora, eu quero o dinheiro que você tem em casa e está juntando para comprar seu cabelo. E nem minta, que eu já sei de tudo”. Foi ali que eu senti a dor da traição. A Gabriela, que eu achava que era minha amiga, contou tudo para elas que me colocaram dentro de um táxi, mandou eu ficar calada e disse que era para eu parar lá em casa. Pensei em parar em outros locais para não assustar minha mãe, que estava lá no quartinho de aluguel dormindo e me esperando chegar, mas onde eu poderia parar? Se não tinha familiares, amigos ou alguém para me proteger a não ser minha mãe mesmo? Parei em casa e pedi que ela me esperasse em baixo. O táxi parou na avenida principal e para ir para o quartinho, tinha que abrir um portão e subir uma escada. Abri os portões, que eram dois até chegar minha porta e encontrei minha mãe, que parecia já pressentir que algo de ruim estaria para acontecer pois acordou assustada. “Mainha, tem três Travestis aí embaixo me esperando para eu entregar o dinheiro da semana que eu fiz na rua, para elas”. Minha mãe perguntou por que e eu disse que Gabriela tinha dito que eu estava guardando o dinheiro em casa. “Mas você não pode entregar esse dinheiro que se arriscou tanto para conseguir”, disse minha mãe com voz de desespero. “Eu sei, mãe, mas o que vou fazer?”. Fechei a porta, os portões ficaram abertos e, enquanto isso, coloquei alguns móveis pesados atrás da porta, para que as Travestis não conseguissem arrombar a porta e comecei a ligar para a polícia. Elas ouviram que eu liguei para a polícia e começaram a gritar na rua: “Veado, você está ligando pra polícia, né?”. Continuei conversando com os policiais e elas pararam de bater na minha porta e foram embora. — Conte para ela.

— Mulher, que babado. — Disse ela, com a boca aberta.

— Sim, Mulher e, enquanto eu vinha no táxi com elas, elas já falavam na quantidade do dinheiro que ficaria para cada uma delas. — Continuei detalhando a situação.

— E a mona? A Gabriela? — Perguntou ela com um gesto de curiosidade que demonstrava querer saber logo o desfecho da história que apresentasse um final feliz para mim.

— Pois é, Mulher. Eu não desejei mal, mas o mundo se encarregou de cobrar a injustiça. Hoje ela está em situação de rua. Soube que as próprias Travestis com quem ela me traiu, depois se juntou a elas, a colocou para fora da casa em que ela morava e pagava diária para as Travestis, porque ela começou a usar drogas. Hoje, vejo ela pelas ruas do centro de Salvador, já até veio falar comigo, disse que é soropositivo e que vive em albergues e de benefícios do governo, além de pedir esmolas pelas ruas. Está em uma situação que está irreconhecível, muito magra, os cabelos estão curtos (que eram longos) e vestida em situações precárias. — Respondi para ela.

— É, Mulher, é um mundo cão... Essa cafetina de Belo Horizonte pagou o peito de uma bicha que ficava lá na casa que eu fui parar, mas a bicha surtou com todo esse regime de cafetinagem e fugiu. Oxi, a cafetina foi atrás e rancou o peito da bicha com faca... É por isso que eu sempre digo às meninas mais novas daqui para não deixar de estudar nunca. — Disse Malévola, sobre a experiência que vivenciou em Belo Horizonte por alguns meses, onde morou na casa de uma cafetina e que, com uma semana, ligou desesperadamente para o seu pai pagar a dívida para a cafetina libertar ela e, então, poder retornar para a sua casa.

— Sim. Os estudos é e sempre foi importante para garantir a minha sobrevivência. Eu nunca deixei de estudar. Ia fazer pista à noite, descansava

pelas manhãs e pelas tardes ia estudar, concluir meu ensino superior, sempre lembrando do que minha vó me dizia “se você quiser vencer na vida, tem que estudar” e assim, vou levando a vida até hoje, trabalhando e estudando. — Disse para Malévola, concordando com ela sobre a importância de estudar. — É... A vida da gente não é fácil. — Disse Malévola com uma expressão de pensativa. — E ainda tem gente que diz que trabalhar como puta é fácil, é ganhar dinheiro no mole. (Diários de Campo, 20 de março de 2020).

O que percebi através das minhas experiências e das experiências das minhas interlocutoras com a prostituição, além das observações que sempre fiz com a população de Mulheres Trans e Travestis por toda a minha trajetória de vida, a prostituição sempre foi um trabalho necessário, mas nada amoroso, confiável e tranquilo para as nossas vidas. Atualmente, ver pessoas trans acadêmicas romantizando a prostituição, chega a me angustiar. É preciso ter cautela ao falarmos de assuntos tão sensíveis e tão presentes em nossas vidas quando estamos em vulnerabilidade social. Como disse, tentei a prostituição de diversas formas – nas ruas, nos sites e em jornais –, mas foi, cada vez mais, se tornando impossível levar adiante. Um problema que sempre vi na prostituição foi a capacidade de disponibilizar meu corpo e prazer para homem que durante o dia se esconde ao me ver ou fazia alguma agressão para mostrar caráter. O sentimento de solidão e vazio que advinha disso era o mais devastador que poderia ter. O fato de ter que fazer algo por dinheiro, sendo que esses homens logo iam embora das minhas mãos, deixava em mim o sentimento de que, mais uma vez, fiz algo que não me levaria a reconhecimento algum enquanto pessoa, porque, como diz Berenice Bento: “A relação cliente/travesti profissional do sexo sempre foi mantida em segredo. Toda sociedade produz seus segredos. Em nossa sociedade, esse é um deles” (BENTO, 2017, p. 288) Assim, aceitar viver nessas condições, para mim seria aceitar a lógica hipócrita onde:

Os homens heterossexuais, depois de um programa, voltam para o conforto de suas casas, acordam, vão para seus empregos, levam seus filhos à escola, transitam livremente durante o dia. As travestis terão que viver a insegurança de uma vida precária, estigmatizada, uma vida impossível. (BENTO, 2017, p. 294).

Mas a prostituição também pareceu trazer algo “compensatório”, ainda que momentaneamente, tanto para mim como para tantas Mulheres Trans e Travestis, quando ela se mostra também como uma forma de burlar a solidão. Por que afirmo isso? Não existiram em minha vida momentos tão significantes de “amor” fora da prostituição. Foi dentro de quatro paredes que fui desejada, chamada de Deusa, que fui recebida em boas suítes, com direito a piscina e bebida, situações jamais vivenciadas em outros espaços, sobretudo públicos. Não

gostaria que fosse assim, mas preciso dizer que foi nesse ambiente da prostituição que vivenciei e testemunhei o extremo desejo do outro para comigo, possibilidades de contatos e “afetos” com o outro. Essa também parece ter sido a experiência de Aloma:

Faço quando eu quero, entendeu? Faço quando eu preciso, eu digo “não... ah... deixa eu ir lá, deixa eu ir ver uns clientinhos”. Às vezes, os clientinhos são uns velhos. Cientes de antigamente, clientes de Salvador, quando eu cheguei logo de viagem e digo “gostaria de ir lhe ver”, eu digo “opa... **vamos tomar uma cerveja, depois a gente pode sair**”, eu digo é, vamos. Não custa nada mesmo, **a gente sai, se diverte**. [...] Às vezes, a pessoa diz, assim é prostituição? Eu disse, ah é. Tem muitos homens que procuram a gente pra conversar, pra desabafar. (Aloma, 10 de março de 2020, grifos nossos).

A prostituição, então, nos oferece momentos em que podemos nos sentir recompensadas, tanto financeiramente quando “amorosamente”. Para além desses aspectos, posso dizer também que outro aspecto que nos faz sentir recompensadas com a prostituição é quando imaginamos que “é melhor dar pagando do que dar de graça”. Pude ver isso de maneira bastante intensa nos relatos de Thalita Thábata.

[...] **o que levou mais a me fazer programa foi essa questão da solidão**, da mentira, da descarração, da gente ficar muitas das vezes, trazer pra nossa casa, se expor com ele, escondido e eles muitas das vezes nos bloquear, não falar com a gente, finge que não conhece a gente, tira onda com a nossa cara. Às vezes, não te chama pra sair, você vai pra algum lugar, ele está lá com outras pessoas, principalmente com Mulher Cis, vira a cara pra você, então, eu acho que essas frustrações foi o que eu acho que me motivou. Não faço programa porque não preciso não, o dinheiro ajuda e muito, mas isso não é uma coisa que eu preciso. Se hoje fosse proibido fazer programa no Brasil, eu teria minha fonte de renda e sobreviveria de boa também, entendeu? Mas o que motivou de fato, é essa questão mesmo da mentira, enfim, dessas questões que eu acabei de dizer. [...] Antes de fazer sexo por dinheiro, eu sempre era vista pelos homens como um objeto sexual mesmo, que é essa a visão que, na maioria das vezes, eles tem, que ali é um buraco, que ali é um pedaço de carne, uma mercadoria que eu vou usar e depois não vou querer mais, então, eu acho que esse ponto é um dos pontos que mais afligem eu acho que todas, de uma maneira geral. Umás podem até falar que não, mas eu acho que na maneira em geral é isso, dos relatos que eu ouço também de outras amigas minhas Trans, né? No grupo do zap de Trans é as dificuldades é sempre essas né? Eu acho que é a barreira arquitetônica, as barreiras sociais, as barreiras sociais, as barreiras éééé com a sociedade, sociais seriam com a sociedade, as barreiras familiares. (Thalita Thábata, 13 de março de 2020, grifos nossos).

Para Aloma e Thalita Thábata, o fazer programa tem, então, um sentido muito mais de ganhos de afetos e realização de desejos do que estritamente a condição financeira.

Diferentemente de Malévola, que afirma ter realizado apenas pelo sonho de ascender socialmente e construir-se enquanto Mulher Trans.

Eu... Já tive minha experiência no mundo da prostituição, não foi uma coisa boa [...] **pelo fato de eu tentar arrumar um emprego e não conseguir** [...] uma amiga minha 'tava viajando em Minas Gerais e ela 'tava na casa de uma cafetina. Ela conversando comigo, eu falei para ela que eu queria ir para lá também, perguntei pra ela como funcionava tudo direitinho, e aí eu entrei em contato com a cafetina, acertei tudo com ela, ela me mandou minha passagem, e eu fiz tudo escondido da minha família, porque eu sabia que a minha família não iria aceitar [...] chegando lá eu me deparei em uma casa onde tinha quarenta Transexuais e, logo de cara, assim, pra mim foi uma coisa bem... Como é que eu posso dizer assim? Bem absurda, eu vi muita gente dentro de uma casa, um quarto pra dividir pra quatro pessoas [...] Eu passei a noite toda na rua, eu não consegui atender um cliente, eu ficava frustrada toda vez que um carro chegava perto de mim, porque eu fiquei sozinha em uma rua, em uma rua escura, deserta. Eu fiquei até cinco horas da manhã em pé, eu não consegui atender nenhum cliente, fui pra casa e aí no dia seguinte, eu lembro que eu descii pra rua cedo – era umas cinco horas da tarde –, mais uma amiga minha. Eu atendi um cliente logo quando eu 'tava saindo de casa, foi um... Cinquenta reais que ele me pagou. Eu atendi ele, daí eu fui pra rua e, na rua, eu não atendi mais ninguém Foi o único cliente que eu tinha atendido, foi aquele no finalzinho da tarde. Quando eu cheguei em casa, aquele cinquenta reais que eu 'tava na mão eu tirei pra pagar a diária, e fora que eu já ido, eu fui financiada, porque a cafetina que mandou minha passagem, então, eu já tava com uma dívida na casa. Lá elas só serviam o almoço. Lá você tinha que pagar a diária, você tinha que pagar cem reais por semana da internet e você tinha que pagar toda sexta-feira cem reais pela comida do almoço. Lá, tudo você pagava, até para acender uma boca de um fogão você pagava cinco reais. A única coisa que você poderia beber de graça lá era água, porque o resto tudo era pago. E aí, eu naquela situação, eu acostumada a viver com a minha família, a me alimentar no horário certo, a fazer tudo certinho, eu me vi doida. No terceiro dia, eu já não 'tava mais suportando ficar naquele lugar. Eu liguei pro meu pai, conversei com ele, expliquei com ele a situação que 'tava acontecendo e aí, ele decidiu pagar minha dívida. Ele entrou em contato com a cafetina, ele depositou o dinheiro, pagou minhas dívidas, que eu fui financiada, pagou as diárias dos dias que eu 'tava lá e, comprou minha passagem, mandou meu dinheiro, ela comprou minha passagem e, no quarto dia, eu vim me embora, eu saí de lá de Minas Gerais, de ônibus, fui para Belo Horizonte e de Belo Horizonte, eu peguei um vôo e vim pra Salvador. Eu passei quatro dias de tormento, porque foram coisas que eu não esperava, foi o meu primeiro contato com o mundo da prostituição e eu não gostei. Mas aí, eu lembro que eu cheguei, eu fiquei aqui, aí eu conversando com uma amiga minha, **minha amiga me falou que eu não poderia ter me dado bem na rua, mas que eu poderia me dar bem no site** e aí, ela me propôs colocar um anúncio. **Eu botei um anúncio e fui trabalhar** com ela em Feira de Santana e eu fui, ficamos uma semana, eu fui... Atendi alguns clientes, mas era uma coisa que eu, pra mim não estava sendo legal, porque era uma coisa que eu via que eu não queria. Eu não consigo fazer a ativa e a maioria dos clientes que procuram as Trans é pra fazer a ativa. Eu não conseguia de jeito nenhum, eu tenho isso comigo, eu não consigo fazer a ativa, eu... Eu me sentia enojada de está me deitando com aqueles homens e eu lembro que quando eu voltei de lá de Feira de Santana com ela, eu falei a ela que eu não iria mais me prostituir

e até o dia de hoje, eu não atendo mais nenhum cliente, não consigo. Eu acho que se hoje, eu fosse viver da prostituição, eu morreria de fome. [...] Era uma coisa assim bem difícil, eu era bastante profissional, eu não tinha esse negócio de apego amoroso, eu já chegava lá, já ia me despindo, nada de muitas conversas **e as minhas tentativas, na verdade, foram muitos frustradas, porque eu chegava lá, eu já sabia que eles queriam que eu fizesse a linha ativa**, porém, eu não falava com eles por mensagens que eu não fazia a linha ativa, porque eu sabia que eu ia acabar perdendo aquele cliente, então eu chegava lá e, na hora H, eu dizia assim, eu inventava que eu tava nervosa e aí, eu conseguia lubridiar alguns deles para poder não fazer a linha ativa. Eu enrolava, na verdade. (Malévola, 20 de março de 2020, grifos nossos).

Para Malévola, assim como para mim, as frustrações com clientes, com outras Mulheres Trans e Travestis e com o espaço e as condições de maneira geral que são disponibilizadas pela prostituição, talvez tenham sido os principais motivos de desencantos para seguir encarando a realidade. Atualmente, quando vejo muitas pessoas romantizando a prostituição, tenho a certeza de essas pessoas jamais terem sido impostas precocemente nesse caminho, como única forma de sobrevivência e/ou jamais vivenciaram situações como essas. É preciso pensarmos a prostituição como uma opção na vida de Mulheres Trans e Travestis e não uma obrigação, sobretudo para as negras e periféricas.

5.2 MOVIMENTOS SOCIAIS E DIVERSIDADES INTERNAS

Conforme disse anteriormente, a minha trajetória nos movimentos sociais se iniciou em 2014, quando na ocasião, atuei como Educadora Social em uma Instituição daqui de Salvador, que cuida de crianças e famílias que vivem e convivem com o vírus do HIV/AIDS, onde desenvolvi minhas primeiras experiências de trabalhos com Mulheres Trans e Travestis que vivem na prostituição como única forma de sobrevivência. Nessa ocasião, trabalhei também com testagem rápida de HIV/AIDS nos diversos locais onde Mulheres Trans e Travestis se encontram na cidade, como na orla, em casas de cafetinas, em casas noturnas de shows e clubes de massagens. Felizmente, me destaquei nessas atividades de tal forma que fui selecionada no curso para ir a Brasília me capacitar em controle social no SUS. A partir desse curso, já com uma visibilidade em nível nacional, coordenei a Associação de Transexuais e Transgêneros em ação - Atração (Salvador-Ba), fui vice-presidenta do conselho Estadual dos Direitos da População LGBT-Bahia (2017) e Secretária de Juventude da Associação Nacional de Travestis e Transexuais - ANTRA (2017-2020). Foram épocas de viagens e encontros com Mulheres

Trans e Travestis por diversas regiões do país para fazer representação em eventos, organizar pautas e bandeiras de lutas e comemorar as datas do calendário que celebram o nosso orgulho Trans/Travesti e pertencente à comunidade LGBT.

A minha entrada no ativismo social se deu por entender que as pessoas só sabiam das Mulheres Trans e Travestis quando estas eram representadas por pessoas não-Trans, que servem como porta-voz para explicitar quem somos e o que queremos, ou então pelos mesmos grupos de Mulheres Trans e Travestis em que eu não me sentia representada, pois não via e ouvia nos discursos delas as minhas inquietações, as minhas dores. Então, fui percebendo o que tem sido dito por Tomaz Tadeu da Silva: “Quem tem o poder de representar tem o poder de definir e determinar a identidade” (SILVA, 2000, p. 91). Nesse sentido, não me via representada e nem com a minha identidade determinada e definida através do observado.

A necessidade de falar de realidades vivenciadas me deu esse caminho e quando me inseri, passei a viver uma outra realidade: na medida em que ia me agrupando a alguns movimentos eu, automaticamente, me tornava inimiga de outros movimentos e ativistas. Por um bom tempo, ficava sem entender essa dinâmica, mas logo ia assimilando aquilo que Berenice Bento observa: “No Brasil, é muito forte a partidarização dos movimentos sociais” (BENTO, 2017, p. 156) e essa partidarização acaba por atropelar a própria luta. Esse foi um dos principais motivos que, posteriormente, me fizeram tomar a difícil decisão de ter que me afastar de grupos e manter a minha voz ativa de forma independente. Eu fui entendendo que a luta era sobretudo por poder e, na maioria das vezes, um poder de âmbito individual, disfarçado de uma luta coletiva, o que penso como um fator que resulta em mais uma dimensão da solidão de Mulheres Trans e Travestis.

Quando iniciei minha vida ativa na luta pelos direitos da população LGBTI+, realizei toda uma leitura sobre materiais de encontros e conferências já existentes no país, a fim de perceber por onde passamos, onde estamos e onde queremos chegar. Meu primeiro sentimento foi de frustração, ao ver uma repetição de discursos, escritas e propostas da população LGBTI+. Percebi que, com o governo Lula, a população LGBTI+ passou a ter uma série de apoios para a realização de encontros, de inserção em espaços jamais antes alcançados, mas que foi através dessa dinâmica que, de algum modo, nos acomodamos. Nesse sentido, Bento (2017) afirma que o movimento LGBTI+ esteve filiado ao Partido dos Trabalhadores e com isso, talvez com um possível descanso da vitória, foi ficando cada vez mais incapaz de construir autonomia para lutar contra a hegemonia. Com o passar dos anos, fui compreendendo que um grande erro, cometido por grandes ativistas, foi uma acomodação, talvez pelo recebimento de recursos financeiros e materiais, das possibilidades para visibilidade que os deixaram de mãos atadas, o

que levou a uma série de retrocessos que vieram adiante. Então, concordo com a professora Berenice Bento, quando diz que “A esquerda brasileira, que tinha como fundamento a crítica do imperialismo, não encarou de frente a questão do pensamento colonizado. Diria que foi, em grande parte, um dos lugares de sua reprodução” (BENTO, 2017, p. 48).

Precisamos, então, sempre aprender, mas não copiar os modelos vigentes, pois são eles mesmos que poderão fazer com que nos percamos, em algum momento, em nossas lutas. Tive diversas percepções sobre tais reproduções, a exemplo das disputas internas que, apesar de serem legítimas para reivindicação de direitos específicos de cada segmento, de cada identidade, tem sido um espaço de dissolução e quebra de união, devido a uma busca incessante pela unidade de pensamento, de atitudes, de tonalidade da cor da pele, de proporção de masculinidade e feminilidade etc. É preciso, então, estarmos atentas e atentos para esse jogo de disputas internas dentro do próprio movimento e, ao mesmo tempo, estarmos atentas ao jogo do outro para com a nossa existência. Esse processo ressoa aquilo que Berenice Bento (2017) aponta como o mito da democracia racial e de gênero que vivemos em nosso país. A democracia racial é perversa, porque opera por um falso reconhecimento, servindo-se de expressões como: “Gosto de Samba” de “Trançar o cabelo”, “Música de Negro” da mesma forma em que se afirma “eu tenho amigas Trans e Travestis e elas até frequentam minha casa”. Estou falando de uma geração de reconhecimento que alimenta o racismo e não gera reconhecimento, que alimenta a transfobia e que também continua sem gerar o reconhecimento que precisamos para vivermos em paz em sociedade.

É preciso termos em mente o que Djamila Ribeiro diz no prefácio do livro intitulado *Mulheres, raça e classe* (DAVIS, 2016) que, para além de ocuparmos os espaços, precisamos romper com lógicas opressoras. É por isso que pontuo aqui, neste trabalho, também a relação da solidão com os movimentos sociais. Muitas vezes, estamos dentro de determinado grupo ou associação, mas apenas reproduzindo as normas de execução das atividades que fazem parte daquele determinado contexto, vivenciando apenas as mudanças de cargos e representações, mas mantendo as mesmas lógicas opressoras que nos foram ensinadas muitas vezes pela própria presidência do espaço/lugar.

Ainda sobre essas dinâmicas internas dentro de movimentos sociais, Berenice Bento (2014) aponta não ter encontrado ativistas que estejam vivendo na estrutura do Estado. As minhas experiências como membro de movimentos sociais tem me mostrado justamente o contrário, ao me deparar com ativistas que estão nessa estrutura, vivendo de diárias, salários e outros tipos de gratificações, que dependem do suporte do próprio Estado para sobreviver, e com isso, lutar contra alguém ou alguma estrutura que te garante a sobrevivência se torna uma

tarefa difícil de se fazer. Mas, na tentativa de sairmos dessa estrutura, o que percebi foi que passa-se a fortalecer as disputas internas dentro do próprio movimento, não por questões identitárias ou pautas prioritárias mas sim, movidas pelo desejo de não perder o “conforto” que a ilusão dessa dinâmica aparenta oferecer (e de fato, oferece de alguma forma).

Estes são dois caminhos que são implicitamente disponíveis para nós quando vivenciamos essa jornada em movimentos sociais: Ou você rompe com a lógica do Estado e corre o risco de viver sem financiamento para as suas atividades (o que quase ninguém quer fazer) e ainda correndo o risco também de ser cancelada pelo próprio movimento, ou vive dentro da estrutura que o Estado oferece, com direito a financiamentos para as atividades e eventos, mas vivendo com uma “autonomia” cedida pela própria estrutura. Não tem outro caminho, “quanto maior a autonomia das ativistas e das entidades em relação aos interesses do Estado, maior capacidade potencial para realizar o combate político” (BENTO, 2014, p. 239).

Portanto, se quisermos mesmo modificar a estrutura, na tentativa de garantirmos nossas existências, precisamos entender e utilizar para tanto o que a filósofa Nancy Fraser (*in*. CYFER; NEVES, 2009), aponta como uma tríade de ferramentas. A interseccionalidade precisa ser pensada em todos esses eixos. A discriminação, por exemplo, se dá na representatividade, na redistribuição e no reconhecimento. Precisamos da representação, ou seja, manter a diversidade a ser representada nos espaços, da redistribuição, ao entendermos que não basta apenas existirem os corpos da diversidade representados nos espaços, mas sim que nossas pautas sejam debatidas na busca de converter nossos debates em redes de articulação e, por último, mas não menos importante, do reconhecimento ou seja, reconhecer as nossas lutas.

5.2.1 O movimento Trans e Travesti no Brasil e a virada conservadora no país

A Mulher Trans e ativista social Marina Reidel (2017) aponta que, em 1989, Mulheres Trans e Travestis foram proibidas pela polícia de trabalhar com prostituição nas ruas do Rio de Janeiro, e que, nesse mesmo contexto, foram convidadas para participar de um evento intitulado “Viva Rio”, para aprender a criar instituição e, a partir disso, houve a criação da Associação de Travestis e Liberados (ASTRAL). Nesse mesmo sentido, Wiliam Siqueira Peres (2015) aponta que foi em 1993 que houve o primeiro encontro nacional de Mulheres Trans e Travestis que tinha como finalidade pensar estratégias de combate à epidemia do HIV/AIDS. O autor ainda pontua uma série de encontros de Mulheres Trans e Travestis que, com o passar dos anos, foram se fortalecendo cada vez mais, ganhando mais notoriedade. Dessa forma, em 1993, houve o

primeiro encontro ocorrido na cidade do Rio de Janeiro e, em 1994, na cidade de Vitória, no Espírito Santo. O evento aconteceu em 1995 e em 1996, novamente no Rio de Janeiro, em 1997 em São Paulo, e em 1998, novamente no Rio. De acordo com o autor, a média de participantes desses encontros foi de 120 a 280 pessoas.

Wiliam Siqueira Peres (2015) registra que, em 1999, o encontro ocorreu na cidade de Fortaleza, no Estado do Ceará, e em 2000, na cidade de Cabo Frio no Estado do Rio de Janeiro, onde pela primeira vez, teve a participação da Rede Nacional de Travestis - RENATA, que dois anos depois se transformou na Articulação Nacional das Transgêneros - ANTRA. Nesse contexto, conforme afirma Wiliam Siqueira Peres (2015), foi em 2003, no décimo Encontro Nacional das Transgêneros que atuam na Prevenção à AIDS - ENTRAIDS, na cidade de Porto Alegre/RS, a ocasião em que as Mulheres Trans e Travestis se apresentaram com um novo nome, dessa vez retificado, ao invés de articulação, passou a se chamar de associação, a Associação Nacional de Travestis e Transexuais - ANTRA. Em 2004, acontece o décimo primeiro ENTRAIDS na cidade de Campo Grande/MS onde se deliberou sobre o próximo encontro, a ocorrer em Florianópolis/SC, e desde então, o evento tem tido continuidade.

Segundo Wiliam Siqueira Peres (2015), esses encontros têm sido espaços de organização social e política onde Mulheres Trans e Travestis de todo o país “reivindicam direitos, denunciam violações de direitos e solicitam diálogos com os órgãos públicos e privados para a construção de uma sociedade justa, igualitária e inclusiva.” (PERES, 2015, p. 61) Embora a movimentação por direitos Trans e Travestis não se resume unicamente às participantes desses encontros, nem mesmo a esses eventos organizados, é importante salientar esse movimento e que, em determinado momento, Mulheres Trans e Travestis se organizaram efetivamente para dialogar com o Estado. Esses momentos foram, conforme aponta Wiliam Siqueira Peres (2015), cruciais para a luta contra o preconceito e a estigmatização infligida pela sociedade, na busca de promover exercícios de construção de suas cidadanias, e se constituíram num catalisador para a luta no Brasil.

Posteriormente a isso, foram criadas outras organizações e associações de Mulheres Trans e Travestis em diversos Estados, até que, em meados dos anos 2000, começaram a existir organizações políticas específicas para pessoas transexuais, como a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis - ABGLT, visto que, inicialmente, a letra T era uma representação específica ao direito das Travestis. Em 2012, foi criada a Associação Brasileira de Homens Trans (ABHT), período em que foi fundado o Instituto Brasileiro de Transmasculinidades (IBRAT). “E assim a sigla que, inicialmente, era MHB, passou a ser GLBT e depois LGBT.” (COLLING, 2018, p. 20). Paralelamente a toda essa movimentação, havia a existência de

grupos de gays, de lésbicas e bissexuais organizados, o que consolidou-se por algum tempo como MHB (Movimento Homossexual Brasileiro), depois como GLS (Gays, lésbicas e simpatizantes), posteriormente como GLBT (Gays, lésbicas, bissexuais, Travestis e Transexuais) e, em seguida, como LGBT. Essa mudança foi realizada na primeira conferência nacional LGBT, realizada em Brasília, em 2008, e que teve como objetivo visibilizar as mulheres e questionar o poder histórico e predominante masculino na luta da comunidade LGBT.

Leandro Colling (2018) afirma que, com a emergência das identidades transgêneras, a letra T passou a identificar a existência de Mulheres Trans, Travestis e Transgêneros, sendo também um ponto de partida para um contínuo de letras, como o I, de intersexuais, e assim sucessivamente. Apesar de encontrarmos em diversos espaços siglas como LGBTQI+, incluindo também os(as) *queer* como sexualidade/identidade, o que ficou definido e ainda está em voga no Brasil através da última conferência nacional LGBT, também realizada em Brasília, é a sigla LGBT. À medida que vamos dialogando e conquistando espaços, se intensifica também uma corrente que se sente ameaçada com os direitos da população LGBTI+, o que vai acarretar um ambiente de guerras e disputas ideológicas a fim de tentar extinguir os direitos tidos como das “minorias sexuais”.

Leandro Colling (2018) aponta ainda que os mais recentes tensionamentos entre os movimentos conservadores para com LGBTs e feministas têm relação com a chamada ideologia de gênero, um termo criado como forma reacionária ao movimento feminista e LGBT que, à medida que vem alcançando direitos, demonstram ser uma ameaça para os setores conservadores da sociedade brasileira, chegando até mesmo a serem vistos como inimigos. Nas palavras do autor:

“Ideologia de gênero” é uma invenção católica que emergiu sob os desígnios do Conselho Pontifício para a Família, da Congregação para a Doutrina da Fé, entre meados da década de 1990 e no início dos 2000. (COLLING, 2018, p. 55).

A chamada ideologia de gênero, então, se refere a uma expressão criada pelos próprios religiosos que, conforme Leandro Colling (2018), se constitui numa onda reacionária ao feminismo que através dos estudos e da luta das mulheres se propôs a desmistificar o lugar da mulher como submissa, frágil e pertencente unicamente à esfera doméstica em relação aos homens. Da mesma forma, tal movimento funciona como uma reativa ao movimento LGBTI+.

que luta pela legitimação das diversas identidades de gênero e orientações sexuais, o que coloca em ameaça a heterossexualidade compulsória.

Mesmo diante da onda conservadora que estamos vivenciando no contexto político atual, nosso movimento de Mulheres Trans e Travestis conseguiu alcançar alguns direitos básicos para a nossa população, como demonstrado na cartilha coordenada pela Mulher Trans Tathiane Araújo (2020), atual presidenta da Rede Nacional de Pessoas Trans do Brasil (REDE TRANS). A exemplo, a recomendação do Conselho Nacional dos Procuradores Gerais (CNPGE) para que todo o país aplicasse as regras da Lei Maria da Penha para Mulheres Trans e Travestis, vítimas de violência doméstica, e o decreto do Nome Social em todo o país, direitos e conquistas essas realizadas, no ano de 2016. Em 2018, conquistamos o direito à retificação de nome e gênero sem a necessidade de cirurgia de “adequação” genital e ação judicial (COELHO, 2018), em 2020, a derrubada da resolução de nº 34 da Agência Nacional de vigilância sanitária que proibia a doação de sangue por LGBTs (BRASIL, 2014) e, nesse mesmo ano, conseguimos aprovar a criminalização da LGBTfobia – estas duas últimas conquistas, por decisão do Supremo Tribunal Federal-STF. Além dessas conquistas a nível nacional, tivemos em Salvador também a Lei Teu Nascimento (COMUNICAÇÃO, 2020), que pune estabelecimentos públicos e privados da cidade que discriminem as pessoas por orientação sexual e identidade de gênero.

A ascensão do novo Presidente da República, despertou o conservadorismo e os discursos/ações de ódio em toda a sociedade, inclusive dentro dos poderes, legislativo, executivo e judiciário e por isso, chegamos em 2020 com retrocessos de todos esses direitos alcançados, como a tentativa de revogação da decisão do STF de criminalização da LGBTfobia (POMPEU, 2020), a tentativa de impedimento de doação de sangue por nossa comunidade LGBTI+ (REDAÇÃO, 2020a) e, até mesmo em nossa cidade, a tentativa também de revogação da Lei Teu Nascimento (REDAÇÃO, 2020b). Todos esses ataques no mesmo ano, um atrás do outro. Não conseguimos nem respirar.

5.2.2 Solidão e movimentos sociais

Apontar a relação entre solidão e participação em movimentos sociais é também explicitar que onde existem relações de poder, existe solidão. Estou falando de uma movimentação constante nesses espaços pela busca do protagonismo. Por consequência, nesse processo alguém estará sempre tentando se sobressair em cima de outro alguém, ainda que esse alguém faça parte de mesmos grupos e pautas a serem defendidas.

Ainda que estejamos no movimento de luta das Mulheres e no feminismo em si, ampliando o movimento para abarcar pautas das Mulheres negras, e das questões que envolvem interseccionalidade e do transfeminismo, o que percebemos é que, o que ocorreu tem sido, por vezes, uma ramificação do feminismo, mas não necessariamente uma abertura e ampliação que vise englobar todas as Mulheres e suas especificidades, ou seja, a união das lutas, da mesma forma que podemos falar dos movimentos de lésbicas, gays, bissexuais, Travestis e Transexuais como algo separado.

A solidão que aponto aqui é a do silenciamento da nossa existência dentro dos próprios movimentos sociais. Participar de eventos e diálogos com Mulheres cissexuais (negras ou brancas) que justificam ou ligam a questão do ser Mulher ao corpo que possui útero é algo que vivenciei sem que, na maioria das vezes, tivesse a percepção sobre o que fazer, tendo como saída apenas me retirar do lugar e espaço em que me senti invisibilizada. Outras vezes fui literalmente convidada a me retirar de espaços cis-feministas e, por outras, resisti e problematizei sobre o que é ser Mulher e, dentro disso, levantei a questão da existência dos homens que possuem úteros, explicando que Mulher não poderia ser mais entendida como sinônimo de útero. Essa minha experiência e reflexão sobre o que seriam “pautas importantes” para o movimento feminista tem sido levantada pelo Transfeminismo conforme aponta Letícia Nascimento (2021).

Não pretendendo deslegitimar as especificidades que existem e são reivindicadas pelo feminismo e por Mulheres cis, mas, sim, chamar a atenção para pautas que convergem, e para a necessidade de uma luta conjunta pelos direitos das Mulheres contra o machismo, sexismo e a misoginia.

Mas a solidão dentro dessa dimensão é vivenciada também em movimentos LGBTs, em especial no meio Trans e Travesti. Com o passar dos anos, através da minha inserção dentro desses espaços, tenho notado o atropelamento que as/os próprios ativistas Trans e Travestis cometem quando, para tentarem alcançar um lugar de visibilidade enquanto tal, acabam por entrar em disputas internas dentro do próprio movimento, com as próprias companheiras e companheiros Trans. Sabemos que as disputas internas são válidas, quando os objetivos visam fortalecer uma luta e pauta coletiva e não individual ou restritamente a um grupo a, contra um grupo b. Certa vez, ao desabafar sobre isso com uma antiga liderança Trans do Estado da Bahia e do Brasil, ela me informou que isso era política, era o fazer e viver política. Em meio a isso, eu observava intensamente o “fazer política”, sendo atitudes e comportamentos que, ainda que contrariem os seus princípios de vida, implicavam um ativismo como “política da boa vizinhança”. Eu percebia, então, naturalização do fazer política como uma profissão, talvez até

o ser completo da pessoa. Diante disso, me parecia até difícil identificar quem estava falando comigo, se era a pessoa em si ou o ser político, ou se apenas existia ali a política como modo de vida.

Nesse sentido, o jurista e economista Maximilian Karl Emil Weber (2015) nos faz refletir:

[...] ou bem se vive “para” a política, ou bem se vive “da” política. [...] quem vive “para” a política constrói, no sentido interior “a sua vida a partir daí” – ele goza da posse nua e crua do poder que ele exerce ou alimenta o seu equilíbrio interior e seu orgulho próprio a partir da consciência de emprestar à sua vida, por meio do serviço “coisa”, um *sentido*. [...] Vive “da” política enquanto profissão quem aspira a fazer da política uma fonte duradoura de *receitas*; “para” a política, por outro lado, aquele para o qual esse não é o caso. [...] O político profissional, que vive de política, pode ser um puro “concessor de prebendas” ou um “funcionário público” assalariado. (WEBER, 2015, p. 75).

Concordo com Weber (2015) quando aponta, nesse sentido, que só existem duas maneiras de agir, de fazer política: ou por convicção, ser pacifista, por vezes seguir ordem, pode ser contrária aos interesses próprios e/ou através da ética da responsabilidade, uma constante reflexão sobre sua ação, responsabilização sobre os próprios atos. Incita agir sobre responsabilidade. Isto não diz respeito a fazer algo certo ou errado, até porque não é certo ou errado. Aqui diz respeito à consciência. O autor chama atenção sobre a importância do conteúdo da responsabilidade e forma responsável de agir, o sentido que atribui à ação, às coisas diferentes. Mas porque vivemos muitas vezes desacreditadas da política? Penso na existência de uma lógica para que possamos ser assim.

Reflexões como essas me fazem analisar a percepção que sempre tive como duas opções para me manter dentro de espaços como esses: ou ser mais uma política (seguir a política que Weber chama de pacifista e/ou de política por convicção), vivenciar a lógica da boa vizinhança, mesmo com os conflitos internos experienciados dentro do próprio meio, conforme ouvi também da antiga liderança Trans ou não fazer parte disso, agindo pelo que acredito, abrindo mão das disputas internas. Quando escolhi tomar esta última opção, a solidão passou a se intensificar cada vez mais, não por eu ter simplesmente me afastado, mas por ter sido isolada mesmo pelas lideranças e ativistas que talvez festejassem o “apagamento de uma imagem forte naquele meio”. A ideia da coletividade, então, é atropelada em meio à disputa de ego nesse campo de batalha e isso vai tornando esse ambiente menos sedutor, pouco ou quase nada interessante e desgastante para muitas de nós. Pude ver isso, também, no relato das minhas interlocutoras, quando perguntei se elas eram ligadas ou tinham interesse em estar em

movimentos sociais para aderirem à nossa luta. Elas afirmaram as seguintes experiências com movimentos LGBTI+:

Às vezes, **quem me convida** assim, eu vou lá, vou na palestrazinha. (Aloma, 10 de março de 2020, grifos nossos).

Eu sinto que tipo, quando precisa, por exemplo “ahhh vai ter um evento”, aí, já **me chamam pra contribuir**, entendeu? De uma certa forma, nem que seja pra estar ali ouvindo, **não como protagonista**, mas como uma pessoa que tem que 'tá ali, porque acha que é Trans tem que 'tá ali. (Thalita Thábata, 13 de março de 2020, grifos nossos).

Eu... Fico, vejo na internet, **eu acompanho muito pela internet**, os grupos, de quem fazem essas movimentações. Eu acompanho coisas do mutirão, **sempre estou postando**, as meninas, os informativos que sejam referentes ao nosso mundo Trans e LGBT, eu sempre estou compartilhando toda informação possível. [...] **Eu estou fazendo a minha parte**, eu sei que se fosse algo mais presencial, mas assim que eu tomasse mais pulso, seria algo mais concreto, sabe? Mas eu acho que nas minhas redes sociais, porque eu sempre posto, as meninas sempre pergunta como eu troquei meu nome mesmo, eu postei minha certidão, foram muitas garotas que eu não conhecia que me acompanhavam de redes sociais me perguntando como foi o processo e eu fui dando dicas, fui acompanhando, entendeu? (Malévola, 20 de março de 2020, grifos nossos).

Antes de ir a campo, até cheguei a acreditar que essa experiência e sentimento poderiam ser única e exclusivamente meus, até ouvir essas palavras de Malévola, que diz ir a espaços de ativismos apenas quando é convidada, demonstrando um entendimento de que espaços como esses não tem sido sedutores e inclusivos para ela, de Thalita Thábata quando aponta sobre a consciência que ela tem ao identificar que comparece a eventos e espaços de discussão nos movimentos sociais apenas quando é também diretamente convidada mas que entende o convite como uma busca apenas de fazer número nas ocasiões, uma vez que ela traz a percepção de que nos grupos e movimentos já existem as “protagonistas” e estas jamais abririam mão para oportunizar o seu protagonismo e as falas de Malévola, que nem se coloca nesse lugar de disputa, se mantendo apenas pelas redes sociais, compartilhando notícias, sentindo-se colaboradora da luta, dessa forma.

O fato é que mesmo tendo me afastado oficialmente dos grupos e coletivos, continuei atuando em uma instituição pública, na defesa dos direitos da população LGBTI+ e, mesmo antes disso, meu ativismo sempre me colocou na posição de denunciar LGBTfobias cometidas contra mim e contra pessoas LGBTs (o que já ouvi falar que é um ativismo da dor, conforme detalharei melhor na seção a seguir), e continuei a participar de eventos de ativismo e discussões sobre a temática. Nessa caminhada, sempre fico me questionando o que tenho encontrado de

apoio por pessoas ativistas LGBTs? Nenhum. Às vezes, foi até possível, mas daqueles e daquelas que nunca fizeram parte de grupos e associações por onde passei. Posso até dizer que tenho encontrado motivos para desistir da luta, motivos para desencorajar, mas quando encontro pessoas cis aliadas (Homens e Mulheres) muitas distantes de movimentos sociais organizados, sinto combustível para continuar a lutar. Por isso que esta dissertação direciona reflexões também para a busca de possibilidades e alianças com pessoas cisgêneras, pois sinto que falta isso dentro dos próprios movimentos e consciência de ativistas sociais, a capacidade de seduzir, compartilhar, convidar e inserir as pessoas cisgêneras na luta, ao invés de massacrar, invalidar e negar, colocando o sentido das disputas pelo avesso.

Quando digo que encontro motivos para desencorajamento dentro do meio LGBTI+ é por sofrer nesse espaço, diversas tentativas de apagamento, por ter que ouvir que a minha política é uma política da dor, quando ascendo com uma trajetória de vida enquanto Mulher Trans que difere das vivenciadas por muitas lésbicas, gays e bissexuais, Travestis, Transexuais etc. O argumento de que defendo uma política da dor serve como deslegitimação de uma história potente e pioneira, que retrata toda uma vida de vulnerabilidade que vivenciei e que outras mulheres Trans vivenciam, sendo expulsa de casa aos 13 anos por não corresponder às expectativas normativas da família, passando pela prostituição como meio de sobrevivência, mas revertendo a situação (IKEMOTO, 2016) e me tornando a primeira Mulher Trans a formar em Psicologia na cidade de Salvador (ANJOS, 2016), a primeira Mulher Trans a levar a imagem e visibilidade de Mulheres Trans e Travestis para a parada LGBTI+ de Salvador, que, anteriormente, era uma parada “gay”, ocasião em que fui garota propaganda (GAUTHIER, 2016), levando o tema de que “viver sem violência é um direito de Travestis e Transexuais”.

Fui também a primeira a ser vice-presidenta do Conselho Estadual LGBTI+ do Estado da Bahia (QUEER, 2017), – ocasião em que foi assinado o decreto de utilização do nome social pelo governador do Estado da Bahia –, a primeira a fazer mestrado em um programa de pós-graduação de estudos em raça e etnia (GAUTHIER, 2018), numa universidade federal e, a primeira a estar atuando em uma grande instituição pública do Estado da Bahia, a Defensoria Pública, coordenando ações e projetos específicos para a população de Mulheres Trans e Travestis (REIS; FLORES, 2020), e candidata a vereadora de Salvador em 2020 (PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO, 2020) obtendo 1.023 votos (FOLHA DE SÃO PAULO, 2020), em um ano de pandemia, cheio de tensões políticas e, vivenciando diversas formas de violências a exemplo de ter minha plenária invadida por opositores (GAUTHIER, 2020), que tentavam, a todo instante, me amedrontar e me fazer parar de realizar a minha campanha política, além de ter passado toda a campanha política tendo que tentar convencer o público masculino de que

era possível a existência de uma vereadora Trans na câmara de vereadores de Salvador, os quais insistiam com a hipersexualização quando me contactavam, me assediando em todas as minhas atividades políticas, inclusive através das redes sociais (NUNES, 2020).

Portanto, se é vista dor em meu discurso, certamente é também porque houve dor nesse caminho, nessa trajetória que tem sido contada nos jornais como algo lindo, como uma história de superação, mas que nos bastidores tem exigido de mim bastante resiliência. Toda essa luta tem sido consequência de forças que eu utilizo para tentar sair de situações que sempre acreditei não serem possíveis para a minha sobrevivência e “coincidentalmente” trata-se de uma trajetória marcada por pioneirismos. As experiências interpessoais vivenciadas por mim e por minhas interlocutoras demonstram que essa busca do ser forte e pioneira são mecanismos que utilizamos para sobrevivermos em uma sociedade transfóbica. Ser a primeira é também um tipo de mecanismo de defesa para enfrentar as dificuldades e as pressões sociais.

No tempo de trabalho, é seis horas e vinte, no tempo de empresa, vou fazer quatro anos. [...] Eu entrei lá através de Renato, Renato que é militante é... Porque, na verdade, como eu já vinha pra Salvador e fiquei um ano indo pra eventos de empregabilidade Trans, só utilizando nosso nome pra 'tá nas plenárias pra 'tá se promovendo em cima da gente, então, a gente ia pra os espaços, muitas vezes sem transporte, pedindo a um e a outro, distribuir currículos, né? ir nos, é... Como tinha Priscila, na época, que ocupava cargo no governo do Estado da Bahia, né? Que foi aquela coisa toda, eu procurei ela, procurei Carlos, procurei outras pessoas que estavam dentro desses espaços pra conseguir um trabalho pra mim. Então, **através de militância, de fato, eu não consegui. Se fosse esperar por militância, eu acho que eu não tinha trabalhado até hoje.** (Thalita Thábata, 13 de março de 2020, grifos nossos).

Portanto, o que venho aqui apresentar como a solidão e movimentos sociais é sobre a relação de deslegitimação do outro para se legitimar, utilizando para isso, muitas vezes, o autoritarismo como ferramenta de silenciar as diferenças internas do movimento LGBTI+. Nesse sentido, William Siqueira Peres (2015), em diálogo com sua interlocutora Travesti, Pérola, apontou o quanto ela reclamava do autoritarismo de umas com as outras existente no movimento de Mulheres Trans e Travestis, sobre a forma de gerir e decidir as coisas pois, ao invés de consultar as bases, de pensar em decisões coletivas, ficavam muito nos âmbitos particulares de uma pessoa ou um grupo. Diria ainda que, muitas ações nesses contextos são “resolvidas” à base da violência e do grito, o que torna esses espaços ainda menos sedutores.

Weber (2015) já dizia que “Para a política, o meio decisivo é a violência” (WEBER, 2015, p. 127). Me parece que muitas pessoas aprenderam isso, da direita à esquerda, as reproduções tem se igualado de tal forma que dificulta diferenciar quem é quem. Nesse sentido, o cientista

social brasileiro Luis Felipe Miguel (2015) nos mostra a relação da violência e instituições que, para ele, não são neutras e os conflitos também se expressam dentro delas. Dessa forma, pontua que são espaços onde há poder que beneficia interesses em disputas, ao mesmo tempo que prejudica outros. “As instituições são seletivas, no sentido de que são mais permeáveis a determinados tipos de interesses, favorecendo a maneira objetiva a continuidade da dominação”. (MIGUEL, 2015, p. 39). Indo além disso, o autor descreve que as instituições são espaços hierarquizados e excludentes, passando a punir aqueles e aquelas que não se adequam às regras.

Mas, mesmo diante de tantos motivos para desacreditarmos da política, é através dela que poderemos encontrar meios para garantir a nossa existência, sobretudo o respeito às nossas identidades de gênero. É por isso que separei esta subseção praticamente para debater significados, formas de fazer e de não fazer política, pois acredito que é através dela que poderemos ter dias melhores. Já dizia Weber (2015) que “A política significa um trabalho lento e forte de perfuração de duras madeiras ao mesmo tempo com paixão e acuidade visual” (WEBER, 2015, p. 138). Portanto, que não possamos desistir jamais de lutar pelos nossos ideais.

Somente quem está seguro de que não será destruído se o mundo, visto a partir de seu ponto de vista, se mostrar como estúpido demais ou como vulgar demais para aquilo que ele lhe quer oferecer; somente quem, em face de tudo isso, consegue dizer “apesar de tudo!”, somente *ele* tem a “vocação” para a política. (WEBER, 2015, p. 139).

É por isso que discuto política para falar de Mulheres Trans e Travestis, negras e periféricas. Porque entendo estar fazendo ciência e política de uma só vez e acredito que uma fortalece a outra. O cientista político Alvaro Bianchi (2014) diz que Weber entendia que a política fortalece o conhecimento científico, caso contrário, haveria apenas uma valorização unilateral e subvalorização da atividade política. “Tal separação acarretaria uma desvalorização do impacto dessa atividade sobre sua pesquisa científica e um conhecimento superficial de suas motivações” (BIANCHI, 2014, p. 83). Sigo os passos de Weber.

Imaginado ter contemplado um diálogo sobre política, precisamos entender que ela é exercida pelo Estado e legitimada através das leis. É sobre essas outras instituições, ferramentas e dispositivos que deveremos focar as nossas atenções de luta, e por isso, sigo politicamente ativa.

Entendo que poderíamos muito mais se déssemos mesmo vozes a pessoas de diversos grupos étnicos, raças e gêneros sem que precisássemos fazer parte de uma entidade, de uma

associação ou grupo para que tenhamos o direito à fala e, na verdade, tenho refletido consideravelmente sobre “quem tem o poder ao microfone político?”. Questionamentos desse tipo me fizeram pedir renúncia da diretoria de uma grande associação de Mulheres Trans e Travestis do Brasil da qual fazia parte, pois não me sentia mais contemplada com o que ocorria e nem ao menos me sentia como tendo direito a fala, a estar nos espaços de decisão e, assim, tendo que ficar por muito tempo deglutindo esta solidão do silenciamento. Ao invés de acomodar, sigo me (re)inventando, na tentativa de adentrar em estruturas maiores de dominação, a fim de levar a minha voz, que também é a voz de muitas Mulheres, cis e Trans, negras e periféricas. Costumo dizer que antes de eu ser Trans, eu sou Mulher e essa afirmação por si só já coloca em jogo uma disputa de reivindicações e pautas identitárias que muitas vezes podem chocar até mesmo o próprio movimento Trans. O importante é não silenciar.

5.2.3 A solidão como um ato político: a política da dor

Quando eu ouvi de uma Trans acadêmica que eu sou uma pessoa que trabalha com a “política da dor”, o discurso apontava que a forma de que me pronuncio, escrevo e me articulo com as pessoas, parte de um viés de sofrimento e que, para ela, devemos ser mais que isso, devemos produzir, pensar em outras coisas etc. Concordo plenamente, ainda que ressalte que, se a minha narrativa aponta uma batalha por sobrevivência, esta é a minha história, minhas vivências e o combustível para que eu possa lutar pelos meus ideais e que, sem dúvidas, refletem os ideais de tantos outros corpos e vozes Trans e Travestis. Uma coisa não tem a ver com a outra – eu posso apontar a narrativa e produzir, fazer ciência e cruzar esses dois vieses. Mas situações como essas me fazem refletir muito mais sobre o lugar da pessoa que fez a crítica. Branca, com vivência heteronormativa em ambiente familiar, moradora de áreas centrais da cidade, advinda de um processo de transição tardia e dentro da academia enquanto Trans. Que outra postura uma pessoa dessas poderia ter? Sobre isso, Djamilia Ribeiro reflete, em seu livro intitulado *Quem tem medo do feminismo negro?*, sobre a deslegitimação que as pessoas tendem a fazer o tempo todo sobre ela por ser uma Mulher negra, buscando diminuí-la enquanto um ser pensante, de atitudes enquanto pessoa, escritora e cientista. A colocação dessa autora me fez pensar sobre as tentativas de deslegitimação que passo, por ser uma Mulher Trans, negra e periférica (o que, por si só, já tem ocupado o lugar do sexual, basta colocarmos as palavras “travesti negra” no *Google* para ver a aparição das imagens e seu significado), que veio da

prostituição e que carrega em seu corpo a marca dos silicones que a modelaram, trazendo uma forma feminina, remetendo ao “traveco” de programa.

Portanto, é através da dor que passamos a reivindicar por direitos. Marina Reidel (2017), em seu texto/palestra intitulado *Identidades Trans: Onde estamos? Para onde vamos?*, afirma que, por nós Mulheres Trans e Travestis estarmos cansadas de tanta agressão, passamos a nos reunir e iniciar um trabalho de reivindicação dos/por direitos para a população Trans. Apesar da autora não utilizar o termo política da dor, eu crio esse conceito para me referir a essa entrada e permanência nos movimentos sociais de Mulheres Trans e Travestis, particularmente de Mulheres Trans e Travestis, negras e periféricas, identificando essa experiência com o que a autora expressa sobre o início da organização do movimento Trans e Travesti no Rio de Janeiro, na década de 1990.

Dessa forma, o movimento de Mulheres Trans e Travestis surge com uma política da dor. Foi através da política da dor que eu também entrei nos movimentos sociais e passei a colocar minha voz de denúncia da transfobia nos mais diversos espaços do país. Portanto, toda e qualquer criação e construção da política nasce de uma necessidade, da dor numa sociedade, de um grupo social que, formando-se em grandes ou pequenos grupos, criam movimentos que reivindicam do Estado políticas públicas específicas para si. Sendo assim, aceitar o discurso de que a minha política é da dor (que tenta deslegitimar a minha fala, desqualificar em níveis acadêmicos e políticos e pode ser mais uma armadilha da cisgeneridade, que tem sido utilizada também como forma de silenciamento) é uma tarefa que nós, Mulheres Trans e Travestis, negras e periféricas, devemos fazer, até mesmo porque precisamos reconhecer as disputas pelo poder que ocorrem interna e externamente à academia. Esse é um dos fatores, inclusive, que gera as tensões entre a academia e os movimentos sociais, conforme aponta Leandro Colling (2015), sobre a disputa entre a militância LGBTI+ e os movimentos acadêmicos onde o primeiro fala da prática, da luta identitária, sem reconhecer o segundo da mesma forma, o que, para mim, é um movimento vice e versa entre ambos que se baseiam nessa disputa (teoria x prática, real x ideal).

Entender que sou uma Mulher Trans que tem a primeira formação de vida na prostituição e depois nos movimentos sociais e que logo passo a conquistar e ocupar espaços no território acadêmico é trazer e levar comigo para onde eu vá a potência que une a prática e a teoria. Interpretar essa política da dor (que não vem sendo construída apenas por mim aqui, mas, sim, por Mulheres Trans e Travestis desde o início da luta por sua existência) como algo vitimizante é refletir sobre um olhar que se caracteriza pela falta de luto, comoção e empatia para com o sofrimento e morte alheia. As Mulheres Trans e Travestis sempre existiram, na prática e na luta

feita na raça. A academia está sempre se reinventando em meio às teorias que buscam se aproximar de, explicar o que para as Mulheres Trans e Travestis é o óbvio, a vivência.

Mas, para esgotarmos essa discussão sobre a falácia sobre a política da dor, podemos pensar também sobre o modelo de sociedade em que vivemos que traz também a tendência de negar o sofrimento e contar e fazer de conta que tudo é agradável. Nesse sentido, o filósofo sul-coreano Byung-Chul Han (2017) aponta que vivemos na era da sociedade positiva, uma sociedade que se desvia o tempo inteiro do negativo e de tudo o que se apresenta como desagradável e que gera uma tensão negativa. Nas palavras do autor, “A sociedade positiva tampouco admite qualquer sentimento negativo. Desse modo, esquecemos como se lida com o sofrimento e a dor, esquecemos como dar-lhes forma” (HAN, 2017, p. 18). Talvez esse seja um dos motivos que me fizeram estar tão apagada e cancelada socialmente, ao ter expostas as notícias sobre minha segunda bombação com o silicone industrial e as consequências dela (AZEVEDO, 2021; COUTINHO, 2021) e ser tão adorada e referenciada quando são publicadas as notícias sobre sucesso e superação sobre à minha existência (GAUTHIER, 2016). E, assim, vamos dando continuidade à negação da existência de Mulheres Trans e Travestis em sociedade, em uma tentativa de tentar “apagar” da nossa mente – e talvez até mesmo do próprio imaginário social, como uma forma de higienizar – a dor e o sofrimento em que vive a maioria de nós, que somos vítimas de um Sistema de exclusão que nos expõe a diversas vulnerabilidades, vivendo esse ciclo enquanto a sociedade prefere aplaudir os novos modelos de Mulheres Trans e Travestis que surgem dentro da academia, que são limpas, educadas, higienizadas e de vivências normativas. Mulheres essas, em sua maioria, brancas e de classe média, quando não brancas, ainda assim, que vivenciam a “descoberta transexual” já com sua vida estabilizada ou titulada como graduada, mestra ou até mesmo doutora. Essa é minha percepção, o que pude perceber através da minha passagem por grupos e movimentos sociais que demonstram as realidades distintas entre a própria população de Mulheres Trans e Travestis. Desse modo, entendo que são legítimas as pluralidades das Mulheridades Travestis e feminilidades Travestis (NASCIMENTO, 2021), mas na medida também que preciso trazer à tona o despertar para uma problemática social cisgênera que prefere se agarrar a esses novos modelos e vivências para enganar os outros e a si mesma sobre o (não) lugar em que Mulheres Trans e Travestis ainda ocupam no mundo e, mais especificamente, no Brasil.

Conforme dito anteriormente, a prostituição ainda é uma realidade imposta para muitas de nós, a não escolarização, a não socialização – e conseqüentemente, a solidão –, a negação de condições básicas de saúde, de trabalho, emprego e renda, do direito ao lazer e tantos outros. Essas é que merecem atenção e cuidados redobrados. Uma população que certamente poderá

nem mesmo (re) conhecer a existência e modos de vida que consideramos ser vivências Trans e Travestis. A importância de garantir políticas públicas para essa população continua e continuará a ser debatida até que consigamos ver uma transitoriedade desses corpos, da marginalização à incorporação dentro da sociedade.

5.3 A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES TRANS E TRAVESTIS

A histórica exclusão vivenciada pela nossa população tem desacreditado muitas de nós a lutar pelos nossos direitos. Wiliam Siqueira Peres (2015) aponta que as Mulheres Trans e Travestis mais novas, que nem sequer conhecem a história de luta das Mulheres Trans e Travestis no Brasil, passam a enxergar as condições subumanas que vivemos como algo natural, muitas delas sem mesmo ter usufruído de direitos básicos como o nome social, como o direito à saúde, moradia, educação entre outros. O autor pontua que a exclusão é tão naturalizada nas cabeças de muitas de nós que chegamos a utilizar frases do tipo: “travesti não tem jeito não: pode juntar umas quarentas e torcer que não dá uma” (PERES, 2015, p. 72). Este, então, é um dos primeiros passos que devemos dar: nos solidarizar umas com as outras e nos formar politicamente a fim de que possamos ser mais um braço com força para entrar na luta pela garantia dos nossos direitos, pela cidadania, pelo direito a ter direitos.

Em *Travestis envelhecem?*, uma das interlocutoras de Pedro Paulo Sammarco Antunes (2013) diz que criar políticas públicas para Mulheres Trans e Travestis é importante para que possamos assumir nossa travestilidade sem precisarmos destransicionar¹⁵ em algum momento de nossas vidas, além de não necessitarmos da indústria de mercado informal como na busca de modificações corporais de forma clandestina, através das autoaplicações de hormônios femininos e de silicone industrial. O autor pontua que identificar e criar políticas públicas para essas Mulheres é retirá-las da marginalidade e violência, mas, sobretudo, é reconhecer as suas existências.

Berenice Bento (2017), por sua vez, argumenta que Mulheres Trans e Travestis são “dignas” de políticas públicas, porque o Estado, em determinado momento, passou a reconhecê-las como grupos de risco. Não é a toa que os grandes encontros de Mulheres Trans e Travestis ainda são financiados por órgãos que atuam na prevenção e combate de infecções sexualmente

¹⁵ Desfazer a transição de gênero que foi realizada para assumir a identidade de Mulher.

transmissíveis - ISTs, a exemplo do Departamento de IST/AIDS do Ministério da Saúde, fazendo com que infecções como essas sejam pautas das discussões em programação dos grandes eventos que reúnem Mulheres Trans e Travestis no nosso país para pautarmos políticas públicas para a nossa população. Esse processo de construção de políticas públicas, disponibilizado pelo Estado, a partir de uma construção de uma bioidentidade da nossa população reflete o que Larissa Pelúcio (2009) chama de SIDAnização, por ter como meta uma politização das Mulheres Trans e Travestis, mas na condição de agentes responsáveis pelo controle social, no que diz respeito à capacidade de obter um método responsável de prevenção a IST/AIDS.

Dessa forma, o “convite” do Estado para a construção de políticas públicas para Mulheres Trans e Travestis tem funcionado muito mais através de um jogo de interesses que apresenta uma responsabilização única de nós mesmas pelo controle da pandemia do HIV/AIDS e assim, acaba por, de alguma forma, reforçar ainda mais as discriminações históricas que vivenciamos ao ligar nossas existências a doenças. Nesse sentido, Berenice Bento (2017) também aponta esse lugar em que o Estado nos coloca quando investem em campanhas de prevenção à IST/AIDS, ao mesmo tempo em que invisibiliza e protege seus clientes de programa das Mulheres Trans e Travestis quando não os convidam para fazer parte dessa movimentação, “auxílio” e campanhas com a temática. Seria tão simples assim: “Homens, cuidem-se, usem preservativos com suas parceiras fixas e com as trabalhadoras sexuais.”; “Homens, não contaminem as travestis.” (PELÚCIO, 2009, p. 77). Estou ciente de que trazer reflexões como essas provocará sucessivos incômodos tão quanto os que apresentei quando menciono os acontecimentos internos dentro dos próprios movimentos sociais, mas é preciso. Eu não estou disposta a ler, passar e reescrever a história com as mesmas letras ou até mesmo assinar em cima de tudo o que já foi anteriormente pensado e escrito. Se desejamos avançar, é preciso pautar os acontecimentos desvendados, ainda que causem desconfortos.

Concordo com o psicólogo Mário Carvalho (2014) quando nos faz refletir sobre a falácia e atitude transfóbica existentes por detrás de financiamentos e construções de políticas como essas, uma vez que nem todas as Mulheres Trans e Travestis morrem especificamente em decorrência da AIDS, mas sim por consequência das barreiras transfóbicas que dificultam as possibilidades de sermos assistidas pelos mais diversos Cistemas estatais de forma integral. Portanto, pensar em políticas públicas para Mulheres Trans e Travestis é também denunciar a solidão provocada por um desconhecimento da nossa existência e entender que “[...] é dever do Estado assegurar os meios práticos para garantir o acesso universal e igualitário à saúde e ao bem-estar” (BENTO, 2017, p. 207) e que isso deveria ser indiscutível. Com isso, não quero

afirmar que não demos nenhum passo em relação à construção de políticas para a nossa população e sim trazer a reflexão sobre elas, a partir do que Berenice Bento (2017) chama de gambiarras legais.

Ao refletir sobre as gambiarras existentes, no dia treze de junho de 2019, conquistamos a criminalização da LGBTfobia que passou a ser equiparada ao crime de racismo, através da lei de nº7.716/89, passando a punir a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero (depois de um debate ao longo de três meses no Supremo Tribunal Federal – devido a omissão do nosso legislativo – tendo o processo de votação para decisão suspenso por duas vezes), mas notícias sobre LGBTfobias continuam aparecendo na mídia diariamente. Com isso, reflito: a LGBTfobia é crime, e agora? Caso eu seja agredida nas ruas de Salvador e do Brasil, com quem eu poderei contar? A quem chamar? O policial branco, cis e hétero? Como ele poderá me ajudar? Como será esse caminho? Sem falar que não conseguimos uma lei própria de combate a LGBTfobia, mas sim uma (sub) inclusão dentro de outra lei, uma verdadeira gambiarra.

Para além disso, é preciso fazer uma crítica sobre o que Berenice Bento (2017) aponta também como criação de normatizações pelo Estado se refletirmos que criminaliza a LGBTfobia, mas na prática os que pagarão a punição indo para o encarceramento serão majoritariamente pessoas negras e, para além disso, se criminaliza a LGBTfobia na mesma medida em que se proíbe os discursos e ensinamentos de gênero e sexualidades na escola, pela mesma via, baseado no mesmo Sistema e direcionamento político. Percebe-se que se trata de uma micronormatização quando ao mesmo tempo em que criminaliza, não disponibiliza políticas públicas de inclusão para a população LGBTI+. Dessa forma, a sociedade cisheteropatriarcal exalta a experiência da primeira Mulher Trans a se formar em Psicologia na cidade de Salvador, através da mesma via do país que mais mata Mulheres Trans e Travestis no mundo.

Em 2019, me juntei ao coletivo de ocupação realizado por pessoas Trans da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB, onde criamos um edital de vagas de acesso à graduação para pessoas Mulheres Trans, Travestis e não binários. Alguns dias depois de lançarmos o edital recebemos a notícia da suspensão do mesmo a mando do atual Presidente da República (NINJA, 2019) que disse, através das redes sociais, que o documento se tratava de uma busca de privilégios. É sobre essa lógica que precisamos refletir, na qual esta sociedade cisheteropatriarcal não aceita Mulheres Trans e Travestis nas universidades, mas desejam esses corpos nas esquinas para satisfazer os desejos masculinos nela existente. Possibilitar acesso para que Mulheres Trans e Travestis adentrem no espaço acadêmico é

privilégio, trabalhar nas ruas se prostituindo não é não, não é mesmo? Ah! É privilégio para os homens, é para atender seus interesses sexuais, então é válido, é tolerável.

Na mesma perspectiva, em março de 2018, o Supremo Tribunal Federal decidiu que Mulheres Trans e Travestis não necessitam mais da realização da cirurgia de redesignação sexual para que tenham seus nomes e gêneros retificados, mas ao mesmo tempo não instaurou nenhuma política de capacitação e monitoramento junto aos cartórios de registro de pessoas naturais para a realização do procedimento e assim, tem sido constantes as dificuldades de Mulheres Trans e Travestis para conseguir tal direito. Diante das condições existentes, novamente vamos nos virando, a fim de encontrarmos maneiras de conseguir os “direitos conquistados”. Conseguimos também em maio de 2020, por determinação do Supremo Tribunal Federal o direito de doarmos sangue mas, como será isso na prática? Será que ao receberem uma Mulher Trans ou Travesti, acolherão de fato essas pessoas?

Precisamos refletir sobre os “direitos da população de Mulheres Trans e Travestis” para que possamos pensar na lógica do Estado, quando escreve e normatiza certas coisas. “Podemos retomar aqui a ideia de consciência coletiva de Durkheim. As leis só se tornam realidade quando estão conectadas com a consciência coletiva que lhes daria sustentação” (BENTO, 2017, p. 58). Com isso, a autora nos faz refletir sobre uma lógica de Estado que se repete desde sempre, que por mais que tenhamos a punição rigorosa aos casos de feminicídio e racismo, as Mulheres e pessoas negras continuam morrendo e vivenciando grandes processos de exclusão na mesma medida em que o Estado segue apresentando como solução o direito, a punição, a criminalização mas, contraditoriamente, a consciência coletiva cisheteropatriarcal continua sem (re)conhecer os reais direitos da nossa população. Portanto, não nos enganemos com a ideia de criminalização como “estratégias” possíveis de avanços para situações como o feminicídio e a LGBTfobia.

Nesse sentido, o sociólogo Otávio Cruz Neto (2000) nos relembra que, apesar de vivermos em uma aparente democracia (que é idealizada pelo Estado) onde todos são cidadãos e de iguais direitos, o pleno acesso a esses direitos não é garantido a todas as pessoas, havendo assim, um processo seletivo advindo de um poder de decisão que tutela sobre a vida daqueles que têm direito ao bem estar social ou a serem incluídos à grande massa de excluídos. Então, pensar em políticas públicas para Mulheres Trans e Travestis é partir do ponto que Tereza Rodrigues Vieira (2014) levanta sobre a inexistência da transexualidade nos dispositivos da nossa legislação brasileira e por isso, mesmo com uma decisão do Supremo Tribunal Federal de dizer que Mulheres Trans e Travestis não precisam mais judicializar para retificar nome e gênero, por exemplo, ainda encontramos diversas barreiras para a efetivação desse direito. Por

quê? Porque a sociedade ainda não entende ou se nega a entender o óbvio, a entender que, nas palavras da autora “Adequar nome e gênero são direitos da personalidade, portanto, imprescindíveis, para o desenvolvimento da pessoa em sociedade” (VIEIRA, 2014, p. 211).

E, quando falamos em sociedade que se faz não entender a existência dos nossos direitos, falamos também sobretudo da legitimação que ela encontra para isso dentro do próprio dispositivo jurídico conforme aponta a advogada Olívia Paixão:

Nosso Código Penal ignora as experiências daquelas que, para além do estigma da prostituição, enfrentam também o estigma de serem travestis, negras e pardas, e de terem deixado a família e o convívio social nas mais distantes regiões do país – em sua maioria, no Norte e no Nordeste. (PAIXÃO, 2018, p. 39)

Olívia Paixão (2018) diz que, mesmo diante de toda luta e conquistas adquiridas, ainda é difícil encontrarmos ações que sejam comprometidas a combater as violências e discriminações sofridas pela população de Mulheres Trans e Travestis, a começar pelo ordenamento jurídico e o próprio Direito Penal que, em sua atuação, isolam e, ao mesmo tempo, criminalizam Mulheres Trans e Travestis, sobretudo aquelas que vivem na prostituição. Nesse sentido, Berenice Bento (2017) aponta que até mesmo os dados sobre os assassinatos de Travestis e Transexuais no Brasil são apresentados através de fontes computadas por ONGS e ativistas LGBTs, porque nem sequer temos censos oficiais, uma vez que os próprios órgãos estatais que se encarregam de contabilizar vidas, estilo de vida e mortes ainda não mencionam as nossas existências, tendo assim, até as nossas próprias taxas de mortalidade subnotificadas. São as próprias Mulheres Trans e Travestis que estão encarregadas de fazer isso. Como se não bastasse vivenciar o terror de mortes em um Estado de exceção, de se encarregar do luto dos assassinatos cometidos contra a própria população – muitas vezes, ainda providenciar o destino desses corpos para que não sejam enterradas como indigentes –, é preciso, ainda, enxugar as lágrimas e segurar as emoções para escrever, contabilizar e expor o terror que vivenciamos no Brasil.

Berenice Bento (2017) nos faz refletir sobre a mão do Estado pesando sobre o assassinato das Mulheres quando aprova, em 2015, a lei do feminicídio, mas ao mesmo tempo, se posiciona contra a utilização dos termos gênero e diversidade sexual nos planos de educação. Pensar, então, sobre políticas públicas para Mulheres Trans e Travestis é perceber a transfobia estrutural que, como Berenice Bento (2017) aponta, é legitimada e reproduzida pelos próprios agentes do Estado que, ao assassinar uma Mulher Trans ou Travesti, acredita estar fazendo um favor para a sociedade, sobretudo enterrando-as como indigentes, o que reforça a presença das barreiras transfóbicas, para que os assassinatos realizados contra a nossa população saiam impunes.

Nesse sentido, a autora reflete também sobre a legitimidade que os assassinos encontram ao matar a nossa população, até mesmo através da ideia de direitos humanos que considera humanos apenas aqueles que apresentam uma congruência entre gênero, sexualidade e genitália e assim, mais uma vez, encontramos as Mulheres Trans e Travestis em uma situação que eu chamo aqui de mais uma dimensão da solidão. A solidão da invisibilidade enquanto humanas, enquanto cidadãs.

Há um certo impasse ainda que nos limita e nos coloca em um círculo sem fim quando pretendemos avançar em direitos. Estou falando da hipocrisia do nosso país que, como Berenice Bento (2017) propõe, apresenta uma ideia coletiva de que vivemos em um país da liberdade sexual, da terra do samba, do carnaval e do futebol, daquele que tem o dom de conviver harmoniosamente com as diferenças, mas ao mesmo tempo é o país que mais comete assassinatos contra LGBTs no mundo, sem que nenhum processo jurídico seja instaurado, sem comoção social por tais mortes, o que a autora propõe chamar de LGBTcídio.

O Estado atua como ente que sacrifica legalmente vidas. No Brasil, o paradoxo máximo está em termos uma legislação que garante a igualdade para todos, mas esse mesmo Estado é omissivo na formulação de estratégias para garantir o previsto na lei. (BENTO, 2017, p. 55).

A autora aponta sobre o lugar do negro e do LGBT no Brasil, e eu diria mais especificamente, o lugar das Mulheres Trans e Travestis que está localizado em uma subalternização subjetiva dos sujeitos como inferiores. É também sobre a existência de uma interiorização do racismo e da LGBTfobia nos próprios sujeitos que tornam o combate político mais difícil, já que os mesmos passam a naturalizar a subalternidade.

No âmbito das vidas LGBTTs, é recorrente encontrarmos narrativas de pessoas que se sentem blindadas da violência por se comportarem de acordo com as expectativas sociais: “Sou gay, sou homem e me comporto como homem”. Ou: “Sou lésbica e não abro mão do meu lugar de mulher” “[...] um racismo cordial e de uma LGBTfobia cordial”. (BENTO, 2017, p. 56).

Dessa forma, a autora nos mostra o quanto seremos “aceitas” enquanto população LGBT, desde que não poluamos os espaços públicos, mostrando quem somos, nossos desejos e nossos gêneros. Assim, por detrás da lógica de “aceitação” que vivenciamos no nosso país está também implícito o entendimento de que, “Quando se mata uma travesti, a motivação do crime está na negação daquele corpo em coabitar o mundo humano, que é dividido em homem-pênis e mulheres-vagina.” (BENTO, 2017, p. 24), o que seria então a tarefa ideal de uma sociedade

cisheteropatriarcal para exterminar a população LGBT e, mais especificamente, as Mulheres Trans e Travestis da sociedade.

De acordo com Berenice Bento (2017), nenhuma forma ou acontecimento que vem a ocorrer pelo Estado é por acaso. Para a autora, ele cumpre seu papel, baseado em seus princípios, que sempre existiram para favorecer parte de uma população e excluir outra. “O Estado brasileiro sempre foi racializado (branco), generificado (homens) e sexualizado (heterossexual)” (BENTO, 2017, p. 275). Mas quem é e o que é o Estado? Estou falando de políticas públicas para Mulheres Trans e Travestis, mas o que é política, como ela é feita e para quê? Falamos tanto também em Direitos Humanos, mas o que são os Direitos Humanos? Penso que se estou discutindo esse tema, com a intenção de provocar o leitor a refletir sobre a importância do assunto, devo mostrar ao menos o entendimento de cada elemento desse a fim de encontramos estratégias de combate à transfobia estrutural que condena pessoas Mulheres Trans e Travestis, sobretudo as negras e periféricas, a uma solidão em sociedade.

O cientista social brasileiro, Luis Felipe Miguel (2015), aponta o entendimento do que conhecemos como política. A oposição entre o isso é política e isso é técnico, que se refere a questões para especialistas, a exemplo da previdência quando se resume em algo matemático, a ideia do político como algo pejorativo, quando se refere àqueles e àquelas que querem tirar vantagem, o toma lá dá cá, a política como conciliação, que se refere a ideia da política que concilia interesses distintos e ambos saem com vantagens, já que as discussões não são abertas para todo mundo, torna-se grande responsável pelos seus resultados as partes envolvidas e, a política como consenso, que se refere àquela que estabelece consensos, convencimento, convencer o outro a mudar de posição, algo mais ligado à racionalidade. Nesse sentido, Weber (2015) diz que vivemos em uma política com estamentos. “Estamentos”: é assim que devemos chamar os detentores propriamente legitimados de violências senhoris militantes ou pessoais, violências essas voltadas para a administração de meios de empreendimento materiais importantes. (WEBER, 2015, p. 71).

Ao pensar sobre isso e na atual conjuntura política que vivemos no Brasil, reflito então sobre o porquê de elegermos um Presidente da República que, na verdade, nos despreza e não representa o nosso país? Digo isso, baseada na ideia de que o Brasil é um país de diversidade de gênero e raça, conforme nos mostrou Berenice Bento (2017). Encontramos, através dos apontamos de Weber (2015), algo sobre isso que fará muito sentido e dará uma resposta para essa minha pergunta:

[...] “nós preferimos ter como funcionários pessoas nas quais cuspiamos do que, como acontece convosco, ter uma casta de funcionários que em vós cospe”. Esse era o antigo ponto de vista da “democracia” americana: os socialistas já pensavam outrora de uma maneira completamente diferente. (WEBER, 2015, p. 111).

E assim, elegemos nosso atual presidente e o que Weber (2015) aponta como os dois pecados políticos: a vaidade e a irresponsabilidade:

[...] falta de objetividade e – com frequência, mas não sempre, idêntica a ela – irresponsabilidade. A vaidade, a necessidade de se tornar o máximo possível visível no primeiro plano, faz com que o político caia da maneira mais intensa possível na tentação de cometer um dos dois ou os dois pecados capitais acima citados. Sua falta de objetividade torna por um lado natural para ele aspirar à aparência brilhante do poder, ao invés de almejar o poder real e efetivo. Sua irresponsabilidade, por outro lado, faz com que ele goze do poder em função dele mesmo, sem uma finalidade dotada de conteúdo. (WEBER, 2015, p. 120).

Contudo, vivemos momentos de discursos de ódio e ofensivos e, ainda, com a existência de pessoas que acreditam que isso é fazer política. Nesse sentido, Luís Felipe Miguel (2015) nos mostra a relação da violência e instituições que não são neutras e os conflitos também se expressam dentro delas. Dessa forma, o autor pontua que são espaços onde há poder que beneficia interesses em disputas, ao mesmo tempo em que prejudica outros. “As instituições são seletivas, no sentido de que são mais permeáveis a determinados tipos de interesses, favorecendo a maneira objetiva a continuidade da dominação” (MIGUEL, 2015, p. 39). Indo além disso, o autor descreve que as instituições são espaços hierarquizados e excludentes, passando a punir aqueles que não se adequam às regras.

Mas, mesmo diante de tantos motivos para desacreditarmos da política, é através dela que poderemos encontrar meios para garantir a nossa existência, sobretudo o respeito às nossas identidades de gênero. Já dizia Weber (2015) que “A política significa um trabalho lento e forte de perfuração de duras madeiras ao mesmo tempo com paixão e acuidade visual” (WEBER, 2015, p. 138).

Dessa forma, acredito estar fazendo através deste trabalho, ciência e política, e que uma fortalece a outra no propósito de esclarecimento e combate da solidão da Mulher Trans negra e periférica imposta pelo Estado. Contemplando brevemente o entendimento sobre política, precisamos entender que ela é exercida pelo Estado e legitimada por este através das leis. O que denomino aqui de Estado é uma associação política que age através do uso da força para atingir seus ideais. Baseada nas noções de Weber (2015):

[...] o Estado moderno é uma associação institucional de dominação que aspira a monopolizar com sucesso no interior de uma região a violência física legítima enquanto meio de domínio e que unifica, para esse fim, os meios de funcionamento materiais nas mãos de seus dirigentes, dispondo dos funcionários estamentais propriamente legitimados em seu conjunto e se colocando em seu ponto mais elevado no seu lugar. (WEBER, 2015, p. 69).

Portanto, há uma lógica para exercer o poder dessa associação política que é o Estado e essa lógica segue para manter as normatizações impostas por uma sociedade cisheteropatriarcal. Diante do exposto, onde estariam então encaixadas as Mulheres Trans e Travestis dentro dessa associação política, uma vez que essas contrariam os acordos legais impostos por ela? Weber (2015) já dizia que o Estado busca sua legitimidade através da ideia de obediência daquelas que detém o poder e que ele mesmo encontra meios para que essa obediência ocorra de qualquer jeito, a exemplo de apelar para a ideia de interesse pessoal, de que a sua atuação trata-se com intuito de reparação material e honra social. Ao refletir sobre, me questiono então sobre o porquê e como o Estado se mantém ou faz para se manter, mesmo diante de tanto autoritarismo. Nas palavras do autor:

[...] o Estado implica uma relação de dominação de homens sobre homens apoiada sobre o recurso da violência legítima (ou seja, considerada como legítima). Para que ele exista, os homens dominados precisam se submeter, portanto, à autoridade requisitada por aqueles homens respectivamente dominantes. (WEBER, 2015, p. 63).

Portanto, conscientes de que vivemos nesse Estado de dominação, hierarquização, normatização e exclusão de corpos que não correspondem e que ousam não se submeterem aos pactos de dominação firmados em uma sociedade cisheteropatriarcal, a exemplo das Mulheres, de pessoas com deficiência, gordas, indígenas, quilombolas e com orientações sexuais e identidades de gênero não normativas, passamos a experienciar, então, a ideia dos Direitos Humanos como forma de possibilitar uma equidade de direitos para todas as pessoas. Certamente, nem necessitaríamos da declaração de Direitos Humanos, já que existe o Estado e suas formas de exercer política que são baseadas em leis que garantem o direito para todas as pessoas. Mas como dirá Luís Felipe Miguel (2015)

A lei codifica e limita, mas também avaliza e estimula esta violência. E, muitas vezes, ela ocorre às margens da própria lei, graças a ativação de vieses que estão na base das hierarquias sociais legitimadas, mas que foram eliminados das normas sociais, como o preconceito racial de classe. (MIGUEL, 2015, p. 40).

Assim, a lei por si só não dá conta de todos os humanos quando baseadas nas exclusões, por exemplo, de gênero, raça e classe e por isso a existência da nossa Constituição Federal de 1988 que, através de seus artigos, especificamente o 1º e o 5º, vem explicitar que os direitos devem ser para todas as pessoas independente da sua condição socioeconômica, de sexo, raça, nacionalidade, dentre outros marcadores sociais e são esses artigos, as bases que formam a Declaração Universal dos Direitos Humanos. As pesquisadoras e pesquisador brasileiro, Ana Paula Martins Amaral, Caroline de Leite Camargo e Eduardo Freitas Murta apontam que “[...] a Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948, cujo objetivo constitui em que os países de todo o planeta assumirem compromissos de investimento na humanização de suas populações, a fim de que um bem comum fosse alcançado”. “Os Direitos Humanos são os Direitos responsáveis por trazer dignidade aos indivíduos”. (AMARAL *et al.* 2013, p. 44-45) E basta, esse é o significado na teoria e prática desses direitos, contudo, vivemos a extorsão disso para promover a legitimação de violências pelas populações privilegiadas pelo Estado, que se encontram no topo da hierarquia e uma negativa desses direitos quando “[...] os direitos humanos são associados todos os dias a direitos apenas de criminosos, pois a sociedade ainda não compreende que aumento ou inserção de tortura não educará o indivíduo que delinuiu”. (AMARAL *et al.* 2013, p. 48). Portanto, posso dizer que não necessitaríamos mesmo dos Direitos Humanos se vivêssemos sob relações de igualdades em direitos, mas como propõe Ana Paula Martins Amaral e colaboradores (2013):

Em muitas localidades o termo democracia ainda não faz parte do cotidiano: o direito de escolher representantes, votar e ser votado, opinar nas decisões do seu país, estado ou município, possuir liberdade de locomoção e expressão, igualdade de direito entre homens, mulheres, homo e heterossexuais, negros, brancos e índios, idosos, crianças, portadores de necessidades especiais são direitos que ainda estão longe de serem respeitados. (AMARAL *et al.*, 2013, p. 46)

Com isso, as/os autores mencionam acima apenas alguns exemplos de violações de Direitos que, se fossem respeitados no sentido de existir educação e uma consciência de todas as pessoas sobre seus direitos, violações como essas poderiam ser evitadas. Nesse sentido, Ana Paula Martins Amaral e colaboradores (2013) mencionam que uma das maneiras de combater a discriminação de uns grupos/pessoas contra outras é educar as pessoas para que, sobretudo aquelas que estejam em situações de vulnerabilidades se sintam fortalecidas para combater as possíveis violações que venham a enfrentar. Estamos falando, então, de educação em Direitos Humanos, o que as/os autores apontam como a possibilidade de conscientizar todas as pessoas

sobre seus direitos e sobre exigirem respeito quando necessário. E, por educação, não falamos apenas do direito de ir e vir à escola. A psicóloga Maria de Nazaré Tavares Zenaide (2008) propõe que “Não basta escolarizar, é preciso promover a paz, a tolerância e a amizade entre as nações e grupos.” (ZENAIDE, 2008, p. 130). Portanto, de uma forma mais branda, entendemos a educação em Direitos Humanos como aponta o pesquisador brasileiro Eduardo Carlos Bianca Bittar como o

[...] desenvolver o reconhecimento histórico dos problemas sociais; incentivar o conhecimento multidisciplinar; interdisciplinar e transdisciplinar sobre a condição humana; habilitar a uma compreensão segundo a qual a conquista de direitos depende da luta pelos direitos, incentivar a promoção da justiça social e da valorização da pessoa humana, investindo em ações conjuntas entre governo e sociedade e desenvolver o indivíduo como um todo, como uma forma de humanização e de sensibilização; capacitar para o diálogo e a interação social construtiva, plural e democrática. (BITTAR, 2010, p. 331).

Dessa forma, através dessa educação, deve-se fazer com que o outro entenda que Direitos Humanos também não se resumem apenas a defesa dos direitos das pessoas LGBTQs, Mulheres e negros, mas a toda e qualquer tipo de situação que apresente falta de humanidade para com o outro, a exemplo da exploração do trabalho e mão de obra. Ana Paula Martins Amaral e colaboradores (2013) apontam que falar de Direitos Humanos é também pautar os direitos do trabalhador para que eles/elas sejam tratados como pessoas e não como máquinas ou mercadoria e assim, vivam em um ambiente de trabalho prazeroso e que preserve a autoestima e a saúde mental do trabalhador. Portanto, não são apenas LGBTQs que trabalham. Além disso, os autores vão pontuar a relação e importância dos Direitos Humanos e mídia quando por exemplo, mesmo que um homem branco cometa o mesmo crime que o homem negro, é com o homem negro que passa a ocorrer toda uma espetacularização, agressões que vão da verbal a física e, na maioria das vezes, sem direito a defesa como é dado ao homem branco.

Nesse sentido, Weber (2015) já dizia sobre esta relação de quem faz política e detém o poder: “Quem faz política aspira ao poder, a gozar do poder ou bem como meio a serviço de outras metas – ideais ou egoístas – ou bem a gozar do poder “em virtude dele mesmo”, em virtude do sentimento de prestígio que ele fornece.” (WEBER, 2015, p. 63). Diante desse cenário, concordo com o sociólogo e pesquisador Robert Castel (2000) quando diz que precisamos de um tratamento político que contemple nossas existências e não um tratamento técnico para a nossa população e formas de exclusões. É preciso que, cada vez mais possamos sair das migalhas de “direitos” que são concedidas pelo Estado como uma forma de negociarmos as nossas existências e reivindicarmos, cada vez mais, o nosso lugar nas próprias

tomadas de decisões da sociedade como um todo, afinal, somos nós que sabemos o nosso local de ferida que mais dói. Mas, acredito que um dos principais entraves para as reais conquistas de nossas lutas estão, primeiramente, na incapacidade de nós Mulheres Trans e Travestis sermos lidas socialmente enquanto Mulheres. Como denunciar o assédio e zombarias, por exemplo, se nem somos vistas como Mulheres? Necessitaríamos primeiro adentrar na lógica do ser lida como Mulher que ainda é vista socialmente como sexo frágil para só depois lutar pelos direitos que são direcionados a elas. Nessa perspectiva, A Mulher Trans Maria Clara Araújo (2015a) traz o questionamento sobre a quem interessa que estejamos sozinhas?

O processo de desumanização diário que somos, infelizmente, expostas refletem não só nos índices de evasão escolar e de não estarmos no mercado de trabalho, mas também em questões afetivas. Na nossa interação com o outro. Com a nossa expectativa afetiva em relação ao outro. (ARAÚJO, 2015a).

Ciente de que a luta de Mulheres Trans e Travestis, negras e periféricas se resume, sobretudo, em busca da cidadania, desejamos avançar, falar de afetos, de visibilidade e de poder, partindo do entendimento de que já ultrapassamos o patamar de pedir, solicitar e implorar por respeito. Como diz o filósofo brasileiro, Eduardo Ramalho Rabenhorst (2008), ao apontar que respeitar os direitos da população não é nenhum favor do ente estatal, é seu dever, sua obrigação, “Por conseguinte, não se pede um direito, luta-se por ele. Quando reivindicamos algo que nos é devido, não estamos rogando um favor, mas exigindo que justiça seja feita, que o nosso direito seja reconhecido” (RABENHORST, 2008, p. 14).

Diante do exposto, apresento a ideia de que quando falamos de solidão, estamos falando, sobretudo, da incapacidade de sermos vistas como humanos, como cidadãs que deveriam ter o direito de ir e vir sem tanta perseguição da sociedade cisheteropatriarcal. Mas não vamos desistir e penso que este trabalho é uma das ferramentas para essa resistência, quando é realizado em uma conjuntura política desfavorável, com interferências no trabalho de campo por causa da pandemia do Coronavírus e por apresentar uma linguagem simples, falada e escrita por uma Mulher Trans, negra e periférica, a fim de torná-lo acessível para outras Mulheres, sobretudo as Trans, negras e periféricas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Poder visibilizar nossas histórias é o que me faz ser pesquisadora. Assumir o papel de poder dizer quem eu sou, quem somos enquanto Mulheres Trans e Travestis, dizer sobre as nossas raças, territórios e potências foi e está sendo possível apenas porque assumi esse lugar (mesmo sem convite) e empurrei as portas para adentrar em um campo de disputa epistêmica. O ato de coragem foi poder escrever e transcrever trajetórias de vida e tensionamentos tão delicados que insistem em existir e nos empurrar automaticamente para vivenciar a solidão. O espelhamento utilizado na construção desta pesquisa possibilitou encontrar e partilhar histórias de vida perpassadas por uma mesma exclusão existente e que é baseada no gênero (ser Mulher Trans e/ou Travesti), na raça (Negra) e no território (a periferia).

Historicamente, os estudos de gênero e sexualidades e, mais especificamente, os estudos Trans e Travestis tem nos apresentado sempre a partir da lógica da subversão ou das modificações corporais com foco na construção e performances identitárias. O que passamos a pensar e a perceber agora, sobretudo a partir da construção dessa produção, são os achados da solidão e seus desdobramentos, que sempre fizeram parte das trajetórias de vida das Mulheres Trans e Travestis, sobretudo das negras e periféricas, mas que por escolhas de pautas que são tidas historicamente como mais emergentes, bem como pelo lugar que ocupavam e ocupam tais pesquisadores/as, a solidão nem sempre foi uma questão de interesse ou de coragem e preparo para ser visibilizada e debatida, tanto teórica quanto politicamente. Pode-se dizer também que, falar de solidão pode ser considerado um privilégio, uma vez que há tantas outras pautas que apresentam as necessidades e especificidades mais básicas de nossas vidas, como o direito ao nome, o direito à vida e a tantas outras esferas que aqui denomino de dimensões da solidão. Nesse sentido, passamos a encontrar muitas pesquisas e produções acadêmicas que praticamente se resumem a estudos do funcionamento e combate dos estigmas contra a nossa população. Sim, o preconceito e transfobia existem mas, como nos ensina a Gestalt, todo elemento é constituído por duas aparições – a figura e o fundo – e por isso, é necessária atenção para não visibilizarmos um e deixarmos o outro passar despercebido.

Portanto, a transfobia, os estigmas e o preconceito que resultam na histórica exclusão de Mulheres Trans e Travestis se apresentam como a figura mas, precisamos nos atentar para percebermos o fundo que sempre esteve presente nesses cenários ou seja, a solidão que sempre esteve ali, imbuída nesse universo sem ao menos percebermos ou consideramos como pautas importantes a serem discutidas para e sobre as nossas vidas, problemática vivenciada e reproduzida inclusive por nós, por estarmos ocupadas em tensionar e, ainda, em poder viver,

em resistir nesta sociedade cisheteropatriarcal. Felizmente, essa resistência pode ser fortalecida e nos levar a caminhos vitoriosos quando obtemos algum tipo de apoio, sobretudo de nossas mães, como pudemos perceber através das nossas batalhas para viver. As mães sempre ficaram, sempre caminharam aos nossos lados e, mesmo não afirmando que isso seja uma regra para todas as Mulheres Trans e Travestis, elas foram fundamentais na minha vida e na vida das minhas interlocutoras e, não sendo mães, o acolhimento ocorre com mais facilidade através de uma figura feminina.

A solidão da Mulher Trans, Negra e Periférica é aquela que se difere das sentidas e vivenciadas por Mulheres cis, por vivenciarmos toda essa sensação e falta de redes de apoio de maneiras mais intensas. Por um lado, a solidão da Mulher cis e branca pode acabar se partir de um desejo delas, quando desejarem se relacionar afetivo e sexualmente com pessoas pretas e pobres, por exemplo. Estou falando talvez de um poder de escolha. Além disso, é inegável que Mulheres brancas por estarem contemplando a raça e modelo dominante, vivenciam um lugar de aceitabilidade na sociedade que é inquestionável por tudo e todos. Por outro lado, a solidão da Mulher negra e cis, conforme diz a professora Ana Cláudia Pacheco, é uma solidão da falta de relacionamentos afetivos e sexuais que as levem a casar, a não serem desejadas para serem amadas por homens nem brancos e nem negros, a solidão que reflete a não dignidade de estar no lugar da bela esposa, pois quanto mais escura for a pele dela, mais ela passa a ser preterida apenas como Mulher para trepar. Mas, a solidão da Mulher Trans negra e periférica é aquela que não se iguala nem a da Mulher cis branca e nem a da Mulher cis negra. Ao mesmo tempo, ela se apresenta como uma somatória das duas, com uma pitada a mais de intensificação, pois é uma solidão de exclusão social, de uma hiperssexualização exacerbada para com os nossos corpos, um tipo de solidão que perpassa pela questão do gênero (ser Mulher Trans), da raça (ser negra) e periférica (moradora de bairros populosos e, em sua maioria, habitados por pessoas pobres). É a solidão imposta socialmente por todas as esferas, sejam elas por pessoas negras ou brancas, jovens ou idosas, do gênero masculino ou feminino.

Podemos dizer que a solidão da Mulher Trans negra e periférica apresenta-se também por duas grandes esferas. Por um lado, ela representa o que Pacheco (2013) apontou como “A [...] dor, sofrimento, abandono, realização, liberdade, escolha, alegria, satisfação, decepção, medo, felicidade, infelicidade, amor eterno, ilusão e preconceito.” (PACHECO, 2013, p. 336), conforme é descrito nas narrativas de Thalita Thábata e Malévola e por outro lado, a solidão representa a positividade, o empoderamento, o direito de ir e vir sem ser controlada, conforme apontam as narrativas de Aloma.

A Solidão da Mulher Trans Negra e Periférica apresenta diversos aspectos em comum vivenciados por Mulheres que estão marcadas por essas especificidades, mas como em todo o ser humano, a experiência individual e singular de cada uma faz com que essa solidão seja sentida e interpretada de maneira pontual. A solidão se apresenta de diversas formas, inclusive com diferenças e semelhanças das vivenciadas pelas minhas interlocutoras. Enquanto para mim, a solidão se apresenta na concretude de estar só, na perda da relação com os familiares, de interações socioafetivas e de relacionamentos sexuais e afetivos, para minhas interlocutoras, a solidão é, de um modo geral, o sentimento de, em algum momento, se sentir só. Ao mesmo tempo em que estão circulando nos espaços, na presença de colegas e amigos, de dois ou mais parceiros sexuais e afetivos, em algum momento, se percebem como sozinhas no mundo. A solidão, para mim, é não ter contato pessoal com parceiros sexuais e afetivos, por não me submeter mais a determinadas condições como: ficar escondido, ser uma amante, ter que trazer as pessoas com quem devo me relacionar para minha casa, sem mesmo conhecê-las, pois as mesmas afirmam sentir vergonha e ou medo do preconceito que podem vivenciar ao serem vistas socialmente comigo. A minha solidão é por não mais aceitar mendigar afetos, por impor condições e limites. Para mim, é mesmo muito mais interessante estar sozinha do que me sentir sozinha, pois o estar sozinha ainda me possibilita encontrar estratégias de sobrevivência que declinem em menor proporção a minha estima, que não intensifiquem a solidão, o se sentir sozinha, dando, assim, espaços e fortalecimento aos sentimentos de exclusão, que tem levado a muitas de nós à depressão. Estou falando especificamente do fato de, na tentativa de tentar preencher lacunas, passar a aceitar quaisquer entrada e permanência de vínculos em nossas vidas, muitos deles adoecedores que podem nos fazer com que nos sintamos mais sozinhas do que se optássemos mesmo por estarmos sozinhas.

Como semelhanças, percebe-se que nós, Mulheres Trans, negras e periféricas, estamos submetidas a condições que nos levam a sentir e a estar sozinhas, condições essas estabelecidas pela sociedade cisheteropatriarcal como um todo, sobretudo uma solidão que é legitimada pelo Estado quando não proporciona condições humanizadoras como moradia, educação, saúde, trabalho e renda, lazer e segurança para nossa população. A solidão da Mulher Trans negra e periférica, na maioria das vezes, tem início na exclusão familiar, mas o seu fim tem sido apenas na morte quando são brutalmente assassinadas, na maioria das vezes, pelas mesmas pessoas com quem estabelecemos vínculos, seja ele socioafetivo e/ou sexual como parceiros fixos, clientes na prostituição, ou até mesmo amigos. As existências e relações criadas por essas Mulheres são as mesmas que levam a suas inexistências.

A questão do lugar de fala, cada vez mais apresentado e debatido por ativistas e acadêmicos, tem se transformado em um terreno vazio, quando é má interpretada por duas vias específicas que vem contribuindo para a solidão de Mulheres Trans negras e periféricas: a primeira se remete ao que apontei como uma solidão do silenciamento que ocorre, por um lado, com a ausência de inserção, pautas e debates sobre direitos de Mulheres Trans e Travestis, com a justificativa cisgênera de que a inexistência de pautas Trans e Travestis resultam da ausência de nossos corpos nos espaços para falar por nós; a segunda é causada quando os corpos de Mulheres Trans e Travestis estão presentes, porém tem-se conferido “o lugar de fala” apenas para aquelas Mulheres Trans e Travestis que “representam” uma soma de marcadores sociais e a essas têm-se concedido o único direito a fala, pois são vistas como uma representação por e para toda uma classe. Isso faz com que ocorra o mesmo ciclo de invisibilidade e exclusão, uma vez que, no diálogo com minhas interlocutoras ficou em evidência que muitas nem sequer tem ciência de algumas discussões de direitos levantadas pelas “Trans ativistas”.

A solidão da Mulher Trans negra e periférica é legitimada pelo Estado brasileiro que insiste em não reconhecer a nossa existência quando nem sequer publica o quantitativo da nossa população através de dados demográficos como o IBGE, fortalecendo dessa forma, o descaso e impossibilidade de pensarmos em acesso a políticas de saúde e de assistência como de moradia, escolaridade, lazer, trabalho, emprego e renda para essa população. A solidão da Mulher Trans, negra e periférica é a solidão da marginalidade, de viver em espaços que não lhes proporcionam reconhecimentos e, muitas vezes, sem eles não é possível a autoestima. A sociedade tem nos convidado para estarmos nos diversos espaços, falando e escrevendo por nós mesmas, mas fora da perspectiva do sofrimento e da experiência Trans, apresentando ainda um apagamento crítico e compreensivo de que temos formações, habilidades diversas e competência para explicar outros assuntos que não se limitem apenas a narrativas de nossas vivências Trans. É mais uma vez, a lógica do não reconhecimento enquanto estudante, profissional, enfim, enquanto cidadã.

Pensar na relação da solidão com a saúde mental é possibilitar reflexões sobre o (não) lugar no qual as Mulheres Trans negras e periféricas estão submetidas a não ter nem mesmo o tempo suficiente que precisam para (re) elaborar seus traumas, uma vez que são diversas, sucessivas e diárias as violações vivenciadas, tendo apenas nós mesmas para fechar cada ciclo violento e já ter que estar pronta para iniciar o próximo. É refletir sobre uma violação após outra que geralmente não tem comoção ou resolução. Nesse sentido, para aquelas Mulheres Trans e Travestis que conseguem atendimento/acompanhamento psicoterapêutico, a insistência de que a solução é termos autoestima e segurança conosco, não ligarmos para as violações diárias, a

fim de nos pouparmos psicologicamente, chega a ser danosa e não considera nossas subjetividades plenas. Mais uma vez, temos que engolir o choro e (re) elaborar o problema que é viver em uma sociedade cisheteropatriarcal.

Por isso, admiro cada Mulher Trans que cedeu um momento de sua vida para colaboração nesta pesquisa, mas sobretudo por resistirem cada uma dentro das suas possibilidades. Nós, Mulheres Trans e Travestis inseridas nesta sociedade do controle, vivemos intensamente sob uma vigilância e cobrança excessivas, onde nos colocam em um lugar de quem não pode errar, da mesma forma que tem acontecido para com a população negra cisgênera e, quando erramos, nunca somos perdoadas como são as pessoas cisgêneras.

Quando aponto a relação da solidão e movimentos sociais é para demonstrar o quanto estamos na disputa dos espaços. Precisamos, cada vez mais, entender a importância da construção de alianças, de estarmos nos espaços para construir e desconstruir e não apenas estarmos nos espaços enquanto corpos Trans e Travestis vivos a se expor e com isso acreditar estarmos exercendo representatividade, ou seja, apenas para fazer número. Da mesma forma, quando pensamos na relação da solidão com as políticas públicas e com o Estado, é pela necessidade de ressaltar que não estamos nos sentindo mais acolhidas com a lógica da política da (sub) inclusão (se é que nos sentimos um dia). Não desejamos ser incluídas em políticas cisheteronormativas já existentes, vivendo uma falsa representação nos espaços e nisso, por exemplo, a teoria *queer* e os estudos pós-identitários nos mostram o horizonte que queremos. Estou falando da modificação da estrutura das políticas que não tem dado conta de entender e pensar nossos corpos e nossas vivências em sociedade como cidadãs que somos.

Pensar em políticas públicas para Mulheres Trans e Travestis é, sobretudo, ter consciência sobre uma parcela da sociedade que ainda não consegue oportunidades de inserção social, sobretudo porque são excluídas, em grande parte, ainda na infância, das escolas e espaços socioeducativos. Felizmente, estamos conseguindo (re)existir, estudar, ter educadores com sensibilidade e formação política em gênero e diversidades, mas ao mesmo tempo e, justamente por isso, a escola tem sido um espaço de disputa ideológica, entre alunos e professores, entre diretores e professores, alunos e alunos. O resultado disso? A automutilação, de ciência de todas as pessoas, sendo assunto de manchetes de jornais, embora escondam as suas reais causas ou, por vezes, utilizem a resposta generificada de que as causas remetem a problemas familiares.

Defender a identidade das Mulheres Trans e Travestis não é ser contra outras identidades ou contra os movimentos *queer* e/ou pós-identitário, mas sobretudo interrogar: por que nos identificar como Mulheres Trans e Travestis incomoda tanto? Precisamos identificar a diferença entre teoria e prática, entre o ideal e o real e saber utilizar as duas ferramentas a nosso favor,

para o bem coletivo. A identidade para viver, se manter em sociedade, manter os direitos, já que vivemos em uma sociedade generificada e binária e, a teoria como luta epistêmica e de um ideal a ser alcançado. Como afirma William Siqueira Peres (2015): “[...] a academia, neste momento, tem pouco a oferecer às travestis brasileiras; seriam elas que teriam muito a oferecer para a academia”. É essa concepção que tive ao final de cada conversa com minhas interlocutoras e que elas possam, cada vez mais, adentrar nesses espaços e construir, escrever e problematizar assim como eu fiz e estou fazendo a cada dia.

Ao questionarmos o mito da democracia racial e da liberdade da diversidade sexual e de identidade de gênero em um país como o Brasil, é necessário que estejamos atentas e atentos para essa lógica que tem servido muito mais para assassinar Mulheres Trans e Travestis e respaldar os crimes com a impunidade. Essa também é uma dimensão da solidão da Mulher Trans negra e periférica quando percebemos, através dos dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais - ANTRA, que a população que mais morre dentro da comunidade Trans e Travestis, são as de cor e de classe desfavorecida socialmente. Tendo ciência desse (des)velamento de corpos que não importam, precisamos combater as práticas transfóbicas. O que quero dizer com isso? Angela Davis diz que em uma sociedade racista, não basta apenas não ser racista, que é preciso ser antirracista e eu digo que em uma sociedade transfóbica como a nossa, não basta apenas afirmar que não somos transfóbicos, é preciso sermos antitransfóbicos. Contrariar determinadas práticas, denunciar, tomar partido e entender que a transfobia mata não apenas Mulheres Trans e Travestis, mas seus familiares e pessoas cisgêneras que ousem trocar/ter afetos com essa população ou até mesmo se assemelhar fisicamente a elas. É um caminho que precisamos percorrer para modificar essa lógica. Meu desejo é que minha voz e as demais que estão aqui, possam ser alcançadas e que contribuam para um mundo melhor para todas e todos nós.

Entendo que tudo o que passei, que o processo de solidão desde a infância, certamente foi prejudicial para um bom desenvolvimento da minha autoestima e segurança, mas tenho certeza de que foram esses processos que me fortaleceram para que eu pudesse estar hoje ocupando espaços e, aqui, escrevendo sobre essa realidade que certamente não é apenas a minha e das minhas interlocutoras mas de tantas outras Mulheres Trans e Travestis do Brasil e do mundo, sobretudo as negras e periféricas.

7 REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Guilherme da Silva; PILAR, Andressa; GEBRATH, Zélia. As relações de trabalho como um aspecto da assistência à saúde de pessoas trans. In: COELHO, Maria Thereza Ávila Dantas; SAMPAIO, Liliana Lopes Pedral (org.). **Transexualidades: um olhar multidisciplinar**. Salvador: Edufba, 2014. p. 272.
- ALVES, Eloisa de Souza; HALLES, Flawlein Stephanie; BREUS, Jorge Wylliam; GOMES, Izabele Caroline Rodrigues. RACISMO E INSERÇÃO DO NEGRO NO MERCADO DE TRABALHO. In: XV JORNADA CIENTÍFICA DOS CAMPOS GERAIS, 2017, Ponta Grossa. **Anais da Jornada Científica dos Campos Gerais**. Ponta Grossa: Anais, 2017. v. 15, p. 1-5. Disponível em: <https://iessa.edu.br/revista/index.php/jornada/article/view/157>. Acesso em: 11 maio 2021.
- AMARAL, Ana Paula Martins; CAMARGO, Caroline Leite de; MURTA, Eduardo Freitas. Educação em Direitos Humanos: princípios fundamentais. In: GUTIERREZ, José Paulo; URQUIZA, Antônio Hilario Aguilera (org.). **Direitos Humanos e Cidadania: desenvolvimento pela educação em direitos humanos**. Campo Grande, Ms: Ed. Ufms, 2013. p. 1.
- ANDRADE, Luma Nogueira de. **Travestis na escola: assujeitamento e resistência**. Rio de Janeiro: Metanoia, 2015. 346 p.
- ANJOS, Juracy dos. **Ariane é a 1ª transexual formada em psicologia em Salvador**. 2016. A tarde. Disponível em: <https://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/1796884-ariane-e-a-1a-transexual-formada-em-psicologia-em-salvador>. Acesso em: 12 maio 2021.
- ANTUNES, Pedro Paulo Sammarco. **Travestis envelhecem?** São Paulo: Annablume, 2013. 258 p.
- ANZALDÚA, Gloria. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 8, n. 1, p. 229-236, jul. 2000. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/9880/9106>. Acesso em: 27 abr. 2020.
- ARÁN, Márcia; MURTA, Daniela; LIONÇO, Tatiana. Transexualidade e saúde pública no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, [s. l], v. 14, n. 4, p. 1141-1149, ago. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/SBvq6LKYBTWNR8TLNsFdKkj/abstract/?lang=pt&format=html>. Acesso em: 14 ago. 2021.
- ARAÚJO, Maria Clara. **Por Que Os Homens Não Estão Amando As Mulheres Trans?** 2015a. Transfeminismo: feminismo interseccional relacionados às questões Trans*. Disponível em: https://transfeminismo.com/por-que-os-homens-nao-estao-amando-as-mulheres-trans/?fbclid=IwAR3CZCCO__QI3rsmw5ddLPB0mv1co0moKMz13NMuT9fkwL_9vA53A6phLXM. Acesso em: 01 maio 2021.
- ARAÚJO, Maria Clara. **Solidão da mulher trans negra**. 2015b. Blogueiras Negras: Informação para fazer a cabeça. Disponível em: <http://blogueirasnegras.org/solidao-da-mulher-trans-negra/>. Acesso em: 01 maio 2021.

AYANA, Shelida. **Relato de uma mulher negra trans**. 2016. Disponível em: https://www.esquerdadiario.com.br/Relato-de-uma-mulher-negra-trans?utm_source=newsletter&utm_medium=email&utm_campaign=Newsletter. Acesso em: 05 maio 2021.

AZEVEDO, Flavia. **Ariane Senna conta como é sentir a 'dor da beleza'**. 2021. Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/ariane-senna-conta-como-e-sentir-a-dor-da-beleza/>. Acesso em: 07 set. 2021.

BAGAGLI, Beatriz Pagliarini. ORIENTAÇÃO SEXUAL NA IDENTIDADE DE GÊNERO A PARTIR DA CRÍTICA DA HETEROSSEXUALIDADE E CISINGENERIDADE COMO NORMAS. **Letras Escreve**, [s. l], v. 7, n. 1, p. 137-164, 2017. Disponível em: <https://periodicos.unifap.br/index.php/letras/article/view/3073/pdf>. Acesso em: 05 maio 2021.

BAUMAN, Zygmunt. Apaixonar-se e desapaixonar-se. In: BAUMAN, Zygmunt (org.). **Amor Líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004. p. 15-55.

BENEDETTI, Marcos Renato. **Toda feita: o corpo e o gênero das travestis**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005. 144 p.

BENEVIDES, Bruna G.; NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim (org.). **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020**. São Paulo: Expressão Popular, 2021. 136 p. ANTRA, IBTE. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2021/01/dossie-trans-2021-29jan2021.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2021.

BENSUSAN, Hilan. Observações sobre a libido colonizada: tentando pensar ao largo do patriarcado. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 132-155, abr. 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2004000100007/7946>. Acesso em: 27 abr. 2020.

BENSUSAN, Hilan. Observações sobre a libido colonizada: tentando pensar ao largo do patriarcado. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 131-155, 2004.

BENTO, Berenice. Estudos de gêneros: o universal, o relacional e o plural. In: BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. 2. ed. Natal: Edufrn, 2014. p. 254.

BENTO, Berenice. Por uma Sociologia das abjeções. In: BENTO, Berenice (org.). **Transviad@s: gênero, sexualidade e direitos humanos**. Salvador: Edufba, 2017.

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006. 251 p. Coleção Sexualidade, gênero e sociedade.

BIANCHI, Alvaro. O CONCEITO DE ESTADO EM MAX WEBER. **Lua Nova**, São Paulo, n. 92, p. 79-104, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ln/n92/a04n92.pdf>. Acesso em: 12 maio 2021.

BITTAR, Eduardo Carlos Bianca. Educação e metodologia para os direitos humanos: cultura democrática, autonomia e ensino jurídico. In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy *et al* (org.). **Educação em Direitos Humanos: fundamentos teórico-metodológicos**. João Pessoa:

Editora Universitária/Ufpb, 2007. p. 513. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/ncdh/wp-content/uploads/2014/07/merged.compressed.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2021.

BONASSI, Brune Camilo. **Cisnorma**: acordos societários sobre o sexo binário e cisgênero. 2017. 123 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/182706/349130.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 04 maio 2021.

BORBA, Rodrigo; OSTERMANN, Ana Cristina. Gênero ilimitado: a construção discursiva da identidade travesti através da manipulação do sistema de gênero gramatical. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 409-432, ago. 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2008000200006/8753>. Acesso em: 27 abr. 2020.

BRASIL. Resolução nº 34, de 11 de junho de 2014. **Resolução da Diretoria Colegiada – Rdc Nº 34, de 11 de Junho de 2014**: Dispõe sobre as Boas Práticas no Ciclo do Sangue. Brasília, DF, 16 jun. 2014. Disponível em: <http://antigo.anvisa.gov.br/legislacao#/visualizar/29223>. Acesso em: 01 jun. 2016.

CALDAS-COULTHARD, Carmen Rosa. **Guerrilha de Linguagem Legendado**. 2013. Vídeoconferência. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/99101>. Acesso em: 03 maio 2021.

CALVA, Silvia Marcela Bénard (org.). **Autoetnografía Una metodología cualitativa**. Ciudad Universitaria Aguascalientes: Universidad Autónoma de Aguascalientes, 2019. 211 p.

CALVA, Silvia Marcela Bénard. Autoetnografía en la universidad: un ejercicio de enseñanza-aprendizaje. **Investigación Cualitativa**, Universidad Autónoma de Aguascalientes México, v. 3, n. 1, p. 16-29, 2018.

CAMBRONE, Giowana. **Mulher trans, bonita, inteligente, independente, à procura de um amor verdadeiro**. 2017. LABORATÓRIO DE DIREITOS HUMANOS DA UFRJ. Disponível em: <https://ladih.wordpress.com/2017/06/12/mulher-trans-bonita-inteligente-independente-a-procura-de-um-amor-verdadeiro/>. Acesso em: 05 maio 2021.

CAMPOS, Maria Consuelo Cunha. Roberta Close e M. Butterfly: transgênero, testemunho e ficção. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 7, n. 1, p. 37-52, 01 jan. 1999.

CARVALHO, Mario Felipe de Lima. **Que mulher é essa?**: identidade, política e saúde no movimento de travestis e transexuais. 2011. 147 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Centro Biomédico Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

CARVALHO, Mario. O "armário trans": entre regime de visibilidade e lutas por reconhecimento. In: COELHO, Maria Thereza Ávila Dantas; SAMPAIO, Liliana Lopes Pedral (org.). **Transexualidades**: um olhar multidisciplinar. Salvador: Edufba, 2014. p. 272.

CASTEL, Robert. As transformações da questão social. In: BÓGUS, Lucia; YAZBEK, Maria Carmelita; BELFIORE-WANDERLEY, Mariangela (org.). **Desigualdade e a questão social**. São Paulo: Educ - Editora da Puc-Sp, 2000. p. 1. Tradução: Mariangela Belfiore-Wanderley.

CASTRO, Roney Polato de; FERRARI, Anderson. A "ideologia de Gênero" e processos educativos nos discursos religiosos: efeitos de saber-poder-verdade. In: FERRARI, Anderson; CASTRO, Roney Polato de (org.). **Diversidades Sexuais e de Gêneros: desafios e potencialidades de um campo de pesquisa e conhecimento**. Campinas, Sp: Pontes Editores, 2017. p. 7-206.

CAVALCANTI, Amanda. **‘Reforçar a visibilidade é uma estratégia de sobrevivência’**. 2020. Entrevista com Jaqueline de Jesus. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/visibilidade-trans-jaqueline-de-jesus/>. Acesso em: 01 maio 2021.

CERQUEIRA, Ticianá Damasceno; DENEGA, Alessa Montalvão Oliveira; PADOVANI, Andréa Sandoval. A IMPORTÂNCIA DO NOME SOCIAL PARA AUTOACEITAÇÃO E ACEITAÇÃO SOCIAL DO PÚBLICO “TRANS”. **Revista Feminismos**, [s. l], v. 8, n. 2, p. 26-39, ago. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/34894>. Acesso em: 03 jun. 2021.

COELHO, Gabriela. **STF define tese autorizando pessoa trans a mudar nome sem cirurgia**. 2018. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2018-ago-15/stf-define-tese-autorizando-pessoa-trans-mudar-nome-cirurgia>. Acesso em: 14 maio 2019.

COELHO, Maria Thereza Ávila Dantas; SAMPAIO, Liliana Lopes Pedral. As transexualidades na atualidade: aspectos conceituais e contexto. In: COELHO, Maria Thereza Ávila Dantas; SAMPAIO, Liliana Lopes Pedral (org.). **Transexualidades: um olhar multidisciplinar**. Salvador: Edufba, 2014. p. 13-24.

COLLING, Leandro. **Gênero, Sexualidade e Educação**. Salvador: 2018, . 69 p. Instituto de Humanidades, Artes e Ciências; Superintendência de Educação a Distância. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/30887>. Acesso em: 12 maio 2021.

COLLING, Leandro. **Que os outros sejam o normal: tensões entre movimento lgbt e ativismo queer**. Salvador: Edufba, 2015. 268 p. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/21766/1/Que-os-outros-sejam-o-normal_RI.pdf. Acesso em: 13 maio 2021.

COLLING, Leandro; SANT'ANA, Tiago. Um breve olhar sobre a transexualidade na mídia. In: COELHO, Maria Thereza Ávila Dantas; SAMPAIO, Liliana Lopes Pedral (org.). **Transexualidades: um olhar multidisciplinar**. Salvador: Edufba, 2014. p. 272.

COLLINS, Patricia Hill. **Black feminist thought: knowledge, consciousness and the politics of empowerment**. 2. ed. New York: Routledge, 2000. 335 p. Disponível em: <https://uniteyouthdublin.files.wordpress.com/2015/01/black-feminist-thought-by-patricia-hill-collins.pdf>. Acesso em: 02 maio 2021.

COMUNICAÇÃO, Diretoria de. **Aladilce comemora regulamentação da Lei Teu Nascimento: .:é uma grande conquista de salvador contra a lgbt+fobia::**, afirma a vereadora. “É uma grande conquista de Salvador contra a LGBT+fobia”, afirma a vereadora. 2020. Notícia publicada na Câmara Municipal de Salvador. Disponível em: <https://www.cms.ba.gov.br/noticias/15-10-2020-aladilce-comemora-regulamentacao-da-lei-teu-nascimento>. Acesso em: 23 dez. 2020.

COX, Laverne. **Não Sou Eu Uma Mulher**. 2009. Tradução: Tatiana Nascimento. Disponível em:

https://traduzidas.files.wordpress.com/2013/07/nao_sou_eu_uma_mulher_laverne_cox.pdf.

Acesso em: 05 maio 2021.

COUTINHO, Genilson. **Ativista de Salvador pede ajuda para retirar silicone industrial do corpo**. 2021. Disponível em: <http://www.doistercos.com.br/ativista-de-salvador-pede-ajuda-para-retirar-silicone-industrial-do-corpo/>. Acesso em: 07 set. 2021.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, jan. 2002. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2002000100011/8774>. Acesso em: 01 maio 2021.

CRENSHAW, Kimberly. A interseccionalidade na discriminação entre raça e gênero. In: VV.AA. **Cruzamento: raça e gênero**. Brasília: Unifem, 2004. p. 7-16.

CRUZ NETO, Otávio. UM PAÍS DE DESIGUALDADES. **Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids**: Observatório Nacional de Políticas de AIDS, Rio de Janeiro, n. 44, p. 6-8, 19 jan. 2000. Boletim Especial sobre Violência Estrutural, Desigualdade Social e Vulnerabilidade ao HIV/AIDS. Disponível em: http://abiaids.org.br/_img/media/boletim44.pdf. Acesso em: 13 maio 2021.

CYFER, Ingrid; NEVES, Raphael. ENTREVISTA COM NANCY FRASER. In: ABREU, Maria Aparecida (org.). **Redistribuição, reconhecimento e representação: diálogos sobre igualdade de gênero**. B: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea, 2011. p. 222.

DAVIS, Angela. O legado da Escravidão: parâmetros para uma nova condição da mulher. In: DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. São Paulo: Boitempo, 2016a. Cap. 1, p. 248. Tradução Heci Regina Candiani.

DUMARESQ, Leila. Ensaio (travesti) sobre a escuta (cisgênera). **Revista Periódicus**, Salvador, v. 1, n. 5, p. 121-131, 20 maio 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/17180/11337>. Acesso em: 04 maio 2021.

DUSSEL, Enrique. Europa, modernidade e Eurocentrismo. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais Perspectivas latino-americanas**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: Clacso, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. p. 24-32. Colección Sur Sur. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2591382/mod_resource/content/1/colonialidade_do_saber_eurocentrismo_ciencias_sociais.pdf. Acesso em: 01 maio 2021.

DUTTA, Aditya. **Palestra: “Meu lugar no mundo – Uma jornada interior”** Universidade Federal da Bahia-PAF 5, Ondina (NUCUS). Salvador, Bahia. 4 de abril às 18:00 horas, 2019.

ELIAS, Norbert. **A solidão dos moribundos seguido de envelhecer e morrer**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

ELLIS, Carolyn; ADAMS, Tony E.; BOCHNER, Arthur P. Autoetnografia: un panorama. In: CALVA, Silvia M. Bénard (org.). **Autoetnografia: una metodología cualitativa**. Ciudad Universitaria Aguascalientes: Universidad Autónoma de Aguascalientes, 2019. p. 211.

FAVERO, Sofia. Pajubá-Terapia: ensaios sobre a cisnorma. Porto Alegre: Nemesis Editora, 2020a. 132 p.

FAVERO, Sofia. Por uma ética pajubariana:Ref a potência epistemológica das travestis intelectuais. **Equatorial – Revista do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social**, [S.L.], v. 7, n. 12, p. 1-22, 27 fev. 2020b. Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN. <http://dx.doi.org/10.21680/2446-5674.2020v7n12id18520>. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/equatorial/article/view/18520>. Acesso em: 01 maio 2021.

FAVRET-SAADA, Jeanne. “Ser afetado”, de Jeanne Favret-Saada. **Cadernos de Campo**, Rio de Janeiro, n. 13, p. 155-161, 2005. Tradução de Paula Siqueira. Revisão de Tâniastolze Lima. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/50263>. Acesso em: 06 maio 2021.

FERNANDES, Felipe Bruno Martins; TORRES, Igor Leonardo de Santana. A VIDA COMO POTÊNCIA: entrevista com luma nogueira de andrade. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, Salvador, v. 1, n. 1, p. 59-80, mar. 2018. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rebeh/article/view/9072>. Acesso em: 27 abr. 2021.

FIGUEIREDO, Ângela. Gênero: dialogando com os estudos de gênero e raça no brasil. In: SANSONE, Livio; PINHO, Osmundo Araújo (org.). **Raça: novas perspectivas antropológicas**. 2. ed. Salvador: Edufba, 2008. p. 447. Associação Brasileira de Antropologia. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/8749/1/_RAC%CC%A7A_2ed_RI.pdf_.pdfn. Acesso em: 11 maio 2021.

Folha de São Paulo. **Salvador - BA: puração e os resultados das eleições de 2020 para prefeito e vereadores**. puração e os resultados das eleições de 2020 para prefeito e vereadores. BUSCAR eleições 2020 apuração. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/eleicoes/2020/apuracao/1turno/ba/salvador/38490.shtml>. Acesso em: 12 maio 2021.

FREITAS, Maitê (org.). **Escritas Femininas em primeira pessoa**: coletânea de contos. São Paulo: Oralituras, 2020. 176 p.

GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (ed.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 7. ed. Petrópolis, Rj: Editora Vozes, 2008. p. 516. Tradução de Pedrinho A.Guareschi.

GAUTHIER, Jorge. **[Mais amor, por favor!] Em setembro, Salvador terá primeira mulher transexual como psicóloga**. 2016. Disponível em: <https://blogs.correio24horas.com.br/mesalte/mais-amor-por-favor-em-setembro-salvador-tera-primeira-mulher-transexual-como-psicologa/>. Acesso em: 07 set. 2021.

GAUTHIER, Jorge. **Mulheres transexuais e maridos vão estrelar campanha da parada LGBT da Bahia**: veja fotos. Veja fotos. 2016. Me Salte. Disponível em: <https://blogs.correio24horas.com.br/mesalte/mulheres-transexuais-e-maridos-va-estrelar-campanha-da-parada-lgbt-da-bahia-veja-fotos/>. Acesso em: 12 maio 2021.

GAUTHIER, Jorge. **Pré-candidata trans de Salvador tem plenária virtual invadida por haters.** 2020. Correio da Bahia: Me Salte.. Disponível em: <https://blogs.correio24horas.com.br/mesalte/pre-candidata-trans-do-psb-salvador-tem-plenaria-invadida-por-haters/>. Acesso em: 12 maio 2021.

GAUTHIER, Jorge. **Psicóloga transexual é aprovada em seleção de mestrado em estudos afro da Ufba.** 2018. Correio da Bahia: Me Salte.. Disponível em: <https://blogs.correio24horas.com.br/mesalte/psicologa-transexual-e-aprovada-em-selecao-de-mestrado-em-estudos-afro-da-ufba/>. Acesso em: 12 maio 2021.

GOMES, Anne Jacqueline Mendes; MOREIRA, Michelle Araújo. Representações sociais de dois graduandos concluintes de enfermagem sobre transexualidade. In: COELHO, Maria Thereza Ávila Dantas; SAMPAIO, Liliana Lopes Pedral (org.). **Transexualidades: um olhar multidisciplinar.** Salvador: Edufba, 2014. p. 175-186.

GOMES, Camilla de Magalhães. **Nem toda prostituta é Gabriela Leite: prostituição, feminismo e leis.** 2013. Blogueiras Feministas. Disponível em: <https://blogueirasfeministas.com/2013/12/12/nem-toda-prostituta-e-gabriela-leite-prostituicao-feminismo-e-leis/>. Acesso em: 04 mar. 2020.

GROSSI, Miriam Pillar. “Identidade de Gênero e Sexualidade”. **Antropologia em Primeira Mão**, Florianópolis- Ppgas/Ufsc, n. 24, p. 1-14, 1998.

GOULART, Treyce Ellen Silva; MARCIO. Caetano: a produção ativa da não-existência e a escrita como autorrepresentação da vida em situação de subalternidade. In: FERRARI, Anderson; CASTRO, Roney Polato de (org.). **Diversidades Sexuais e de Gêneros: desafios e potencialidades de um campo de pesquisa e conhecimento.** Campinas, Sp: Pontes Editores, 2017. p. 7-206.

GUILHON, Flavio Lopes; UZIEL, Anna Paula. Psicologia e clínica-política no campo das TRANS*diversidades. **Periódicus**, Salvador, v. 1, n. 5, p. 185-194, out. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/17186>. Acesso em: 27 abr. 2021.

HALBERSTAM, Judith Jack. Repensando o sexo e o gênero. In: MISKOLCI, Richard; PELÚCIO, Larrisa (org.). **Discursos fora da ordem: sexualidades, saberes e direitos.** São Paulo: Annablume, 2012. p. 312.

HALL, Stuart (org.). **“The work of representation”.** London: Thousand Oaks/New Delhi: Sage/Open University, 1997.

HAN, Byung- Chul. **A salvação do belo.** Petrópolis, Rj: Vozes, 2019. 126 p. Tradução de Gabriel Salvi Philipson.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade da transparência.** Petrópolis, Rj: Vozes, 2017. 116 p. Tradução de Enio Paulo Giachini.

HIRSCHFELD, Magnus. **Transvestites: the erotic drive to cross-dress.** Library Catalog: Buffalo, N.y. : Prometheus Books, 1991. 424 p.

HOOKS, Bell. **Vivendo de Amor.** 2010. Tradução de Maísa Mendonça. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/vivendo-de-amor/>. Acesso em: 06 jul. 2021.

IKEMOTO, Luisa. **Improvável final feliz**. 2016. Correio Braziliense. Disponível em: <https://www.correio braziliense.com.br/impreso/2016/12/2718641-improvavel-final-feliz.html>. Acesso em: 12 maio 2021.

JESUS, Jaqueline Gomes de (org.). **Transfeminismos: teorias e práticas**. Rio de Janeiro: Metanoia, 2014.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Corpo-positividade e livre sexualidade para pessoas trans**. 2017. Disponível em: <http://www.globalsustentavel.com.br/corpo-positividade-e-livre-sexualidade-para-pessoas-trans/?fbclid=IwAR0IuWdG2CHWVcJjbsDxrwpwPyRbXSdwKpUnGritKyzDKTTPGkZsgSaY5As>. Acesso em: 05 jul. 2018.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **ORIENTAÇÕES SOBRE IDENTIDADE DE GÊNERO: conceitos e termos**. Brasília: Protocolo Eda / Df 2012 N° 366, 2012. 24 p. Guia técnico sobre pessoas transexuais, travestis e demais transgêneros, para formadores de opinião. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/16/o/ORIENTA%C3%87%C3%95ES_POPULA%C3%87%C3%83O_TRANS.pdf?1334065989. Acesso em: 04 maio 2021.

KAAS, Hailey. **O Que É Transfeminismo?** uma breve introdução. 2015. Transfeminismo: feminismo interseccional relacionados às questões Trans*. Disponível em: <https://transfeminismo.com/o-que-e-transfeminismo-uma-breve-introducao/>. Acesso em: 05 maio 2021.

KULICK, Don. **Travesti: prostituição, sexo, gênero e cultura no brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008. 280 p.

LANDER, Edgardo. Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêtricos. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais perspectivas latino-americanas**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: Clacso, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. Cap. 1. p. 8-23. Colección Sur Sur. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2591382/mod_resource/content/1/colonialidade_do_saber_eurocentrismo_ciencias_sociais.pdf. Acesso em: 01 maio 2021.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. In: HOLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Tendências e Impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 2006-242. Disponível em: <https://vdocuments.mx/documents/a-tecnologia-do-genero-teresa-de-lauretispdf.html>. Acesso em: 03 maio 2021.

LEAL, Dodi. **Luzvesti: iluminação cênica, corpomídia e desobediências de gênero**. Salvador: Editora Devires, 2018. 100 p.

LEITE JÚNIOR, Jorge. A interiorização do "verdadeiro" sexo e a busca pelo "verdadeiro" gênero. In: COELHO, Maria Thereza Ávila Dantas; SAMPAIO, Liliana Lopes Pedral (org.). **Transexualidades: um olhar multidisciplinar**. Salvador: Edufba, 2014. p. 272.

ARAÚJO, Tathiane (coord.). **Cartilha Para Gestoras/es e Legisladoras/es**. Brasília: Lgbt Socialista, 2020. 39 p. Partido Socialista Brasileiro. Disponível em: <https://www.lgbtps.org.br/wp-content/uploads/2020/06/Cartilha-LGBT-Socialista-impresao.pdf>. Acesso em: 03 jun. 2021.

LIMA, Fátima. O dispositivo "testo": biopolítica e práticas de si nas experiências de hormonização nos homens transexuais. In: COELHO, Maria Thereza Ávila Dantas; SAMPAIO, Liliana Lopes Pedral (org.). **Transexualidades: um olhar multidisciplinar**. Salvador: Edufba, 2014.

LUCON, Neto. **“Destruir, e não me inserir”, diz profissional no sexo Indianara Siqueira sobre necessidade**. 2011. Entrevista com Indianara Siqueira. Disponível em: <https://nlucon.com/2016/02/12/destruir-e-nao-me-inserir-diz-profissional-do-sexo-indianara-siqueira-sobre-sociedade/>. Acesso em: 04 fev. 2020.

LUGONES, María. Colonialidad y Género. **Tabula Rasa**, Bogotá - Colombia, n. 9, p. 73-101, dez. 2008.

MAIA, Suzana Moura; BATISTA, Jeferson. Reflexões sobre Autoetnografia. **Prelúdios: Revista do Programa de pós-graduação em Ciências Sociais da Ufba**, 2021. (no prelo)

MALUF, Sônia Weidner. Corporalidade e desejo: Tudo sobre minha mãe e o gênero na margem. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 1, p. 143-153, jan. 2002. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2002000100008/8769>. Acesso em: 27 abr. 2020.

MEYEROWITZ, Joanne. **How Sex Changed: a history of transsexuality in the united states**. Cambridge, Ma: Harvard University Press, 2004. 400 p.

MIGNOLO, Walter D. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais Perspectivas latino-americanas**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: Clacso, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. Cap. 3. p. 33-49. Colección Sur Sur. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2591382/mod_resource/content/1/colonialidade_do_saber_eurocentrismo_ciencias_sociais.pdf. Acesso em: 01 maio 2021.

MIGUEL, Luis Felipe. VIOLÊNCIA E POLÍTICA. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Brasília, v. 30, n. 88, p. 29-44, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v30n88/0102-6909-rbcsoc-30-88-0029.pdf>. Acesso em: 12 maio 2021.

MINTZ, Sidney. Encontrando Taso, Me Descobrimo. **Dados: Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p. 45-58, 1984. Tradução de Mario Grynszpan. Disponível em: <http://dados.iesp.uerj.br/artigos/?id=274>. Acesso em: 06 maio 2021.

MOIRA, Amara. **E se eu fosse puta**. São Paulo: Hoo Editora, 2016. 192 p.

MOREIRA, Diva; BATISTA SOBRINHO, Adalberto. Casamentos Inter- Raciais: o homem negro e a rejeição da mulher negra. In: COSTA, Albertina de Oliveira; AMADO, Tina (org.). **Alternativas Escassas: saúde, sexualidade e reprodução na américa latina**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994. p. 334.

MOREIRA, Márcio Borges; MEDEIROS, Carlos Augusto de. **Princípios básicos de análise do comportamento**. Porto Alegre: Artmed, 2007. 224 p.

MOTT, Luiz (ed.). **Silicone**: redução de danos para travestis. Salvador: Grupo Gay da Bahia/ Associação de Travestis de Salvador, 1999. 15 p. (Apoio: Ministério da Saúde, CN-DST/Aids). Projeto: Travestis do Pelourinho III, Bahia/1999 Sexualidade Responsável e Cidadania.

MOUTINHO, Laura. **Razão, “cor” e desejo**: uma análise comparativa sobre relacionamentos afetivo-sexuais .:inter-raciais.: no brasil e na áfrica do sul. São Paulo: Unesp, 2004. 452 p.

MULHER Negra Trans - #Depoimentos01 (Kelvin Valentim). 2017. 1 vídeo (8 min 35 s). Publicado pelo canal Papo de Preta. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5QBgTrPOK8k>. Acesso em: 17 jun. 2021

NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira do. **Transfeminismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021. Feminismos Plurais/ coordenação de Djamila Ribeiro.

NERY, João Walter. **Viagem solitária**: memórias de um transexual trinta anos depois. São Paulo: Editora Leya, 2011.

NEVES, Ana Sofia Antunes das. As mulheres e os discursos As mulheres e os discursos genderizados genderizados sobre o amor: a caminho do “amor confluyente” a caminho do “amor confluyente” ou o retorno ao mito do “amor ou o retorno ao mito do “amor ou o retorno ao mito do “amor romântico””? romântico”?. **Revista Estudos Feministas**, [s. l], v. 15, n. 3, p. 609-627, 2007.

NINJA. **Bolsonaro anuncia suspensão de vestibular para trans na Unilab**. 2019. Disponível em: <https://midianinja.org/news/bolsonaro-anuncia-suspensao-de-vestibular-para-trans-em-unilab/>. Acesso em: 27 abr. 2019.

NINJA. **Bolsonaro anuncia suspensão de vestibular para trans na Unilab**. 2019. Disponível em: <https://midianinja.org/news/bolsonaro-anuncia-suspensao-de-vestibular-para-trans-em-unilab/>. Acesso em: 13 maio 2021.

NOGUEIRA, Conceição. **Interseccionalidade e psicologia feminista**. Salvador: Devires, 2017. 130 p.

NOGUEIRA, Oracy. **Tanto Preto Quanto Branco**: estudos de relacoes raciais. São Paulo: T.A Queiroz, 1985. 133 p.

NUNES, Aurelio. **Candidata trans em Salvador relata assédio nas redes sociais**: "que raba". "Que raba". 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2020/11/07/candidata-trans-em-salvador-relata-assedio-nas-redes-sociais-que-raba.htm>. Acesso em: 12 maio 2021.

ODARA, Thiffany. Tran'Solidão. In: FREITAS, Maitê (org.). **Escritas Femininas em primeira pessoa**. São Paulo: Oralituras, 2020. p. 3-176. Coletâneas de contos.

OLIVEIRA, Luiz Henrique Silva de. "Escrevivência" em Becos da memória, de Conceição Evaristo. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 17, n. 2, p. 621-623, ago. 2009.

OLIVEIRA, Samir; OTTO, Natália. **“Regulamentação da prostituição nos tira debaixo do tapete”, diz Monique Prada**. 2013. Entrevista com Monique Prada. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/noticias/2013/03/regulamentacao-da-prostituicao-nos-tira-debaixo-do-tapete-diz-monique-prada/>. Acesso em: 04 mar. 2020.

PACHECO, Ana Cláudia Lemos. **Mulher negra**: afetividade e solidão. Salvador: Edufba, 2013. 382 p. (Coleção Temas Afro). [posfácio] Isabel Cristina Ferreira dos Reis.

PAIXÃO, Olívia. **Entre a batalha e o direito**: prostituição, travestilidade e trabalho. Rio de Janeiro: Metanoia, 2018. 240 p.

PARKER, Richard; HERDT, Gilbert; CARBALLO, Manuel. Cultura Sexual, Transmissão do HIV e Pesquisas sobre a AIDS. In: CZERESNIA, Dina. **AIDS**: pesquisa social e educação. Rio de Janeiro: Hucitec, 1995. p. 206.

PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO. **CONHEÇA UM POUCO DO PERFIL DE ARIANE SENNA, PRÉ-CANDIDATA A VEREADORA DE SALVADOR PELO PSB**. 2020. Disponível em: <http://www.psb40bahia.com.br/conheca-um-pouco-do-perfil-de-ariane-senna-pre-candidata-a-vereadora-de-salvador-pelo-psb/>. Acesso em: 12 maio 2021.

PELÚCIO, Larissa. Na noite nem todos os gatos são pardos: notas sobre a prostituição travesti. **Cadernos Pagu**, Campinas - Sp, n. 25, p. 217-248, dez. 2005. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8644707>. Acesso em: 11 maio 2021.

PELÚCIO, Larissa. Três Casamentos e Algumas Reflexões: notas sobre conjugalidade envolvendo travestis que se prostituem. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 2, n. 14, p. 522-534, ago. 2006.

PELÚCIO, Larissa. **Abjeção e desejo**: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de aids. São Paulo: Annablume, 2009. 264 p.

PERES, Wiliam Siqueira. **Travestis Brasileiras**: dos estigmas à cidadania. Curitiba: Juruá Editora, 2015. 190 p.

PERUCCHI, Juliana. Se vidas importam, a cisnormatividade deve ser problematizada. In: FERRARI, Anderson; CASTRO, Roney Polato de (org.). **Diversidades sexuais e de gêneros**: desafios e potencialidades de um campo de pesquisa e conhecimento. Campinas, Sp: Pontes Editores, 2017. p. 149-164.

PISCITELLI, Adriana Gracia. Sexo e Gênero. In: LIMA, Antonio Carlos de Souza (org.). **Antropologia e Direito**: temas antropológicos para estudos jurídicos. Brasília/ Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Antropologia/ Laced – Laboratório de Pesquisas em Etnicidade, Cultura e Desenvolvimento/ Nova Letra Gráfica e Editora, 2012. 576p. Disponível em: http://laced4.hospedagemdesites.ws/wp-content/uploads/2020/02/ANTROPOLOGIA-E-DIREITO_2012.pdf. Acesso em: 04 maio 2021.

PISCITELLI, Adriana Gracia. Tensões: tráfico de pessoas, prostituição e feminismos no brasil. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (org.). **Desafios da Antropologia Brasileira**. Brasília: Aba, 2013. p. 344.

POMPEU, Ana. **LGBTfobia**: após saída de celso de mello, agu tenta restringir criminalização. após saída de Celso de Mello, AGU tenta restringir criminalização. 2020. Disponível em: <https://www.jota.info/stf/do-supremo/lgbtfobia-stf-agu-14102020>. Acesso em: 03 jun. 2021.

PRATES, Adriana. A Redução de Danos aplicada ao uso de silicone líquido e hormônios. In: COELHO, Maria Thereza Ávila Dantas; SAMPAIO, Liliana Lopes Pedral (org.). **Transexualidades: um olhar multidisciplinar**. Salvador: Edufba, 2014. p. 272.

QUEBRADA, Mc Linn da. **A solidão da Mulher Trans**. 2017. Entrevista à Futura Play. Disponível em: <http://www.futuraplay.org/video/a-solidao-da-mulher-trans-mc-linn-da-quebrada/347785/>. Acesso em: 07 jul. 2019.

QUEER, Mídia. **Mulher trans é eleita pela primeira vez vice-presidente do Conselho Estadual dos Direitos da População LGBT da Bahia**. 2017. Disponível em: <https://midiaqueer.tumblr.com/post/158800143416/mulher-trans-%C3%A9-eleita-pela-primeira-vez>. Acesso em: 12 maio 2021.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais perspectivas latino-americanas**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: Clacso, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. Cap. 9. p. 1-130. Colección Sur Sur. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2591382/mod_resource/content/1/colonialidade_do_saber_eurocentrismo_ciencias_sociais.pdf. Acesso em: 01 maio 2020.

RABELO, Miriam Cristina Marcilio; CUNHA, Litza Andrade; SCHAEPPPI, Paula Brum. Religião, imagens e experiências de aflição: alguns elementos para reflexão. In: RABELO, Miriam Cristina Marcilio; ALVES, Paulo César Borges; SOUZA, Iara Maria de Almeida. **Experiência de doença e narrativa**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1999. p. 264.

RABENHORST, Eduardo Ramalho. O que são Direitos Humanos? In: ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares; GUERRA, Lúcia de Fátima; NÁDER, Alexandre Antonio Gili (org.). **Direitos Humanos: capacitação de educadores: volume 1 fundamentos histórico-filosóficos e político-jurídicos da educação em direitos humanos**. João Pessoa: Editora Universitária/Ufpb, 2008. p. 148. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/dados/livros/edh/a_pdf/livro_dirhumanos_volume1.pdf. Acesso em: 11 jul. 2021.

REDAÇÃO. **Contrariando STF, Anvisa impede que homossexuais doem sangue: regra inconstitucional, segundo o supremo, exige abstinência sexual de um ano para 'homens que se relacionam com homens'**. 2020a. Disponível em: <https://catracalivre.com.br/cidadania/contrariando-stf-anvisa-impede-que-homossexuais-doem-de-sangue/>. Acesso em: 23 dez. 2020.

REDAÇÃO. **Vereador de Salvador sugere revogação de projeto que pune comerciantes em ato de homofobia**. 2020b. Disponível em: <https://www.anf.org.br/vereador-de-salvador-sugere-revogacao-de-projeto-que-pune-comerciantes-em-ato-de-homofobia/>. Acesso em: 23 dez. 2020.

REIDEL, Marina. Identidades Trans: Onde estamos? Para onde vamos? In: FERRARI, Anderson; CASTRO, Roney Polato de (org.). **Diversidades sexuais e de gêneros: desafios e potencialidades de um campo de pesquisa e conhecimento**. Campinas, Sp: Pontes Editores, 2017. p. 206.

REIS, Júlio; FLORES, Rafael. **Pessoas trans alteram gênero e nome civil em 4º Mutirão de Adequação da Defensoria**. 2020. Disponível em:

<https://www.defensoria.ba.def.br/noticias/pessoas-trans-alteram-genero-e-nome-civil-em-40-mutirao-de-adequacao-da-defensoria/>. Acesso em: 12 maio 2021.

RICHARDSON, Laurel; PIERRE, Elizabeth Adams St. La introspección y la escritura como herramientas de investigación. In: CALVA, Silvia M. Bénard (org.). **Autoetnografía: una metodología cualitativa**. Ciudad Universitaria Aguascalientes: Universidad Autónoma de Aguascalientes, 2019. p. 211.

RIVERA, Sophia. **A Solidão de Mulheres Trans e Travestis não é apenas sobre afetividade!** 2019. Disponível em: <https://transfeminista.wordpress.com/2019/08/17/a-solidao-de-mulheres-trans-e-travestis-nao-e-apanas-sobre-afetividade/>. Acesso em: 08 dez. 2019.

SANTOS, Ailton. Transexualidade e travestilidade: conjuções e disjunções. In: COELHO, Maria Thereza Ávila Dantas; SAMPAIO, Liliana Lopes Pedral (org.). **Transexualidades: um olhar multidisciplinar**. Salvador: Edufba, 2014.

SANTOS, Márcia Cristina Brasil; ALMEIDA, Guilherme da Silva; VASCONCELOS, Ludmila Souza dos Santos; MARQUES, Elizabeth da Luz; GUEDES, Samantha. Processo Transexualizador no Rio de Janeiro: considerações introdutórias a partir do olhar do serviço social. In: COELHO, Maria Thereza Ávila Dantas; SAMPAIO, Liliana Lopes Pedral (org.). **Transexualidades: um olhar multidisciplinar**. Salvador: Edufba, 2014. p. 272.

SAUER, Maiane Santos; SENNA, Ariane. Transexualidade e saúde na cidade de Salvador: reflexões de duas estudantes. In: DENEGA, Alessa; ANDRADE, Darlane Silva Vieira; SANTOS, Helena Miranda dos (org.). **Gênero na Psicologia: saberes e práticas**. Salvador: Crp-03, 2016. Cap. 7, p. 220. Grupo de Trabalho Relações de Gênero e Psicologia- GTRGP.

SCHULMAN, Sarah. Homofobia familiar: uma experiência em busca de reconhecimento. **Revista Bagoas: Estudos Gays: Gênero & Sexualidades**, [s. l], p. 67-78, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2312/1745>. Acesso em: 27 abr. 2021.

SENNA, Ariane Moreira de. A invisibilidade das mulheres trans nas produções acadêmicas sobre feminismo e a luta das mulheres. In: ANDRADE, Luma Nogueira (org.). **Diversidade Sexual, gêneros e Raça: diálogos brasil-áfrica**. Campina Grande-Pb: Realize Editora, 2017a. p. 1243-1256. Disponível em: <http://www.abeh.net.br/cinabeh/anais-do-cinabeh/>. Acesso em: 02 maio 2021.

SENNA, Ariane Moreira de. ATrajatória Acadêmica de uma Psicóloga, Mulher Trans e Negra dentro da Universidade. **Revista Latino Americana de Geografia e Gênero**, [s. l], v. 9, n. 2, p. 304-317, 2018.

SENNA, Ariane Moreira de. Eu vim e venci! In: ARARUNA, Maria Léo (org.). **Nós, Trans: escrevivências de resistência**. Belo Horizonte: Litera Trans, 2017b. p. 131-134.

SENNA, Ariane Moreira de. Prefácio. In: SILVA, Lucas Guerra da. **O trabalho Psicológico com pessoas LGBT: algumas contribuições da psicanálise de bion**. Pará de Minas, Mg: Virtualbooks Editora, 2017c. p. 4-12.

SENNETT, Richard; FOUCAULT, Michel. Sexualidad y Soledad. In: ABRAHAM, Tomás. **Foucault y la ética**. Buenos Aires: Biblos, 1988. p. 165-187.

SILVA, Aluney Elferr Albuquerque. **Perispírito**. 2015. Disponível em: <https://espirito.org.br/artigos/perispirito/>. Acesso em: 27 abr. 2021.

SILVA, Hélio Raymundo Santos. **Travesti**: a invenção do feminino. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Iser, 1993. 176 p. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/1377>. Acesso em: 09 maio 2021.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn (org.). **IDENTIDADE E DIFERENÇA**: a perspectiva dos estudos culturais. 15. ed. Petrópolis, Rj: Vozes, 2000. p. 136. Traduções: Tomaz Tadeu da Silva.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Teorias do currículo: o que é isto?. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. p. 156.

SILVA, Yuna Vitória Santana da; GONÇALVES, Theo Brandon Pitanga. **TRANSRELAÇÕES**: a desestabilização da cisnormatividade ante relações transculturadas. **Congresso Internacional da Associação Brasileira de Estudos da Homocultura**: Diversidade Sexual, gêneros e Raça: Diálogos Brasil-África, Campina Grande, p. 127-147, 2019. Disponível em: <http://www.abeh.net.br/cinabeh/anais-do-cinabeh/>. Acesso em: 01 maio 2021.

SOCIALISTA, Lgbt. **CARTILHA PARA GESTORAS/ES E LEGISLADORAS/ES**. Brasília: Fundação João Mangabeira, 2020.

STEWART, Abigail J.; MCDERMOTT, Christa. Gender in Psychology. **Annual Review Of Psychology**, Michigan, v. 55, p. 519-544, 2004. Disponível em: <https://www.annualreviews.org/doi/10.1146/annurev.psych.55.090902.141537>. Acesso em: 03 maio 2021.

TAVARES, Aline Godois de Castro. **A Organização da Zona**: notas etnográficas sobre relações de poder na zona de prostituição jardim itatinga, campinas - sp. 2014. 134 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Antropologia Social, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, Sp, 2014. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/279567>. Acesso em: 12 maio 2021.

TEIXEIRA, Leilane; FRANCO, Arthur. **Diversidade Sexual e de Gênero é tema do último encontro de direitos humanos no colégio de Salvador**. 2019. Disponível em: <https://www.defensoria.ba.def.br/noticias/diversidade-sexual-e-de-genero-e-tema-do-ultimo-encontro-de-direitos-humanos-no-colegio-de-salvador/>. Acesso em: 12 maio 2021.

TELLES, Edward Eric. **Racismo à brasileira**: uma nova perspectiva sociológica. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Fundação Ford, 2003. 347 p.

TOURJÉE, Diana. **Why Do Men Kill Trans Women? Gender Theorist Judith Butler Explains**: in an exclusive interview with broadly, the beloved philosopher and author of "gender trouble" discusses extreme violence against transgender women in 2015.. In an exclusive interview with Broadly, the beloved philosopher and author of "Gender Trouble" discusses extreme violence against transgender women in 2015.. 2015. Disponível em: <https://www.vice.com/en/article/z4jd7y/why-do-men-kill-trans-women-gender-theorist-judith-butler-explains>. Acesso em: 04 maio 2021.

TREJO, Marisa G. Ruiz. REFLEXIONES AUTOETNOGRÁFICAS: luchas desde la diferencia crítica y luchas por lo común. **Revista de Antropología Experimental**, Universidad de Jaén (España), n. 13, p. 23-40, 2013. Monográfico: Etnografías de la indignación.

UZIEL, Anna Paula; GUILHON, Flávio (org.). **Transdiversidades**: práticas e diálogos em trânsitos. Rio de Janeiro: Eduerj, 2017. 504 p.

VALE, Alexandre Fleming Câmara. **O vôo da Beleza**: travestilidade e devir minoritário. 2005. 308 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Departamento de Ciências Sociais e Filosofia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/1251>. Acesso em: 09 maio 2021.

VERGUEIRO, Viviane. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes**: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade. 2016. 244 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/19685/1/VERGUEIRO%20Viviane%20-%20Por%20inflexoes%20decoloniais%20de%20corpos%20e%20identidades%20de%20gene-ro%20inconformes.pdf>. Acesso em: 01 maio 2021.

VERSIANI, Daniela Beccaccia. Autoetnografia: uma alternativa conceitual. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 37, n. 4, p. 57-72, dez. 2002a. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/view/14258/9483>. Acesso em: 06 maio 2021.

VERSIANI, Daniela Beccaccia. **Autoetnografias**: conceitos alternativos em construção. 2002b. 432 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pósgraduação em Letras, Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

VIEIRA, Tereza Rodrigues. Processo judicial e adequação do nome e do sexo transexual. In: COELHO, Maria Thereza Ávila Dantas; SAMPAIO, Liliana Lopes Pedral (org.). **Transexualidades**: um olhar multidisciplinar. Salvador: Edufba, 2014. p. 272.

WEBER, Max. Política como Vocação. In: WEBER, Max. **Ciência e Política**: duas vocações. São Paulo: Martin Claret, 2015. p. 124. Tradução de Leonidas Hegenberg e Octany Silveira da Mota.

PRINCÍPIOS DE YOGYAKARTA. **Princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero**. 2007. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/gays/principios_de_yogyakarta.pdf. Acesso em: 03 maio 2021.

ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares. Educação em e para os Direitos Humanos: conquista e direito. In: ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares; SILVEIRA, Rosa Maria Godoy; DIAS, Adelaide Alves (org.). **Direitos Humanos**: capacitação de educadores. João Pessoa: Editora Universitária/Ufpb, 2008. 218p. Disponível em: [file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/livro_dir%20\(5\).pdf](file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/livro_dir%20(5).pdf). Acesso em: 11/07/2021.

8 APÊNDICE A – Roteiro de Entrevista

Baseado nas sugestões de perguntas do Gaskell (2008).

PERFIL DAS INTERLOCUTORAS

- 1) Qual seu nome? Como gosta de ser chamada?
- 2) Qual a sua idade?
- 3) Qual sua ocupação/profissão?
- 4) Qual sua escolarização?
- 5) Você tem alguma religião? Poderia falar?
- 6) Como você define a sua raça/cor?
- 7) Com qual gênero você se identifica?
- 8) Como você define sua orientação sexual?
- 9) Onde você mora?
- 10) Qual a profissão de seus pais?

TRAJETÓRIA DE VIDA

- 11) Você se lembra da história do seu nascimento? E sua infância?
- 12) E sua adolescência? Como foi?
- 13) E, na vida adulta? Fale um pouco...

TRANSIÇÃO E AFETIVIDADE

- 14) Quando se percebeu como uma pessoa trans?
- 15) Como foi a sua transição?
- 16) Qual a reação das pessoas da sua casa?
- 17) No momento de sua transição, quem foram as pessoas que mais te acolheram? Que tipo de apoio te deram?
- 18) Antes ou durante a transição você já tinha tido alguma relação amorosa ou sexual? Como foram?
- 19) Há alguma diferença nas relações que você tem hoje do que nas relações que tinha antes ou durante a transição?
- 20) O que você acha que mudou na sua vida afetiva após a transição?
- 21) Você já teve dificuldades em manter relações afetivas? Por quê?

PROFISSÃO

- 22) Como você se mantém financeiramente? Trabalha? Tem ajuda de alguém?
- 23) Enfrentou alguma barreira na profissão por ser uma pessoa Trans?
- 24) Alguém no seu trabalho já te cantou ou mesmo assediou? Como?

25) Você já fez ou faz prostituição? Poderia falar sobre?

Caso a resposta for sim, continua...

26) Quando você ouviu falar sobre prostituição, pela primeira vez, onde você estava e com quem estava?

27) Como é seu cotidiano nesta profissão? Como se relaciona com clientes?

28) Onde exerce a prostituição?

RELAÇÕES SOCIAIS, TERRITÓRIO, RAÇA E SOLIDÃO

29) Em que bairro moras?

30) Sobre morar nesse bairro, o que você mais gosta e menos gosta? Quais os pontos positivos e negativos do bairro?

31) Você acha que as pessoas do seu bairro respeitam as pessoas trans?

32) Como é a sua relação com vizinhos, familiares, amigos, hoje, na vida adulta? E antes? (perceber questões que envolvem relações de poder)

33) Tem amigas mulheres cis ou trans? Como é a relação com elas? (Investigando a questão da competitividade feminina)

34) Com que você mora? Sempre foi assim?

35) Você se sente desejada para manter relacionamentos afetivos e sexuais? De que forma? Poderia dar exemplos?

36) Você sente solidão? Que tipo de solidão é essa?

37) Você é ligada a movimentos sociais? Quais? Como você se entende inserida nele(s)? Qual a sua relação?

38) Gosta de sair ou prefere mais ficar em casa? Para quais locais prefere sair? Por quê?

39) Você falou da religião. Como é sua vivência nela? E a sociabilidade com as pessoas? (A relação com a religião)

40) No caso em que você viesse a cair doente, quem cuidaria de ti?

41) Eu enquanto trans faço terapia para conseguir lidar com muitas questões temendo o adoecimento. Você já fez ou faz ou pensa em fazer psicoterapia? Já necessitou tomar alguma medicação para se sentir melhor? Foi receitada pelo médico ou por conta própria? (A relação com a saúde mental)

RELAÇÕES AFETIVAS

42) Que tipo de pessoas você acha que gostaria de se relacionar com mulheres trans?

43) Que tipo de pessoa não gostaria de se relacionar?

- 44) Você tem ou teve algum parceiro sexual e afetivo fixo? Como foi isso? Acredita ou acreditou no amor recíproco do parceiro para com você? Sente-se à vontade para explicar o motivo do término?

BELEZA

- 45) Você se vê enquanto bonita? Acredita que o ser belo pode garantir melhores uma melhor socialização com as pessoas e parceiros sexuais e afetivos?
- 46) Já fez a utilização de hormônios femininos? Quando começou?
- 47) Já fez procedimentos cirúrgicos? Quais? E procedimentos estéticos?
- 48) Vejo que utiliza os cabelos de tal forma, já utilizou de outras? Pensa em mudar? Por quê?
- 49) O que é beleza para você?

Do particular para o geral e vice-versa:

- 1) Você falou que se vê como (orientação sexual da entrevistada) acredita que pessoas com essa orientação tem mais chances ou menos oportunidades para se envolver afetivamente ou sexualmente com alguém? Por quê? (investigando a sexualidade)

POLÍTICAS PÚBLICAS, ESTADO E ESTRATÉGIAS POLÍTICAS

- 2) Acredita que o processo de solidão vivenciada tem relação com políticas? O Estado contribui para que ela ocorra? Poderia ajudar e minimizar seus tensionamentos? De que forma?
- 3) Tomando uma postura ingênua
- 4) Comentário...
- 5) Não entendo muito do porquê nós mulheres trans se submetem a tantas coisas como ter um relacionamento escondido ou desacreditar da possibilidade de ter algum...

PENSAMENTOS FINAIS

- 6) Nós discutimos uma porção de assuntos interessantes, há alguma coisa que nós não discutimos?
- 7) Há algo mais que você gostaria de me dizer?

APÊNDICE B – Termo de Autorização de Uso de Imagem e Depoimentos

Eu _____, CPF _____, RG _____, depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso de minha imagem e/ou depoimento, através do presente termo autorizo aos pesquisadores e pesquisadoras integrantes do projeto de pesquisa intitulado “A Solidão da Mulher Trans, Negra e Periférica”, com a coordenação da professora Susana Maia e do professor Felipe Bruno Martins Fernandes, a realizarem as fotos que se façam necessárias e/ou a gravar meu depoimento sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes.

Ao mesmo tempo, libero a utilização destas fotos e/ou depoimentos para fins científicos e de estudos, que podem ser publicados em livros, revistas, relatórios, artigos, slides e/ou congressos, onde será garantido meu anonimato. Autorizo também a publicação das fotos e da entrevista na internet através de redes sociais que estão ligadas ao projeto, obedecendo as normas e regulamentos éticos de pesquisa.

Salvador, _____ de _____ de 2021

Pesquisadora

Entrevistada